



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



v. 9 n. 2 jul./dez. 2008



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Lauro Takaki Shinohara

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitor Acadêmico: Pe. Gildásio Mendes dos Santos

Pró-Reitor Administrativo: Ir. Raffaele Lochi

Editora UCDB

Av. Tamandaré, 6.000 - Jardim Seminário

79117-900 Campo Grande-MS

Fone/Fax: (67) 3312-3373

e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Maria Augusta de Castilho

Olivier Francois Vilpoux

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima Souza

Revisão de Texto e Traduções:

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Daniel De Granville / Disponível em:

<http://ww.pantanalecoturismo.tur.br>

Vitória-régia – Pantanal, Mato Grosso, Brasil.

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastrieri Rodrigues (Universidade de São Paulo)

Alberto Palombo (Florida Atlantic University - USA)

Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)

André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Canadá)

Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana de Chile-UBC)

Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguai)

Cezar Augusto Benevides (Universidade Federal de MS)

Christian Krajewski (Institut für Geographie - Un.Münster -

Munique - Alemanha)

Denis Maillat (IRER- Université de Neuchâtel - Suisse)

Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)

Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS)

João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais - Lisboa - Portugal)

Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Portugal)

José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - UCU)

José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)

Leila Christina Dias (Universidade Federal de SC)

Leo Dayan (Université Panthon Sorbonne - Paris I - França)

Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília)

Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)

Maria Helena Vallon (Fund. João Pinheiro)

Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília)

Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos)

Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Univ. Católica de Goiás)

Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)

Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)

Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)

Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Cuba - UAH)

Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)

Rosa Esther Rossini (USP)

Sérgio Boisier (Santiago de Chile - Chile)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)

Nilo Odália (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,

n. 2 (jul./dez. 2008). Campo Grande: UCDB, 2008.

134 p. v. 9

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna

Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online (www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal (www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá (www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya

(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades (www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano (<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London (www.ibss.ac.uk)

Editorial

Este número da Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local destaca que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, da Universidade Católica Dom Bosco, tem sido, desde 1998, um fórum de debates entre aqueles que trabalham e reconhecem a relação entre os fenômenos sociais e naturais no âmbito local, regional, nacional e internacional.

Ao completar dez anos de existência, não poderia deixar de agradecer aqueles que contribuíram não só com o programa, mas também com a revista, para aprimorar cada vez mais a valorização e o empoderamento do ser humano em seu território de vida e o respeito ao equilíbrio dinâmico da natureza.

Para comemorar data tão importante, o presente periódico apresenta duas partes: a primeira, com artigos e a segunda, com conferências apresentadas no II Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local, ocorrido em agosto de 2007.

Os artigos contemplam autores nacionais e internacionais, perpassando desde os povos ribeirinhos da Amazônia até sociedade civil no contexto da cidadania. O artigo de Maria P. Socorro Rodrigues, Susy Rodrigues Simonetti e Marly dos Santos, intitulado – *Pueblos ribereños de la Amazonía: haberes y habilidades*, retrata a luta dos povos ribeirinhos pela sobrevivência a partir dos saberes, técnicas e habilidades próprias que se desenvolvem no contexto amazônico e baseia-se em conhecimentos tradicionais, os quais são repassados de geração em geração. Destaca-se também o artigo de Lucas Labigalini Fuini, cujo título – *A governança territorial no circuito das malhas do Sul de*

Minas Gerais, caracteriza a importância de estruturas de coordenação e regulação locais na dinâmica territorial de vantagens competitivas, agregando-se a competitividade territorial às formas de governança. Em outro aporte identifica-se a temática sobre o *Turismo rural e a agricultura familiar: o caso de Nossa Senhora do Livramento-MT*, com autoria de: Carlos Alberto Simões de Arruda, Silvia Regina Fernandes Vilanova e José Franklim Chichorro, que apresentam formas alternativas de recursos ambientais por meio da agricultura orgânica e do artesanato que agregam assim valores a produtos naturais e à produção existente no local. *O potencial da paisagem urbana como atratividade turística: um estudo sobre a paisagem de Brasília-DF* é um artigo de autoria de: Josildete Pereira de Oliveira, Francisco Antonio dos Anjos e Fabiana Calçada de Lamare Leite, cuja temática é a reflexão sobre o conceito da percepção e interpretação do significado da imagem da cidade, a partir da qual o estudo da forma que configura a paisagem urbana se faz importante no processo cultural de apropriação dessa paisagem pelo usuário. Os autores Antonio J. Brand, Rosa S. Colman e Reginaldo B. Costa enfatizam as perspectivas de desenvolvimento junto a populações indígenas Kaiowá/Guarani no artigo nominado: *Populações indígenas e lógicas tradicionais de desenvolvimento local*, no Mato Grosso do Sul, Brasil. Para finalizar a primeira parte, identifica-se o artigo de Carlos Alfonso Llanar Etcheverry sobre *A sociedade civil e participação cidadã – Como atores sociais fazem parte das decisões*, destacando a forma de governar e sua relação com os atores sociais, que permitem ao cidadão enfrentar esta crise

de governança e, assim, reforçar o regime democrático.

Na segunda parte, encontram-se as conferências apresentadas no II Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local, realizado em Campo Grande - UCDB -, no período de 29 a 31 de agosto de 2007, promovido pelo PPD, com a parceria do Centre d' Etudes et de Recherches sur le Brésil (CERB), com sede na Universidade do Quebec/ Canadá e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse colóquio teve como objetivo promover a integração entre diversos intelectuais, organizações e indivíduos que diagnosticaram, vivenciaram e refletiram experiências relacionadas ao tema objeto do evento, em situações territoriais distintas, ou sobre a ação comunicacional entre essas situações, de modo

a se gerar um espaço de troca de experiências e conhecimentos teórico-metodológicos, que favoreçam o aprofundamento das reflexões a respeito de desenvolvimento local. Serão destacadas nesse número da revista apenas quatro conferências, a saber: *Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale : quelques éléments de problématique* - Benoît Lévesque; *El Estado del Desarrollo Local en América Latina: obstáculos, facilitadores y liderazgos* - Fernando Pintos; *Civil Society and Local Development* - Henry Veltmeyer; *Enfrentar el sufrimiento social y la tarea de la sociología: Las paradojas del desarrollo local sustentable* - María Emilia Tijoux.

Maria Augusta Castilho
Editora

Sumário

Artigos

Pueblos ribereños de la Amazonía: haberes y habilidades	129
Povos ribeirinhos da Amazônia: atividades e habilidades	129
Riverside peoples of Amazônia: activities and abilities	129
<i>Les peuples riverains d'Amazonia: Activités et Hâbiletés</i>	129
CHAVES, M.P.S.R. SIMONETTI, S.R. LIMA, M. dos S.	
A Governança Territorial no Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais	141
The Territorial Governance in the Circuit of the Meshes of Minas Gerais South	141
Le Gouvernement Territorial dans le Circuit des Mailles du Sud de Minas Gerais	141
<i>El Gobierno Territorial en el Circuito de las Mallas del Sur de Minas Gerais</i>	141
FUINI, L.L.	
Turismo rural e agricultura familiar: o caso de Nossa Senhora do Livramento-MT	149
Agricultural tourism and familiar agriculture: the case of Nossa Senhora do Livramento-MT	149
Tourisme agricole et agriculture familiale: le cas de Nossa Senhora do Livramento-MT	149
<i>Turismo rustico y agricultura familiar: el caso el Nossa Senhora do Livramento-MT</i>	149
ARRUDA, C.A.S.de VILANOVA, S.R.F. CHICHORRO, J.F.	
O potencial da paisagem urbana como atratividade turística: um estudo sobre a paisagem de Brasília-DF	159
The potential of the urban landscape as tourist attractiveness: a study on the landscape of Brasília - DF	159
Le potentiel du paysage urbain en tant que attraction touristique: une étude sur le paysage de Brasília - DF	159
<i>El potencial del paisaje urbano como atracción turística: un estudio en el paisaje de Brasília - DF</i>	159
OLIVEIRA, J.P.de ANJOS, F.A.dos LEITE, F.C.deL.	
Populações indígenas e lógicas tradicionais de Desenvolvimento Local	171
Indigenous populations and traditional logics for Local Development	171
Populations autochtones et logiques traditionnelles de Développement Local	171
<i>Populaciones indígenas y sus lógicas tradicionales de Desarrollo Local</i>	171
BRAND, A. J. COLMAN, R.S. COSTA, R.B.	

Sociedad civil y participación ciudadana - cómo los actores sociales se hacen parte de las decisiones	181
A sociedade civil e participação cidadã - como atores sociais fazem parte das decisões	181
<i>Civil society and citizen participation - how social actors are part of the decisions</i>	<i>181</i>
<i>La société civile et la participation des citoyens - comment les acteurs sociaux font partie des décisions</i>	<i>181</i>
ETCHEVERRY, C.A.L.	

Conferências

Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale: quelques éléments de problématique	191
LÉVESQUE, B.	
El Estado del Desarrollo Local en América Latina: obstáculos, facilitadores y liderazgos	217
PINTOS, F.	
Civil Society and Local Development	229
VELTMEYER, H.	
Enfrentar el sufrimiento social y la tarea de la sociología: las paradojas del desarrollo local sustentable	245
TIJOUX, M.E.	

Artigos

Pueblos ribereños de la Amazonía: haberes y habilidades
Povos ribeirinhos da Amazônia: atividades e habilidades
Riverside peoples of Amazônia: activities and abilities
Les peuples riverains d'Amazônia: activités et habiletés

Maria P. Socorro Rodrigues Chaves*
Susy Rodrigues Simonetti**
Marly dos Santos Lima***

Recebido em 5/11/2007; revisado e aprovado em 22/12/2007; aceito em 13/2/2008.

Resumen: Este artículo sobre los pueblos ribereños tradicionales y sus relaciones con la naturaleza es resultado de un estudio realizado en las comunidades del Río Parauari, en el municipio de Maués, Provincia del Amazonas-Brasil. Aunque retrata la lucha de estos pueblos por la sobrevivencia sociocultural a partir de los haberes, técnicas y habilidades propias que se desenvuelven en contexto amazónico, con base en sus conocimientos que son pasadas por todos las generaciones.

Palabras clave: Medio Ambiente. Pueblos Tradicionales. Organización Social.

Resumo: Este artigo sobre os povos ribeirinhos tradicionais e suas relações com a natureza é o resultado de um estudo realizado nas comunidades do Rio Parauari, no município de Maués, Estado do Amazonas, Brasil. Mesmo que retrate a luta destes povos pela sobrevivência sociocultural a partir das atividades, técnicas e habilidades próprias que se desenvolvem no contexto amazônico, com base em seus conhecimentos que são transmitidos por todas as gerações.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Povos Tradicionais. Organização Social.

Abstract: This article on the traditional riverside peoples and their relationships with nature is the result of a study carried out in communities along the river Parauari, in the municipality of Maués, State of Amazonas, Brazil. Even though it reflects the struggle of such peoples for social-cultural survival with their own activities, techniques and abilities which develop within the Amazonian context, based on their knowledge which is transmitted to each generation.

Key words: Environment. Traditional Peoples. Social Organization.

Résumé: Cet article sur les peuples riverains traditionnels et leurs relations avec la nature est le résultat d'une étude faite dans les communautés de la rivière Parauari, dans le municipe de Maués, État de l'Amazonie, Brésil. Il montre la lutte de ces peuples pour leur survie socioculturelle à partir des activités, des techniques et habiletés propres qu'ils développent dans le contexte amazonien, sur la base des connaissances qui sont transmises d'une génération à l'autre.

Mots-clé: Environnement. Peuples Traditionnels. Organisation Social.

Introducción

El saber hacer de los pueblos amazónicos que ocupan un ambiente de várzea¹ y tierra firme² hace parte de un proceso importante de la relación del hombre con la naturaleza en esta región. De entre los pueblos de la Amazonía se destacan las poblaciones que habitan las márgenes de los ríos y de sus innumerables afluentes: los pueblos ribereños.

Una gran parte de las poblaciones que viven en la región Amazónica, están locali-

zadas en áreas próximas a las márgenes de los ríos y de sus muchos afluentes, constituyéndose en grupos sociales específicos conocidos como **ribereños** cuya compleja relación con la naturaleza y sus marcados ciclos en el manejo de los recursos naturales locales, ha posibilitado el alcance de las condiciones necesarias para su propia subsistencia y el de su grupo doméstico, revelando un modo de vida muy singular de esas poblaciones.

Estos elementos propios, distintivos, son una referencia de las poblaciones

* Profesora del Departamento de Trabajo Social de la Universidad Fédérale del Amazonas, Doctora en Política Científica y Tecnológica. E-mail: socorro.chaves@ig.com.br

** Maestría en Ciencias del Ambiente y Sustentabilidad en la Amazonía por la Universidad Fédérale del Amazonas, Profesora del Curso de Turismo en el Centro Universitario do Norte (UNINORTE) Manaus-AM-Brasil. Pesquisadora del Grupo Inter-Ação / Manaus-AM Brasil. E-mail: susy@uninorte.com.br

*** Académica de Servicio Social de la Universidad Fédérale del Amazonas y Pesquisadora del Grupo Inter-Ação / Manaus-AM Brasil. E-mail: marlyasantos.lima@bol.com.br

tradicionales en la Amazonía ya sean por la forma de comunicación, del uso de las representaciones de los lugares, del tiempo, de la integración con el agua y de los conocimientos de los sistemas clasificados de fauna y flora, que conforman un extenso patrimonio cultural. (CHAVES, 2001)

1 La Relación Hombre-Naturaleza en los marcos de la sociedad capitalista

Este trabajo trata sobre la relación de las poblaciones ribereñas con la naturaleza, en la lucha por la supervivencia física y sociocultural de sus grupos, a partir de los saberes, técnicas y habilidades propias que se desenvuelven en este contexto. Se considera que en esta dinámica la naturaleza política de las relaciones entre los hombres entre sí, en el contexto en que el actor social se inserta en esa búsqueda por la supervivencia, puede llevar hacia prácticas de conservación o depredación del medio ambiente en general.

En esta relación entre hombres / mujeres y la naturaleza, mediada por la sociedad, los individuos se van apropiando de recursos naturales y promoviendo cambios graduales, generando transformaciones dinámicas que conforman lo que se entiende como cultura. El ser social produce cultura en esa relación con la naturaleza pues su capacidad de racionalización le permite reflexionar sobre la realidad pudiendo cambiarla y transformarla para satisfacer sus propias necesidades e intereses.

Santos (1994, p. 27) afirma que cultura es una palabra de origen latina y en su sentido original está relacionada a las actividades agrícolas, una vez que su origen está en el verbo latino *colere*, cuya significación es cultivar. En ese sentido, se puede entender que el mundo cultural, en realidad, es una apropiación y transformación de los elementos de la naturaleza, ya que la cultura es un producto eminentemente social.

En el ambiente en que el ser social está sumergido se encuentran muchas variables determinantes, además de los factores físicos, químicos y biológicos, los cuales interfieren directa o indirectamente en la dinámica cultural de los productores, en que cada sociedad es caracterizada por su modo de ser, de vivir, de relacionarse, de comportarse y de

producir los artefactos necesarios para su reproducción física y sociocultural, o sea, se debe considerar que la cultura es una herencia socio histórica que puede ser transformada a cada nueva generación, además de actuar, verdaderamente, con las experiencias acumuladas en el transcurso de los años y, al mismo tiempo, incorporando nuevos saberes.

En una dinámica compleja e interdependiente, las relaciones sociales son mediadas por la cultura que comprende la relación entre hombre y naturaleza, en un constante flujo de transformación a lo largo de la historia de las sociedades humanas. Los cambios culturales no son frutos de transformaciones naturales, pueden ser consideradas adaptativas, una vez que el individuo también se transforma al actuar sobre su propio medio. De todas formas, esta transformación es antes de todo el producto de la capacidad interpretativa y creativa del ser social, a partir del cual desenvuelve sus saberes, sus tecnologías y su praxis.

En el mundo occidental hay diversos modos de pensar, en épocas diferentes, que retratan esta relación como una de las formas de entender la relación de poder presente en el intercambio entre hombre / mujer - naturaleza. En el occidente predomina la visión de naturaleza separada del hombre, cuya matriz filosófica viene de la Grecia y la Roma antiguas, y que se afirmó en contraposición a otras formas de pensar y de actuar (OLIVEIRA, 2002). En la actualidad, la naturaleza, vista en términos de recursos naturales, pasó a ser pensada y tratada como un recurso económico apenas, como mercancía, al mismo tiempo en que se integra al conjunto de los medios de producción, condición que hace posible la consolidación de la acumulación capitalista.

Bacon (1561-1626) ofreció una nueva contribución para la ciencia y la sociedad en general, pues identificó una visión dicotómica en la relación hombre-naturaleza, llevando en cuenta la percepción de que, el bienestar del actor social adviene del control científico obtenido por él, sobre la naturaleza. Para conocerse mejor a la naturaleza sería necesario conocer las leyes naturales, y a partir del contacto directo con ella, dominarla.

Descartes (1596-1650) tenía una percepción semejante a la de Bacon, según él, el conocimiento posibilitaría el control sobre la naturaleza, a lo que Diegues (2000) destaca que este mismo pensador, llevó a la separación entre hombre y naturaleza al extremo, a partir del momento en que sugirió la existencia de un Dios externo a la Creación.

Hay una fuerte tendencia en asociar el límite de los recursos naturales al crecimiento de la población, culpando a las poblaciones empobrecidas por prácticas nocivas. En la base de esa discusión está el estudio producido por Malthus, en 1798, que publicó en Inglaterra un libro llamado *Un ensayo sobre el principio de la población*, afirmando que los recursos naturales eran finitos y el crecimiento poblacional un importante factor en la utilización de estos recursos.

Al contrario de la perspectiva trazada por los pensadores anteriormente citados, Karl Marx (1818-1883) afirmaba que es necesario buscar una unidad entre naturaleza y sociedad, puesto que la primera no podría ser concebida como algo exterior a la segunda, una vez que esta relación es un producto histórico. El también identificó y distinguió hombre y naturaleza, o sea, naturalizó y humanizó ambos al mismo tiempo, y esta naturaleza humanizada se construía por medio de una actividad práctica y consciente, en el trabajo.

En la actualidad, el uso desmedido de los recursos naturales, como mercancía en el contexto de la sociedad capitalista, conduce a la aceptación de un crecimiento infinito de consumo por parte de las sociedades, cuyas limitaciones ecológicas son vistas como pasibles de ser superadas por el avance científico y tecnológico, lo que puede levantar expectativas infundadas en individuos. Esa visión de desarrollo fundada en la lógica capitalista contribuyó al empeoramiento de los problemas ambientales, marcado por el crecimiento desenfrenado de la población en todo el planeta, asociado aún a complejas relaciones de causa y efecto con factores de migración, urbanización, revolución verde, avance de la Ciencia y la Tecnología, además de aspectos relacionados a la religiosidad y a la

ideología, causando una gran presión sobre los recursos naturales.

De entre diversos estudiosos, Moscovici presenta una contribución relevante para los debates, según Diegues (2000) él propone el estudio de la naturaleza, a partir de la separación de las sociedades humanas, y por lo tanto, basada en tres ideas principales:

- 1) El hombre produce el medio que lo envuelve y es, al mismo tiempo, su producto. En este contexto, el hombre actúa directamente en el curso de los fenómenos y de los ciclos naturales, y el gran problema estaría centrado justamente en la manera como él interviene en la naturaleza, transformando abundancia en escasez, y no propiamente en el hecho de esta intervención.
- 2) La naturaleza es la parte indivisible de la historia de la humanidad, o sea, la compleja dinámica de esta relación deriva de los problemas, contradicciones, tensiones y conflictos que resultan de las relaciones entre los individuos en la sociedad.
- 3) La relación hombre-naturaleza ocurre en el plano colectivo y no en el individual, una vez que la sociedad es, al mismo tiempo, parte y creación de la naturaleza.

Moscovici (*apud* DIEGUES, 2000, p. 24), sugiere, aún, la necesidad de “[...] una nueva relación hombre-naturaleza, una nueva alianza, en que la separación sea substituida por la unidad [...]”, o sea, un cambio estructural de la sociedad para que haya un estrechamiento de los vínculos que los unen.

Las fases históricas por las que cada sociedad atraviesa, de acuerdo con la acepción dada por los estudiosos, son caracterizadas por la diferencia dada al trato con la naturaleza, teniendo en cuenta de que no existe una unidad homogénea entre individuos, pues las culturas son diferentes y las condiciones de la relación hombre-naturaleza son definidas en función al modo de vida específico de esas sociedades.

Morán (1990) también buscó contribuir dentro de la historia de las teorías sobre las relaciones entre hombre-naturaleza, y como se trata del mundo occidental él afirma que predominan tres tendencias:

- 1) una que enfatiza el papel determinante

del ambiente sobre el desarrollo de las sociedades;

- 2) otra que valoriza el papel dominante de la cultura sobre el ambiente físico;
- 3) y una tercera visión en que ninguno de los dos componentes (naturaleza o sociedad) predomina, lo que implica que cada contexto socio histórico debe ser estudiado e interpretado como una situación particular y compleja en la cual uno u otro polo puede predominar, o aún estar en equivalencia de fuerzas.

La primera tendencia enfatiza el papel determinante del ambiente sobre el desarrollo de las sociedades, en la que el actor social sería considerado un producto de la naturaleza. A partir de esa tendencia, las sociedades buscarían, incesantemente, mejores condiciones materiales de supervivencia y el individuo podría ser considerado una víctima de los procesos geográficos y climatológicos del planeta. La naturaleza sería la fuente de las fuerzas selectivas que resultarían en el éxito de determinadas especies sobre otras.

Las teorías greco-romanas hacen parte de esa tendencia, pues, según éstas, climas cálidos y secos reducen la vitalidad; los climas más templados, producen una naturaleza apasionada y características virtuosas en las poblaciones, mientras que en climas más fríos la gente sería físicamente más fuerte.

A partir del siglo XIX, la ideología se fortalece en Europa central como parte del proceso de sometimiento e incorporación de otras sociedades en la búsqueda por nuevos mercados (expansión colonialista). En ese sentido se puede notar que las relaciones hombre-naturaleza y de los hombres entre sí tenían relación con las preocupaciones sistemáticas de conocer y entender a las sociedades, a las culturas que estaban en el mando político y el control militar de las naciones europeas para que pudieran legitimar la dominación colonial durante ese periodo.

Además de esa dominación política y económica, cabe ser destacado, se registra la imposición brutal de valores y conceptos culturales sobre las sociedades dominadas y controladas por los colonizadores europeos, a quienes se les impone la visión de que todo se originaba en la civilización occidental,

supuestamente, superior (Santos, 1994). De cierto modo esa concepción aún vigora en la actualidad.

La segunda acepción formulada por Morán (1990, p. 38), enfatiza que, “en la sociedad occidental, se valoriza el papel dominante de la cultura sobre lo que se denomina ambiente físico”. Tal proposición consiste en que la sociedad posee una infinita capacidad de intentar controlar a la naturaleza, ignorando, en cierto sentido, las propias limitaciones que esta misma tiene en dominarla.

Lo que diferencia de hecho, considerando en términos de calidad, es la acción que el actor ejerce sobre la naturaleza, o sea, el hecho de que sus necesidades sean socialmente determinadas. Los impactos que las sociedades causan en la naturaleza varían, históricamente, de acuerdo con el modo de producción, la estructura de clases, todo el aparato tecnológico vigente en el contexto cultural de cada sociedad establecida a lo largo del tiempo.

Gonçalves (1998 *apud* OLIVEIRA, 2002) representa esa tendencia al declarar que “[...] toda sociedad, toda cultura crea, una determinada idea de naturaleza”, así la cultura es supuestamente tomada como algo superior, que consigue controlar y dominar a la naturaleza que, en este caso, sería utilizada de a partir de la herencia cultural de cada sociedad y la cultura específica de sus individuos.

Al tratar de la relación hombre-naturaleza, Godelier (1984 *apud* DIEGUES, 2000), assinala que, a través de la capacidad de cambiar las formas de intercambio con la naturaleza que los actores sociales están inventando nuevas formas de sociedad, al transformarla. Y en tal transformación, siempre intrínseca, aparecen representaciones e ideas que, de cierta forma, también se expresan en esas propias condiciones materiales de producción. Tales representaciones se configuran en las taxonomías de las plantas, animales, suelos, clima, reglas de fabricación y uso de utensilios, entre otros.

Según tal perspectiva, se afirma que derivan diferentes formas de interpretación que varían de acuerdo con los individuos y sus grupos, en un sistema de representaciones que sirve como base para actuar sobre

la naturaleza. Ejemplificando tal afirmación, se puede observar que el significado de la selva amazónica para un residente ribereño y para un individuo oriundo de otro lugar, un inmigrante, por ejemplo, está muy bien diferenciado (CHAVES, 2001).

Para el primero, la selva representa su habitat, de donde puede obtener su supervivencia, cuyo uso es ordenado, en primera instancia, por los principios socioculturales que posee; mientras que el segundo, ve a la selva como un obstáculo a ser vencido para la implantación de la agricultura, la ganadería, o sea, una fuente potencial de recursos económicos y financieros. Aunque para ambos, la selva tenga el carácter de proporcionar su reproducción física, la forma de manejarla oscila entre la conservación y la destrucción. De esta forma se puede afirmar que los individuos que hacen parte de sistemas económicos diferentes adoptan modos diferentes de apropiación de los recursos y del trabajo humano.

Diegues (2000) también se inscribe en esa tendencia al afirmar que no son las limitaciones geográfico-ambientales y/o simplemente la naturaleza, que llevan a un tipo específico de explotación de los recursos naturales, sino que la propia configuración de las relaciones sociales, sus intencionalidades racionales, sus objetivos de producción material y social; por tanto, el elemento fundamental deriva más de la cultura y de las capacidades productivas de una sociedad que de las condiciones naturales.

Através de un análisis de la relación hombre-naturaleza en la sociedad occidental, es posible entender que las variables interconectadas (capitalismo-modernidad-industrialismo-urbanización-tecnocracia) potenciaron la crisis que acabó afectando a esa relación. La lógica de dominación hombre-naturaleza está arraigada en los hábitos de la civilización occidental desde el siglo XVI, en que se comenzó a establecer, ostensivamente, relaciones sistemáticas de dominación (euro céntricas) con otras culturales, teniendo un claro reflejo, en el medio social, tanto que legitimó la dominación del hombre por otro hombre, o sea, se reforzaron los valores antropocéntricos y se impuso un dominio técnico sobre la naturaleza.

Para Jansen (1973 *apud* DIEGUES, 2000) la organización social de los valores

culturales son los factores responsables por la mala utilización de recursos locales y no la tecnología simplemente. En el contexto del modo de producción capitalista, existe una oposición sociedad-naturaleza caracterizada por la creencia en el actual modelo de desarrollo, el económico-industrial, y de la racionalidad técnico-científica, una vez que la naturaleza pasa a integrarse al conjunto de los medios de producción de los cuales el capital se beneficia.

La tercera y última tendencia identificada por Morán (1990) se caracteriza por una visión en la cual ni ambiente ni cultura predominan, lo que implica que cada caso sea estudiado como una situación particular y compleja. A partir de esta formulación surge el entendimiento dialéctico de la relación sociedad-naturaleza, un proceso interactivo, lo que impide admitirse que una relación natural o perfecta, en equilibrio y armonía, entre hombres, mujeres y naturaleza pueda existir.

Chaves (2001) parte de esa tendencia al afirmar que el intercambio entre hombre-naturaleza se modifica según el tipo de relación existente entre los hombres entre sí, en el ámbito de la sociedad y de sus grupos, y, aún de la compleja dinámica ambiental. Leff (2002) es otro autor que también defiende esa tesis, al afirmar que las formas de uso de los recursos locales varían dependiendo de la función del sistema de valores de los agentes sociales, del significado que atribuyen a la naturaleza y a sus recursos, de la lógica social y ecológica de sus prácticas productivas.

Leff (2001), al abordar esa temática, considera que el proceso de globalización de carácter económico y tecnológico, obra del capitalismo vigente, sobrepone la valorización de la naturaleza y de la vida, invadiendo, transformando y dominando las relaciones, la explotación de los recursos naturales, que en condición de fuentes de vida, significación y potencial productivo, fueron desplazadas por el referido proceso que desencadenó una acelerada degradación ambiental y destrucción de las formas de organización de vida y de la cultura en general.

El binomio sociedad-naturaleza debe ser entendido como una relación dinámica, que depende de la articulación histórica de

los procesos tecnológicos y culturales, oriunda de las relaciones sociales de producción, una vez que las modificaciones causadas por las sociedades en la naturaleza, tienen un enorme potencial transformador y en muchos casos destructivo. De todas formas, lo que lleva al ser social a actuar de forma contradictoria, protegiendo y al mismo tiempo interfiriendo negativamente en los procesos naturales, tiene una estrecha relación directa con su poder cognitivo, su capacidad técnica de creación y transformación, entre otros factores, y depende – fundamentalmente – de la relación de los actores sociales entre sí.

La preocupación contemporánea, con diferentes matices e intereses – incluso contrapuestos – converge hacia una estrategia que pueda modificar la relación hombre-naturaleza, pues se retira de la naturaleza no apenas lo que es necesario para la supervivencia humana sino también lo necesario para satisfacer las necesidades de los individuos que son **socialmente fabricadas** (Lago y Pádua, 1984), nacidas del modelo socio económico y cultural vigente en la sociedad actual.

Esta misma sociedad, moderna y globalizada, convive con la degradación ambiental desenfrenada, el riesgo de un colapso ecológico, las desigualdades sociales y la pobreza extremada, pues se encuentra en medio a una grave crisis civilizadora en un mundo de problemáticas muy complejas y urgentes además de grandes incertidumbres. Y, para que se pueda recrear la unidad en la relación hombre-naturaleza, se hace necesario entender que la transformación de la estructura de la sociedad actual depende del surgimiento de un nuevo sistema productivo que sea capaz de crear oportunidades concretas a todos los ciudadanos, sin distinción.

2 Pueblos de la Amazonía y el proceso de colonización

Los primeros colonizadores implantaron en la Amazonía sistemas de utilización de recursos naturales locales que ignoraron las diversas condiciones del ambiente natural de esta inmensa región. Freitas y Silva (2000), al abordar el tema de la colonización

del Amazonas, opinan de que la regionalización de la cultura amazónica corresponde a un proceso de transculturación muy complejo cuando se impusieron la lengua y las costumbres europeas a los habitantes de la Amazonía. Constituye, también, parte de un no menos complejo proceso de integración y resistencia entre las diversas y muy diferentes etnias indígenas presentes en esta región, que enfrentaban el dominio colonial aguerridamente, o sea, se formaron diferentes culturas a partir de los diferentes ciclos económicos en la región.

La Amazonía pasó por diversos procesos o ciclos económicos a largo de los años, a haber: primero, el ciclo de las llamadas “drogas do sertão”, el de la agricultura, el ciclo del caucho³, del cacao, de la ganadería, el ciclo industrial – que constituyen verdaderos ciclos de gravísimos contrastes y contradicciones, miseria y riqueza para la región y para las poblaciones locales. En esta transformación de la sociedad en el espacio amazónico hubo siempre el intento de las elites locales de desarrollar la región a través de la producción de riquezas para sí mismas, que con el apoyo del capital internacional patrocinó la llegada de un gran número de trabajadores migrantes de la región noreste del Brasil hacia esta región, subyugando aún más a las poblaciones indígenas.

El escenario amazónico presenta algunas formas de organización social que reflejan la actuación de sus actores sociales. Estas formas pueden ser divididas de la siguiente manera: el actor social como figura central, capaz de dominar a la naturaleza y ese mismo actor social como parte integrante de la naturaleza en la que ninguno de los dos elementos prevalece.

Hees (1993) explica que la primera concepción a que nos referimos antes, es la que ha orientado las acciones de expansión y ocupación en la Amazonía, que se ha intensificado en las últimas décadas y que como consecuencia originó al cuadro de desorden ecológico vigente en ese espacio.

Esa autora considera que las formas de organización del espacio – típicas de la región amazónica – que traducen la visión del actor social como parte integrante de la naturaleza, esta de a poco perdiendo espacio

para el modelo económico actualmente en expansión que concibe el individuo como centro del mundo en que poblaciones como las ribereñas, indígenas, extractivistas, entre otras, son relegadas a una condición de exclusión social, por el agravamiento de la situación de empobrecimiento, degradación de las condiciones de vida y del aumento de los conflictos sociales, pues el acceso a los bienes y servicios sociales como habitación, salud, energía eléctrica, entre otros, es extremadamente precario.

La sobrevivencia de las poblaciones locales por causa de la situación de exclusión social, en parte es conseguida por la construcción de estrategias basadas en el amplio abanico de conocimientos que ellos poseen sobre los recursos locales.

La Amazonía acoge un sistema de conocimientos tradicionales y modernos que forman procesos complejos de relación entre cultura y naturaleza que se encargan de diferentes estrategias del uso de los recursos locales por parte de las poblaciones amazónicas a partir de la praxis de los actores sociales, sus valores, sus creencias, técnicas y prácticas.

Además del conocimiento que poseen a respecto de la fauna y la flora, estos pueblos se destacan por su relación con el agua de una manera muy peculiar. En esta compleja trama surgen las poblaciones ribereñas, que heredan todo un conocimiento tradicional resultante de la relación entre el hombre y la naturaleza. Castro (1997, p. 226), clarifica que la utilización de los recursos de la selva y de los numerosos ríos de la cuenca amazónica están presentes en el modo de vida de esos pueblos de modo esencial atravesando generaciones y generaciones de familias. Además de eso, puede destacarse que su relación con la naturaleza se manifiesta en su propio vocabulario cotidiano y en los términos que utilizan para traducir su vivencia y adaptación a los ecosistemas en que están insertados.

Geertz (2001, p. 279) comprende que el saber interviene en todas las prácticas tanto sociales cuanto culturales, simbólicas o productivas además de expresar e estar articulado a los procesos ecológicos, económicos y tecnológicos. Esto significa que el haber tradicional y cultural de las sociedades

interviene en todo el proceso de significación del mundo y también de la apropiación de la naturaleza orientando tales poblaciones en sus prácticas sociales, productivas y organizativas.

Es de suma importancia destacar que la relación de las poblaciones ribereñas tienen con la naturaleza son mediadas por la cultura, por experiencias acumuladas por esas sociedades a través del tiempo, por generaciones y por valores sociales y políticos (Morán, 1990). De esta forma, y en especial, tomando como referencia la cultura que se puede entender como el conjunto de las representaciones y prácticas de los agentes sociales, pues la cultura se constituye en una dimensión fundamental dentro del proceso social y de la vida en sociedad.

Por este hecho cabe destacar la diferencia entre lo que se entiende por medio ambiente y por naturaleza. Según Roué (1997), el término medio ambiente se refiere al espacio que circunda a los individuos, situándoles en el centro del universo, expresando un concepto dualista mientras que la acepción del término naturaleza tiene un sentido más ampliado, pues es una construcción social, con visiones diferenciadas sobre un mismo "medio", pues lo que se busca estudiar es el actor social que vive en las sociedades, tomando esta concepción como base para este estudio.

En las formas de organización socio cultural de las poblaciones tradicionales amazónicas son determinantes la dependencia de los recursos locales. A lo largo del proceso socio histórico por el que pasaron estas poblaciones, fueron éstas adquiriendo valores, patrones de comportamiento y conducta, oriundas de las diversas culturas que conforman esta región, propiciando una relación diferenciada y particular en el trato con la naturaleza, o sea, las poblaciones tradicionales de la Amazonía distinguen una serie de complejos procesos inherentes a los ecosistemas que constituyen esta inmensa región.

La visibilidad que tienen las singulares formas de organización de las poblaciones amazónicas tuvo mayor evidencia cuando los debates sobre poblaciones tradicionales ganó énfasis, principalmente, a partir de la década de los años 80 en que los ecologistas,

organizaciones no gubernamentales, diversos movimientos sociales y académicos pasaron a valorizar los saberes de esas poblaciones por causa del agravamiento de los dilemas ambientales de la sociedad urbana e industrial y por la necesidad de enfrentar discusiones acaloradas con relación a la preservación de ecosistemas y a la biodiversidad. En esa misma coyuntura empezaron a surgir pesquisas sobre los saberes tradicionales en la perspectiva también de valorizarlos con el objetivo de administrar los recursos naturales.

En la actualidad, la valorización de los conocimientos de las sociedades tradicionales son vistos por un número significativo de movimientos sociales y estudiosos como portadores de elementos importantes que puedan servir para la intervención en los graves problemas ecológicos generados por el actual modelo de crecimiento económico.

Diegues (2000, p. 30) al discutir esa temática, muestra que como se trata del conocimiento tradicional, ese puede ser definido como

[...] el saber y el saber hacer, [...] generados en el ámbito de la sociedad no urbano industrial y transmitidos oralmente de generación en generación.

El mismo autor presenta también un concepto formado sobre poblaciones tradicionales quienes están

[...] relacionadas a un tipo de organización social y económica con reducida acumulación de capital, no usando fuerza de trabajo asalariado. En el cual productores independientes están involucrados en actividades económicas de pequeña escala como agricultura y pesca, recolección y artesanía. Económicamente, por lo tanto, esas comunidades se basan en el uso de recursos naturales renovables [...]. (DIEGUES, 2000, p. 87 *apud* DIEGUES 1992c)

Diegues (2001, p. 88) da una importancia significativa al debate sobre poblaciones tradicionales al afirmar que uno de los criterios más importantes para definirlos, además de su modo de vida, es la identidad de los actores sociales. Los individuos deben reconocerse como pertenecientes a aquel grupo social en particular que, según el propio Diegues, ese auto reconocimiento ha contribuido al fortalecimiento de la identidad sociocultural de varias poblaciones como los

quilombolas⁴ y los caiçaras⁵ en el Brasil, por ejemplo, aunque sean resultado de un proceso de contactos conflictivos con la sociedad urbano industrial se sienten orgullosas de ser reconocidas como tradicionales, lo que les distingue de los demás.

De acuerdo con la acepción dada por el mismo autor, dentro de una perspectiva de antropólogos neo marxistas como Godelier, Meillassoux y Terray las culturas tradicionales están involucradas dentro de una sociedad en que el trabajo no es apenas una mercancía y la dependencia del mercado no es plena. Entre los pueblos ribereños de la Amazonía la forma de trabajo es esencialmente extractivista y agrícola, volcada hacia la producción familiar en general, poseen una fuente de renta monetaria considerada baja que proviene de la comercialización de productos excedentes.

Además de eso, la forma de gestión del territorio de estas poblaciones presenta aspectos particularizados, con grandes áreas discontinuas, con aparentes vacíos ocupados en gran parte por campos de tierras no cultivadas. Las formas de delimitación de esas áreas representan el modelo de producción adoptado en el que las áreas son diversificadas según el recurso existente y el manejo realizado, lo que permite la definición de los ambientes de pesca, recolección de semillas, caza de animales que varían de acuerdo con las épocas del año, los regímenes de las aguas y de las lluvias en la región. Los diferentes ambientes resultan de una modalidad particular de producción que asocia diversas prácticas productivas (extractivismo vegetal y animal, agricultura, pequeñas crías).

Al analizar esas sociedades, Castro (1997, p. 225) señala que es posible la adaptación de esas poblaciones tradicionales a un medio ecológico altamente complejo llevándose en cuenta los innúmeros *saberes y habilidades* acumulados, tales como la utilización de los recursos locales, diferenciación entre fauna y flora en el interior de la selva, de sonidos y olores, conocimiento de la amplia diversidad de peces de los ríos, lagos e igarapés⁶, entre muchos otros.

3 Poblaciones tradicionales: haberes y habilidades

Las poblaciones tradicionales ribereñas desenvuelven sus actividades productivas siguiendo el ritmo de los ciclos de la naturaleza y, progresivamente, responden a los obstáculos que encuentran, adaptándose a las condiciones a ellas les toca enfrentar. De esta manera, al mismo tiempo en que se utilizan de los recursos locales a partir de estos ciclos de la naturaleza, por otro lado, el conocimiento adquirido por éstas a partir de esos ciclos, se configuran en tradiciones heredadas de los mayores con explicaciones míticas y religiosas al respecto de la naturaleza.

Tales sociedades en la Amazonía heredaron de los indígenas una estructura cultural sólida, aunque hayan sufrido duras imposiciones por parte de un modo de vida de otras culturas. Las consecuencias sufridas por los pueblos indígenas fueron sorprendentes, víctimas de la esclavitud, de la ideología religiosa, de las diversas enfermedades, pasaron de mayoría a minoría entre los años 1750 y 1988 pero contribuyeron decisivamente a la formación sociocultural de la región amazónica.

La fuerza económica de los diversos ciclos económicos en la Amazonía en que se explotó la materia prima de la región y se propició el encuentro de las diversas culturas puede ser entendida históricamente como la dominación del espacio amazónico.

Como consecuencia de eso, desde la colonización europea, viene ocurriendo el gradual empobrecimiento de vastos segmentos sociales, que dificulta la organización de las poblaciones ribereñas, indígenas, extractivistas tanto en el acceso y hasta, a veces, en la búsqueda de mejores condiciones de vida, de ciudadanía, visando alcanzar objetivos comunes, asistencia a la salud, seguridad, asistencia técnica a la producción, educación entre otros factores sino que solamente tales sociedades que conocen los ciclos naturales de la región, y según Furtao (1993, p.68), “[...] vivencian el *vivir* en la Amazonía”.

Massulo ([s.f.]) afirma que ribereños, literalmente, son individuos que viven en las márgenes de los ríos y de sus afluentes, o en

algunos casos viven sobre el río en casas flotantes o palafitas⁷. Pero ellos no se restringen apenas al medio rural, pueden también ser encontrados en los propios centros urbanos.

El mismo autor añade que los ríos son el complemento para la subsistencia de esas poblaciones, a veces para la propia vida pues el río ofrece no sólo el alimento sino también el abrigo a los mitos una vez que las entidades como la *mãe-d'água*⁸, *cobra grande*⁹ y otros personajes son considerados protectores por los ribereños.

En general, los actores sociales identificados como ribereños son también depositarios de saberes socio históricos que pueden determinar tanto el modo de producción singular cuanto el modo de vida de esas mismas poblaciones en el interior de una comunidad, pues poseen una manera particular de organización social. Es de suma importancia resaltar que el origen de esas comunidades proviene de un largo proceso regional, cuyas vidas recibieron la influencia directa de la organización socio cultural de las poblaciones indígenas que vivían en las aldeas.

Chaves (2001, p. 73) traduce la importancia de esas poblaciones al afirmar que,

[...] los ribereños son una referencia de población tradicional en la Amazonía a partir de la relación con la naturaleza, de la forma de comunicación, del uso de las representaciones de los lugares, del tiempo, de la integración con el agua y de los conocimientos de los sistemas de clasificación de fauna y flora que forman un extenso patrimonio cultural.

Viviendo en agrupamientos comunitarios con varias familias, el *modus vivendi* de esos grupos esta condicionado a la naturaleza pues la llena y la sequía determinan, en parte, las actividades cotidianas de subsistencia como el extractivismo vegetal, la caza, la pesca, los cultivos agrícolas, por ejemplo.

Cuando se trata de relaciones de producción, la forma de trabajo del ribereño está orientada hacia el extractivismo y la agricultura, centrado en la producción familiar, comercializando, muchas veces, apenas el excedente.

Los conocimientos de los ribereños con respecto a la naturaleza favorecen a toda la

sociedad en la medida en que ayudan en la formulación de ciertos conceptos sobre la realidad vivida. Siendo así, se entiende que los saberes de estas poblaciones ribereñas se constituyen en riquezas que toda la sociedad regional, nacional y global necesita urgentemente aprender a valorizar para conocer las prácticas y los saberes de esos actores sociales en cuanto al uso de los recursos naturales se refiere.

Esa posibilidad, por cierto, traería contribuciones para la obtención de elementos que pueden proporcionar valiosos conocimientos que servirían en la búsqueda de solución para el desarrollo social y la conservación ambiental y sociocultural en la Amazonía, teniendo en vista que los problemas enfrentados por esta región no se resumen al ámbito ecológico sino principalmente abarcan las dimensiones política, tecnológica, cultural y social.

Es importante que se preste atención a las acciones sociales destinadas a los segmentos sociales amazónicos, a las varias especies de artefactos producidos y a los diversos estados de conciencia, pues las formas culturales están articuladas en ellas. Además de eso, la cultura no puede ser vista solamente como el conjunto de comportamientos de una sociedad (tradiciones, hábitos, usos, entre otros), sino como un conjunto de mecanismos de control, como planes, reglas, instrucciones para nortear la praxis de los agentes sociales, considerándola como condición esencial para la existencia de las sociedades (GEERTZ, 1989).

Consideraciones Finales

El modo de vida caboclo de las poblaciones ribereñas de la Amazonía permite entender la incomparable adaptación de estas poblaciones a los recursos locales, con base en saberes e interpretaciones que son transmitidos de generación en generación, impregnados de cultura regional. Se reafirma el entendimiento de que los ribereños poseen un vasto conocimiento de los ciclos naturales, dominan las técnicas de producción y una organización social heredada de las sociedades indígenas.

Es importante destacar que la forma de organización social y el uso del trinomio

tierra-agua-selva posibilitó a las poblaciones ribereñas una adaptación al ambiente de cambio constante en el que viven, determinando estrategias diferenciadas de supervivencia para cada uno de estos medios.

Actualmente la relación hombre-naturaleza en la región amazónica sufre una fuerte presión por parte de diversas fuerzas en la que están presentes tensiones reales y simbólicas impuestas por la sociedad capitalista con demandas crecientes de explotación de los recursos naturales como materia prima para la producción industrial y obtención de lucro. Tales presiones expresan el conflicto entre la lógica del capital en busca de expansión y la lucha por la sobrevivencia de las sociedades tradicionales.

Las poblaciones tradicionales poseen intereses y necesidades distintas de las de las poblaciones urbanas que están sumergidas en las formas de consumo urbano-industrial. Para los pueblos amazónicos, el modo de vida está impulsado por la necesidad de reproducción física y sociocultural con adopción de técnicas sencillas y eficaces de manejo de los recursos locales. Tales prácticas aseguran la conservación de valores, saberes, habilidades que son contrapuestos a las prácticas de depredación y destrucción de reservas naturales existentes. En las principales actividades productivas, en la caza y en la pesca, en el extractivismo, en la agricultura son utilizados mecanismos culturales (prácticas, símbolos y representaciones), que son fundamentales para asegurar la manutención de la biodiversidad del ecosistema.

Toda y cualquier iniciativa o alternativa para la Amazonía que se proponga defender su continuidad como ecosistema altamente diverso con capacidad de prestar numerosos e importantes servicios ambientales esenciales y que proponga el desarrollo de actividades económicas importantes debe contemplar las experiencias de esas poblaciones tradicionales de la región. Pues, la naturaleza constituye para estas poblaciones no sólo una fuente de manutención y sustento sino que principalmente lugar de permanente observación, aprendizaje y experiencia, en que el saber es producido y reproducido continuamente.

Notas

- ¹ Várzea, *port.*, es planicie fértil y cultivable que permanece inundada en determinado periodo del año.
- ² Terra firme, *port.*, área de bosque tropical no inundable.
- ³ En portugués *borracha*, gomífera, (*hevea brasiliensis*)
- ⁴ Quilombolas... son comunidades negras de antiguos esclavos em Brasil?
- ⁵ caicara, en el Brasil es el habitante del interior de algunas regiones del litoral brasileño.
- ⁶ igarapé en la Amazonía es un pequeño río, muchas veces piscoso.
- ⁷ Palafitas son tipos de habitación típicas de la región amazónica construidas con maderas atadas con el piso alto.
- ⁸ mãe-d'água, personaje de una de las leyendas amazónicas.
- ⁹ Cobra grande, grande serpiente es otro de los personajes de leyendas amazónicas que pueblan el imaginario de estos pueblos.

Referencias

- CARVALHO, Edgard de Assis (Org). *Godelier: antropologia*. São Paulo: Ática, 1981.
- CASTRO, Edna E.; PINTON, Florence. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup-UFPA-NAEA, 1997.
- CHAVES, Maria do P. Socorro Rodrigues. *Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá*. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. (Org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/

NUPAUB-USP, 2000.

FREITAS, Marcílio de.; SILVA, Marilene Corrêa da. *Estudos da Amazônia contemporânea: dimensões da globalização*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, Maria A.; SILVEIRA, I.M. da. (Orgs). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, PA: M.P. Emílio Goeldi, 1993.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HEES, Dora Rodrigues. As Reservas Extrativistas: por uma nova relação homem-natureza. In: MESQUITA, Olindina Viana; SILVA, Solange Tietzmann (Coord). *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Geografia, 1993.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORÁN, Emilio F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. *Relação homem-natureza no modo de produção capitalista*. Scripta Nova. *Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. v. VI, n. 119 (18), 2002. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-18.htm>>. Acesso em: 02 jul 2003.

ROUÉ, Marie. *Novas perspectivas em etnoecologia: "saberes tradicionais" e gestão dos recursos naturais*. In: CASTRO, Edna E.; PINTON, Florence. *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup-UFPA-NAEA, 1997.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. Brasiliense: São Paulo, 1994.

A Governança Territorial no Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais
The Territorial Governance in the Circuit of the Meshes of Minas Gerais South
Le Gouvernement Territorial dans le Circuit des Mailles du Sud de Minas Gerais
El Gobierno Territorial en el Circuito de las Mallas del Sur de Minas Gerais

Lucas Labigalini Fuini*

Recebido em 10/2/2008; revisado e aprovado em 23/5/2008; aceito em 13/7/2008.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo central caracterizar a importância de estruturas de coordenação e regulação locais na dinâmica territorial do “Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais”, agregando-se um novo elemento ao estudo da competitividade territorial: a consideração das formas de “governança” e distribuição de poder em cadeias e sistemas produtivos com forte componente local e regional.

Palavras-chave: Governança. Território. Circuito das malhas.

Abstract: This work has as central objective to characterize the importance of local coordination and regulation structures in the territorial dynamics of “Circuit of the Meshes of Minas Gerais South”, adding a new element to the study of the territorial competitiveness: the consideration of the “governance” and distribution of power forms in chains and productive systems with local and regional component fort.

Key words: Governance. Territory. Circuit of the meshes.

Résumé: Ce travail a comme objectif central caractériser l’importance de structures de coordination et le règlement locale dans la dynamique territoriale dans le « Circuit des Mailles du Sud de Minas Gerais », en s’ajoutant un nouvel élément à l’étude de la compétitivité territoriale: la considération des formes de « gouvernement » et la distribution de pouvoir dans des chaînes et des systèmes productifs avec fort composant local et régional.

Mots-clé: Gouvernement. Territoire. Circuit des mailles.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo central caracterizar la importancia de estructuras de coordinación y el Reglamento local en la dinámica territorial en el “Circuito de las Mallas del Sur de Minas Gerais”, en s’añadiendo un nuevo elemento a l’ estudio de la competitividad territorial: la consideración de las formas de “Gobierno” y la distribución de poder en cadenas y sistemas productivos con muy componente local y regional.

Palabras clave: Gobierno. Território. Circuito de las mallas.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo central caracterizar a importância de estruturas de coordenação e regulação locais na dinâmica territorial de vantagens competitivas, agregando-se um novo elemento ao estudo da competitividade territorial: as formas de “governança” e distribuição de poder em cadeias e sistemas produtivos com forte componente local e regional. Trata-se de um estudo teórico e empírico extraído de idéias contidas na Dissertação de Mestrado intitulada “A Relação entre Território e Competitividade no Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais”, defendida pelo autor deste artigo no início de 2006.

Deste modo, a noção de governança vai além de uma simples forma de organização inter-empresarial concebida por relações puramente mercantis, associando-se tam-

bém às modalidades de coordenação econômicas mais complexas que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo de regulação misto entre o político e o econômico, entre o local e o nacional, com forte conteúdo territorial. Pode-se trabalhar, então, com a idéia de uma “governança territorial” posto que o complexo de relações entre atores e instituições define novas formas de regulação e coordenação de arranjos produtivos em âmbito local e regional. Associado ao termo governança, emerge também um quadro conceitual que envolve termos como “cooperação”, “capital social” e “recursos específicos”. A definição destes conceitos e sua associação ao temário mais geral da “governança” é também uma das demandas atuais quanto à realização de reflexões teóricas e empíricas que dêem conta da complexidade das relações sócio-produtivas e das novas for-

* Professor das Faculdades Asmec/MG e Mestre em Geografia pela Unesp-Rio Claro. É atualmente Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp-Rio Claro com financiamento pela FAPESP. Rua 10, 2527, Rio Claro/SP; tel.: (19) 3863-3593. E-mail: lucasfuini@yahoo.com.br.

mas de organização espacial da indústria.

O artigo organiza-se em três partes centrais: na primeira define-se o conteúdo do termo “governança” e sua associação com a categoria “território”. Na segunda busca-se aprofundar o quadro teórico da governança com a exploração de alguns conceitos próximos. Na terceira esboça-se o quadro empírico das relações institucionais e regulatórias do “Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais”.

Os Aspectos teórico-conceituais da Governança Territorial

Em torno do debate atualmente realizado sobre a importância de estruturas de coordenação e regulação locais na dinamização territorial de vantagens competitivas e promoção do desenvolvimento territorial, agrega-se mais um elemento ao estudo da competitividade dos territórios: as formas de “governança” ou de distribuição de poder em cadeias e sistemas produtivos.

A governança se refere às estruturas de coordenação e tomada de decisões na rede de relações entre unidades de produção e fornecedores-compradores, envolvendo a combinação de diferentes formas de hierarquia, subcontratação, parceria, “atmosfera”, agências públicas e para-públicas, de cooperação em tecnologias, etc. (BENKO, 1996). Tais formas de coordenação e organização do território tendem a se fortalecer com a redefinição do papel do Estado e sua crescente descentralização político-administrativa, potencializando o papel do local como âmbito do desenvolvimento territorial.

Essa noção ganha destaque com a maior flexibilização dos sistemas produtivos *pós-fordistas*, que fazem proliferar uma série de organizações em rede, relações contratuais e parcerias informais. Desse modo, a governança vai além de uma simples forma de organização inter-empresarial – concebida, sobretudo, por relações mercantis – passando a caracterizar modalidades de coordenação econômica mais complexas que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo de regulação misto entre a política e economia, eminentemente locais. Pode ainda estar associada a uma estrutura

composta por diferentes atores e instituições que permitem apreciar as regras e rotinas que fazem a especificidade de um lugar *vis a vis* a outros lugares no sistema produtivo nacional, revelando as capacidades locais de adaptação a lógica dos ramos e processos de aprendizagem (CORROLLEUR, 1994 apud PIRES, 2003).

A governança territorial interfere na competitividade das regiões ao definir formas de distribuição de poder em cadeias produtivas e outras formas de relacionamento comercial, institucional e industrial, fazendo convergir, em torno de um ator central, uma grande empresa, ou compartilhando, em vários atores articulados por uma instância coletiva, a tarefa de definir as estratégias competitivas principais de um aglomerado produtivo local.

A importância da governança local como uma fonte de competitividade tem sido particularmente enfatizada em duas linhas recentes de trabalho: ciência regional (e em particular a literatura do distrito industrial); e estudos de inovação. Estes dois corpos de trabalho consideram ambos a insuficiência da dinâmica do mercado para chegar à competitividade via *high road*, p. ex., através do *upgrading*. Na literatura do distrito industrial, a experiência da “Terceira Itália” e outras experiências européias dão forças (no final dos anos 1980 e início dos 90) para um novo modelo de política industrial local/regional que: (1) ênfase na delegação de funções para uma diversa gama de instituições governamentais e não governamentais; (2) opera através de instituições associadas a livre iniciativa, (3) estende a associação do empreendedorismo do setor privado para o público e (4) destaca a auto-ajuda (auxílio mútuo) através de associações de negócios e consórcio de produtores. (Em outras palavras, a proposição é que o desenvolvimento e a rápida difusão de conhecimento dentro do cluster não é somente resultado de sinergias acidentais, a “atmosfera industrial”, mas são buscados por redes políticas de atores públicos e privados.. Isto contribui para uma nova ênfase sobre a Região como nexos do aprendizado e efeitos de inovação.. (HUMPHREY; SCHIMTZ, 2002, p. 1019).

Essas estratégias podem, então, basear-se em investimentos na capacitação da mão-de-obra e na inovação, qualificação dos recursos e especificação, ou podem estar assentadas na redução de contingente e pagamen-

to de salários baixos, tirando seu diferencial concorrencial no jogo de preços do mercado. A governança é, pois, um elo essencial que liga a empresa a seus fornecedores, compradores e parceiros, públicos e privados.

Castro (2003) salienta que a densidade institucional inscrita nos territórios tem influência decisiva no desempenho econômico dos lugares, por meio de seus sistemas produtivos, e no campo da regulação política do espaço, aparecendo como instrumentos cuja territorialização indica o exercício da cidadania através do vínculo entre distribuição espacial e posse efetiva de direitos. Desse modo, o arcabouço normativo-institucional acoplado à concepção de governança é elemento indispensável para o diagnóstico do “desenvolvimento” da “competitividade” territorial. Boyer (1990, p. 73) caracteriza como formas institucionais “toda codificação de uma ou várias relações sociais fundamentais, resultando tais formas sociais do tipo de caracterização que se faz do modo de produção dominante”, destacando o espaço nacional como ambiente principal da regulação. As principais instituições, ou formas institucionais, presentes no regime de capitalista, seriam: a) as formas de restrição monetária (envolve a gestão monetária e as políticas de preços e câmbio); b) as configurações da relação salarial (tipos de organização do trabalho e modalidades de reprodução dos assalariados); c) formas de concorrência (relação entre estágios concorrenciais e monopolistas e controle estatal); d) modalidades de adesão ao regime internacional (adesão às regras que definem as relações entre Estados-nação) e, e) as formas de Estado (conjunto de compromissos institucionalizados que define a integração do Estado ao regime de acumulação).

Os Conceitos correlatos à Governança Territorial

A “cooperação” é um outro componente do sistema de valores compartilhados localmente e que caracteriza, no âmbito da concorrência e da competitividade, uma busca por aperfeiçoamento tecnológico e produtivo que não é regulada somente por custos e preços, incluindo a possibilidade de distribuir os riscos e benefícios de um “siste-

ma produtivo localizado” a partir das múltiplas formas de interação das empresas com as instituições e poderes locais dentro de um projeto coletivo. Cooperar neste sentido é dividir riscos, compartilhar incertezas e distribuir custos, alavancando o potencial competitivo de muitas empresas cujo capital restrito, às vezes, impede o acesso a determinados equipamentos e produtos tecnológicos. Bons exemplos dessas formas de organizações cooperativas são os próprios APLs, que representam umas das possibilidades de desenvolver benefícios mútuos e sinergias positivas. Cooperar também está associado, desse modo, a formas mais horizontais de relacionamento e reciprocidade, que Santos (1996) conceitua como acontecer solidário e contigüidade, estimulando projetos de desenvolvimento regional-local pautados em uma maior autonomia política e social não dissociada do aperfeiçoamento da produtividade econômica.

As aglomerações de indústrias especializadas funcionam como o meio geográfico onde os pequenos produtores em uma divisão social do trabalho (estabelecimentos especializados em diferentes atividades complementares) realizam as economias externas de escala, ou seja, o crescimento e as vantagens competitivas desses sistemas industriais localizados são geralmente baseados em um suporte mais ou menos amplo de instituições, atividades e serviços em elos sinérgicos, suporte este que pode estar concentrado em associações comerciais, por exemplo. As associações comerciais e industriais têm o importante papel de institucionalizar os elos do aglomerado, favorecendo a competitividade da economia regional como um todo.

Além de proporcionar um foro neutro para a identificação de necessidades, limitações e oportunidades comuns, as associações têm condições de atuar em pontos focais para a abordagem dessas questões. As associações geralmente assumem a iniciativa na organização de feiras e delegações nacionais e internacionais, desenvolvem programas de treinamento, em conjunto com as instituições locais, gerenciam consórcios de compradores, implementam atividades de pesquisa e instalações de testes, com base em universidades; coletam informações relacionadas com o aglomerado; proporcionam um

ambiente adequado para a discussão de problemas gerenciais comuns e se dedicam a muitas outras questões de interesse comum. Essas atividades se adicionam às funções tradicionais de atuar como interface com os governos locais, estaduais e centrais, orientando as reformas nos regulamentos e representando o aglomerado junto a outros grupos empresariais. (PORTER, 1999, p. 102).

Outras instituições que podem fortalecer o vínculo cooperativo entre os atores locais são os estabelecimentos de ensino que ministram disciplinas úteis à localidade, as *joint-ventures* e alianças estratégicas entre empresas, agências governamentais e paragovernamentais e o próprio poder público municipal ou estadual. Desse modo, a competitividade de pequenas e médias empresas acaba sendo fortemente dependente do meio onde estão inseridas, salientando os elos cooperativos que as empresas estabelecem com os demais elementos do território. As relações de cooperação envoltas na forma de convenções e de governança têm se respaldado em comunidades sociais cujos valores baseiam-se no apoio mútuo, denominado de *capital social*, objetivo bastante difundido atualmente no processo de construção de formas de regulação dos sistemas produtivos.

O capital social, segundo Putnam (2000, p. 177 apud VALENTIM, 1999), diz respeito às características da organização social como confiança, normas, organização, instituições e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Trata-se, pois de um conjunto de elementos que fazem parte da estrutura social e da cultura, como, por exemplo, as normas de reciprocidade, os padrões de associativismo, os hábitos de confiança entre as pessoas, as redes que ligam segmentos variados da comunidade. A influência do capital acumulado em práticas sociais sobre a produtividade e competitividade econômica tem relação com as práticas colaborativas entre indústrias e destas com universidades e entidades governamentais e da sociedade civil que impulsionam inovações viabilizando o dinamismo econômico de pequenas e médias empresas que alavancam a renda e o emprego local.

Benko; Pecqueur (2001) caracterizam o conjunto de fatores não necessariamente mercantis e eminentemente sociais e cultu-

rais que estimulam a diferenciação dos territórios, pela tipologia dos recursos e ativos, genéricos e específicos. Os recursos são fatores ainda latentes, a organizar e explorar e os ativos são fatores já em mobilização. Os ativos e recursos genéricos são fatores totalmente transferíveis, especialmente através de trocas mercantis, caracterizando seu valor no processo produtivo por uma questão de preço, como nos moldes da antiga idéia de competitividade industrial. Já os ativos e recursos específicos implicam em custos de transferência muito elevados ou que não podem ser dimensionados, definindo seu valor em função das condições de seu uso e dos processos interativos e cognitivos engendrados no ambiente histórico-cultural em que são configurados. Estes últimos elementos são aqueles que definem a diferenciação de um contexto territorial na concorrência com outros lugares através dos serviços e fornecedores especializados, da mão-de-obra qualificada e, sobretudo, das estruturas organizacionais e institucionais locais (COLLETIS-WAHL; PECQUEUR, 2001).

As estruturas de governança territorial, quando ancoradas em projetos para resolução de problemas associadas aos aglomerados produtivos e seu entorno, funcionam também como recursos e ativos específicos, visto que a complexidade das relações de conhecimento, cooperação e poder não podem ser transferidas entre contextos territoriais distintos.

Ao se exporem os principais elementos que fazem da competitividade uma noção mais ampla e complexa, face aos processos econômicos contemporâneos caracterizados pela mudança nas formas de organização das empresas em redes com maior ênfase à inovação e ao aprendizado tecnológico, fica patente que o território – em sua condição de configuração espacial de processos econômicos, políticos e sociais – adquire grande proeminência nos processos econômicos atuais. Trata-se de um “retorno” ao território como elemento essencial do desenvolvimento econômico, através de contextos locais bem-sucedidos na promoção de suas atividades econômicas, em uma densidade de atores e instituições reguladoras que possibilitam a criação de interdependências positivas e recursos específicos.

A Caracterização da Governança Territorial do Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais

A região compreendida pelo “Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais” abarca um conjunto de seis pequenos municípios localizados no extremo sudoeste do Estado de Minas (Monte Sião, Jacutinga, Ouro Fino, Borda da Mata, Bueno Brandão e Inconfidentes), na divisa com o extremo leste do Estado de São Paulo, compartilhando da mesma paisagem montanhosa (Serra da Mantiqueira) e recebendo a influência da polarização econômica do eixo São Paulo-Campinas, principal mercado consumidor da atividade turística e industrial local.

O “Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas” é resultado de uma política formal de desenvolvimento regional iniciada pela Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais, que visa conceder certificação e incentivos a uma série de circuitos turísticos espalhados pelo território estadual. É definição contida no Decreto Lei 43.321, assinado pelo Governador do Estado de Minas Gerais Aécio Neves em 08 de junho de 2003, que institucionalizou os Circuitos Turísticos. Um circuito é formado pela reunião de dois ou mais municípios em torno de uma atividade econômica principal e, por esse princípio, Jacutinga, Monte Sião e mais quatro municípios vizinhos se articulam em torno da produção de artigos de malha.

Esse órgão teve como medida inicial para sua oficialização a formação de uma Associação que integra representantes das Associações Comerciais e Industriais e Prefeituras dos seis municípios integrantes. O segundo passo foi a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico que garantiu o recebimento de um certificado provisório pela Secretaria de Turismo do Estado, em cerimônia realizada em março de 2006.

Nesse contexto, destacam-se os municípios mineiros de Jacutinga e Monte Sião, dois dos principais centros produtores de artigos em malha do Brasil – centros altamente especializados no segmento industrial de malharias e confecções de artigos do Vestuário. Segundo dados da RAIS (2003), em Monte Sião se localizam mais de 26% dos estabelecimentos de produção têxtil de Minas

Gerais, seguido por Jacutinga, com 17,2%, sendo que, dentre todos os municípios brasileiros, os dois apresentam as maiores especializações setoriais na “Fabricação de artigos de malha”, visto que Monte Sião tem mais de 66% de seus empregados formais da indústria alocados na indústria de malha, e Jacutinga mais de 57%.

VARIÁVEIS	MONTE SIÃO/MG	JACUTINGA/MG
POPULAÇÃO TOTAL	18.195	19.004
POPULAÇÃO URBANA	12.729 (70%)	14.316 (75,3%)
POPULAÇÃO OCUPADA	10.337 (56,8%)	9.705 (51%)
DESEMPREGO (DESOCUPADOS)	235 (2,2%)	235 (2,3%)
PIB MUNICIPAL E PIB PER CAPITA	R\$ 122.180.000/ R\$ 6.624/	R\$ 106.974.000/ R\$ 5.507/

Tabela 1 - Caracterização demográfica e econômica dos principais municípios do Circuito das Malhas

Fonte: IBGE (2000, 2002 e 2004) e Seade.

A especialização da região na produção de artigos em malha se desenvolveu em um contexto de estagnação da atividade agrícola local que estimulou o renascimento da produção de peças de malha artesanais confeccionadas, em pequenas quantidades, por famílias de origem italiana. Em período de expansão da industrialização no interior do estado de São Paulo e exploração do turismo termal – a partir das décadas de 1960-1970 – a manufatura de malhas ganha impulso com a descoberta de um potencial mercado consumidor de artigos semi-artesanais ligado ao movimento turístico regional. Nos anos 70 e 80 essa produção se expande com a aquisição de máquinas têxteis elétricas, levando a um aumento da produtividade da indústria local e estimulando a formação de Associações Empresariais representativas que passam a realizar Feiras periódicas de grande sucesso. Nos anos 90, com investimentos em tecnologia de produção, marketing, acabamento e inovação em modelos, o “Circuito das Malhas” se consolida como uma referência na produção de peças de vestuário no Brasil, considerando o peso do Estado de Minas Gerais (14,7% dos estabelecimentos do segmento no país) na indústria de vestuário e têxtil brasileira (BORIN, 2002).

Desta forma, o conceito de governança, aplicado ao contexto sócio-produtivo do “Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais”, traz a possibilidade de se identificar os principais atores que atuam e exercem influência nas dinâmicas econômico-territoriais locais e cujas sinergias e vínculos permitem a construção de instituições e organizações, algumas delas formalizadas e sedimentadas, como as associações comerciais e poder público local (Prefeituras), e outras ainda em estágio latente, baseadas em acordos e convenções tácitas, como é o caso do Circuito Turístico das Malhas. Sem contar a ação das próprias malharias e confecções locais, que são atores primordiais, ao lado do poder público, na definição das formas e estratégias de competitividade territorial local.

Concordamos então com Markusen (2002, p. 58) quando concebe os atores enquanto elementos essenciais no processo decisório no âmbito da geografia econômica, sendo definidos como:

[...] instituições que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que definem estabelecer ou criar firmas em determinados locais, trabalhadores que tomam a decisão de migrar, incluindo também entidades de caráter não lucrativo, cooperativas, grupos comunitários, associações profissionais, organizações religiosas, sindicatos trabalhistas e, acima de tudo, o Estado.

A atividade de intermediação que as Associações Comerciais e Industriais exercem cria facilidades quanto ao acesso a determinados serviços de consultoria, capacitação para o trabalho e logística. Esse papel é bem caracterizado em Monte Sião, onde a entidade é referência em treinamento gerencial para cerca de 35% das empresas e treinamento de funcionários para mais de 27%. Instituições como SEBRAE (Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial parte integrante do Sistema Confederação Nacional da Indústria - CNI - e das Federações das Indústrias dos Estados) aparecem também como relevantes na oferta de assessoria técnica, treinamento gerencial e treinamento da mão-de-obra, geralmente consorciados com as próprias Associações Comerciais e Industriais e Prefeituras locais.

No município de Jacutinga, por exemplo, mais de 76% dos estabelecimentos identificaram a Associação Comercial e Industrial local, a ACIJA (*Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga/MG*), como uma instituição importante para a indústria de malhas do município, ou seja, as próprias malharias já fizeram uso de algum tipo de serviço ou vantagem oferecido pela Associação. Em Monte Sião ocorre situação semelhante, com mais de 72% das malharias indicando a Associação Comercial e Industrial local, ACIMS (*Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Monte Sião/MG*), como a instituição mais atuante no município. Em segundo lugar, em ambos os municípios, aparece o “Circuito das Malhas do Sul de Minas” que, apesar de ainda não desenvolver muitas ações concretas como instituição, já é utilizado como referência pelos produtores locais devido às vantagens de divulgação externa e o referencial de procedência e qualidade de produção que o termo confere à indústria de malhas da região. Em um terceiro patamar, como referência institucional do Circuito das Malhas, estão as prefeituras, muito próximas dos bancos (públicos e privados), a despeito das várias críticas que ambos receberam quanto a investimentos em infra-estrutura e condições de financiamento. Menor parcela mencionou também o apoio do Sebrae e Senai - através de cursos e apoio técnico - geralmente intermediados pelas próprias Associações.

Considerações Finais

Dentre os elementos apontados por Fuini (2007) como característicos de um perfil dos recursos e ativos territoriais específicos da região do “Circuito das Malhas do Sul de Minas”, pelo menos três deles estão diretamente relacionados à temática da “governança territorial”:

- a) Especialização setorial local e adensamento da cadeia produtiva local dentro dos municípios e entre os municípios permitindo identificar, no tecido sócio-produtivo local, a configuração de um Arranjo Produtivo Local (APL);
- b) Arcabouço institucional necessário à inovação e articulação mínimas entre os atores locais e agentes externos, tarefa exer-

- cida, sobretudo, pelas Associações comerciais e industriais através dos serviços que oferecem;
- c) Envolvimento de vários municípios no projeto do “Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas”, que institucionalizará a procedência da produção regional, distinguindo-a de outras regiões e fortalecendo a integração das cadeias produtivas entre municípios.

Além das especificidades territoriais acima expostas, o “Circuito das Malhas” é detentor também de uma outra vantagem competitiva essencial: a proximidade geográfica em relação aos principais centros consumidores do país (Região Sudeste), apesar da tendência à diversificação estadual e regional das vendas locais.

No entanto, a região possui também alguns gargalos e carências à competitividade e expansão econômica, analisados na condição de recursos e ativos genéricos. Dos elementos que ainda constituem a fragilidade competitiva do “Circuito” pode ser imputada como, por exemplo, a baixa instrução e competência técnica da mão-de-obra, carência de serviços mais sofisticados (crédito, consultorias) e a fragilidade do vínculo cooperativo entre atores privados, poder público municipal e os sindicatos, concomitante ao individualismo empresarial, fatores estes que contrabalanceados em relação aos recursos e ativos específicos, resultam na caracterização da situação de competitividade e desenvolvimento territorial dos municípios centrais da região das malhas do sul-mineiro.

O contexto sócio-produtivo do “Circuito das Malhas do Sul de Minas” passa, no momento atual, por um processo de transição em sua evolução tecnológica e nível de integração sócio-institucional. O atendimento às exigências por inovação tecnológica em termos de utilização de maquinário avançado e adaptação da mão-de-obra parece agora dar lugar à demanda por uma aproximação institucional entre os atores principais do “Circuito”, visto que a cooperação poderia funcionar como importante alavanca territorial para o acesso a serviços especializados; estímulo à inovação incremental – sobretudo no período de outono-inverno; desenvolvimento de projetos turísticos e busca por novos mercados consumidores, via-

bilização de melhores condições de trabalho e de qualificação da mão-de-obra e, aumento no número de empresas que exportam seus produtos e que acessam mercados mais sofisticados.

Tais mudanças permitiriam à região dar um salto qualitativo importante rumo à criação e à consolidação de novos “recursos e ativos” específicos tão importantes na busca por uma competitividade territorial crescente. Neste sentido, maior parte dessas transformações passa necessariamente pela articulação de novas formas de governança entre os atores territoriais, permitindo construir articulações inéditas entre as empresas, o poder público, em seus diversos níveis, e os demais atores e instituições locais. Esta maior integração deveria atender às expectativas coletivas de se buscar a especificação crescente dos recursos territoriais locais, associado a um projeto mais amplo de desenvolvimento territorial, visto que este termo designa:

[...] uma ação coletiva intencional de caráter local – um modo de regulação territorial – associado a uma cultura, a um plano e instituições locais. É dinamizado por expectativas de vantagens locacionais, no qual o território é considerado um recurso específico e um ator principal do desenvolvimento econômico regional, a um só tempo disponível e a ser criado. Por último, trata-se de um processo de mudança social, de caráter qualitativo e endógeno, capaz de produzir solidariedade, cidadania comunitária e bem-estar para a população de uma dada localidade e região”. (PIRES; MULLER; VERDI, 2007, p. 439).

Referências

- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: Na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez, 2001.
- BOYER, R. *A Teoria da Regulação: Uma Análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BORIN, P. *Divisão interurbana do trabalho e uso do território nos municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG)*. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – USP, São Paulo, 2003.
- CASTRO, I. E. de. Instituições e Território: Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. *Geosul*. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, 2003.

- COLLETIS-WAHL, K.; PECQUEUR, B. Territories, Development **148** **A governança territorial no circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais** **148** INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 9, n. 2, p. 141-148, jul./dez. 2008. Lucas Labigalini Fuini INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 9, n. 2, p. 141-148, jul./dez. 2008., and Specific Resources: What Analytical Framework?. *Regional Studies*. Reino Unido, v. 35, n. 5, p.449-59, 2002.
- FUINI, L. L. *A relação entre competitividade e território no Circuito das Malhas do Sul de Minas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, IGCE-UNESP, Rio Claro, 2007.
- HUMPHREY, J.; SCHIMITZ, H. How Does Insertion in Global Value Chains Affect Upgrading in Industrial Clusters?. *Regional Studies*. Reino Unido, v. 36, n. 9, p. 1017-27, 2002.
- MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- PIRES, É. L. S. *Os mercados de trabalho nas Zonas de Integração Regional: A construção inacabada da regulação salarial na União Européia*. Tese (Livre Docência) – IGCE, UNESP, Rio Claro, 2003.
- PIRES, É. L.; MULLER, G.; VERDI, A. R. Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: Delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. *Geografia* – Associação de Geografia Teórica. Rio Claro/SP, v. 31, p. 437-54, set/dez. de 2006.
- PORTER, M. *Competição: Estratégias Competitivas Essenciais*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 1999.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SENGENBERGER, W.; PIKE, F. Distritos Industriais e Recuperação Econômica Local: Questões de pesquisa e de política. In: COCCO, G., et al. (org.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália*, 2. ed. Rio de Janeiro: Coleção Espaços do Desenvolvimento, Sebrae e DP&A Editora, 2002, p. 101-46.
- STORPER, M.; HARRISON, B. Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: As mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governância nos anos 90. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), *As Regiões Ganhadoras*. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 171-88.
- STORPER, M. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos Países em Desenvolvimento. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JR. O. A. dos (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995, p. 23-63.
- VALENTIM R. O Capital Social como um dos elementos que compõem a Dinâmica do Desenvolvimento Regional. In: BECKER, D. F.; WITTMAN, M. L. (org.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Sta. Cruz do Sul/RS: Edunisc, 2003, p.245-61.

Turismo rural e agricultura familiar: o caso de Nossa Senhora do Livramento-MT
Agricultural tourism and familiar agriculture: the case of Nossa Senhora do Livramento-MT
Tourisme agricole et agriculture familière: le cas de Nossa Senhora do Livramento-MT
Turismo rustico y agricultura familiar: el caso el Nossa Senhora do Livramento-MT

Carlos Alberto Simões de Arruda*
Silvia Regina Fernandes Vilanova**
José Franklim Chichorro***

Recebido em 12/10/2007; revisado e aprovado em 23/11/2007; aceito em 13/6/2008.

Resumo: Este artigo discute o turismo rural e a agricultura familiar como possibilidades do desenvolvimento local em Nossa Senhora do Livramento - MT sugere usar de maneira eficiente e de formas alternativa os recursos ambientais existentes através da agricultura orgânica, do artesanato, agregando valores a produtos naturais e a produção existente e organizar o setor. No trabalho foi identificado pouco intercambio de informação entre as duas estratégias, fator que com certeza demonstra as reais necessidades de estudo e planejamento que possa aportar e melhor desenvolver o rural distribuindo renda e qualidade de vida das pessoas que ali residem e exercem influência direta na racionalidade do uso dos recursos ambientais.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Ruralidade. Folklore.

Abstract: This article discusses rural tourism and agriculture as a family that can give a local development in Nossa Senhora do Livramento - MT suggests using efficient ways and alternative forms of the environmental resources through the existent organic farming, handicrafts, adding value to natural products and production existing and organize the industry. At this work has been identified little exchange of information between the two strategies as a factor that will certainly demonstrates the real needs of the study and the planning that can provide better and develop the rural distributing income and quality of live of people who live and have influence rationality on the use of environmental resources.

Key words: Local development. Rurality. Folklore.

Résumé: Cet article discute le tourisme agricole et l'agriculture familière je mange des possibilités du développement local dans Nossa Senhora do Livramento - MT suggère d'utiliser de manière efficace et de formes alternatives les ressources environnementales existantes à travers l'agriculture organique, de l'artisanat, en s'ajoutant valeurs à des produits naturels et la production existante et d'organiser le secteur. Dans le travail il a été identifié peu d'échange d'informations entre les deux stratégies, facteur qui avec certitude démontre les réelles nécessités d'étude et planification qui puisse accoster et meilleur il développera l'agricole en distribuant revenu et qualité de vie des personnes qui là habitent et exercent influence directe dans la rationalité de l'utilisation des ressources environnementales.

Mots-clé: Développement local. Ruralité. Folklore.

Resumen: Este artículo charla por el turismo rústico & el agricultura familiar como posibilidad de la desenvolvimiento sitio em Nossa Senhora do Livramento - MT sugerir uso de manera todo - a la vuelta de & de formas alternación el recurso medioambiental existente vía el agricultura orgánico , de la artesanía , agregado valores el productos nativos & el producción existente & organizar el área. Estar trabajando estado identificable pequeño intercambio de información entre el dos estratégico , factor como con el certeza ella manifestar el realidad necesidades de estudio & planificando qué poseer afijo & mejor revelar el rústico repartiendo ingreso & cualidad de vida del gente qué entonces residir & ejercicio influencia horrendo en racionalidade de la uso del recursos ambientales.

Palabras clave: Desenvolvimento local. Ruralidade. Folklore.

Introdução

O turismo e a agricultura familiar são atividades importantes para a gestão dos recursos ambientais onde contribuem positivamente ou não. Sendo assim terão influência direta na dinâmica ambiental. O tu-

rismo passou a ter importância em todos os setores pelos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos. A globalização traz possibilidades que a pouco tempo não seriam sequer imaginadas.

Segundo o documento, do Ministério do Turismo, "Diretrizes para o Desenvolvimento

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais da Universidade Federal de Mato Grosso. Endereço: Travessa Ipiranga, 120, Bairro da Manga, CEP 78115-550. Várzea Grande-MT. E-mail: arrudacarlos33@yahoo.com.br.

**Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais da Universidade Federal de Mato Grosso. Endereço. Rua General Zenóbio da Costa, 112, Bairro Duque de Caxias, CEP 78043-374. Cuiabá-MT. E-mail: vilanova.silvia@gmail.com.

***Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: jfranklim@terra.com.br.

do Turismo Rural”, a conceituação de Turismo Rural fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. Com base nesses aspectos, e nas contribuições dos parceiros de todo o País, define-se Turismo Rural como:

o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (BRASIL, 2007)

Segundo Abramovay (2003, p. 33), “Por um lado, pela oposição aos transtornos e a insegurança da vida urbana e metropolitana, um dos fatores que produzem mundialmente um movimento migratório, inclusive de camadas de média e alta renda e com boa formação educacional, para áreas não densamente povoadas. Por outro lado, nas áreas não densamente povoadas é, com frequência, menor o sentimento de solidão trazido pelo anonimato da vida metropolitana: sobretudo quando essas áreas podem representar a recuperação e o esforço de relações de proximidade familiar, comunitária e de vizinhança. Que estes valores possam transformar-se em fontes de desenvolvimento e geração de renda vai depender tanto da organização dos habitantes e das instituições rurais, como sobretudo, do tipo de relação que conseguem estabelecer com as cidades.

Turismo como desenvolvimento local para ser instrumento de promoção de melhoria de qualidade de vida deve obrigatoriamente fazer parte da vontade e das atitudes da comunidade, neste caso entende-se, moradores locais, frequentadores eventuais, comércio, indústria, produtores, ONGs, universidades, escolas, governos e todos com ações diretas nesta comunidade.

No Brasil, assim como no mundo, o setor de hospedagem é constituído em sua maioria de pequenos e médios estabelecimentos, principalmente quando se fala de turismo sustentável ou vinculado ao “Ambiente Natural”. Por toda a potencialidade de ecossistemas, fauna, flora, e variedade socioeconômica, o debate sobre o desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil vem buscando caminhos para maior conscientização e compromisso de parte do setor privado com pos-

turas responsáveis, capazes de contribuir à sustentabilidade ambiental, econômica e social do setor.

Aulicino (1997), conclui em seu trabalho intitulado, “Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais”, dizendo: “A exploração turística dos recursos ambientais deve revelar que em primeiro lugar se está prestando um serviço cujo objetivo final é, sem dúvida, o lucro: mas lucro como retorno da qualidade de um serviço prestado que deve ser cuidadoso com o turista e com o ambiente que inclui necessariamente a comunidade humana local”.

Abramovay (1992) faz uma contribuição importante ao analisar o surgimento do agricultor familiar moderno, recuperando o que seria seu caráter distintivo em relação ao camponês. Para o autor, o produtor familiar na sociedade moderna representa uma forma de produção

altamente integrada com o mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho. (ABRAMOVAY, 1992, p. 22)

Segundo ele, o que era uma categoria social fadada à decomposição no processo de expansão do capitalismo nos clássicos marxistas converteu-se no seu expoente mais saliente. Outros autores abordam de outra forma a reprodução da agricultura familiar no capitalismo, como é o caso de Mann e Dickinson (1978), que atentam para a dificuldade no surgimento das empresas capitalistas na agricultura, uma vez que há uma nítida separação entre tempo de trabalho e tempo de produção na agricultura. Esta separação acabou inspirando Aidar e Perosa Júnior (1981) a afirmarem que as unidades familiares modernas de produção são parceiras privilegiadas do capital agroindustrial.

Como os principais impactos econômicos temos a sobrevalorização de terras e imóveis, da pressão para que a exploração seja além da capacidade de suporte e ainda o aumento do custo de vida na região; Os Benefícios econômicos que podem ser observados a curto e médio prazo, é a criação de empregos formais e a melhor distribuição de renda.

Como impacto ambiental propriamente dito pode ocorrer alteração da paisagem, poluição dos mananciais, do solo, sonora e do ar; captura de animais e retirada de espécies silvestres. Alterações comportamental e hábitos alimentares da biota. Os benefícios ambientais devem ocorrer na conservação de áreas naturais, conscientização sobre o equilíbrio do meio ambiente, controle dos agentes poluidores, e principalmente a manutenção da paisagem.

Os impactos sociais que ocasionalmente acontecem são os conflitos entre a comunidade e atores externos, a perda dos valores culturais locais, tradições, crenças, artesanato e outros.

Espera-se como benefício social, os investimentos na infra-estrutura viária, de comunicação, de abastecimento, saúde pública e sanitários dando respaldo as atividades do turismo local, e ainda fortalece o artesanato, comércio local, às manifestações culturais e tradições.

Del Grossi (1999) observou que a população rural do Brasil, não é exclusivamente agrícola, uma vez que mais de 3,9 milhões de pessoas estava ocupado em atividades não-agrícolas, em 1995, o que representava 26% da PEA - População Economicamente Ativa, rural ocupada. Segundo este autor, a PEA rural não-agrícola, de certa forma, vem mantendo o contingente de trabalhadores rurais, pois, enquanto os ocupados na agricultura permaneceram estagnados entre 1981 e 1995, a PEA rural não-agrícola aumentou em quase 1 milhão de pessoas em todo o país, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Considera-se o "Ecoturismo" como a atividade de junção das atividades de turismo rural e agricultura familiar no desenvolvimento local, mitigando os impactos ambientais dessas duas atividades, como alternativa concreta de geração de emprego e renda. A ruralidade é o ponto fundamental para atrair o turista para áreas rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.

2 Área de estudo, Nossa Senhora do Livramento - Mato Grosso.

2.1. Histórico e Antecedentes Legais

O Município de Nossa Senhora do Livramento tem origens garimpeiras. Em 1730, paulistas sorocabanos descobriram ouro no Ribeirão dos Cocais, a 06 léguas de Cuiabá.

A crença popular de Livramento conta que, durante uma viagem, ainda no começo do século XIX, a imagem de Nossa Senhora do Livramento passava pelo povoado de São José dos Cocais, vinda de Portugal carregada em cima do lombo de um burro. A comitiva parou para descansar e na saída o animal que carrega a imagem da Santa empacou. Não queria sair mais do lugar. Com isso, os chefes da comitiva decidiram desistir de ir adiante e construíram um pequeno rancho, no qual eternizaram a imagem de Nossa Senhora do Livramento. A partir daí, a santa emprestou seu nome à localidade.

O município foi criado pela Lei Provincial n. 598, de 19 de 1883. Em 31 de dezembro de 1943, houve alteração na denominação, passando para São José dos Cocais. Tratava-se de retomar o primeiro nome da localidade. A Lei n. 179, de 30 de outubro de 1948, alterou o nome de São José dos Cocais para Nossa Senhora do Livramento, voltando à antiga denominação. O primeiro nome popular foi Cocais, depois São José dos Cocais, em referência ao rio e ao Santo protetor. A Lei n. 11, de 26 de agosto de 1835, criou a Paróquia de Nossa Senhora do Livramento, alterando assim, o nome original de São José dos Cocais (Seplan, 2004).

O Município a diversificação de culturas agrícolas e aproveitando as pastagens nativas permitiram um gradativo desenvolvimento da criação bovina para corte e produção de leite. Pela ocupação esparsa por conta dos "focos" de ouro, possui diversas comunidades que vivem cada uma com suas características próprias, povo trabalhador adaptado às adversidades do ambiente. Para subsistência tiveram que criar sistemas de produção próprios que passam de pai para filho, aproveitando as áreas mais férteis e apropriadas para cultivo. Trabalham preferencialmente em áreas de solos mais férteis

e profundos, geralmente próximo a um córrego que normalmente é intermitente.

Famosa pela tradição de produção da Banana e seus derivados, também se destacam a cultura da mandioca para consumo *in natura* e produção de farinha, cana de açúcar e da rapadura, a pecuária e carne seca. A agricultura familiar tem se transformado em uma alternativa de melhoria da qualidade de vida as populações tradicionais bem como dos assentamentos hoje existentes.

Com Atrativos Turísticos o município ressalta a Igreja de Nossa Senhora do Livramento ícone da religiosidade do livramentense e região, construída no século XVIII e reformada em 1883. A obra que tem como cenário - a Praça da Bandeira, na Avenida Coronel Botelho, o templo chama atenção pelo seu modelo arquitetônico neoclássico.

O Relógio da Praça localizado na Praça Central foi idealizado pelo saudoso Frei Salvador Rouquette, vigário da Igreja local. No passado, a obra funcionava como antigo sistema de abastecimento de água da população, hoje, desativado. O relógio na torre da fonte ainda funciona pontualmente na praça principal da cidade. O Big-Bem dos papa-bananas, como são conhecidos os livramentenses, construído na década de 30 é parte integrante do harmônico conjunto arquitetônico do município.

A Casa de São Benedito, sede oficial da festa do Santo, o local também é considerado a "casa" do Santo negro. Abriga as tradições Afro do município, ponto turístico que deve ser visitado por quem quer conhecer a história viva do Brasil.

Na Comunidade de Mata-Cavalo, próximo a sede do município é possível conhecer famílias remanescentes de quilombolas. Neste espaço é possíveis entrar em contato com a história dos negros mato-grossenses, com sotaque próprio e único, artesanato, danças, músicas, cantigas, produção orgânica e ainda bela paisagens cênicas naturais e fazendas centenárias que datam da época dos escravos.

O folclore livramentense faz parte dos folguedos mais populares e antigos do Estado de Mato Grosso, é praticado principalmente na zona rural, fazendo parte da maioria das festas como casamento, batizados, carnaval, aniversário, etc., bem como festas

como das tradicionais realizadas em louvor aos santos católicos.

Nossa Senhora do Livramento poder ser considerada como o berço da cultura mato-grossense, pois aqui ainda cultua-se a maioria das manifestações folclóricas do estado, como o Cururu, Siriri, Boi á Serra, Dança de São Gonçalo, Dança do congo e o autêntico rasqueado.

A Dança do Congo é uma das mais antigas representa a luta dos cristãos contra os mouros, tem forte influência africana, com devoção a São Benedito e N. Sra. do Rosário, pela liberdade concedida aos negros nas varias lutas apreendidas. O Siriri é um dos folguedos mais populares, pode-se dizer que é baile ou até mesmo o carnaval do povo. A Dança de São Gonçalo, e o Boi à Serra também são apresentados em festas e eventos, mostrando a variedade folclórica livramentense.

2.2 Informações do Município

- Relevo - Depressão rio Paraguai, calha do rio Cuiabá. Participa do pantanal de Mato Grosso, Serras das Araras.
- Distância da Capital - 32 Km.
- Formação Geológica - Coberturas dobradas do Proterozóico, com granitóides associados, Grupo Alto Paraguai e Cuiabá. Faixa Móvel Brasileira.
- Bacia Hidrográfica - Grande Bacia do Prata. Para esta bacia contribuem as bacias dos rios Paraguai e Cuiabá. O Paraguai recebe, pela esquerda, os rios Jauguara e Sangradouro Grande. O rio Cuiabá faz divisa, a leste com o município de Barão de Melgaço.
- Economia - Destaca-se a pecuária, no sistema de cria, recria e corte. A agricultura é de subsistência, destaque para a produção de bananas. O extrativismo mineral é largamente praticado no município, que possui imensas jazidas auríferas. PIB R\$ 44.848.964,00 IBGE / 2003, PIB per capita R\$ 3.503,55 IBGE / 2003.
- Altitude na sede 232 metros.
- Clima - Tropical quente e sub-úmido, com 5 meses de seca, de maio a setembro. Precipitação anual de 1.750 mm, com intensidade máxima em dezembro, janeiro e fevereiro. Temperatura média anual: 24°

C, maior máxima 42° C, e menor 0° C. O clima da região de Cuiabá é do tipo Aw de Köppen, ou seja, tropical semi-úmido com temperatura média de 24° a 26°C, com quatro a cinco meses secos e duas estações bem definidas: uma seca (outono-inverno) e uma chuvosa (primavera-verão), com índice pluviométrico médio anual de 1250 a 1500 mm (MAITELLI, 1994).

- A População Total do Município era de 12.141 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).
- Área é de 5.192,57 km² representando 0.5748 % do Estado, 0.3244 % da Região e 0.0611 % de todo o território brasileiro.
- O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.655 /PNUD (2000).
- Altitude da Sede: 232 m
- O Município foi premiado com atrativos Naturais como Serra das Araras, localizada cerca de 120 km da sede, a área que possui 71.462.64 hectares foi transformada em APA - Área de Proteção Ambiental. Possui uma diversidade abundante de recursos hídricos, com minas de água e complexo com mais de 20 cachoeiras já conhecidas. Entre as cachoeiras mapeadas estão, Cachoeira das Araras, o complexo Bacaina, localizada na Serra das Araras, na região médio Pantanal do município, é formada pelas cachoeiras de Borbô, do Tembê, do Boni e do Estrela.

Hidrografia

A hidrografia do Município é composta principalmente dos Rios Bento Gomes, Cuiabá, Espinheiro, Formigueiro, Pari, Piraim, Sangradouro e Santana ; Córregos Landi, e Corvo e do Ribeirão dos Cocaes. Ainda possui diversos córregos menores.

Vegetação

A cobertura vegetal do Município é do tipo semicaducifolia, apresentando três situações distintas: árvores de grande porte, árvores de porte médio e um mais ralo arbustivo nos terrenos mais elevados.

Étnico

A mistura das raças branca e negra não ocorreu com intensidade, permanecendo as duas de modo mais puro que em outras regiões. Por esse costume, a sociedade apresenta características múltiplas, qualidades, defeitos, modismos de linguajar nitidamente locais, diferentes de outras comunidades regionais e locais.

3 Metodologia

3.1 Características da unidade de estudo

As comunidades rurais do município de Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso, tiveram suas origens no garimpo de ouro. A exemplo do que ocorre em outros garimpos do Estado, devido ao sistema de extração ser do tipo "modo de cata", as lavras foram se esgotando de modo que a vida se restringiu à agricultura de subsistência (Ferreira, 2001).

A diversificação de culturas agrícolas e o aproveitamento das pastagens nativas permitiram um gradativo desenvolvimento da criação bovina para corte e produção de leite. Por conta dos "focos" de ouro e pela ocupação esparsa se estabeleceram diversas comunidades, cada uma com suas características próprias, com trabalhadores adaptados às adversidades do ambiente.

Essas comunidades são conhecidas pela tradição de produção da banana e seus derivados. Destacam-se, também, pelo cultivo da mandioca para consumo *in natura* e para a produção de farinha; a cana-de-açúcar muito usada para a produção da rapadura; e a pecuária de leite e de corte, com produção de carne-seca. A agricultura familiar tem se transformado em uma alternativa de melhoria da qualidade de vida dos moradores (SEPLAN, 2004).

3.2 Coleta e Análise de dados

Segundo Lüdke e André (1986), a pesquisa que tem o intuito de abordar e analisar as opiniões do público alvo, dentre outras características, é classificada como pesquisa qualitativa. Foram levantados fatores em âmbito social, cultural e relacionados à questão ambiental.

A percepção ambiental dos entrevistados em relação aos recursos naturais foi avaliada pela escala de adição de Likert (1932). Esse método baseia-se na premissa de que a atitude geral dos indivíduos se remete às crenças sobre o objeto da atitude, à força que mantém essas crenças e aos valores ligados ao objeto (Oliveira, 2001). Por meio do questionário os entrevistados não apenas respondem se consideram importantes ou não os itens questionados, mas também informam qual seu grau de importância (Silva, 2001).

O questionário foi composto por questões sobre as características sócio-econômicas dos entrevistados e 15 atributos, e foram aplicados em entrevistas pessoais e individuais à 56 moradores sendo visitadas 19 propriedades conforme figura 1.

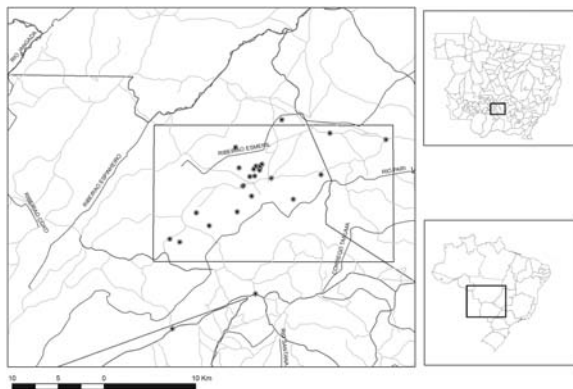


Figura 1. Mapa de localização das propriedades visitadas.

As questões visam avaliar a percepção da importância que os produtores rurais e familiares atribuem aos recursos naturais e se há ou não interesse em sua conservação. Cada item foi classificado por cada um dos entrevistados em uma escala de cinco pontos: 1. Não é Importante, 2. Pouco importante, 3. Tanto faz, 4. Importante, e 5. Essencial.

4 Resultados e Discussão

Observa-se que a comunidade possui pouca escolaridade sendo composto por 58,35% com 1º grau incompleto e 36,6% não são escolarizados.

Com relação à faixa etária dos entrevistados 33,33% possuem entre 30 e 39 anos, entre 40 e 49 anos 27,78 %, e as faixas de 50

à 59 anos, 20 à 29 anos e mais de 60 anos 11,11% cada. Sendo que 55,56% são do sexo feminino e 44,44% do sexo masculino.

A renda média familiar dos entrevistados é constituída por: 45,5% de 1 à 3 salários mínimos, 45,5% de 3 à 5 salários, 18,2% abaixo de 1 salário mínimo e 3,85% de 1 salário mínimo. Entre os entrevistados 16,07% declararam trabalhar em outras propriedades.

A tabela 1 apresenta o resultado do questionário aplicado com os 15 atributos ambientais relacionados em ordem de importância atribuída pelos entrevistados.

Tabela 1. ordem de importância dos atributos ambientais para os pequenos agricultores de Nossa Senhora do Livramento-MT, 2007.

Colocação	Atributo
1º	Recursos Hídricos
2º	Energia
3º	Diversidade vegetal
4º	Recursos Vegetais
5º	Aproveitamento
6º	Utilização
7º	Recursos Minerais
8º	Diversidade animal
9º	Recursos Faunísticos
10º	Recursos Turísticos
11º	Conservação
12º	Preservação
13º	Reutilização
14º	Reciclagem
15º	Cultura Regional

Agricultura familiar

A agricultura familiar consiste em um modelo de produção onde a gestão produtiva tem como o núcleo de decisões, a gerência, o trabalho e o capital, na unidade familiar.

No Brasil segundo o IBGE - Censo agropecuário 1995/1996, existe 4.859.864 de estabelecimentos, os agricultores familiares representam 85,2% do total, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura. O Centro-Oeste apresenta o menor percentual de agri-

cultores familiares entre as regiões brasileiras, representando 66,8% dos estabelecimentos da região e ocupando apenas 12,6% da área regional e 12,7% dos financiamentos. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro – como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais – chega a ser responsável por 60% da produção. Por ser diversificada, a agricultura familiar traz benefícios agro, sócio, econômicos e ambientais. Predominantemente no mundo inteiro este é o sistema que ocorre.

A necessidade de pesquisa para atender a crescente demanda da agricultura familiar se torna cada vez mais evidenciada, principalmente na modernização dos sistemas de organização e de gerencia. Outro tema importante é o da verticalização da produção e da comercialização na melhoria da renda, ainda como fonte de renda não se pode esquecer do desenvolvimento de atividades não agrícolas. Para cada região do país existem situações distintas que tem que ser trabalhadas pela pesquisa e apontadas as alternativas para cada uma dessas regiões. Neste artigo estamos justamente possibilitando a discussão dentro deste tema importante para o Brasil.

Cordeiro, Petersen, e Almeida (1996), colocam uma série de razões pelas quais a agricultura familiar possibilita melhores condições de sustentabilidade, desde que lhe sejam dadas condições:

- A primeira ser uma ocupação econômica que combina a exploração familiar e a organização de profissionais que incorpora equilíbrio econômico, social e ambiental;
- O funcionamento econômico da agricultura familiar não se fundamenta na maximização da rentabilidade do capital e na geração de lucro no curto prazo, e sim nas necessidades das famílias e manutenção do potencial produtivo da terra, percebido como um patrimônio;
- A propriedade familiar é uma unidade de produção e consumo, valoriza a diversidade, os poli-cultivos e criações, distribuídos de forma equilibrada no espaço e no tempo;
- A agricultura familiar mantém uma relação de simbiose com a terra, valoriza as potencialidades do meio implementando

suas estratégias de reprodução econômica.

- Do ponto de vista ambiental, favorece maior e melhor distribuição territorial, pelas adaptações das mesmas a unidades ecológicas melhor definidas e homogêneas;
- E por fim, é portadora de grande eficácia coletiva, encoraja e favorece o planejamento, o desenvolvimento local e a gestão coletiva dos recursos naturais, equilibrada e sustentada.

A comunidade Carandá Moita Grande é composta essencialmente de famílias que compõe esse extrato da sociedade. Acredita-se que a através de um planejamento consistente acompanhado de ações realizadas dentro de uma programação coerente que atenda as possibilidades das famílias os resultados de uma melhor gestão certamente serão positivos.

Turismo rural

No Brasil o turismo rural possui imensuráveis situações favoráveis para o exercício da atividade, como fauna e flora diversificada, culturas, geografia, geologia, cenários além de vários estilos de vida do homem rural 'caipira', 'sertanista', 'sertanejo', 'gaúcho', peões e outros tantos que fazem de nosso país um grande parque de diversão e distração.

Diariamente a abordagem que propugna as potencialidades e benesses de 'estimular' o desenvolvimento rural via serviços, dentre as quais se destaca fortemente o exame da atividade turística em espaço rural (BALASTRERI, 2000).

Recursos Turísticos

Para 71,4% dos entrevistados os recursos turísticos são considerados importantes, 14,3% consideram essencial, para 10,7% tanto faz e 3,6% não souberam responder sobre esse atributo. Apesar de serem considerados importantes, esse recursos ainda não têm sido explorados economicamente.

A paisagem, a cultura regional, a diversidade florística e faunística características do cerrado, as pequenas propriedades possuem potencial para o desenvolvimento

do turismo rural, significando um meio para aumentar a renda da população rural, valorizando sua propriedade e o seu estilo de vida (Barreto, 2000), podendo, ainda, contribuir com a conservação do patrimônio ambiental.

O artesanato existente nas comunidades livramentenses ainda não é comercializado e representam, também, uma possibilidade de geração de renda sustentável para os moradores da região.

Cultura Regional

Quando questionado sobre a importância da cultura, estando inclusos nesse atributo as crenças, estórias, tradições, danças e músicas da região, uma parcela razoável dos entrevistados (39,29%) não percebe esses recursos como sendo importantes (Figura 5).

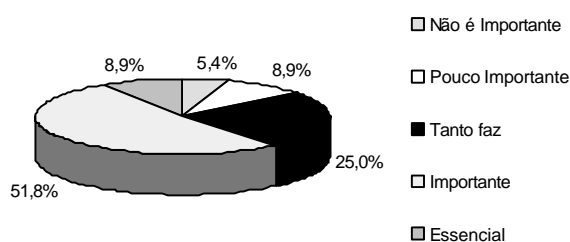


Figura 2. Importância Atribuída a Cultura Regional

Durante as entrevistas foi percebido que o conhecimento tradicional da comunidade em que foram realizadas as entrevistas vem se perdendo ao longo das gerações.

A tradição cultural desempenha um papel importante na determinação do comportamento das pessoas em relação ao ambiente, pois a cultura mantém as populações nos seus ecossistemas, através do conhecimento e informações sobre o meio ambiente e seus recursos, bem como a forma de lidar com eles (DREW, 1986).

Para Toledo (1998), a diversidade cultural deve ser protegida da mesma forma que a diversidade biológica. Para ele, salvaguardar a herança natural do país sem resguardar as culturas que lhe tem dado vida, é reduzir a natureza a algo sem reconhecimento, estático, distante, quase morto.

O folclore em Nossa Senhora do Livramento é bastante forte e deve ser explorado como um atrativo turístico. Composto de

tradições religiosas africanas, européias, formando as manifestações próprias da região interessante de ser visitas.

5 Considerações

As alterações ambientais são consequências da ocupação do homem, nosso trabalho sugere que a população rural, principalmente a população "Livramentense" utilize o espaço de forma planejada, ordenada e com critérios tendo como atividades principais o Turismo Rural e Agricultura Familiar, opções concreta para o "desenvolvimento local" das comunidades tradicionais e dos assentamentos em Nossa Senhora do Livramento-MT.

O trabalho demonstrou que tem ocorrido pouco intercambio de informação entre as duas estratégias, fator que com certeza demonstra as reais necessidades de estudo e planejamento que possa aportar e melhor desenvolver o rural, distribuindo renda e qualidade de vida das pessoas que ali residem e exercem influência direta na racionalidade do uso dos recursos ambientais.

A comunidade necessita de mais acesso a informação, pois isso garante à população local maior espaço no planejamento e no processo de tomadas de decisão. A educação desempenha um papel poderoso no aumento do envolvimento da população local.

Essas atividades podem estimular um processo que desenvolva a consciência da própria existência em equilíbrio na natureza visando a manutenção da qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Esse aprendizado permite que o turista tenha a possibilidade de transformar e renovar seu comportamento cotidiano. O dia a dia urbano com a qual o turista convive gera reflexões sobre a poluição destes grandes centros, manutenção de áreas verdes, destinação e reciclagem de resíduos sólidos melhorando a qualidade de vida. Objetiva-se, assim, a incorporação e tradução destas reflexões na forma de comportamento e posturas no seu ambiente de origem.

Referências

- ABRAMOWAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 33.
- AIDAR, Antonio Carlos Kfourri e PEROSA JUNIOR, Roberto Mario. Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. *Revista de Economia Política*. São Paulo: v. 1, n. 2, 1981, p. 17-39.
- AULICINO, Madalena Pedrosa Algumas Implicações da Exploração Turística dos Recursos Naturais. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.) *Turismo e Meio Ambiente: Reflexões e Propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BALASTRIERI, Adyr Rodrigues. Turismo Eco-rural. In: Almeida, J.; Froehlich, J. M.; Riedl, M. (orgs.). [s.n.], 2000.
- BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. 2.ed. São Paulo: Papirus, 2000.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2007.
- BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2007.
- CORDEIRO, Ângela; PETERSEN, Paulo e ALMEIDA, Silvio Gomes de. *Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola*. Mimeo. Rio de Janeiro, 1996. 50 p.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. Tese de Doutorado. Campinas, IE/Unicamp, 1999.
- DREW, David. 1986. *Processos Interativos Homem - Meio Ambiente*. São Paulo, 206 p.
- FERREIRA, Jose Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá-MT: Editor Buriti, 2001.
- LIKERT, Rensis. *A technique for the measurement of attitudes*. Arch. Psychol, n. 140, p.1-55. 1932.
- LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MAITELLI, G. T. Uma Abordagem Tridimensional de Clima Urbano em Área Tropical Continental: O Exemplo de Cuiabá-MT. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- MANN, Suzan A; DICKINSON, James M. Obstacles of the development of a capitalist agriculture. *The Journal of Peasant Studies*. Londres, v. 5, n. 4, 1978, p. 466-81.
- OLIVEIRA, T.M.V. *Escalas de mensuração de atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert*. FECAP, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em: <www.fecap.br>. Acesso em: 10 mai. 2007.
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD. Brasília, 2000.
- SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. *Perfil Sócio Econômico de Mato Grosso*. 2004. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A_8f8f0bd75702c76a957227ec37c2f65eperfil_socioeconomico%20I.doc> Acesso em: 11 jan. 2008.
- SILVA, Dirceu da; BARROS FILHO, Jomar. Ensino de Administração de Empresas: análise de um pré-teste sobre concepções de tecnologia e sociedade de alunos. *Revista Álvares Penteado*, v. 3, n. 6, p. 119-29. 2001.
- TOLEDO, V. M. La diversidad biológica de México. *Ciencia y Desarrollo*, México city, v. XIV, n. 81, p. 17, 1998.

O potencial da paisagem urbana como atratividade turística: um estudo sobre a paisagem de Brasília-DF

the potential of the urban landscape as tourist attractiveness: a study on the landscape of Brasília – DF

Le potentiel du paysage urbain en tant que attraction touristique : une étude sur le paysage de Brasília – DF

El potencial del paisaje urbano como atracción turística: un estudio en el paisaje de Brasília - DF

Josildete Pereira de Oliveira*
Francisco Antonio dos Anjos**
Fabiana Calçada de Lamare Leite***

Recebido em 4/8/2007; revisado e aprovado em 10/3/2008; aceito em 22/7/2008.

Resumo: Este artigo é resultado de um estudo exploratório sobre o potencial da paisagem urbana de Brasília para o turismo. Especificamente, a área correspondente ao Eixo Monumental do Plano Piloto. Esta reflexão procurou dar ênfase ao conceito da percepção e interpretação do significado da imagem da cidade, a partir do qual o estudo da forma que configura a paisagem urbana se faz importante tanto quanto o processo cultural de apropriação dessa paisagem pelo usuário. A análise procurou inferir sobre os aspectos que podem suscitar uma discussão sobre a perspectiva do observador/visitante em sua experiência turística.

Palavras-chave: Arquitetura. Paisagem Urbana. Turismo.

Abstract: This article is resulted of a Exploratory study on the potential of the urban landscape of Brasilia for the tourism. Specifically, the corresponding area to the Eixo Monumental of the Plano Piloto. This reflection looked for to give to emphasis to the concept of the perception and interpretation of the meaning of the image of the city, from which the study of the form that configures the urban landscape if it in such a way makes important how much the cultural process of appropriation of this landscape for the user. The analysis looked for to infer on the aspects that can excite a quarrel on the perspective of the visiting observer/in its tourist experience.

Key words: Architecture. Urban Landscape. Tourism.

Résumé: Cet article a été originé d'une étude sur le potentiel touristique du paysage urbain de Brasília. Plus particulièrement, la région urbaine dénommée l' Axe Monumental du Plan Pilote de la Capitale du Brésil. Cette réflexion a mis au point le concept sur la perception et l'interprétation du signifié de l' image urbaine, qui met en valeur l'étude de la forme, ainsi que le processus culturel d'assimilation du paysage par les utilisateurs. L'analyse a signalé les aspects qui peuvent susciter la discussion sur la perspective touristique de ce paysage.

Mots-clé: Architecture. Paysage Urbain. Tourisme.

Resumen: Este artículo es el resultado de un estudio exploratorio sobre el potencial del paisaje urbano de Brasilia para el turismo. En concreto, la superficie correspondiente al Eixo Monumental del Plano Piloto. Esta reflexión ha puesto de relieve el concepto de percepción e interpretación del significado de la imagen de la ciudad, a partir de la cual el estudio de la forma en que configura el paisaje urbano es importante, ya que el proceso de la propiedad de paisaje cultural por el usuario. El análisis tratado de inferir en las cuestiones que puedan plantear un debate sobre la perspectiva del observador / usuario en su experiencia turística

Palabras clave: Arquitectura. Paisaje Urbano. Turismo.

Introdução

A implantação de Brasília no final da década de 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek, é favorecida pelo contexto de expansão e redistribuição urbana para o cen-

tro do país, seguido da complementação do sistema de transportes e da melhoria das comunicações como uma condição material para unificar o território. A criação de uma unidade territorial integrada, também foi favorecida pela existência de um Projeto

* Arquiteta e Urbanista pela UFBA. Mestre em Natureza, Meio Ambiente, Sociedade e Doutora em Geografia pela Université de Caen-Basse Normandie - França. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí – SC – Brasil. E-mail: joliveira@univali.br

** Graduado em Geografia (UNIVALI). Mestre em Geografia e Doutor em Gestão Ambiental (UFSC). Pós-doutorado em Geografia (UNESP-PP) Professor e Pesquisador do Curso de Mestrado em Turismo e Doutorado em Administração e Turismo (UNIVALI). E-mail: fsanjos@terra.com.br

*** Graduada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), MBA em Turismo pela UNIVERCIDADE (RJ), mestranda em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Bolsista CNPq - AT/NS. E-mail: fabianadelamare@yahoo.com.br

Nacional em que continha uma política de desenvolvimento onde constava a construção da cidade de Brasília, com suas interligações com o resto do território.

Segundo Yáziqi (2003), a construção de uma nova cidade gera a “construção” de uma nova paisagem. A paisagem está associada à passagem do tempo sobre um determinado local, às percepções das formas e do mundo. Essa percepção passa pela visão que nos conduz a múltiplos processamentos de informações percebidas no meio, onde o arranjo espacial das formas que configura uma paisagem é tão importante quanto o processo cultural que lhe é apropriado. Assim, a arquitetura deve ser considerada como parte de um todo. A profusão de formas arquitetônicas que constituem uma cidade é reveladora de sua história, cultura, forma e muitas outras informações que interessam tanto ao estudioso quanto ao possível visitante.

Este artigo é resultado de um estudo exploratório realizado sobre a paisagem urbana de Brasília e sua potencialidade como atrativo turístico, focado principalmente na área urbana correspondente ao Eixo Monumental do Plano Piloto, com sua expressão monumental e com características geográficas que a individualizam no cenário nacional.

Considerando que cada cidade possui uma paisagem específica, em função do desenho urbano e das características do sítio geográfico de implantação, esta reflexão procurou ressaltar que a análise da paisagem edificada, embora seja provida de uma base conceitual consistente, é também resultante da percepção do observador. Neste sentido, o estudo da forma ou do arranjo urbanístico que configura a paisagem de uma cidade se faz importante tanto quanto o processo cultural de apropriação dessa paisagem por quem a observa.

O conceito que norteou a análise foi o da percepção e interpretação do significado da imagem da cidade, cuja análise procurou inferir sobre os aspectos mais significativos que podem suscitar uma discussão sobre a apreensão e significado dessa paisagem a partir da perspectiva do observador/visitante, eventualmente durante a sua experiência turística.

Assim, no primeiro momento da discussão procurou-se discorrer sobre os con-

ceitos de paisagem e sobre o aporte teórico de vários autores focados na percepção ambiental, na imagem urbana e na semiologia do espaço como um referencial da análise. Em seguida, a discussão se atém à análise da paisagem do Eixo Monumental de Brasília e seu potencial como atratividade turística.

1 Brasília: criação, localização e forma

Brasília começa a existir na primeira constituinte do império Brasileiro, em 1823, numa proposta colocada pelo inconfidente mineiro José Bonifácio de Andrade e Silva, argumentando quanto à necessidade da mudança da Capital para um ponto mais central do interior do País e sugerindo ainda para a cidade o próprio nome que recebeu efetivamente.

No dia 7 de setembro de 1922 é lançada a pedra fundamental de Brasília e na década de 1950 essa idéia começa a ser articulada. Por inspiração do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, precisamente em 1956, foi criada a NOVACAP, empresa pública para planejar e executar a construção da nova capital. No dia 21 de abril de 1960, Brasília é oficialmente fundada. O projeto para o Plano Piloto foi escolhido por meio de um concurso promovido pela NOVACAP em 1957, do qual participaram urbanistas de renome internacional. A proposta premiada foi a de Lúcio Costa, definida pela comissão julgadora como “clara, direta e fundamentalmente simples”. Em três anos, foi construído o Plano Piloto, cuja proposta urbanística original foi implantada, com alterações insignificantes aprovadas pelo autor.

O Distrito Federal, onde Brasília se localiza com suas cidades de entorno, é dividido em 29 Regiões Administrativas, sendo a Região Administrativa 01, correspondida pela capital federal. Localizada no Distrito Federal, Brasília situa-se entre os paralelos 15°30' e 16°03' de latitude sul, os rios Preto, a leste, e Descoberto, a oeste. A longitude no extremo leste é 47°25' W e no extremo oeste, 48°12' W. Em relação aos aspectos físicos, por sua localização geográfica e a combinação de demais fatores influentes, a capital federal é característica da vegetação de cerrado, possui uma temperatura média de 20,5°C, sendo o mês de setembro o mais quente (má-

xima de 29°C) e julho, o mês mais frio (mínima de 13°C). O clima é chuvoso e quente de setembro a abril e ensolarado e seco de maio a agosto. Característica que confirma a umidade relativa do ar baixa no inverno, em torno de 25% e 68% no verão. A Altitude média da capital é de 1.100 metros.

Segundo o IBGE, Brasília possuía, em 2007, uma área de 5.802 km² e 2.455.903 habitantes, resultando em uma densidade demográfica estimada em 407,3 habitantes por quilômetro quadrado.

A economia da cidade é baseada, conforme dados do IBGE (2005), em comércio e serviços, notadamente o serviço público por ser a capital federal, apresentando um PIB de 80,5 bilhões de reais, o que representa 3,75 % de todo o PIB brasileiro (IBGE, 2005). A atividade econômica mais importante da cidade resulta de sua própria proposta inspiradora, ou seja, sua função administrativa. Segundo os dados do IBGE a área urbana correspondente ao plano piloto de Brasília possui atualmente um dos maiores índices de renda *per capita* do Brasil. No conjunto das atividades de serviço, o turismo merece atenção, por se tratar de um segmento significativo na geração de emprego e renda.

Para a construção de Brasília vieram pessoas de várias regiões do País. Assim, a cidade recebeu distintas formas de apreensão do espaço trazidas por sotaques, culturas e costumes de indivíduos que vinha de todas as regiões do Brasil, mobilizados para a execução da cidade, considerada um empreendimento histórico. Mas, Brasília é uma cidade essencialmente concebida e construída segundo o conceito da arquitetura moderna, no que se refere à sua forma urbanística e conseqüentemente sua paisagem edificada. Este fato, até então inédito no país, certamente influenciou a assimilação de novos hábitos e práticas sociais de uso e apropriação do espaço urbano.

Evidentemente, o plano urbanístico e sua monumental expressão arquitetônica fizeram de Brasília um marco mundial da arquitetura moderna. Em decorrência, a Capital do Brasil foi o primeiro núcleo urbano construído no século XX a ser incluído na lista de bens de valor universal, recebendo em 1987 o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

O plano urbanístico de Lúcio Costa foi concebido em quatro escalas estruturais: a escala monumental, que abarca o Eixo Monumental que, por sua vez, abriga o centro político-administrativa do País; a escala gregária representada por todos os setores de convergência da população; a escala residencial composta pelas Superquadras Sul e Norte e a escala bucólica caracterizada pela arquitetura paisagística de Burle Marx, que permeia as outras três escalas, ou seja as áreas de uso público destinados aos jardins, praças e parques. Da interação dessas quatro escalas nasceu uma cidade que é predominantemente monumental (figuras 01 e 02).

Em sua definição, Lúcio Costa (1991, p. 09) afirmou:

é também uma cidade cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. [...] É ao mesmo tempo uma cidade derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional [...]. Nascida do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse.

Para Lucio Costa, a idéia de uma Brasília monumental não tinha o sentido de ostentação, mas deveria expressar o seu valor como capital. Neste propósito, a idéia foi assimilada prontamente por Oscar Niemeyer em sua arquitetura grandiosa.

Conseqüentemente, a paisagem monumental da cidade é resultado da interação de seus arranjos urbanísticos e arquitetônicos com as características do sítio geográfico de implantação.



Figura 1 - Brasília

Fonte: <http://www.superbrasil.com>



Figura 2 - Vista Panorâmica - Asa Norte.

Fonte: <http://www.superbrasil.com>

3 Paisagem: significado, conteúdo e representatividade

A paisagem é a representação da condição humana e da mudança de tempo no espaço, nela ficam registrados os processos da natureza e ações humanas, cujo ambiente vai se alterando na medida em que esses processos e ações deixam suas marcas.

Segundo De Oliveira (1999), a paisagem é resultado de processos naturais e das ações antrópicas, configurada na escala da percepção humana. Nesse sentido, pode-se dizer que a paisagem é a materialização das ações humanas e/ou de processos naturais ocorridas em uma determinada área no decorrer do tempo.

De acordo com Santos (1982), a paisagem pode ser entendida como o resultado de uma acumulação de tempos. É a forma espacial presente, testemunho de formas passadas que poderão persistir ou não.

Considerando a paisagem urbana como sendo predominantemente um resultado das ações humanas no meio ambiente, seu entendimento e sistematização vêm sendo objeto de vários estudos, na busca de novas abordagens teórico-metodológicas, visando o desenvolvimento de métodos e técnicas para a melhoria da qualidade do ambiente urbano.

As reflexões de Gordon Cullen remetem ao significado da paisagem urbana, sua representatividade e simbolismo com seus efeitos sobre o imaginário social. Assim ele define:

Uma cidade é, antes de mais nada, uma ocorrência emocionante no meio ambiente. Senão, atente-se na pesquisa e nos esforços despendidos para a tornarem uma realidade, empenhado na concretização de uma infinidade de fatores que possibilite a criação de uma organização funcional, viável e saudável. É um tremendo empreendimento humano!". (CULLEN, 1971, p. 10)

Os estudos da paisagem urbana têm enfatizado não apenas os aspectos formais explícitos da configuração, mas atentam também para os valores simbólicos e para os

processos cognitivos desencadeados em cada indivíduo no seu processo de assimilação da paisagem. Nessa perspectiva, entendemos que o significado e a representatividade da paisagem urbana prepassam os aspectos puramente formais dos elementos que a compõe, na medida em que a sua assimilação resulta também da percepção de cada indivíduo em seu processo cognitivo, mediado por um filtro cultural e por valores simbólicos, como representações do seu imaginário.

Nessa linha de pensamento, os estudos de Kevin Lynch (1987) dão ênfase à imagem da cidade e atentam para a percepção do observador:

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado aquilo que vê. A imagem assim desenvolvida limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes”. (Lynch, 1997, p. 7)

Por essa razão, o autor admite que a sua análise limita-se aos aspectos físicos perceptíveis da paisagem urbana, mas chamando a atenção sobre as outras influências atuantes sobre a imaginabilidade: o significado social de uma área, sua função, sua história, ou mesmo seu nome.

A partir dessa premissa, o autor considera que “a forma deve ser analisada para reforçar o significado e não para negá-lo” (Lynch, 1997, p. 51). Assim, em um primeiro momento, pode-se utilizar de alguns elementos formais que caracterizem a paisagem edificada que trazem àquele local legibilidade aos seus usuários. Segundo o autor, um lugar legível é aquele cujos marcos, vias, limites e bairros são facilmente reconhecidos, permitindo uma locomoção mais fácil pela cidade. Além disso, pode servir como um vasto sistema de referências ou um organizador de atividades.

Roberto Boullón (1985) argumenta que a percepção da paisagem urbana não é instantânea, mas é apreendida na medida em que, mesmo em se tratando da imagem parcial, o

observador registre, em sucessivas vivências, as informações que o espaço físico transmite por meio de uma série de elementos formais, que este identifica e retém em sua memória. Nessa perspectiva, Kevin Lynch (1997) corrobora, ao defender que a percepção da imagem não é abrangente, mas fragmentada e associada a condições de outra natureza e com quase todos os sentidos em operação.

Considerando a paisagem urbana um atrativo turístico potencial, essa discussão procura evidenciar a condição dessa paisagem no contexto do turismo. Sabe-se que o turismo em ambientes urbanos é de destacada relevância na mobilidade turística mundial, representando quase a totalidade dos espaços preferidos para a visitação. A este fato, assinala-se que a sociedade contemporânea é predominantemente urbana, logo seu horizonte é a cidade e o turismo uma atividade que se organiza a partir da cidade seja como pólo emissor ou receptor. Portanto, a atratividade das paisagens dos pólos receptores é uma variável considerável na análise do potencial turístico das cidades.

Vários autores têm se dedicado ao estudo da paisagem urbana e sua relação com o turismo. Nesse sentido, Castrogiovanni (2001), afirma que é fundamental o estudo dos elementos que compõem a paisagem para saber o motivo pelo qual leva os visitantes a contemplá-las. Pitte *apud* Castrogiovanni (2002, p. 132), afirma:

a paisagem é uma realidade cultural, pois não é somente trabalho humano, mas também objeto de observações, inclusive consumo. A cultura desempenha um papel de filtro variável de um para outro indivíduo e de um para outro grupo social.

De acordo com Yázigi (2002, p. 7):

As cidades são formadas por uma profusão de formas arquitetônicas, reveladoras de história, tecnologia, virtudes estéticas e muitas outras informações que interessam tanto o estudioso quanto o amador, freqüentemente na posição de turista ou *voyeur*. (Yázigi, 2002, p. 7).

Para Bullón (2002), as cidades são espaços que o homem cria e constrói, sendo cada cidade diferente da outra, como espaço cultural, pois reflete a expressão da sociedade que ali habita. Esse autor apresenta a arquitetura como uma variável que influencia o visitante a viver uma experiência “antiga” ou “moderna”, proporcionando, assim, uma

viagem no tempo, tanto para o passado como para o futuro.

Portanto, o estudo sobre a paisagem urbana na configuração do espaço turístico de Brasília, nos parece um aspecto chave como potencial de atratividade a ser considerado, até para reforçar outras estratégias de atração turística, como por exemplo, a consolidação do segmento de eventos, que nos parece ser um aspecto já bem explorado pela atividade turística em Brasília.

4 Brasília: Paisagem e Turismo

A análise efetuada por este estudo se ateve à área correspondente ao Eixo Monumental Leste, desde a Praça dos Três Poderes (figura 04) até a Estação Rodoviária, passando pela Esplanada dos Ministérios e a Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, e o Eixo Monumental oeste, iniciando pela Estação Rodoferroviária e incluindo a Torre de Televisão (figura 03), Palácio do Buriti, Memorial JK e Praça do Cruzeiro. Esta porção da paisagem da cidade transmite, sobretudo, a harmonia plena entre volumes, espaços e formas valorizada pela linha do horizonte, confirmando a intenção do projeto de Lúcio Costa.

Os extensos gramados verdes sobre o qual surge a arquitetura das edificações, que parece não ter peso sobre o solo, característica da obra de Oscar Niemeyer, conferem leveza e amplitude a esta paisagem.

As fachadas envidraçadas espelham a cidade, multiplicando o reflexo das belas imagens arquitetônicas como um sonho futurista. Essa descrição expressa claramente o aspecto mais amplo do conteúdo, abrangendo uma visão geral da cidade. (COSTA, 1991, p. 17)



Figura 3 - Vista da Torre de TV - Eixo Monumental

Fonte: <http://www.superbrasil.com>



Figura 4 -Praça dos Três Poderes, Torre de TV, Catedral, Memorial JK.

Fonte: <http://www.superbrasil.com>

A Praça dos Três Poderes é um amplo espaço cívico que circunscreve o edifício do Congresso Nacional (figura 05), sede do Poder Legislativo, o Palácio do Planalto (figura 06), sede do poder executivo e o Supremo Tribunal Federal, sede do Poder Judiciário. Esse local, como o próprio nome sugere, representa a união dos poderes e, teoricamente, dá significado a história não só da capital federal, mas do país como um todo.



Figura 5 - Congresso Nacional

Fonte: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>



Figura 6 - Palácio do Planalto

Fonte: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>

Assim, a paisagem concreta, ou a paisagem materializada que conforma a Praça dos Três Poderes, extrapola sua dimensão física, emanando significados e representações por todo o país devido aos fatos e medidas que ali se originam. Nessa paisagem ainda é possível apreciar as esculturas Os Guerreiros (figura 8), de Bruno Giorgi, A Justiça (figura 7), de Alfredo Ceschiatti, a Pira da Pátria e o Marco Brasília, de Niemeyer, em homenagem ao ato da UNESCO que considerou a cidade Patrimônio Cultural da Humanidade. Esses monumentos agregam mais representatividade simbólica à Praça dos Três Poderes, já que cada indivíduo se apropria do fato construído codificando seus próprios significados.

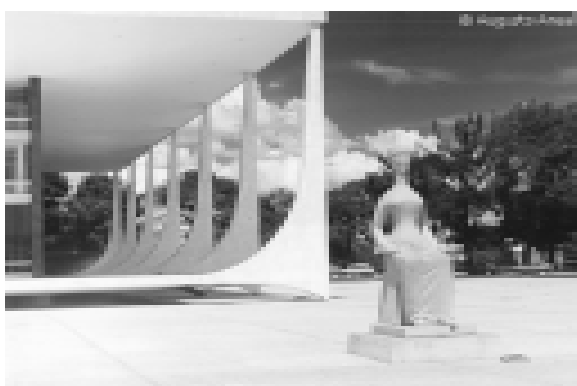


Figura 7 - Escultura "Justiça"

Fonte: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>



Figura 8 - Os "Guerreiros"

Fonte: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>

Como destaca Silva (2004, p. 21) quando diz:

As paisagens são testemunhos visuais de elementos estéticos e simbólicos construídos historicamente e, quando identificados e apropriados, despertam um renovado interesse no lugar visitado e contribuem para estabelecer uma valorização qualitativa. (SILVA, 2004, p. 21)

De acordo com depoimentos de Oscar Niemeyer, o edifício do Congresso é sua realização arquitetônica predileta. Com sua concepção plástica arrojada, a sede do Poder Legislativo é um conjunto arquitetônico onde se destacam as duas cúpulas representando os plenários da Câmara dos Deputados que corresponde à cúpula maior - cúpula convexa - e do Senado Federal representado pela cúpula menor - cúpula côncava - além do edifício de 28 pavimentos, onde funciona a administração das duas Casas legislativas. Esse conjunto de edificações, além da sua representatividade arquitetônica, é dotado de significados associados às principais decisões e manifestações políticas do Brasil.

Os edifícios do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal completam o arranjo arquitetônico modernista da Praça dos três Poderes, igualmente projetados por Oscar Niemeyer. São exemplos que despertam o interesse da visitação turística, não somente por suas expressões arquitetônicas na paisagem da Praça dos Três poderes, mas também pelo museu anteriormente mencionado.

Do grande terraço suspenso que conforma a Praça dos Três Poderes é possível avistar o Palácio da Alvorada (figura 09), residência oficial do Presidente da República, que está situado numa cota mais baixa do sítio de implantação do Plano Piloto, conformado pelo Lago Paranoá. A área de entorno do Palácio é caracterizada pela topografia plana e por uma cobertura vegetal remanescente do cerrado brasileiro. Esses condicionantes da paisagem natural foram intencionalmente preservados no projeto paisagístico de Burle Marx, com o objetivo de valorizar o bioma e as características ambientais do Planalto Central do Brasil.



Figura 9 - Palácio da Alvorada

Fonte: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>

A arquitetura do Palácio da Alvorada é uma das obras-primas de Oscar Niemeyer e foi projetado em 1956, antes mesmo do concurso que escolheu o plano urbanístico da nova capital. Trata-se de um edifício retangular de dois andares e um subsolo, tendo como elemento arquitetônico marcante as colunas que emolduram as fachadas longitudinais, as quais se tornaram símbolo da capital federal. Uma pequena capela lateral completa o conjunto. No hall de entrada se destaca a parede de azulejos dourados de Athos Bulcão, assim como a porta e o vitral da capela. Os jardins do Palácio foram projetados por Burle Marx para compor o conjunto edificado e o sítio de entorno.

A localização privilegiada e a arquitetura do Palácio da Alvorada no contexto da paisagem de Brasília são fatores de atratividade e despertam o interesse turístico. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Praça dos Três Poderes funciona também, e principalmente para o turista, como um mirante que possibilita apreciar esta paisagem.

A partir da Praça dos Três Poderes, no sentido oposto à visão do Palácio da Alvorada, se descortina a Esplanada dos Ministérios. No primeiro plano, uma edificação de destaque na paisagem é o Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. É uma das obras mais conhecidas de Niemeyer, possui a fachada em arcos e painéis decorativos de vários artistas, como Athos Bulcão, Rubem Valentim, Sérgio Camargo, Maria Martins, além de um afresco de Alfredo Volpi e, por fim, é rodeado por um espelho d'água que serve de cenário para a famosa escultura O Meteoro, de Bruno Giorgi (figura 10). Neste exemplo, mais uma vez a categoria de conteúdo pelo detalhamento de suas características é relevante, já que situam as obras no tempo e as individualizam, assim como a valorização do espaço interno e externo através da arquitetura paisagística de Burle Marx.

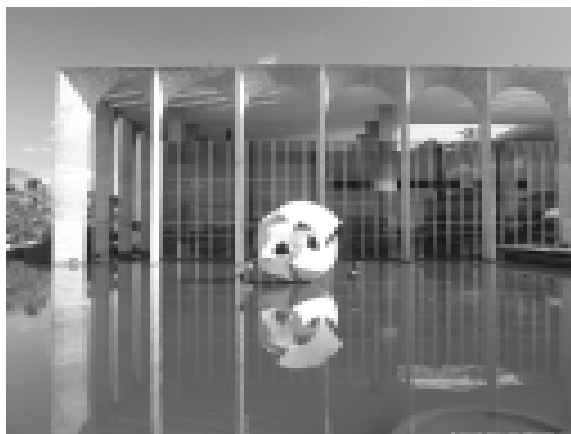


Figura 10 - Palácio do Itamaraty e o "Meteoro".
Fonte: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>

Ainda na Esplanada dos Ministérios encontram-se 17 edifícios de construção uniforme que abrigam os Ministérios do Poder Executivo. Nessa perspectiva, esse conjunto de edificações se volta para o que Bullón (2002), chama de centro gravitacional, já que ao final da Esplanada é possível avistar o Congresso Nacional. Assim, esse conjunto arquitetônico uniforme parece estar margeando e condicionando o olhar a uma única direção: o edifício do Congresso Nacional.

Essa perspectiva é acentuada pelas duas fileiras de edifícios idênticos e pela uma vasta área gramada como um tapete verde a ser seguido. Embora se verifique certa monotonia pela uniformidade do conjunto, a sensação transmitida ao observador condiz com o que Cullen (1971) classifica de perspectiva grandiosa, já que a ligação do primeiro plano – a Esplanada – induz a uma sensação de onipresença da paisagem com o foco no edifício do Congresso Nacional.

Na paisagem da Esplanada dos Ministérios se destaca por seu conteúdo e forma o conjunto monumental da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida (figura 11). Trata-se de um exemplo complexo de categorização da paisagem, na medida em que ela assume um papel importante na estética da paisagem da Esplanada dos Ministérios e, particularmente, em sua geometria, interrompendo a uniformidade e, portanto, a monotonia peculiar dessa área da cidade. Além de toda a representação simbólica e da apropriação de significados a ela atribuída.



Figura 11 - Esplanada dos Ministérios e Catedral.
Fonte: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>

A catedral de Brasília é um exemplar da arquitetura grandiosa de Oscar Niemeyer. Neste projeto o autor faz uma releitura da disposição do conjunto arquitetônico de Miguel Ângelo para a Catedral de Florença na Itália – nave, batistério e campanário – mas mantém a sua própria expressão arquitetônica, além de dotar à nave de uma planta circular em desnível e de uma cúpula que emerge do plano do terreno e se abre em direção ao firmamento. Esta cúpula é composta por 16 pilares curvos de concreto unidos pelos painéis de vitrais que dão leveza ao conjunto e possibilita a entrada da luz natural ao interior do templo (figura 12).

Além disso, a catedral de Brasília possui um expressivo acervo de obras de arte: no lado externo, as esculturas dos quatro evangelistas, de Alfredo Ceschiatti, os vitrais de Marianne Peretti, as pinturas de Di Cavalcante e um painel no batistério em cerâmica de Athos Bulcão.

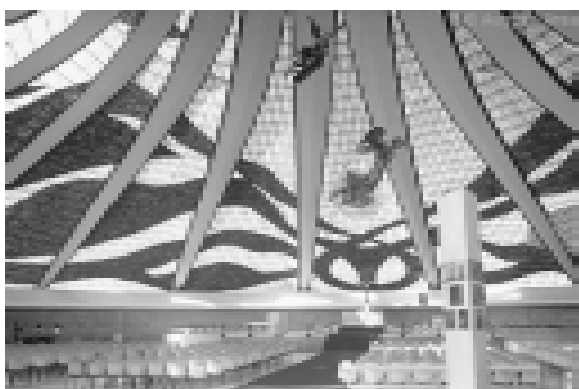


Figura 12 - Interior da Catedral
Fonte: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>

A seqüência do Eixo Monumental para o lado oeste é marcada pela centralidade atribuída à Estação Rodoviária, que corresponde ao centro geográfico do Plano Piloto de Brasília. Neste ponto se verifica o cruzamento do Eixo Monumental com o Eixo Rodoviário.

O autor do projeto da Estação Rodoviária foi Lucio Costa, que concebeu um conjunto de plataformas em quatro níveis. A estação rodoviária é o local onde se pode observar uma maior urbanidade de Brasília, devido à circulação intensa de pessoas e, portanto, imprimindo uma possível primeira impressão da vida urbana. Nesse sentido, Carpintero (1998, p. 154) pontua que “a monumentalidade proposta no projeto de Lúcio Costa é discreta e não ostentatória” e que a cidade foi pensada para o uso da classe média, os funcionários do governo, e que os trabalhadores mais modestos não foram considerados no projeto.

Mas, na prática, no que se refere à urbanidade, verifica-se que nessa área central a cidade se mostrou diferente do imaginado. Segundo Carpintero, Lúcio Costa reconhece isso numa entrevista dado *in loco* na Rodoviária de Brasília:

[...] Isso tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram os brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão aí legitimamente. É o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras reais, não é uma flor de estufa como poderia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior e mais bela. Eu fiquei satisfeito me senti orgulhoso de ter contribuído. (COSTA & COST, 311, apud CARPINTERO, 1998, p. 154)

Assim, esta área é caracterizada como um ponto nodal, ou ainda como um limite no contexto da paisagem urbana, segundo a classificação de Lynch (1997) e como tal ela estabelece claramente uma mudança na visualidade e na percepção do usuário ou do observador. Esta mudança de cenário para o lado oeste do Eixo Monumental é reforçada pela Torre de Televisão (figura 13),

projetada também por Lucio Costa, funcionando também como mirante. É o ponto mais alto de todo o Plano Piloto, com 1.224m, onde é possível ter uma visão completa do Plano Piloto. A torre é uma referência de Lucio Costa à Torre Eiffel de Paris. Para o turismo a torre é um local bastante visitado e um marco referencial da paisagem urbana, pois ela associa o valor da atratividade proporcionada por seu mirante de observação da cidade, um museu e a feira de artesanatos.



Figura 13 - Torre de TV

Fonte: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>

Outra edificação de relevância no Eixo Monumental oeste é o Palácio do Buriti, projetado pelo arquiteto Nauro Jorge Esteves, que abriga a sede do Governo do Distrito Federal. Seu nome se deve a uma palmeira típica do cerrado brasileiro, denominada buriti. Segundo consta, o plantio da palmeira foi uma sugestão de Israel Pinheiro, construtor e primeiro prefeito da nova capital, em 1959. Posteriormente, essa vegetação que dá o nome ao referido palácio foi tombada pelo Patrimônio Histórico do Distrito Federal.

De acordo com Cullen (1971), as árvores estão entre os mais tradicionais elemen-

tos naturais que compõem a paisagem urbana, fazendo referência a elas como “uma presença viva do espaço edificado” (CULLEN, 1971, p. 84).

O Memorial JK (figura 14) é outra edificação que se destaca na paisagem. Projetado por Oscar Niemeyer, originalmente se destinava ao mausoléu de Juscelino Kubitschek. Em exposição permanente dos objetos e fotos do fundador de Brasília esse espaço se caracteriza ademais como um museu, atraindo turistas por seu significado e representatividade histórica.

Então, chegamos à Praça do Cruzeiro, “o marco zero” que além de ser a cota mais elevada do Plano Piloto, 1172m, simboliza o lugar escolhido para a abertura do Eixo Monumental.

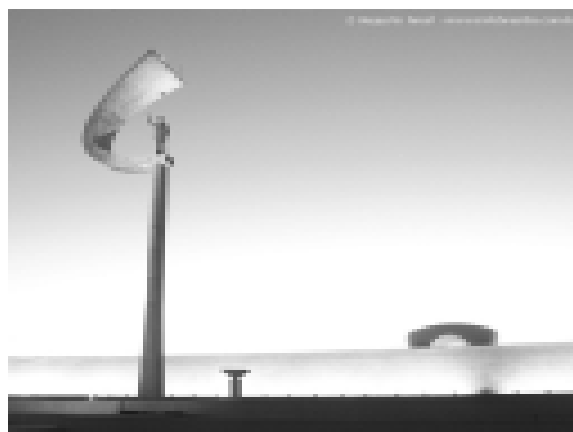


Figura 14 - Memorial JK

Fonte: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>

Atualmente, essa cruz é uma réplica da original, a qual foi transferida, por razões de conservação para a Catedral Metropolitana. Segundo Carpintero (1998, p. 119), Lúcio Costa escolheu o triângulo contido entre os braços do lago Paranoá o local para a implantação da cidade e seguindo a linha geométrica de maior declividade, por causa do promotório visível de toda a encosta leste, que confere ao local uma serena monumentalidade, realçada pela água. Assim, Lúcio Costa tirou partido desse condicionamento geográfico para o seu plano piloto. Nesse ponto, seguindo a linha do espigão foi estabelecido o Eixo Monumental e ao longo das curvas de nível lançou o Eixo Rodoviário. Dessa forma, Lúcio Costa expressou o início do seu plano para a cidade: “Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou

dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (COSTA, apud CARPINTERO 1998, p. 121).

5 Considerações finais

Brasília é uma cidade de onde se originam as principais decisões que conduzem a vida do país, afinal a cidade foi construída com essa finalidade. Nesse cenário, uma junção do sentimento que a cidade desperta e a forma concreta da sua representatividade tornam-se a principal fonte de informação sobre a sua paisagem urbana. Dessa maneira, é possível entender a complexidade de sua formação, na medida em que a forma possui informações, que são aceitas e interpretadas de inúmeras maneiras por cada indivíduo que se dispõe a conhecê-la. Assim, na medida em que um lugar e a consciência que ele toma de si mesmo, volta-se para a sua afirmação cultural, articulada às afirmações políticas e econômicas, é possível constatar alguns padrões que o personaliza.

Consideramos que as paisagens edificadas, dos menores aos maiores ambientes, são carregadas de informações e de significados, mesmo que incompletos, fazendo com que o cotidiano seja mais representativo e, portanto, mais fácil de entender uma determinada realidade. Mas, de qualquer forma é essa paisagem com seus atributos ambientais e com sua dinâmica sociocultural que atrai a motivação turística. Um cenário repleto de formas, relações, conflitos, revelações e fatos.

A análise efetuada sobre a paisagem de uma área considerada o centro gravitacional de Brasília – o Eixo Monumental – destacando sua potencialidade para o desenvolvimento da atividade turística procura, sobretudo, contribuir com a discussão sobre a importância das paisagens urbanas enquanto atrativo turístico, freqüentemente de grande magnitude, notadamente nas localidades em que os atrativos da paisagem natural não exercem uma forte atração.

Nesse sentido, são numerosos os exemplos de cidades, onde a atividade turística é expressiva e está consolidada, que têm nas suas paisagens urbanas o principal recurso de atratividade turística. Enfim, essa discussão também não pretende ser exaustiva e sim

uma abordagem inicial, própria dos estudos exploratórios, que pode ser retomada ou ampliada para outras paisagens urbanas e suas interações com o turismo.

Referências

- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *Manual de Geografia do turismo*. Pernambuco, Ed. UFPE, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. Tese (Doutorado) - USP, 1998.
- CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.
- COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília - Brasília, cidade que inventei*. ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília, 1991.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- DE OLIVEIRA, Josildete Pereira; FERNANDES, Diogo Luders; STACH, Claudia. A paisagem urbana como recurso turístico: um estudo de caso da paisagem edificada de Irati-PR enquanto atrativo turístico. *Turismo - Visão e Ação*. UNIVALI. v. 9, n. 1, p. 83-94, Jan./Abr. 2007.
- DE OLIVEIRA, Josildete Pereira. Glossário de Turismo e Hotelaria. *Turismo Visão & Ação*. Univali. Edição Especial, 1999.
- JUNQUIRA, Luiz Daniel Muniz. *Lago Paranoá de Brasília-DF. Análise dos usos e ocupações do espaço da orla para o lazer*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Itajaí. 2006.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SILVA, Maria da Glória Lanci da. *Cidades Turísticas: identidades e cenários de lazer*. São Paulo: Aleph, 2004.
- VESENTINI, Jose William. *A capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.
- YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002
- _____. *Civilização Urbana: planejamento e turismo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- Sites:**
- <<http://www.superbrasil.com/>>. Acesso em: 10 maio 2008.
- <<http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>>. Acesso em: 10 maio 2008.

Populações indígenas e lógicas tradicionais de Desenvolvimento Local*
Indigenous populations and traditional logics for local development
Populations autochtones et logiques traditionnelles de développement local
Populaciones indígenas y sus lógicas tradicionales de desarrollo local

Antonio J. Brand**
Rosa S. Colman***
Reginaldo B. Costa****

Recebido em 5/10/2007; revisado e aprovado em /3/2008; aceito em 22/7/2008.

Resumo: O texto analisa as perspectivas de desenvolvimento junto a populações indígenas, tendo como referência os Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul, Brasil. Embora com as mesmas demandas por proteção, segurança alimentar, saúde, entre outras, e, muitas vezes, com os mesmos bens econômicos ou recursos naturais disponíveis, as formas historicamente construídas por cada povo para satisfazer suas necessidades têm sido específicas, sendo que essa distintividade remete para a organização social, as visões de mundo e cosmologias específicas de cada povo.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Populações indígenas. Lógicas tradicionais.

Abstract: The text analyses the prospects for indigenous populations development, having as a reference the Kaiowá and Guarani, in South Mato Grosso, Brazil. Although they have the same demands for protection, food supply and health care amongst other requirements, and very often, with the same economic situation or natural resources available, their historically constructed ways of satisfying the necessities of each group have been specific, this being the distinctness of each group that goes back to their social organization, world visions and specific cosmologies.

Key words: Development. Indigenous populations. Cultural distinctness.

Résumé: Cette étude est centrée sur les perspectives de développement de groupes autochtones, ce à partir des expériences des Kaiowá et Guarani, qui vivent dans l'Etat du Mato Grosso do Sul. Tel que les autres groupes autochtones au Brésil, ce peuple présente une forte demande vis-à-vis de la sécurité alimentaire, la protection et la santé, ainsi que des semblables ressources économiques ou naturelles. Toutefois, les formes de satisfaire leurs besoins sont fort spécifiques, du fait de leur histoire. Cette distinctivité est redevable de l'organisation sociale, de la cosmovision e de la cosmogonie propre à chaque groupe.

Mots-clé: Développement. Populations autochtones. Logiques traditionnelles.

Resumen: El texto analiza las perspectivas de desarrollo junto a los pueblos indígenas, teniendo como referencia los Kaiowá y Guarani, en el Mato Grosso do Sul, Brasil. Aunque con las mismas exigências por protección, seguridad alimentar, salud, dentre otras, y, muchas veces, con los mismos bienes economicos o recursos naturales disponibles, las formas historicamente construidas por cada pueblo para satisfazer sus necesidades han sido específicas, siendo que esa distintividad remite a la organización social, las concepciones de mundo y cosmologias específicas de cada pueblo.

Palabras clave: Desarrollo. Poblaciones indigenas. Lógicas tradicionales.

Populações Indígenas e suas Lógicas Econômicas de Desenvolvimento Local

Introdução

O desenvolvimento é um conceito construído no âmbito do mundo ocidental e diretamente articulado com as suas concepções de progresso e bem estar. Os projetos

de desenvolvimento são iniciativas que objetivam, sob o aspecto formal, contribuir com o bem estar de um grupo ou de uma população. Pretendem contribuir para que as pessoas alcancem uma condição de vida menos precária no que se refere à moradia, segurança alimentar, saúde, educação, comunicação, entre outras. Estabelece índices concretos para avaliar essa melhora na vida

* Artigo elaborado a partir do projeto de pesquisa: Confinamento e tradição nos processos históricos dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul, apoiado pela FUNDECT/MS.

** Doutor em História, coordenador do Programa Kaiowá/Guarani e Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB. E-mail: brand@ucdb.br

*** Mestre em Desenvolvimento Local e pesquisadora no Programa Kaiowá/Guarani/UCDB. E-mail: rosacolman01@yahoo.com.br

**** Doutor em Ciências Florestais, Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local. E-mail: rcosta@ucdb.br

do cidadão. Porém, é importante atentar para o fato de que esse conceito de desenvolvimento vem configurado por uma concepção determinada de qualidade de vida, que remete para um determinado padrão de moradia, de alimentação, saúde, entre outros, apoiada em uma determinada visão de mundo, de relação com a natureza, com os outros homens e com o mundo sobrenatural. É importante destacar que essa concepção ocidental de desenvolvimento e qualidade de vida, centrada, basicamente, no consumo de cada vez mais bens têm gerado grave problema no que se refere ao comprometimento dos recursos naturais.

É fácil perceber os problemas postos quando esses projetos de desenvolvimento voltam-se para populações baseadas em outras tradições culturais, com formas específicas de se relacionarem entre si, com a natureza e o sobrenatural, com outras explicações sobre o mundo. Entre as muitas perguntas que podemos fazer, ressalta-se a que diz respeito à forma como esses povos entendem seu bem estar, ou sua qualidade de vida. Que fatores emergem como mais relevantes para o bem de uma população tradicional ou indígena?

Muitos encontram respostas convincentes a essa pergunta na constatação bastante óbvia de que todos, índios e não-índios, querem comer, ter casa, roupas e, mais recentemente, acesso a todos os bens de consumo, disponíveis no entorno regional. Sustentam, ainda, suas conclusões na, também, evidente constatação de que a situação efetivamente vivenciada pela maior parte dos povos indígenas está cada vez mais próxima, no que se refere a essas demandas, à de milhares de outros brasileiros que, em cada região, encontram dificuldades crescentes para se alimentarem, vestirem, morarem e terem vida digna. Inúmeras pesquisas confirmam essa percepção do senso comum de que, na medida em que determinados “sinais diacríticos”, caracterizados pelo entorno regional como indicativos da identidade indígena, são obscurecidos, mais cresce a tendência de considerá-los já perfeitamente integrados em nossas lógicas econômicas e, portanto, não só com as mesmas demandas e necessidades, mas, também, com as mesmas concepções de bem estar e qualidade de vida. E, nesse

contexto, as questões relacionadas a concepções distintas de qualidade de vida, embora academicamente interessantes, não teriam relevância quando se trata de discutir projetos de desenvolvimento, pois, se as demandas são as mesmas e o contexto sócio-econômico dentro do qual essas populações se situam é o mesmo, as soluções, também, poderiam ser as mesmas. Evidentemente, que todos estão de acordo com a necessidade de um desenvolvimento ecologicamente mais correto, menos depredador. No entanto, embora um tema de grande interesse para os povos indígenas, não é essa a questão em discussão nesse trabalho.

Pretende-se, nesse texto, questionar e aprofundar as análises sobre perspectivas de desenvolvimento de populações tradicionais, em especial indígenas, que nos obrigam a ir além da construção de “projetos ecologicamente corretos”. O trabalho tem como referência experiências construídas junto aos índios Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul, Brasil.

2 Distintividade Cultural

Todos necessitam, certamente, de proteção, segurança alimentar, saúde, afeto, entre outras demandas. Não podemos esquecer, no entanto, que, embora com as mesmas necessidades/demandas e, em muitos casos, os mesmos bens econômicos ou recursos naturais disponíveis, as formas historicamente construídas por cada povo para satisfazer essas demandas/necessidades têm sido específicas. Ou seja, no mesmo espaço e tendo acesso aos mesmos recursos naturais encontramos formas diversas de inserção e relação com esse espaço e esses recursos, inclusive, por vezes as mesmas tecnologias sendo usadas de forma bastante distinta. Mais recentemente, o mesmo trator vem sendo usado de forma bastante variada. E ao investigar-se as razões dessa distintividade, encontraremos, certamente, não apenas o esforço de cada povo ou grupo humano em satisfazer suas demandas ou necessidades, mas talvez mais importante do que isso, um esforço maior em viabilizar em cada momento histórico a sua organização social, impregnada de valores próprios, que remete para visões de mundo e cosmologias específicas¹.

E é importante ter presente que o fortalecimento da organização social de cada povo ou comunidade é condição importante para uma maior autonomia frente ao entorno regional.

Essa constatação já nos permite perceber que qualidade de vida para essas populações não pode ser reduzida à satisfação de necessidades ou demandas e dissociada da esfera sócio-religiosa. Suas concepções de natureza, ao contrário do pensamento ocidental, compreendem “interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social” (ARRUDA e DIEGUES, 2001, p. 32)². As etapas que marcam o plantio e a colheita do milho entre os Kaiowá vêm acompanhadas por um igual ciclo de rituais e rezas, destacando-se a cerimônia do batismo do milho (*avatikyry*), que expressa bem a interdependência entre organização econômica, social e religiosa. A articulação entre o ciclo econômico e o ciclo dos rituais religiosos é fundamental para o êxito da iniciativa implementada³, sendo impossível dissociar e fragmentar as diversas dimensões da realidade.

Existem duas percepções relevantes para a presente discussão que nos vêm da visão de mundo desses povos. Refiro-me à profunda interdependência entre o mundo da natureza, dos vegetais e dos animais, e o mundo dos humanos e a concepção da natureza como algo vivo com quem se interage e se estabelece uma comunicação constante, apoiada numa visão cosmológica integradora. Não se trata, portanto, sob a ótica dessas populações, tanto de dominar a natureza, mas entender sua linguagem e compreendê-la, na certeza de que a sobrevivência do homem dependerá muito mais dessa sua capacidade de compreensão e respeito frente a mesma do que de sua capacidade de domínio ou de transformação. O desafio maior reside, portanto, em “conhecer a sabedoria daquelas forças” (BREMEN, 1987, p. 15).

Há, nesse ponto, uma diferença fundamental da forma ocidental de entender a natureza. Para os Kaiowá e Guarani, a comunicação com os espíritos das plantas e da mata é possível. Afirmam eles: “quando a gente vai entrá no mato, tem que fazê o *jehovasa* (se benzer), assim falá pro dono da mata para não olhá mal pra gente. Então,

na época pra derrubá o mato, você tem que chegá ali e fazê assim”, porque se derrubar a árvore sem estabelecer contato com o espírito da mata “você fica doente”, afirmava uma liderança guarani⁴.

Têm-se, então, indicativos relevantes para pensar qualidade de vida de populações tradicionais e, por conseguinte, novos modelos de desenvolvimento. O confinamento dos Kaiowá e Guarani não significou apenas a perda de terras de ocupação tradicional e conseqüentemente problemas para a satisfação de suas necessidades e demandas por proteção, segurança alimentar, saúde, entre outros, mas impôs-lhes profundas transformações em relação a sua organização social e essas refletem-se na sua relação com o sobrenatural⁵. Gerou um desequilíbrio nas relações entre o mundo dos homens e a natureza, desequilíbrio esse atribuído pelos índios não tanto aos problemas decorrentes da excessiva exploração dos mesmos recursos nas poucas terras que ocupam, mas às dificuldades na relação com o sobrenatural.

É o que vem expresso por Hamilton Benitez⁶, que frente à crescente destruição das matas, entende que o “rezador não está tão preocupado com o fim do mato, mas em seguir com o “nosso sistema” para não morrer. O mato cresce de novo dependendo da reza que faz para a terra produzir [...]. Isso porque a planta não é nosso, mas é do dono lá de cima (*yvyra anga*)”. Trata-se de seres vivos que têm seus protetores no mundo sobrenatural com os quais os Kaiowá e Guarani se relacionam através do meio próprio de se comunicar com os deuses, a *reza*. Segundo Cadogan (1959, apud MELIÀ e TEMPLE, 2004, p. 23), “las normas para una buena agricultura están todas ellas impregnadas de categorías religiosas”.

Por isso, a relação com os animais e as plantas, bem como a recuperação, hoje, dos mesmos recursos naturais, está diretamente associada à prática da cultura. A relação harmônica com a natureza exige uma relação igualmente harmônica com os deuses. Se as colheitas não geram mais a produção esperada, sob a ótica dos Kaiowá e Guarani de mais idade, é resultado, não tanto do desgaste da terra, mas das mudanças ocorridas no que se refere, especialmente, a suas práticas religiosas. E sob esse aspecto, o

esgotamento dos recursos naturais, em especial, da capacidade de produção da terra, contribui para fortalecer a percepção manifesta por alguns da ineficácia, hoje, das práticas rituais relacionadas ao plantio e à colheita agrícola. A quebra da relação harmônica com a natureza indica, também, uma quebra na relação com os deuses.

Para uma sociedade que construiu, historicamente, a partir da sua visão de mundo e dos resultados de longos anos de observação e experimentação, importantes e específicas estratégias para enfrentar e resolver eventuais problemas decorrentes da ação humana sobre a natureza, não é fácil aceitar e se engajar em soluções assentadas em lógicas completamente diversas, como as que sustentam e justificam as propostas de intervenção frente aos mesmos fenômenos da natureza, apresentadas por agências externas à comunidade indígena⁷.

Sendo que a “boa terra” é aquela que proporciona as condições necessárias à sua reprodução social, o dilema maior dos Kaiowá e Guarani, confinados nas reservas, hoje, talvez não esteja nas evidentes dificuldades de ordem econômica, mas por encontrarem cada vez maiores dificuldades para a produção das condições necessárias para a viabilização de sua organização social, da qual depende, também, a sua religião, apoiada em mais ou menos intensas relações de reciprocidade e troca. Por isso, segundo Melià e Temple (2004, p. 22) “una tierra se convierte en plenamente humana cuando hay una casa y un pátio”, espaços fundamentais no âmbito da organização dos Guarani e Kaiowá.

Por isso, assim como a quebra do confinamento não pode ser reduzida à certamente necessária ampliação em hectares dos espaços ocupados pelos índios, as propostas de reposição de recursos naturais ou a construção de alternativas de desenvolvimento no interior das mesmas terras de posse indígena não podem restringir-se a questões técnicas definidas a partir de objetivos voltados para a satisfação de necessidades e demandas, a partir de lógicas ocidentais. Faltaria, sempre, a dimensão constitutiva mais relevante do problema sob a ótica indígena, que é sua dimensão holística ou cosmológica, segundo a qual, a natureza (e as árvores a

serem replantadas), adquirem seu significado exatamente enquanto integrantes das demais dimensões da realidade, ou seja, o mundo dos homens e o mundo dos deuses. Os alimentos produzidos, a renda gerada e os bens adquiridos devem estar voltados, talvez mais do que para as demandas e necessidades de cada um ou de sua família nuclear, para o fortalecimento das relações de reciprocidade e troca. Adquirem importância especial, nesse contexto, as constatações de Sahlins (1977), quando reconhece a submissão das economias indígenas à reciprocidade e que toda a troca traz embutida um coeficiente de solidariedade que faz com que nunca essa possa ser reduzida a seus termos materiais.

Pode-se afirmar, portanto, que, embora as necessidades ou demandas sejam comuns a qualquer agrupamento humano, as formas de satisfazê-las são específicas (ver ELIZALDE, 2000 e MAX-NEEF, ELIZALDE E HOPENHAYN, 1992). Decorre dessa percepção, a relevância de atentar, na formulação de propostas de desenvolvimento, para a compreensão da organização social da comunidade a ser beneficiada. Por isso, as perguntas mais relevantes na formulação de um programa de desenvolvimento local não dizem respeito à identificação do *o que* aquela comunidade busca ou deseja, ou seja, do problema vivenciado, mas sobre *o como* pretende resolvê-lo ou superá-lo. É aí que está a questão chave ou o problema de fundo posto para as nossas intervenções, em especial no que se refere a novas tecnologias. É no respeito à resposta à pergunta de como determinada população pretende incorporar nossos aportes, sejam eles quais forem, é que está a questão chave para o êxito de um projeto de desenvolvimento local.

Muitas vezes damos exagerada ênfase em questionar a relação de coisas a serem incluídas em determinado projeto em elaboração, questionando, inclusive, seus impactos sobre determinado agrupamento humano e esquecemos que a especificidade de cada povo emerge na resposta à pergunta sobre o como pretendem apropriar-se de determinadas tecnologias ou relacionar-se com determinada agência. É na explicitação do como cada comunidade ou povo pretende apropriar-se ou organizar-se para superar deter-

minado problema é que emergem com clareza suas formas organizativas próprias. A pergunta mais relevante é que busca conhecer as práticas sociais e formas de organização de cada povo, pois estas são fundamentais para entender as formas como pretendem satisfazer suas necessidades (MAX-NEEF, ELIZALDE E HOPENHAYN, 1986, p. 36). Por isso, é absolutamente relevante em programas de desenvolvimento local considerar as formas de organização de cada povo, suas práticas sociais, valores, normas e cosmovisão.

2 O Tecido Social Interno da Comunidade e as Iniciativas de Desenvolvimento Local

As agências internacionais de desenvolvimento reconhecem quatro formas básicas de capital: - o capital natural constituído, basicamente, pelos recursos naturais disponíveis em cada região; - o capital construído, referindo-se à infra-estrutura, capital financeiro e comercial; - o capital humano, compreendendo os níveis de bem estar e educação da população e, finalmente; - o capital social (ou capital cultural, segundo outros), remetendo para o tecido social interno de cada comunidade, suas formas de organização, normas de comportamento, relações de reciprocidade, valores, entre outros, ou seja, sua visão de mundo. Durston (1999, p. 103) entende por capital social comunitário

[...] el conjunto de normas, instituciones y organizaciones que promueven la confianza y la co-operación entre las personas, en las comunidades y en la sociedad en su conjunto.⁸

Estudos recentes atestam a relevância da dimensão social ou cultural para o êxito de programas de desenvolvimento⁹, sendo que o assim denominado capital social “es la única forma de capital que no disminuye se agota con su uso sino que, por ele contrario, crece con él” (HIRSCHMAN, 1984, apud KLIKSBURG, 1999, p. 89).

Portanto, aí temos um aspecto fundamental dos programas de desenvolvimento local junto a populações tradicionais e que remete para a pesquisa e compreensão de suas formas organizativas, com especial ênfase nas relações de reciprocidade positiva e

negativa¹⁰. Durston (1999) acentua a importância do conceito de reciprocidade, remetendo para o clássico tratado sobre o dom, de Marcel Mauss. Refere-se a sistemas de trocas, ou dádivas, que obrigam o beneficiado a retribuir o dom recebido não imediatamente e nem com igual valor. Referindo-se a populações tradicionais ou camponesas, Durston (1999, p. 105) destaca que se trata de comunidades “con relaciones de largo plazo establecidas a través de numerosas interacciones pasadas y con perspectiva de largo plazo” e que essas relações ocorrem ao mesmo tempo entre as mesmas pessoas e famílias e em todos os âmbitos da vida, caracterizando o que Mauss denomina de “fenómenos totales”.

Neste contexto, diversos e complexos os fatores de ordem cultural que podem dificultar ou favorecer a implantação de projetos voltados para a reposição dos recursos naturais ou de alternativas de produção de alimentos e geração de renda. Entre os Kaiowá e Guarani esses projetos prosperam de forma lenta, embora os índios percebam, crescentemente, em sua vida diária, a falta que fazem esses recursos, especialmente de alimentos suficientes. Além das dificuldades decorrentes da visão indígena, no caso dos Kaiowá e Guarani, há que se considerar a relevância histórica da etnócerância como estratégia que permitia, simultaneamente, a manutenção de relações equilibradas com o meio ambiente e a superação de eventuais conflitos sociais, permitindo a “reprodução de suas formas tradicionais de organização social” (GALLOIS, 2001, p. 184).

Além de ignorar essa visão holística própria das populações tradicionais, as iniciativas de desenvolvimento, apoiadas em concepções ocidentais, exigem planejamento e o cumprimento de metas no que se refere à produção, impondo uma outra destinação ao excedente produzido, com a promessa de resultados a longo prazo. Talvez, por isso mesmo, o impacto dessas iniciativas tenha sido negativo, sem conseguir, em longo prazo, o que prometiam, isto é, suprir as necessidades básicas dessas populações e viabilizar recursos para adquirir os bens de consumo, que lhes foram, historicamente, impostos como necessários. Contribuíram, no entanto, para a degradação na qualidade de

vida dessa população, tendo como indicador, em muitos casos, o aumento da fome e da violência interna, sinal de profundo mal estar nas relações sociais¹¹. O descompasso no ritmo das transformações impostas pela nossa sociedade ao território representa uma crescente agressão ao seu modo de vida.

3 As Lógicas dos Kaiowá e Guarani baseadas no Conhecimento Tradicional

Neste âmbito é importante destacar que, segundo as lógicas explicativas dos Kaiowá e Guarani, a recuperação do *mato* depende, fundamentalmente, da retomada de suas práticas religiosas. Percebem, no entanto, que o plantio de espécies nativas, no bojo de um projeto de recuperação ambiental¹², é, também, bem aceito pelos “donos da mata” e pelos “donos dos animais”. Observadores atentos dos fenômenos da natureza constataram que nas árvores replantadas ao redor de suas casas e ao longo dos córregos, os animais estão começando a se juntar novamente: “ali tem o marimbondo, ali desce o passarinho, ali o João-de-barro faz sua casa então, está ajuntando animais”. E apoiados no conhecimento resultante da constante observação desses fenômenos, Ivaldo, kaiowá, entende que se fizer um reflorestamento de um “pequeno mato”, ali “já tem queixada, já tem tucano, já tem um monte de animais então volta e pode voltar aquele, o dono do mato pode voltar ali de novo”. E sua conclusão está apoiada no conhecimento acumulado, que lhe permite concluir que “é a mesma coisa dizer, ver uma coisa assim que você fica alegre, uma coisa que estava errado, você vê que consertou, você fica todo satisfeito porque voltou aquele negócio no lugar certo. Então o dono do mato vai ser a mesma coisa, ele vai ficar alegre porque está reflorestando, o pedaço que foi perdido, tá crescendo”¹³, ou está consertando algo que foi estragado.

Dessa forma, o desafio fundamental que permanece para as iniciativas de desenvolvimento local junto a populações indígenas é o do profundo respeito a sua organização social e visão de mundo. Nesse sentido, já representa um bom início um diagnóstico participativo, permitindo, desde o início, a explicitação e a parceria entre o

conhecimento indígena e o conhecimento ocidental, que deve acompanhar todos os momentos e passos do projeto, lembrando sempre que o aspecto mais relevante nesse trabalho conjunto diz respeito à definição de como os trabalhos serão encaminhados. E, nunca é demais lembrar que cabe a eles, aos indígenas, como profundos conhecedores dos recursos naturais e como comunidade local, a palavra decisiva.

Em recente encontro de avaliação das experiências de produção de alimentos e geração de renda entre os Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul¹⁴, ao analisar as razões que sob a ótica indígena foram responsáveis pelo êxito ou fracasso dessas iniciativas, os participantes destacaram diversas variáveis. O fato dessas iniciativas terem conseguido ou não dialogar e serem assumidas pelos grupos macrofamiliares, no interior de cada terra indígena, superando a concepção genérica e abstrata de “comunidade” aparece como determinante. Existem, efetivamente, em cada terra indígena diversos grupos mais ou menos organizados em torno de relações de parentesco, associações, Igrejas, segmentos específicos como os professores e agentes de saúde, entre outros. Destacaram como fator relevante a identificação e o engajamento em cada iniciativa desses grupos de parentesco e/ou com interesses comuns, não só porque, dessa forma, o projeto poderia contribuir para fortalecer as diversas formas organizativas próprias, mas para contribuir, também, com a redução dos conflitos que permeiam as reservas kaiowá e guarani hoje¹⁵. Novamente, a organização social como fator decisivo para o êxito dos trabalhos.

Um segundo aspecto destacado pelos representantes indígenas diz respeito à valorização do conhecimento local como forma de enriquecer as alternativas de produção de alimentos, buscando recuperar a diversidade própria da agricultura indígena, junto com tecnologias simples e mais facilmente por eles administradas. Trata-se de um conhecimento transmitido no dia a dia, através das relações sociais estabelecidas. Sua valorização remete, portanto, também, para o reconhecimento e o fortalecimento da organização social e concepções cosmológicas. Um terceiro aspecto diz respeito à assistên-

cia técnica prestada por órgãos governamentais e ONGs, propondo a ampliação do horizonte de sua atuação, mediante a incorporação de outros vieses ou fatores que interferem no êxito de determinada iniciativa, ou são relevantes para que se tenha qualidade de vida, sob a ótica indígena. Pelas questões acima podemos concluir que o conceito de qualidade de vida para essas populações não pode ser dissociado de sua organização social, que por sua vez é indissociável de sua visão de mundo ou cosmologia.

Porém, ao mesmo tempo em que acentuaram a relevância do conhecimento tradicional, acentuaram, também, a importância de terem acesso a novas tecnologias que possam ser por eles assumidas, na certeza de que “valorizar determinada dimensão não significa desvalorizar outras”, confirmando que a questão de fundo não está no que se oferece, mas no como essas “novidades tecnológicas” são incorporadas por essas populações.

Finalmente, emergiu com força a questão dos territórios indígenas. E nesse ponto há situações bastante distintas. Há povos, especialmente os que se localizam no âmbito da Amazônia legal, que são possuidores de territórios relativamente amplos, com grande variedade de recursos naturais, que embora já sob forte impacto das pressões do mercado, visualizam inúmeras alternativas através da exploração controlada desses recursos e, assim, seguir com suas economias tradicionais. Há o caso dos povos que apesar de ainda manterem territórios que poderiam permitir alternativas de sustentabilidade, porém, seus recursos naturais foram totalmente depredados em épocas recentes¹⁶. Finalmente, há o caso dos povos indígenas que em decorrência de um processo histórico de confinamento vivem hoje em áreas de terra que inviabilizam qualquer perspectiva de sustentabilidade, restando-lhes como única alternativa a venda de sua mão-de-obra. Estão, nessa situação, os Terena e os Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul. Qualquer proposta de desenvolvimento na perspectiva aqui analisada passa, necessariamente, pela ampliação dos territórios, não só por questões de ordem estritamente econômica, mas como exigência de sua organização social.

4 Considerações Finais

A implementação de projetos voltados para a reposição dos recursos naturais, ou para a produção de alimentos e renda pode contribuir para o bem estar e fortalecer a organização social e a autonomia de cada povo. A questão central está na forma de como essas iniciativas se articulam, dialogam e respeitam a organização social do respectivo povo. De outra parte, a incorporação dessa visão indígena e de suas lógicas abre, certamente, novas perspectivas e fortalece projetos centrados numa relação mais equilibrada com os recursos naturais, privilegiando a agroecologia, a policultura e as habilidades humanas no trato da terra, em lugar dos insumos químicos e da mecanização¹⁷. Tendo como eixo central o território e o conhecimento que sobre ele tem cada povo indígena, aliado a sua experiência histórica, novas e inéditas alternativas de desenvolvimento poderão ser construídas.

Notas

¹ Por cosmologia, entende-se as teorias sobre o mundo, o movimento no espaço e no tempo e o lugar da humanidade nesse cosmos. Informa, portanto, as concepções sobre natureza, humanidade e deuses. Ela se expressa, especialmente, através do ritual e do mito, sendo o primeiro um momento privilegiado de interação entre o sobrenatural, a natureza e os homens. Segundo Silva (1992, p. 75-6), o ritual é “o lugar da confluência e da presença concomitante do sobrenatural, da natureza e da humanidade” e lugar de “reafirmação dos laços de solidariedade interna, da troca recíproca, da expressão concreta da dimensão econômica dos ritos, através da redistribuição e partilha de alimentos”. É o momento de superação das divisões e das divergências. Cosmologia e seus mitos associados são produtos e são meios da reflexão de um povo sobre sua vida, sua sociedade e sua história. Expressam concepções e experiências. “Constroem-se e reconstróem-se ao longo do tempo”, pela interação com novos espaços e dialogando com novos autores.

² A relação entre o mundo da natureza e o mundo da cultura, entendido aqui como o “mundo dos homens”, exige superar a concepção dualista e hierarquizada que sustenta a visão ocidental e cristã de mundo. Para Descola (1988, p. 132), os conceitos que vêm da tradição grega sempre estimulam uma visão de natureza como uma “realidad exterior al hombre que éste ordena, transforma y transfigura”.

³ Os Kaiowá, da aldeia de Panambizinho, município de Dourados, MS, relacionam o crescimento e o desenvolvimento dos meninos ao milho. Ambos dependem, para seu pleno amadurecimento, de complexos rituais – *kunumi pepy* e *avatikyry* – rituais que ocupavam lugar relevante na vida de qualquer al-

deia kaiowa: "Así como en el avatikyry el maiz es una criatura, en el kunumi pepy los niños son como las plantas" (CHAMORRO, 1995, p. 118). Em outra passagem, a mesma pesquisadora (1991, p. 18), afirma que "as crianças são como as plantas, são como as sementes [...]. Enquanto as crianças crescem, no mundo há esperança. Quando isso não mais acontecer, os homens podem plantar milho, mas este não dará fruto".

⁴ Relato gravado durante oficina realizada, em Caarapó, dia 9 de novembro de 2000, com um grupo de índios já mais idosos, tendo em vista a implementação de um programa de replantio de espécies vegetais nativas no interior da área indígena.

⁵ Se os problemas dos Kaiowá e Guarani hoje vivenciados pudessem ser reduzidos a questões relacionadas a sua subsistência física um bom programa de cestas básicas e a garantia de emprego nas usinas de açúcar e álcool seria já um bom início de solução.

⁶ Hamilton Benitez é da aldeia de Paraguasu, município de Paranhos, MS, sendo o relato gravado em 5 de agosto de 1995.

⁷ Tem reza para chamar a chuva e contra a seca, mas também tem reza para quando a chuva é demasiada, tem reza para chamar e afastar tempestades e tem reza para fazer a terra produzir. E, acima de tudo, se os Kaiowá seguirem as orientações que vêm dos "antigos", em especial no que se refere aos bons comportamentos (prática da cultura), a mata passará a crescer, os recursos naturais voltarão em abundância e as roças produzirão, afirmou Benitez.

⁸ Ver sobre isso Putnam, 1994, Coleman, 1990, Kliksberg, 1999, Durston, 1999, entre outros.

⁹ Kliksberg (1999) analisa diversos projetos de desenvolvimento, considerados exitosos porque apoiados na dinamização e otimização de experiências de cooperação e solidariedade internas de cada comunidade beneficiada.

¹⁰ Considerando a complexa teia que compõe o tecido social, é fundamental identificar exatamente quem coopera com quem e em que circunstâncias (relações de reciprocidade positiva) e quem não coopera com quem e em que circunstância (reciprocidade negativa).

¹¹ Ver Brand, 2001, p. 59-68.

¹² A Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, através do Programa Kaiowá/Guarani, um projeto interdisciplinar e interinstitucional de pesquisa e extensão, vem desenvolvendo, há seis anos, na terra indígena de Caarapó, diversas iniciativas voltadas para a reposição dos recursos naturais. Destaca-se, entre essas iniciativas, a implementação, em parceria com as escolas da comunidade, de um viveiro de mudas, construção de diversas represas de contenção da erosão, criação de peixes e lazer, controle do fogo e recuperação de matas ciliares.

¹³ Idem, relato gravado durante oficina realizada em Caarapó, dia 9 de novembro de 2000.

¹⁴ Encontro realizado na terra indígena de Caarapó, entre os dias 1 e 2 de junho de 2004, que reuniu um grupo de cerca de 35 representantes indígenas kaiowá e guarani de diversas regiões, junto com técnicos responsáveis pela assistência técnica nos diversos órgãos do Governo do Estado, representantes da FUNASA, da FUNAI, entre outros, para avaliar programas voltados para a produção de alimentos e ge-

ração de renda.

¹⁵ A superpopulação verificada hoje no interior das reservas indígenas, no Mato Grosso do Sul, obrigando famílias a residirem no mesmo espaço ou em espaços demasiadamente próximos, aliado às crescentes dificuldades de migrar para outros espaços nos casos de mal-estar (como acontecia historicamente) amplia em muito as possibilidades de conflitos entre os diversos grupos macrofamiliares.

¹⁶ A depredação desses recursos, em muitos casos, está vinculada, diretamente, ao modelo de agricultura implantado nas terras indígenas pelos órgãos oficiais, em especial a partir da década de 1970, no bojo da ampla mecanização que acompanhou, no Mato Grosso do Sul, a expansão do plantio da soja. SCHROEDER, Peter.

¹⁷ Ver Brand, 2001.

Referências

ARRUDA, Rinaldo S.V. e DIEGUES, Antônio Carlos (org). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; S. Paulo: USP, 2001.

BRAND, Antonio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. Tese (Doutorado em História) - PUC/RS, 1997.

_____. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

_____. *Desenvolvimento Local em Comunidades Indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas*. *Interações*, Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 2, p. 59-68, março de 2001.

_____. *Biodiversidade, sócio-diversidade e desenvolvimento local: os Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul*. In: Costa, Reginaldo Brito da. *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na Região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 175-204.

BREMEN, Volker Von. *Fuentes de caza y recolección modernas*. *Projectos de ayuda al desarrollo destinados a los indígenas del Gran Chaco*. 1987.

CHAMORRO, Graciela. *Kurursu Ñe'ëngatu: palavras que la história no podría olvidar*. Assunción: Centro de Estudios Antropológicos/ Instituto Ecuemênico de Posgrado/ COMIN, 235 p, 1995.

_____. *Ava ha kuña reko, aspectos do modo de ser guarani* - Relatório apresentado ao COMIN sobre o Projeto AVA REKO, desenvolvido entre os Guarani, de julho de 1990 a junho de 1991 (inédito), 362 p.

DESCOLA, Philippe. *La selva culta. Simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar*. trad. de Juan Carrera Colin y Xavier Catta Quelen. Quito: Abya-Yala, 1988.

DURSTON, John. *Construyendo capital social comunitario*. CEPAL (69). Santiago: CEPAL, 1999.

ELIZALDE, Antonio. *Desarrollo y sustentabilidad: límites y potencialidades*. *Documentación social*. n. 89, 1992.

_____. *Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias*. *Interações*. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, p. 51-62, set. 2000.

GALLOIS, Dominique. *Sociedades indígenas e*

- desenvolvimento: discursos, práticas, para pensar a tolerância. In *Povos indígenas e tolerância*. Grupione, Luis Donisete, Vidal Lux e Fischmann, Roseli (org), São Paulo: Edusp, 2001.
- GIANNINI, Isabelle Vidal. Os índios e suas relações com a Natureza. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). *Índios do Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- KLINSBERG, Bernardo. Capital social y cultura: claves esenciales del desarrollo. *CEPAL* (69). Santiago: CEPAL, 1999.
- MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martin. Desarrollo a escala humana. Una opción para el futuro. *Development Dialogue*. Número especial CEPAL, Uppsala, Suécia, 1986.
- MELIÀ, Bartomeu; TEMPLE, Dominique. *El don, la venganza y otras formas de economía guaraní*. Asunción del Paraguay, CEPAG, 2004
- SAHLINS, Marshall. *Economía de la edad de piedra*. Madrid: Akaleeditor, 1997.
- SCHROEDER, Peter. *Economía Indígena*. Situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.
- SILVA, Aracy Lopes da. Mitos e Cosmologias no Brasil: Breve Introdução. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). *Índios do Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 75-82.
- SOUSA, Cássio Noronha I.; SOUZA LIMA, Antonio Carlos, ALMEIDA, Fábio Vaz R., WENTZEL, Sondra. (orgs.). *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

*Sociedad civil y participación ciudadana - cómo los actores sociales se hacen parte de las decisiones**

A sociedade civil e participação cidadã - como atores sociais fazem parte das decisões
Civil society and citizen participation - how social actors are part of the decisions
La société civile et la participation des citoyens - comment les acteurs sociaux font partie des décisions

Carlos Alfonso Llancar Etcheverry**

Recebido em 20/3/2007; revisado e aprovado em 10/9/2007; aceito em 20/12/2007.

Resumen: El objetivo de este ensayo es presentar algunas anotaciones sobre la forma de gobernar y su relación con los actores sociales. Para ello se toman conceptos como participación ciudadana, sociedad civil y democracia; términos que asoman en la actualidad para entender la crisis de gobernabilidad. En un primer apartado se entrega sustento teórico a esos conceptos, para luego en una segunda parte relacionarlos y entregar bases mínimas para su comprensión. Finalmente se cierra el paper con algunas invitaciones, que nos permitan enfrentar esta crisis de gobernabilidad y con ello fortalecer el régimen democrático.

Palabras clave: Sociedad civil. Participación ciudadana. Democracia participativa.

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de apresentar algumas anotações sobre a forma de gobernar e sua relação com os atores sociais. Isso levará conceitos como participação cidadã, a sociedade civil e a democracia; termos ameaçadora, atualmente, para entender a crise de governança. No primeiro parágrafo é entregue a estes conceitos teóricos e, em seguida, numa segunda parte para relacionar e entregar base mínima para a sua compreensão. Finalmente fecha o papel com alguns convites, o que nos permitirá enfrentar esta crise de governança e, assim, reforçar o regime democrático.

Palavras-chave: A sociedade civil. A participação cívica. A democracia participativa.

Abstract: The purpose of this essay is to present some entries on the form of government and its relationship with the stakeholders. It took concepts such as citizen participation, civil society and democracy; terms looming at present to understand the crisis of governability. In the first paragraph is delivered to these theoretical concepts, and then a second part to relate and deliver minimum basis for their understanding. Finally the paper closes with some invitations, which will enable us to cope with this crisis of governance and thereby strengthening the democratic regime.

Key words: Civil society. Citizen participation. Participatory democracy.

Résumé: L'objectif de ce document est de présenter quelques annotations sur la façon de gouverner et de ses relations avec les acteurs sociaux. Cela prendra des concepts tels que la participation des citoyens, la société civile et la démocratie, ce qui menace à présent de comprendre la crise de la gouvernance. Dans le premier alinéa est livré à ces concepts théoriques, puis dans une deuxième partie de lier et de fournir une base minimale de leur compréhension. Enfin le document se termine avec quelques invitations, ce qui nous permettra de faire face à cette crise de la gouvernance et à renforcer le régime démocratique.

Mots-clé: La société civile. La participation civique. La démocratie participative.

Introducción

En el contexto latinoamericano aún se plantean disyuntivas para superar la crisis de gobernabilidad¹, una alternativa es mediante una democracia participativa; sabido es que la participación ciudadana² y, por ende, la formación de una sociedad civil, se manifiesta como un elemento central para el fortalecimiento del régimen democrático.

El debate no trata sobre cantidad de de-

mocracia, sino la calidad de ella. Según C. Macpherson (1982) el problema central no es cómo funcionaría una democracia participativa, sino el cómo podríamos avanzar a ella.

Participación y sociedad:

Se entiende por participación la acción colectiva de los actores sociales e institucionales, de integrarse, proponer, controlar y evaluar críticamente los procesos de decisión

* Este ensayo es desarrollado dentro del programa académico de Magíster en Ciencias Sociales brindado por el Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Local de la Universidad de Los Lagos.

** Título de Asistente Social, Licenciatura en Trabajo Social. Estudiante tesista del Magíster en Ciencias Sociales que brinda el Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Local - CEDER - de la Universidad de Los Lagos (Chile). Profesional activo en procesos de descentralización y desarrollo local. Se desempeña como Asesor de comité parlamentario, integrante del Gabinete del Senador Andrés Allamand (Chile). Su dirección es Francisco Bilbao # 1424, Fono-Fax (56-64) 218 777, Osorno, (Chile). Correo: carlosllancar82@hotmail.com

pública en las esferas territoriales (LECHNER, 1991; ZIMMERMAN, 1992; MOUFFE, 1992; CUNILL, 1997; BOBBIO, 1999b).

La participación ciudadana es un proceso, un continuo en el tiempo que se desarrolla, de generación de conciencia crítica y propositiva en el ciudadano, donde progresivamente éste va adquiriendo mayor relevancia y protagonismo (DASTRES, 2003).

Rafael González (s/f) define la participación ciudadana como

Un proceso gradual mediante el cual se integra al ciudadano en forma individual o participando en forma colectiva, en la toma de decisiones, la fiscalización, control y ejecución de las acciones en los asuntos públicos y privados, que lo afectan en lo político, económico, social y ambiental para permitirle su pleno desarrollo como ser humano y el de la comunidad en que se desenvuelve.

La sociedad civil, deviene en el ejercicio de lo que habitualmente se denomina participación ciudadana, concepto que difiere de la sociedad política y de la sociedad económica. Se entiende por sociedad civil "aquellas formas de asociación autónomas del mercado y el Estado que tienen por objetivo reivindicar derechos, expresar opiniones, influir en las decisiones que afectan a la comunidad y controlar a sus autoridades (PNUD, 2004, 218). Así, la sociedad civil aspira a influir, no a participar directamente ni en el poder del Estado ni en la producción económica. Siguiendo en esta materia al PNUD (2004), cabe señalar que la relación entre los conceptos indicados, es que la sociedad civil es una expresión particular de la asociatividad.

Como agrega Robert Putnam, no hay oposición entre interés propio y el altruismo, pues los ciudadanos en una comunidad cívica no requieren ser altruistas, sino que perseguir lo que Tocqueville llamó el "interés propio adecuadamente entendido" (PUTMAN, 2000, p. 175)

Es por eso que una sociedad participativa probablemente será una sociedad más democrática, porque las decisiones se tomarán buscando acuerdos o buscando distintos grados de convergencia, de intereses y derechos (LLANCAR, s/f).

Democracia

La Grecia clásica ha ofrecido un modelo ideal de democracia participativa, que hoy sería irreal por el mayor tamaño que han adquirido las colectividades políticas (DAHL, 1973).

Los griegos definieron la democracia como el Gobierno del pueblo por el pueblo y para el pueblo, no previeron que aquella acepción complicaría en la pos modernidad, a gran parte de aquellos que en esta nueva era de la humanidad están interesados en la res (cosa) pública³. En la historia, se ha discutido extensamente sobre qué es el pueblo, quiénes lo constituyen y qué significan esas expresiones. Al concepto democracia clásica, se agrega otra pregunta: ¿Qué representa que el pueblo gobierna?.

Parece existir un cierto consenso en torno a que la democracia es la mejor manera de organizar la toma de decisiones políticas en el mundo moderno. Acaso muy pocos, se plantean contrarios a la democracia. No obstante también es oportuno plantear que existen diversas concepciones sobre la democracia, dependiendo de las miradas ideológicas, de la práctica política, y de la cercanía a los diferentes modelos que la teoría ha construido.

Es así como la democracia en lo contemporáneo se muestra de manera confusa. Hoy en día muchos dicen ser demócratas, ya sean de izquierda, centro o derecha. Igualmente los regímenes políticos de todo tipo se apresuran en autodenominarse como demócratas o en presentarse como tal. Sin embargo lo que cada uno hace puede ser muy diferente. La democracia parece poseer una condición mágica que dota de un aura de legitimidad a todo el quehacer político en el mundo moderno (PINTO, 1996, p.154).

Algunos teóricos ven así la democracia: Leonardo Morlino sugiere que la democracia es "aquel conjunto de normas y procedimientos que resultan de un acuerdo compromiso para la resolución pacífica de los conflictos entre los actores sociales políticamente relevantes, y los otros actores institucionales presentes en el escenario político" (MORLINO, 1996, p. 83).

Por su parte Norberto Bobbio (1999), esgrime que es el conjunto de reglas prima-

rias o fundamentales que establecen quién está autorizado para tomar las decisiones colectivas y bajo qué procedimientos.

En consideración a lo anteriormente citado puede surgir otra interrogante ¿hay una sola democracia?

Varias concepciones de democracia se han presentado en la última mitad del siglo XX como modelos orientadores para precisar el objeto que se está estudiando. Algunos de ellos se pueden resumir en los siguientes autores:

Robert Dahl (1991) – sus juicios parten por identificar al hombre (persona humana) como un animal político, consecuentemente la asociación política es necesaria al hombre. Aquel, entonces busca la virtud, lo bueno, es por ello que un hombre bueno debe ser un buen ciudadano. Así, el sistema político se constituye por buenos ciudadanos que poseen como atributo central la virtud cívica, lo cual se debiera expresar en buscar el bien en los asuntos cívicos.

En el esquema de Robert Dahl (1991) hay condiciones básicas para que la democracia tenga lugar. Probablemente la más importante es la igualdad ante la ley y la legitimidad del sistema basada en la participación de los ciudadanos. Entre los elementos presentes que permiten categorizar a la democracia de tal, aparece como cuestión central el derecho de los ciudadanos a formar asociaciones autónomas, que puedan influir y rivalizar con el gobierno.

En el enfoque de Dahl (1991) se muestran todos los elementos que han inspirado la tradición democrática de Occidente, centrándose en algunas cuestiones básicas, como el procedimiento que genera las autoridades, la capacidad de los individuos para asociarse, rivalizar y obedecer, y la presencia de la libertad para expresarse e informarse en un contexto de fuentes plurales de información con capacidad para transmitir las opciones existentes. Sin duda la democracia es representativa porque en el mundo actual no puede ser directa.

David Held – retornando a la perspectiva política David Held (1991, p. 321) nos propone la llamada Democracia participativa, estructurando su propuesta en la perspectiva de un mundo más cohesionado.

Así reconociendo la necesidad de dar cumplimiento a aquellas condiciones que se asocian a la idea democrática tradicional insinúa dos ámbitos de responsabilidad en la dinámica social, incorporando nuevos elementos para perfeccionar la democracia en el mundo actual.

Respecto del Estado Held sugiere como condiciones el reconocimiento pleno del principio de autonomía de las personas y las organizaciones. Una democracia para la libertad, soberanía del Parlamento sobre el Estado y de la ciudadanía sobre el Parlamento. Un sistema judicial asegurador de los derechos de las personas establecidos y reconocidos en las instancias normativas pertinentes. Igualmente la existencia de un sistema competitivo de partidos políticos. Agregando elementos que son poco tradicionales en el cuadro de requerimientos de la democracia, como por ejemplo la presencia de servicios administrativos centrales y locales, centrados en el usuario.

Asimismo plantea dentro de la idea de democracia participativa algunas condiciones y responsabilidades para la sociedad civil, entre ellas la diversidad de familias, organizaciones, grupos por una parte. La existencia de empresas autodirigidas, junto con servicios comunitarios organizados de acuerdo al principio de participación directa y una variedad de empresas privadas para promover la innovación y la diversidad (HELD, 1991, p. 339).

Tanto en el Estado como en la Sociedad Civil debe estar disponible el acceso a información, y con ello garantizar que las decisiones que se tomen sean decisiones participadas.

Se propone hacer democracia no sólo desde la institucionalidad política, sino también desde las instituciones de la Sociedad Civil. Una sociedad es democrática, no sólo cuando existen elecciones periódicas, libres e informadas, no sólo cuando el Estado, a través de sus distintos órganos convoca a los ciudadanos, sino también cuando los ciudadanos poseen una cultura democrática en los diversos ámbitos de la vida en sociedad.

Habermas – surge en los últimos años, a partir de los trabajos de Habermas, el concepto de Democracia deliberativa,

entendida como una concepción de la democracia en la que las personas son entes que procesan información disponible y distintos puntos de vista existentes desde los cuales se forman juicios suficientemente razonados. En este esquema existen diferentes mecanismos institucionales para incorporar las opiniones y juicios individuales a los procesos decisionales colectivos (THOMPSON, 1998, p. 327).

Esta idea de democracia deliberativa tiene algunas características que la hacen distintiva, entre ellas el hecho de que su interés se dirige a los procesos en los que se forman los juicios. Asimismo se hace necesario incorporar a las personas para que participen en procesos de análisis, diálogo y desde allí conformen su juicio, de tal forma que la legitimidad de la decisión surge del hecho de haber sido el producto de una deliberación. La deliberación no debe necesariamente transformarse en consenso, considerando que no siempre las personas están dispuestas a variar sus puntos de vista. En esta condición deberá entenderse que el resultado de la deliberación le dará la legitimidad suficiente a la resolución de la decisión por la vía del voto, sólo que será un voto que aprobará una mayoría informada y dialogante (THOMPSON, 1998, p. 328).

Se puede decir que la democracia a la par de ser un sistema político, es también una forma de vida. Solo así es posible entender las perspectivas descritas para profundizar la democracia transformándola en una forma de vida civil y social.

Relacionando democracia y participación en la sociedad

En directa relación con los postulados de participación se nos presenta la idea de Gobernanza (governance) que nos lleva a un significado distinto en la forma de gobernar. Se gobierna participativamente, de manera más cooperativa, diferente del antiguo modelo jerárquico, en el que las autoridades estatales ejercían un poder sobre los grupos y personas que constituían la sociedad civil. Hoy, en la idea de gobernanza las instituciones estatales y no estatales, los actores públicos y privados, participan y a menudo cooperan en la formulación y la aplicación

de políticas públicas. La estructura de la gobernanza moderna no se caracteriza por la jerarquía, sino por actores corporativos y autónomos y por redes entre organizaciones (MAYNTZ, 2001).

En una sociedad democrática se deberían crear las condiciones de distribución del poder para que la ciudadanía pudiera incidir en asuntos tanto personales como públicos.

La participación política es entonces una acción en solidaridad con otros en el ámbito del Estado o de una clase social, con vistas a conservar o modificar la estructura y por tanto los valores del sistema de intereses[...] cuyo impulso básico es el aumento diferenciado y desigual de los derechos y los recursos de los ciudadanos y la expansión y las tareas del aparato político administrativo (PIZZORNO, 1991, p. 57).

A juicio del autor citado es la mejor conceptualización que permite relacionar la democracia con la participación.

De otro lado Milbrath (1965), nos plantea que una de las proposiciones más corroboradas en las ciencias sociales es que las personas cercanas al centro de la sociedad están más inclinadas a participar en política que las personas cercanas a la periferia". Importante afirmación de la cual es posible adelantar la conclusión de que una de los mecanismos para incentivar la participación en política es estimulando la integración, la reducción de la marginalidad no sólo económica. Es probable que integración y participación sean dos elementos que se constituyen mutuamente en causa y efecto. Lo cierto es que la participación se construye dentro de una sociedad, dentro de un sistema político, dentro de una organización o agrupación.

Es interesante mencionar las alusiones provenientes de distintos autores, respecto de la participación política en movimientos colectivos que se presentan en determinados momentos de la historia de la sociedad ocupando un papel relevante como forma de acción social, tanto porque configuran formas de solidaridad complejas, o porque anticipan la explosión revolucionaria o transformadora (PASQUINO, 1996, p. 204).

Según Touraine, citado por Pasquino (1996), pertenecen a los procesos mediante

los cuales una sociedad produce su organización a partir de sus sistema de acción histórica, pasando a través de conflictos diversos y transacciones políticas.

A ratos resulta difícil distinguir la expresión participación ciudadana de participación política; no obstante, a partir de lo que se ha planteado, es posible identificar a la participación ciudadana enfocada en la práctica social cotidiana, es por ello que nos irrumpe con fuerza la idea de sociedad civil.

Mas allá de identificar el no Estado la Sociedad Civil puede ser vista como la esfera, creada históricamente, de derechos individuales y asociaciones voluntarias, en la que la concurrencia políticamente pacífica de unos con otros en la persecución de sus respectivos asuntos, intereses e intenciones privadas esta garantizada por el Estado (LOPEZ-CALERA, 1992).

En suma, son colectivos más o menos institucionalizados, de toda índole, que velan por sus respectivos intereses, y que consecuentemente pueden jugar un rol sustantivo al actuar sobre los mecanismos de definición de políticas en el estado, ya sea instalando problemas en la agenda política, o influyendo en la definición de las políticas. Finalmente son el elemento que le da sustancia a la idea de gobernanza, es decir, son los titulares de la participación ciudadana.

La participación ciudadana puede ser entendida como un medio de fortalecimiento de la Sociedad Civil, porque le incorpora vigencia, le da viabilidad, es el instrumento de aproximación a las decisiones públicas.

Es este el ámbito donde cobra vigencia aquella definición inicial que nos hacía ver a la participación como un medio de devolución de soberanía, porque efectivamente la Participación implica una rearticulación de la fronteras entre lo público y lo privado, en la perspectiva de empoderar a los sujetos generalmente excluidos del ejercicio del poder, o de aquellos que no teniendo poder no encuentran los caminos o recursos para utilizarlo (CUNILL, 1991).

Obviamente existen precondiciones para el pleno ejercicio de la participación, entre ellos podemos identificar la existencia de una cultura cívica de la ciudadanía, donde lo público sea parte del interés cotidiano, prácticas desarrolladas por la sociedad, la

existencia de estructuras, organizaciones con identidad, la capacidad de los individuos y organizaciones para estructurar, levantar y agregar demandas, la presencia de líderes sociales con independencia, la existencia de una cultura democrática en el nivel de las organizaciones sociales, entre otros elementos identificables. Pero ellos, evidentemente son parte de los procesos de reconstrucción y legitimación de las organizaciones y actores de la sociedad civil.

¿Pero cómo llegamos a ello?

La manifestación de nuevas pretensiones sociales también ha dado lugar a formas inéditas de autogobierno, en las que la demanda por participación en la toma de decisiones, de una forma descentralizada y comunitaria emerge en el discurso, como una forma de responder a los rasgos de ingobernabilidad presentes.

La dificultad que se ha presentado en esta relación entre democracia y gobernabilidad, debe llevar a abordar estas problemáticas desde nuevas ópticas. Con ello subrayamos que la subjetividad es la que se hace presente, dejando de lado el principio de homogeneidad en las decisiones públicas. Por ello la labor de la democracia en estos nuevos tiempos, ya no consiste en organizar una unidad prefigurada, sino por el contrario, esta debe ordenar muchas diferencias. Samuel Klausner (1966, p. 78) ya nos lo decía décadas atrás, “la democracia se plantea no como la construcción política de una mayoría, sino como la ordenación de muchas minorías”. No se vive de la misma manera en cada unidad territorial, el territorio está cargado de significados que hacen imposible que todo sea igual (THER, 2006).

Siguiendo lo anterior la decisión óptima no puede pertenecer a un ente decidor, por el contrario atañerá a la multiplicidad de sujetos interactuantes en el contexto determinado. “Es una tarea de conciliación y convergencia de agenda. Que pretende coordinar el proceso de toma de decisiones” (MINTZBERG, 1991, p. 81).

En este sentido, Estado y Sociedad, no se manifiestan actualmente como dimensiones autónomas, sino como dos sistemas intervinclados por relaciones mutuas, cuyo producto supone transformaciones estructurales y de función en ambos, donde se pierde

la pureza de la frontera que separa lo privado de lo público, por medio de la articulación⁴.

A modo de cierre:

La fragmentación, complejidad e interdependencia de las sociedades actuales, estimula la necesidad de conciliar la democracia representativa con formas nuevas de democracia participativa. Surge el concepto de empoderamiento, este alude al proceso o mecanismo a través del cual personas, organizaciones o comunidades adquieren control o dominio sobre asuntos o temas de interés que le son propios (SÁNCHEZ, 1996). Este empoderamiento que hacen los sujetos sociales de su realidad, se dirige a impulsar el capital social, entendido este como un sistema de normas, organizaciones, a través del cual los ciudadanos acceden a los procesos de toma de decisiones colectivas, que se deberían transformar en programas y políticas locales. Donde existan relaciones sociales de innovación cultural, y mecanismos políticos a través de los cuales la situación social y territorial se redefina constantemente.

Hablar sobre el territorio, significa visualizar un modelo de emergencias continuas, donde las catástrofes (cambios bruscos) coexisten con lo cotidiano. La interacción existe y, por tanto, la diferencia es real y no sólo aparente en el espacio transformado en territorio (THER, 2006).

La eficacia de las organizaciones públicas no depende de la exclusión de la ciudadanía ni de aislar a las organizaciones de las expresiones individuales y sectoriales, sino por el contrario de involucrar a los miembros de la comunidad en la gestión. En ese sentido la participación es un recurso para la gestión, ello podría permitir que recuperara sentido la acción en los espacios públicos (CAVAROZZI, 2000, p. 215).

Los valores del servicio público que se vinculan con la búsqueda del bien común, la transparencia y publicidad de los actos de la administración, la responsabilización y la búsqueda de la equidad y fortalecimiento de la gobernabilidad y la democracia solo pueden obtener de la participación ciudadana un fortalecimiento y la posibilidad de vigencia real.

Se trata entonces que la descentralización de poder, no sólo ocurra desde el poder central del Estado hacia las regiones, sino que alcance los niveles de relaciones más próximos para la gente, como lo es el nivel local o comunal.

No debemos olvidar que las competencias municipales, provinciales y estatales no hacen sino complicar más el panorama para el ciudadano. La complejidad de niveles e instancias tiene como efecto el incremento de competencias, autoridades y formas de decisión que actúan en detrimento de lo local (BOBBIO, 2007). De hecho, el tamaño y la complejidad de éstas alejan a las personas, debiendo estos (los ciudadanos) limitarse a gozar de derechos y cumplir obligaciones según dictan las leyes elaboradas por el Estado.

Sin duda que al impulsar la participación descentralizada, por medio de procesos de toma de decisiones de abajo hacia arriba (bottom up), promoviendo canales accesibles de comunicación entre el Estado y la sociedad civil, se permite a éstos últimos participar activamente en la toma de decisiones que afectan sus intereses; rompiendo así con la apatía política y la anomia que ha caracterizado a la sociedad civil, para que se torne a tomar su papel sobresaliente en lo público.

Lo anterior no sólo trae beneficios a los grupos que se sentían excluidos, pues también aporta a los gobiernos que introducen esos principios, ya que aumentan su legitimidad, favorece el conocimiento de las necesidades de la población y con ello debiera ofrecer mejores condiciones para satisfacerlas.

Pero para que las demandas locales puedan expresarse, es necesario que en el espacio local actúen diversos actores que ayuden a catalizar las potencialidades endógenas articulando o favoreciendo la concertación de diversas redes⁵ sociales y espacios para la participación ciudadana. Recordando que el concepto de redes corresponde a un nudo de relaciones entre actores que se benefician al pertenecer a ella (CASTELLS, 1999).

Si se recupera el protagonismo de la sociedad civil en la toma de decisiones gubernamentales, por medio de la

innovación en mecanismos que permitan aquello, se alcanzarán decisiones más significativas y de cierto modo, más vinculantes con el sentir de los actores sociales. Lo que permitiría a fin de cuentas, un mayor rendimiento de la gestión del Estado, ampliando la capacidad del sistema para implementar organismos de integración social que redundaría en beneficio de la estabilidad gubernamental y ayudaría a resolver la problemática de la ingobernabilidad.

Notas

- ¹ Para Habermas la ingobernabilidad se expresa en dos factores esenciales: crisis de legitimidad y crisis de racionalidad, que se expresa por la incapacidad de la burocracia para mejorar los mecanismos de control que el sistema democrático les exige (ARBÓS Y GINER, 1996, p. 37).
- ² En este paper se concibe la participación ciudadana asociada al rol del ciudadano (como partícipe y como usuario) en las decisiones y gestiones asociadas a la implementación de acciones públicas. Es decir, cómo la movilización de intereses de la sociedad civil en las actividades públicas incide en la manera de organizar los recursos del Estado para el cumplimiento de sus objetivos y tareas.
- ³ Para ahondar más en estos conceptos y saber como han evolucionado, ver Service, 1984.
- ⁴ Es la capacidad de integrar y ajustar las organizaciones a los programas con los cuales se relacionan las distintas estructuras político-administrativas de una región, provincia o comuna (MARINI & MARTINS, 2004).
- ⁵ Las redes suponen cooperación y la capacidad de acuerdo entre los actores, tanto durante el proceso como en la toma de decisiones finales (Putnam, 1994).

Referencias

- ARBOS, Xavier y GINER, Salvador. *La gobernabilidad. Ciudadanía y democracia en la encrucijada mundial*. España: Madrid, Siglo XXI, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *El futuro de la democracia*, F.C.E., 4ª reimpresión, México, [s.ed.], 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, gobierno y sociedad*, F.C.E., México, [s.ed.], 1999.
- BOBBIO, Norberto, et al. *Diccionario de política*. Madrid, España: Editorial Siglo XXI, 1999b.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información. Economía, Sociedad y Cultura, la sociedad en red.*, Madrid, España: Editorial Siglo XXI, 1999.
- CAVAROZZI, Marcelo. *Modelos de desarrollo y participación política en América Latina*, en Kliksberg-Tomassini, Capital Social y cultura: Claves estratégicas para el desarrollo, BID/Fundación Felipe Herrera/ Universidad de Maryland/FCE, 2000.
- CUNILL, Nuria. *Repensando lo público a través de la sociedad*. Nuevas formas de Gestión Pública y representación social. CLAD. Caracas: Venezuela, Editorial Nueva Sociedad, 1997.
- CUNILL, Nuria. *La participación Ciudadana.*, Caracas Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, CLAD, 1991.
- DAHL, Robert. *Modern Political Analysis*, Prentice Hall, New Jersey, 1991.
- DAHL, Robert y TUFTE, Edward. *Size and Democracy*. Stanford: Stanford University Press, 1973.
- DASTRES, Cecilia. *Reflexiones para la incorporación de la participación ciudadana en la gestión pública*. En documentos de Facultad, 2, Facultad de Ciencias Políticas y Administración Pública, Universidad Central de Chile. Mayo, 2003, 40 p.
- GONZÁLEZ, Ballar (s/f), *Consolidación de la participación ciudadana en Honduras*, s/ed, [s.d.].
- HELD, David. *Modelos de democracia*. Madrid: Alianza Universidad, 1991.
- KLAUSNER, Samuel. *The study of total societies*. Doubleday, Nueva York, 1966.
- LECHNER, Norbert. El ciudadano y la noción de lo público. En *Leviatán: Revista de hechos e ideas*, n. 43/44, Madrid: España, 1991.
- LLANCAR, Carlos. *Estado, civilidad y participación*. Algunas reflexiones, [s/f].
- LÓPEZ-CALERA, Nicolás. *Yo, El Estado*. España: Ediciones Trotta, 1992.
- MACPHERSON, Crawford. *La democracia liberal y su época*. Madrid: Alianza Universidad, 1982.
- MARINI, Caio & MARTINS Humberto. *Um governo matricial: estruturas em rede para gereção de resultados de desenvolvimento*. IX CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD, Madrid: España, 2004.
- MAYNTZ, Renate. El Estado y la sociedad civil en la gobernanza moderna. *Reforma y democracia*, n. 21, CLAD, Caracas: Venezuela, 2001.
- MILBRATH, Lester. *Political Participation*. How and why do People Get Involved in Politics? Rand McNally, Chicago, 1965.
- MINTZBERG, Henry. *Diseño de organizaciones eficientes*. Buenos Aires, Argentina: Editorial el ateneo, 1991.
- MORLINO, Leonardo. *Las democracias*, en Manual de Ciencia Política, Alianza Universidad textos, Madrid, 1996.
- MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político*. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical, Buenos Aires, Argentina: Editorial Paidós, 1992.
- PASQUINO, Gianfranco. *Participación política, grupos y movimientos*, en Manual de Ciencia Política. Madrid: Alianza Universidad, 1996.
- PINTO, Julio. *Introducción a la Ciencia Política*, Manuales Eudeba, Buenos Aires, 1996.
- PIZZORNO, Alessandro, *Sur rationalité du choix démocratique*, (eds.) Birnbaum P. y Leca J. Paris: Sur l'individualismo, 1991, p. 330-69.
- PNUD (2004), *Desarrollo Humano en Chile 2004: el poder, ¿Para qué y para quién?*. Santiago: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.

PUTNAM, Robert, *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, Robert, *Para hacer que la democracia funcione: la experiencia italiana en descentralización administrativa*. Caracas, Venezuela: Editorial Galac, 1994.

SÁNCHEZ, Alipio. *Psicología Comunitaria*. Bases conceptuales y métodos de intervención. Barcelona, España: Editorial Universidad de Barcelona, 1996.

SERVICE, Elman. *Los orígenes del estado y de la civilización*.

Alianza. Madrid, 1984.

THER, Francisco. Complejidad territorial y sustentabilidad: notas para una epistemología de los estudios territoriales. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, año 12, n. 25, Brasil, p. 105-15, 2006.

THOMPSON, John, *Los Media y la Modernidad*, Paidós, Barcelona, 1998.

ZIMMERMAN, Joseph, *Democracia participativa: el resurgimiento del populismo*, Limusa grupo Noriega Editores, Ciudad de México, México, 1992.

Conferências

Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale: quelques éléments de problématique

Benoît Lévesque*

Présentation du crises

Notre Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) est une organisation interuniversitaire qui étudie et analyse principalement «les innovations et les transformations sociales».

Une innovation sociale est une intervention initiée par des acteurs sociaux pour répondre à une aspiration, subvenir à un besoin, apporter une solution ou profiter d'une opportunité d'action afin de modifier des relations sociales, de transformer un cadre d'action ou de proposer de nouvelles orientations culturelles.

En se combinant, les innovations peuvent avoir à long terme une efficacité sociale qui dépasse le cadre du projet initial (entreprises, associations, etc.) et représenter un enjeu qui questionne les grands équilibres sociétaux. Elles deviennent alors une source de transformations sociales et peuvent contribuer à l'émergence de nouveaux modèles de développement.

Les chercheurs du CRISES étudient les innovations sociales à partir de trois axes complémentaires : développement et territoire, les conditions de vie et le travail et l'emploi.

Axe innovations sociales, développement et territoire

- Les membres de l'axe développement et territoire s'intéressent à la régulation, aux arrangements organisationnels et institutionnels, aux pratiques et stratégies d'acteurs socio-économiques qui ont une conséquence sur le développement des collectivités et des territoires. Ils étudient les entreprises et les organisations (privées, publiques, coopératives et associatives) ainsi que leurs interrelations, les réseaux d'acteurs, les systèmes d'innovation, les modalités de gouvernance et les stratégies qui contribuent au développement durable des collectivités et des territoires.

Axe innovations sociales et conditions de vie

- Les membres de l'axe conditions de vie repèrent et analysent des innovations sociales visant l'amélioration des conditions de vie, notamment en ce qui concerne la consommation, l'emploi du temps, l'environnement familial, l'insertion sur le marché du travail, l'habitat, les revenus, la santé et la sécurité des personnes. Ces innovations se situent, généralement, à la jonction des politiques publiques et des mouvements sociaux : services collectifs, pratiques de résistance, luttes populaires, nouvelles manières de produire et de consommer, etc.

Axes innovations sociales, travail et emploi

- Les membres de l'axe travail et emploi orientent leurs recherches vers l'organisation du travail, la régulation de l'emploi et la gouvernance des entreprises dans le secteur manufacturier, dans les services, dans la fonction publique et dans l'économie du savoir.

* Est professeur titulaire associé à l'École nationale d'administration publique (ENAP) et à l'Université du Québec à Montréal (UQÀM), membre du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) et de l'Alliance de recherche universités-communautés en économie sociale (ARUC-ÉS).

Les travaux portent sur les dimensions organisationnelles et institutionnelles. Ils concernent tant les syndicats et les entreprises que les politiques publiques et s'intéressent à certaines thématiques comme les stratégies des acteurs, le partenariat, la gouvernance des entreprises, les nouveaux statuts d'emploi, le vieillissement au travail, l'équité en emploi et la formation.

Les activités du crises

En plus de la conduite de nombreux projets de recherche, l'accueil de stagiaires post-doctoraux, la formation des étudiants, le CRISES organise toute une série de séminaires et de colloques qui permettent le partage et la diffusion de connaissances nouvelles. Les cahiers de recherche, les rapports annuels et la programmation des activités peuvent être consultés à partir de notre site Internet à l'adresse suivante: <http://www.crisis.uqam.ca>.

Denis Harrisson
Directeur

Résumé

Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale : quelques éléments de problématique

À la question, « les entreprises d'économie sociale sont-elles plus porteuses d'innovations sociales que les autres? », une réponse positive est avancée assez spontanément, aussi bien par les promoteurs que par la plupart des chercheurs s'y intéressant. À partir de recherches que nous avons réalisées individuellement ou en équipe et en tenant compte des études que nous avons pu consulter dans le cadre de nos travaux sur l'économie sociale, nous tentons d'avancer quelques éléments de problématique pour répondre à nouveau à cette question. Dans un premier temps, nous revenons sur ce qu'il faut entendre par innovation sociale, étant donné que c'est le plus souvent en référence à ce type d'innovation que l'économie sociale est considérée. Dans un deuxième temps, nous examinons les approches théoriques, notamment les définitions de l'économie sociale, et dans un troisième temps les recherches empiriques.

Sous l'angle des approches théoriques, le potentiel d'innovation de l'économie sociale est évalué, sans grande nuance, comme très élevé ou au contraire comme très faible. Dans un cas, il s'agit des approches théoriques relevant, entre autres, de la sociologie, de l'économie politique ou encore des hétérodoxes en économie, qui définissent l'économie sociale comme contrainte à innover puisqu'elle tente de répondre à des besoins voire des aspirations non satisfaits par le marché ou l'État. Dans l'autre cas, il s'agit des approches néoclassiques qui ne retrouvent dans l'économie sociale, ni la propriété individuelle, ni le profit, qui représentent selon eux les principaux ressorts de l'innovation.

Selon les approches empiriques, les évaluations sont plus nuancées tenant compte, entre autres, des phases de développement. Si la création est généralement l'occasion d'innover, la diffusion puis le développement conduisent souvent, mais non inexorablement, à la banalisation, à l'isomorphisme institutionnel voire à la privatisation. Les études de cas qui ont porté surtout sur des secteurs relativement nouveaux, tels le travail, l'insertion et l'aide à domicile, laissent voir que le potentiel d'innovation n'est pas toujours actualisé, entre autres, faute de financements ou de soutien appropriés. Enfin, au moins une enquête quantitative tend à montrer que les associations dans le domaine de la santé et des services sociaux se distingueraient les innovations radicales que les innovations incrémentales que favorise la coopération entre parties prenantes.

Par ailleurs, lorsqu'on considère la dernière génération d'économie sociale comme un ensemble relativement continu d'initiatives de la société civile et en liaison avec les mouvements sociaux qui les ont inspirés, le potentiel de transformation semble l'emporter sur le potentiel d'innovation. Comme pour les générations précédentes, la « nouvelle » économie sociale a contribué grandement à « adoucir » les destructions engendrées par les innovations radicales,

mais elle participerait plus qu'auparavant à la reconfiguration de l'État-providence et à l'émergence d'un modèle de développement où l'innovation deviendrait permanente et continue. Cette relecture d'un nombre significatif de travaux sur l'économie sociale, qui n'ont pas toujours été réalisés avec comme premier objectif l'étude des innovations, laisse supposer que l'approche en termes d'innovation et de transformation ne manque pas de pertinence pour mieux comprendre l'économie sociale mais aussi les grandes transformations en cours.

Benoît Lévesque

Introduction

La question du potentiel d'innovation de l'économie sociale semble difficilement dissociable de celle des transformations sociales (socio-économiques et sociopolitiques), surtout si l'on veut une évaluation relativement complète de ce potentiel. Sous cet angle, la comparaison avec les entreprises capitalistes ne saurait se faire terme à terme, sans aucune autre considération. Cela ne veut pas dire pour autant qu'il faille confondre innovation et transformation sociale puisque l'une renvoie à la fonction entrepreneuriale de l'économie sociale alors que l'autre désigne un type spécifique de changement à l'échelle sociétale. À la différence du changement social qui s'opère le plus souvent dans la continuité, à l'exemple de la croissance chez le vivant, les transformations sociales correspondent à des mutations mettant ainsi l'accent sur la discontinuité plutôt que la continuité. Dans la mesure où l'économie sociale représente plus qu'une somme d'entreprises en raison, entre autres, de la parenté des composantes¹ et de leur rapport à des projets de société, sa capacité d'innovation peut être influencée par cette visée de transformation sociale. Cette dernière ouvre, aux entreprises et aux organisations de l'économie sociale, des pistes qu'interdirait la logique du seul calcul comptable, *a fortiori* à la rentabilité maximale. Enfin, l'économie sociale comme entité relativement spécifique au regard du secteur public et du secteur privé capitaliste peut contribuer à des transformations majeures, notamment suite à des périodes de grande crise telle celle amorcée à partir du milieu des années 1970 (EVERS ET LAVILLE, 2004; PERRI 6 et Vidal, 1994; DEFOURNY et MONZON, 1992).

À la question, « les entreprises d'économie sociale sont-elles plus porteuses d'innovations sociales que les autres ? », une réponse positive est avancée spontanément, aussi bien par les promoteurs que par la plupart des chercheurs s'y intéressant (LÉVESQUE, 2004; Osborne, 1994 et 1994a). Si plusieurs raisons peuvent justifier une telle réponse, il faut aussi admettre que certains chercheurs se montrent plus réservés, allant jusqu'à répondre négativement à la question. Dans ce court texte, nos objectifs sont modestes puisque nous proposons quelques éléments de problématique élaborés en grande partie à partir de revues de littérature réalisées séparément, soit dans un cas sur les innovations sociales (LÉVESQUE, 2005; LÉVESQUE, BOURQUE et FORGUES, 2001), dans l'autre sur l'économie sociale avec d'autres collègues (LÉVESQUE et MENDELL, 2004; LAVILLE, LÉVESQUE et MENDELL, 2005; LÉVESQUE, 2005; JETTÉ, LÉVESQUE, MAGER et VAILLANCOURT, 2000; LÉVESQUE et MALO, 1995), sans négliger pour autant les recherches réalisées par d'autres chercheurs. Dans le meilleur des cas, ces éléments de problématique pourraient contribuer à la construction d'un cadre théorique concernant le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale. Dans cette visée, nous traiterons d'abord de l'innovation sociale comme telle (1), puis du potentiel d'innovation de l'économie sociale (2), à partir d'approches théoriques (2.1) et de recherches empiriques (2.2), pour conclure sur des considérations concernant le potentiel de transformation sociale.

1 Les innovations sociales

En dépit de quelques recherches réalisées antérieurement (COLEMAN, 1970; GABORD, 1970; HALL, 1977; TAYLOR, 1970; MOSS, 1982; WHYTE, 1982), les chercheurs n'ont analysé

que fort récemment l'innovation sociale en référence explicite aux travaux fondateurs de Schumpeter (1939). L'économiste d'origine autrichienne a fourni plusieurs éléments intéressants, à commencer par une typologie des innovations, qui permet de distinguer les innovations de produit, de procédé, de marché et de nouvelles organisations ou combinaisons. Dans le domaine manufacturier, ces innovations font appel à la technologie et/ou au marché, à l'exception des nouvelles formes d'organisation (ex. celles touchant l'organisation du travail et la gestion de la qualité), qui sont définies comme **innovations organisationnelles**² par le Manuel d'Oslo (3ième édition, 2005) et comme innovations sociales par les économistes hétérodoxes (FREEMAN, 1991). On comprend que, parmi les premières définitions de l'innovation sociale, on retrouve celle d'innovations organisationnelles que les économistes institutionnalistes et les sociologues compléteront avec les **innovations institutionnelles** pour couvrir le domaine des institutions, des normes, de la réglementation et plus largement des formes de régulation (THÉRÉT, 2000; CORIAT et WEINSTEIN, 1995; BÉLANGER, GRANT et LÉVESQUE, 1992; BÉLANGER et LÉVESQUE, 1992). Les recherches sur les entreprises ont ainsi montré que les innovations sociales pouvaient exister dans le domaine de la production et plus largement dans le domaine du développement économique (BÉLANGER, LAPOINTE et LÉVESQUE, 2004).

La distinction entre **innovations radicales** et **innovations incrémentielles**, qui est également basée sur l'œuvre de Schumpeter, peut être adaptée pour une meilleure compréhension des innovations sociales. Les innovations radicales sont en quelque sorte en rupture avec ce qui existe, transcendant les limites technologiques qui s'imposaient jusque-là (FREEMAN, 1982) alors que les secondes, les innovations incrémentielles, se veulent plutôt des innovations progressives, « une série de changements dans le cadre des paramètres connus ou de l'introduction dans un produit donné de caractéristiques techniques déjà utilisées dans des produits similaires » (FAGERBERG, 2003, p. 5). Même si les innovations incrémentielles sont moins spectaculaires, plusieurs considèrent que l'impact cumulatif de ces innovations peut être aussi grand voire plus, puisque « le plus gros des bénéfices économiques vient des innovations incrémentielles et des améliorations » (Ibid). En revanche, on ne peut faire l'économie d'innovation radicale pour penser le rapport des innovations aux transformations sociales. D'autres notions intermédiaires doivent aussi être examinées.

Dans cette visée, les analyses évolutionnistes et institutionnalistes de l'innovation ont repris l'hypothèse de Schumpeter selon laquelle les innovations se produisent généralement en grappes, notamment dans les périodes de sortie de crise. Ainsi, les innovations, qui se multiplient alors, ne se font pas dans toutes les directions, mais selon un **paradigme sociotechnique** en émergence, soit à partir d'une nouvelle vision des problèmes et des solutions possibles (notion qui peut être élargie à celle de nouveau **paradigme sociétal** pour rendre compte des innovations sociales) (LIPIETZ, 1989). Conformément au nouveau paradigme, les innovations donneront lieu à une **trajectoire d'innovation** ou un **sentier d'innovation**, qui fera en sorte que le chemin parcouru (*path dependency*) produira de plus en plus d'irréversibilité. On comprendra que « la transition d'un paradigme technologique à l'autre peut durer longtemps » (PETIT et SOETE, 2003, p. 92), *a fortiori* quand il s'agit d'un nouveau paradigme sociétal (TOURAINÉ, 2005). En effet, pour s'imposer largement, le nouveau paradigme doit s'appuyer non seulement sur de nouvelles représentations (la capacité d'imaginer combinée à la capacité d'oublier) mais aussi des expérimentations réussies, soit des innovations réalisées à l'échelle micro (LUNDVALL, 1992). De plus, même si les innovations suscitent des imitations en raison de leur réussite exemplaire, elles ne se diffuseront à l'échelle de la société qu'avec l'aide de nouveaux arrangements institutionnels (lois, réglementations, institutions, ententes internationales, répartition des pouvoirs selon diverses échelles, programmes et mesures diverses) qui permettront de vaincre les résistances au changement d'une partie des acteurs concernés et de soutenir les innovateurs (BÉLANGER, LAPOINTE et LÉVESQUE, 2004; THÉRÉT, 2000). Ce qui laisse entrevoir l'importance de l'environnement institutionnel et sociétal.

La littérature récente sur les innovations technologiques et scientifiques attirera

l'attention sur l'importance de l'environnement et des réseaux. Même si les innovations sont généralement produites dans le cadre d'entreprises et d'organisations, la notion de **système social d'innovation** nous invite à considérer que le potentiel d'innovation peut être favorisé grandement par l'environnement que constituent les universités, le système financier, les services offerts, les réglementations, la culture, la cohésion sociale, etc. Selon que le type d'environnement considéré, le « système d'innovation » sera restreinte au « système socio-technique d'innovation », notamment les rapports entre les entreprises, les universités, les centres de recherche, l'État et le marché (NELSON et WINTER, 1982) ou plutôt élargi au « système social d'innovation » qui comprend non seulement le système sociotechnique mais aussi l'ensemble des institutions pouvant influencer sur la production de biens ou de services dans une société (LUNDVALL, 1992); (AMABLE, BARRÉ et BOYER, 1997). Par la suite, les chercheurs ont utilisé cette notion pour caractériser le potentiel d'innovation propre à certaines industries ou à certains territoires, tel est le cas de la notion de « système régional d'innovation » très utilisée dans le domaine des sciences régionales (BRACXYK, COOKE et HEIDENREICH, 1998). Ces notions permettent aussi de caractériser l'environnement relativement spécifique d'un territoire ou d'un secteur sur le plan des innovations. Pour questionner l'importance des innovations dans le domaine de l'économie sociale de même que pour l'évaluation de leur potentiel, la notion de système social d'innovation mérite d'être prise en considération. Ainsi, Hall et Soskice (2001) dans leur ouvrage sur la diversité des capitalismes ont montré que, dans les pays d'économie de marché coordonné favorisant la concertation et la coopération, les firmes misant sur les innovations incrémentielles avaient plus de chance de performer alors que, dans les pays d'économie libérale de marché encourageant la flexibilité tous azimuts, les firmes pouvaient plus facilement performer en misant sur les innovations radicales souvent à dominante technologique, sans se soucier des conséquences sociales pouvant en résulter. Même si les innovations radicales sont par définition plus lourdes de changement et donc de « destruction créatrice », les innovations incrémentielles par amélioration continue peuvent être souvent plus déterminantes sur la performance des entreprises, notamment dans certains domaines.

Des recherches relevant de la sociologie et de l'histoire de la science et de la technologie montreront que les innovations ne sont pas linéaires comme on le supposait, soit recherche scientifique, invention, innovation, diffusion et adaptation, mais résulteraient d'une série d'ajustements mobilisant une pluralité d'acteurs de sorte que le résultat final est rarement donné au départ, d'où une grande incertitude (CALLON, 1989; LATOUR, 1989). En somme, les innovations résulteraient de **processus sociaux**, soit d'interactions et d'échanges d'informations entre personnes, scientifiques, entrepreneurs, financiers, hommes politiques, usagers, clients formant ainsi des **réseaux sociotechniques**. Dans cette visée, il devient problématique d'établir des frontières rigides entre innovation technologique et innovation sociale: la première relève d'un processus social alors que la seconde ne peut se matérialiser sans base technique, ne serait-ce que l'utilisation du langage dans des lieux relativement déterminés. Enfin, pour Callon et Latour, la notion de réseau sociotechnique rend mieux compte des interactions entre les acteurs et les objets que celle de système d'innovation utilisée par les institutionnalistes, notion qui leur apparaît trop déterministe et rigide. À notre avis, la notion de réseau sociotechnique est effectivement moins rigide que celle de système d'innovation parce qu'elle traduit le mode de production des innovations ou les processus menant à l'innovation telle que diffusée largement, mais cela n'enlève pas l'intérêt de considérer également la dimension plus institutionnelle de la production des innovations au même titre où innovations organisationnelles et innovations institutionnelles se complètent parce que désignant des réalités différentes, mais articulées (BÉLANGER et LÉVESQUE, 1991). L'innovation pourrait donc être comprise en termes de processus inscrits dans des systèmes sociaux d'innovation. Outre le fait qu'elles mettent bien en lumière le caractère social et collectif de toute innovation, les notions de système et de processus peuvent être très utiles pour établir des passerelles entre les innovations et les transformations sociales (BOYER, 1991).

Même s'il n'existe pas de frontière impénétrable entre innovation technologique et innovation sociale, il nous semble utile de les distinguer et de tenir compte de la spécificité du

développement social, notamment en ce qui concerne les services sociaux. Ainsi, les recherches sur les innovations dans les services sont arrivées à la conclusion qu'il existe une sorte de rupture avec l'industrie manufacturière (CST, 2003; Björkman (2004), au point où « l'innovation change de logique et de portée » (CALLON, LARÉDO et RABEHARISOA, 1997, p. 34). Outre son caractère intangible, le service, notamment dans le domaine des services aux personnes et des services sociaux, se caractérise par le fait que l'utilisateur est coproducteur du service avec le professionnel chargé de la prestation (GADREY, 1992; AUCLAIR et LAMPRON, 1987). Dès lors, la distinction entre produit et procédé devient « dénuée de signification, puisque le produit consiste précisément en sa fabrication » (CALLON, LARÉDO et RABEHARISOA, 1997, p. 34). De plus, dans le cas des services, les innovations de produit deviennent souvent organisationnelles puisque « que la division des tâches, leur contenu, la nature des compétences, les procédures de coordination sont profondément remaniés et reconfigurés lorsque le contenu de la prestation est modifié » (Ibid, 35). Enfin, la distinction entre activité de conception et activité de production devient également peu significative « lorsqu'il s'agit de répondre à une demande encore incomplètement formulée et qui se construit dans l'interaction, la conception devient collective et elle se confond avec la réalisation de la prestation et les apprentissages croisés qu'elle suppose. » (Ibid). Tout cela n'est pas sans conséquence sur les rapports entre innovation et productivité, innovation et recherche, innovation et technologie. Par conséquent, de nouveaux services (ou produits) peuvent aussi être considérés comme des innovations sociales puisqu'ils consistent parfois en de nouvelles modalités d'intervention, de nouvelles façons de faire, de nouvelles formes organisationnelles, de nouvelles relations sociales (LAVILLE, 2005).

De plus, dans le cas des services non marchands, la validation directe ou indirecte par le marché, qui permet selon Schumpeter de distinguer l'invention de l'innovation, est remplacée par la redistribution assurée par les pouvoirs publics et complétée dans bien des cas par la réciprocité ou même une contribution monétaire de l'utilisateur. On comprend ainsi l'importance de l'institutionnalisation pour assurer une validation des innovations sociales, notamment celle résultant de nouveaux services. Ces éléments comme les précédents se retrouvent dans la définition proposée par le Groupe de travail sur l'innovation et reprise par la suite par le *Ministère de la science et de l'innovation* dans son énoncé de « politique québécoise de la science et de l'innovation » (Gouvernement du Québec, 2001, p. 11). **L'innovation sociale** y est définie comme « toute nouvelle approche, pratique, ou intervention, ou encore tout nouveau produit mis au point pour améliorer une situation ou solutionner un problème social et ayant trouvé preneur au niveau des institutions, des organisations, des communautés » (BOUCHARD, 1997, p. 7). Cette définition reprend également les éléments provenant de Schumpeter pour catégoriser les innovations, tels ceux de nouvelle combinaison (« nouvelle approche, pratique ou intervention »), de nouveau produit ou de nouveau service. Elle élargit le domaine des innovations sociales en y incluant non seulement les innovations organisationnelles mais aussi les produits ou les services qui visent la solution de problème sociaux et qui sont généralement dans le domaine non marchand. Elle reconnaît la nécessité pour l'innovation de trouver preneur, mais indique explicitement que cette opération peut se réaliser par d'autres médiations que celle du marché, soit par celle des institutions, des organisations et des communautés, à travers la redistribution et la réciprocité. Sans nier la possibilité d'innovation sociale dans le domaine du développement économique, cette définition s'est surtout préoccupée de rendre compte des innovations sociales dans le développement social. Enfin, comme nous l'avons suggéré, il y aurait avantage pour une meilleure compréhension de l'innovation sociale de tenir compte (avec les adaptations nécessaires) de l'ensemble des concepts mis de l'avant, au cours des dernières décennies, pour l'analyse de l'innovation.

2 Le potentiel d'innovation de l'économie sociale

Les recherches sur les innovations sociales dans le domaine de l'économie sociale peuvent être regroupées en deux catégories : des recherches à dominante théorique, notamment celles

concernant la définition de l'économie sociale, et des recherches empiriques constituées pour la plupart d'études de cas, d'entreprises, d'organisations ou de secteurs, parfois avec une grille d'analyse incluant explicitement les innovations sociales (COMEAU, 1996). Comme nous le verrons, les conclusions sont sans doute plus nuancées dans le cas des recherches empiriques que dans celui des recherches théoriques qui ont tendance à conclure positivement ou négativement, mais sans grande nuance. Il va de soi que les recherches empiriques sont plus difficiles à circonscrire alors que la production théorique est plus restreinte et souvent redondante.

2.1 Point de vue théorique : l'économie sociale fortement ou faiblement innovante?

La spécificité institutionnelle et organisationnelle de l'économie sociale a d'abord été définie de manière variable selon les approches, comme nous l'avons montré ailleurs (LÉVESQUE et NINACS, 1997; LÉVESQUE et MENDELL, 1999). La plupart des définitions apportées par les chercheurs laissent voir plus ou moins explicitement comment les entreprises d'économie sociale comme type-idéal peuvent être innovatrices. C'est le cas de la définition de l'économie sociale proposée par Vienney (1980, 1981 et 1994), définition qui sera la plus diffusée dans le monde francophone, au moins jusqu'à tout récemment. Elle est aussi la plus complète puisque l'économie sociale y est définie à partir de plusieurs éléments - catégorie d'acteurs, activités économiques et ensemble de règles - formant un système dans le cadre d'une formule combinant un groupement de personnes et une entreprise réunis dans un double rapport de sociétariat et d'activité. Il en résulte que l'entreprise d'économie sociale constitue au départ une matrice d'où l'innovation peut surgir dans au moins trois directions. En premier lieu, l'économie sociale innove en donnant, à certains acteurs relativement dominés, la possibilité d'accéder au pouvoir de l'entrepreneur, de réaliser des projets d'entreprises qu'ils n'auraient pu réaliser individuellement. En deuxième lieu, les activités mises en œuvre sont également nouvelles puisqu'il s'agit d'activités sans doute nécessaires mais délaissées par le marché ou l'État. En troisième lieu, les règles de fonctionnement sont également inédites dans le monde de la production de biens ou de services puisqu'elles visent à la fois le regroupement de personnes et l'entreprise (ou l'organisation) de même leur rapport sous l'angle Du sociétariat et de l'activité. Comme certains le lui ont reproché, Vienney considérait la coopérative comme le type idéal de l'économie sociale comme l'avait fait avant lui Charles Gide (DESROCHE, 1983).

Dans les années 1990, une nouvelle génération de chercheurs s'est efforcée d'élaborer une définition de l'économie sociale rendant compte plus explicitement des associations et des entreprises en émergence, notamment celles évoluant dans le développement social, les services de proximité et les services sociaux et de santé (LAVILLE, BORZEGA, DEFOURNY, EVERS, LEWIS, NYSSSENS et PESTOFF, 2000 ; LAVILLE, 1994 ; EVERS, 1995 ; PESTOFF, 1995 ; ENJOLRAS, 1994). En premier lieu, ces chercheurs mettent en lumière le rôle stratégique de l'impulsion réciprocaire (et donc l'importance des ressources non marchandes et non monétaires), notamment pour l'émergence des services de proximité. En deuxième lieu, ils identifient une innovation pour le moins radicale, soit « la construction conjointe de l'offre et de la demande par les professionnels et les usagers », ce qui suppose la constitution de mini-espaces publics laissant entrevoir une dimension politique souvent occultée en ce qui concerne les innovations sociales. En troisième lieu, ils s'appuient principalement sur Polanyi (1944) pour montrer que la nouvelle économie sociale repose sur une conception élargie de l'économie et du politique (DACHEUX et LAVILLE, 2004; LAVILLE, 1994). La mobilisation d'une grande diversité de ressources (marchandes, non-marchandes et non-monétaires) permet de parler d'hybridation et donc d'économie plurielle alors que la participation citoyenne fonde en quelque sorte l'idée d'une économie solidaire. Ces approches théoriques mettent bien en lumière la spécificité institutionnelle de ces initiatives de la société civile et comment ces dernières constituent une matrice favorable à l'innovation sociale. Enfin, comme les termes de « *mixed economy of social welfare* » ou de « *pluralism welfare* » le laissent supposer, ce type

d'organisation occupe un espace intermédiaire entre l'individu et l'État tout en s'inscrivant dans une régulation concernant aussi bien le marché, la société civile et le domestique (EVERS et LAVILLE, 2004, p. 15). Sous cet angle, la « nouvelle économie sociale » participerait à la constitution d'un « nouveau régime de gouvernance de l'intérêt général » où seraient mobilisés de façon inédite l'État et ses agences, le marché à travers les entreprises et la société civile, à travers, entre autres, les associations volontaires (ENJOLRAS, 2004).

Ces diverses définitions qui centrent leur attention, dans un premier temps, plus sur les coopératives et, dans un deuxième temps, sur les associations et les entreprises sociales, laissent supposer que l'économie sociale est un « laboratoire d'innovations sociales », expression reprise dans de nombreux textes. Qu'il s'agisse de la définition de Vienney ou de celles plus récentes, le potentiel d'innovation serait maximal au moment de la création qui se fait selon une forme institutionnelle plus ou moins codifiée par la législation. D'un point de vue théorique, certains ajoutent d'autres arguments complémentaires telle la proximité des collectivités locales et des lieux d'appartenance que permet au groupement de personnes et par suite la possibilité d'ajustements relativement constants (innovation continue) ou encore la prise en charge conjointe du social et de l'économie, des externalités et du long terme qui permette de s'inscrire assez spontanément dans la logique du développement durable. Mais, ce potentiel d'innovation présent en principe lors de la création pourra s'atténuer en cours de la diffusion et de l'institutionnalisation comme le montreront les études empiriques. Enfin, la plupart de ces définitions ne suffisent pas à rendre compte des innovations dans les entreprises plus institutionnalisées (matures) d'économie sociale, notamment celles qui se trouvent en concurrence avec les entreprises capitalistes, telles les grandes coopératives agricoles (CÔTÉ, 2003) et les grandes banques coopératives (TREMBLAY et CÔTÉ, 2001).

Par ailleurs, il existe également des analyses théoriques, notamment celles d'économistes néo-classiques les plus orthodoxes, qui considèrent que les coopératives et des associations sans but lucratif sont en principe moins innovatrices pour au moins trois raisons (OSBORNE, 1994; LEPAGE, 1976 et 1978; PERRI 6, 1993, p. 397-8; ZIMMERMANN, 1999). En premier lieu, les entreprises sans propriétaire individuel ou à propriété collective, comme c'est le cas des coopératives et des associations, ne sauraient être innovatrices en raison d'une structure de propriété qui n'encourage par l'innovation et la prise de risque (JENSEN et MECKLING, 1979). En deuxième lieu, ces entreprises manquent d'incitatifs appropriés pour innover et prendre des risques, notamment la recherche maximale du profit qu'on retrouve d'autant moins que l'économie sociale vise un arbitrage entre l'économique et le social. En troisième lieu, l'économie sociale émerge dans des secteurs délaissés par le marché ou par l'État de sorte que la plupart d'entre elles évoluent dans des secteurs non ou faiblement rentables. Enfin, la plupart des entreprises d'économie sociale se retrouvent dans des secteurs faiblement concurrentiels ou encore dans des niches ou des marchés protégés, ce qui ne semble pas être le cas que des coopératives plus anciennes, notamment dans le secteur de l'agriculture et des finances.

Sans essayer de réfuter tous ces arguments théoriques, on peut faire appel à Schumpeter (1939) ou encore à Weber (1964) pour montrer que la motivation profonde de l'entrepreneur capitaliste, celui qui par définition innove, relève rarement du seul calcul rationnel. Selon ces deux auteurs classiques, la logique de l'entrepreneur serait constituée d'un mélange d'éléments rationnels et émotionnels: d'une part, des éléments rationnels telles la prévision et l'inscription dans un environnement rationnel où l'on retrouve l'argent, la science, le droit; d'autre part, des éléments irrationnels telles l'émotion et la passion que suscite le rêve de fonder une dynastie, une grande famille, un empire (LÉVESQUE, 2002). C'est pourquoi l'entrepreneur, dans la mesure où il s'est fait innovateur, a bien souvent été considéré comme un déviant par rapport aux normes dominantes (SCHUMPETER, 1939).

De plus, une meilleure compréhension de l'entreprise et des organisations a amené certains analystes à proposer une vision de l'entrepreneur centrée moins sur sa personnalité que sur les mécanismes qui rendent son projet possible. En définissant l'action d'entreprendre comme celle de mobiliser des moyens et des personnes « afin de constituer une structure de

production, ou de faire évoluer une structure, par innovation », Gomez conclut que l'action d'entreprendre consiste principalement « à convaincre les acteurs nécessaires à la réalisation d'un objet commun » (GOMEZ, 1996, p. 224). Dès lors, « si l'entrepreneur réussit, c'est qu'il a contribué à construire (ou modifier) un système d'information sur l'objectif commun d'efficience, qui s'est avéré plus cohérent que celui de tout système alternatif » (Ibidem, p. 228). Par suite, l'entrepreneur peut être défini comme « un artisan du système de conviction » ou encore comme quelqu'un qui réussit à créer du sens à partir d'un projet. Dans cette visée, on peut supposer que l'entreprise ou l'organisation de l'économie sociale (les coopératives et les OBNL produisant des biens et des services) n'est pas en déficit de signification par rapport à l'entreprise capitaliste puisqu'elle fait appel à des valeurs et des convictions. En somme, d'un point de vue théorique, il est possible de soutenir que l'entrepreneur social ou même collectif ne manque pas d'incitatifs pour innover, même si ces incitatifs ne sont pas financiers (BORZAGA et DEFOURNY, 2001; LAVILLE et NYSSSEN, 1998).

2.2 Point de vue empirique : un potentiel qui n'est pas pleinement actualisé

Au moment même où la notion d'économie sociale a été redécouverte en France et en Belgique, les promoteurs n'hésitent alors pas à mettre de l'avant sa capacité d'innovation pour justifier sa pertinence, comme le suggère la création en 1976 du *Centre d'information sur les innovations sociales* (JEANTET et VERDIER, 1982, p. 40) de même que la proposition d'un *Centre de recherches et d'innovations européen de l'économie sociale* qui ne verra pas le jour (CNLAMCA et CIRIEC, 1979, p. 79-80). Cette conviction des promoteurs d'associations (non profit organization) est également forte dans le monde anglo-saxon, notamment depuis les années 1970 (OSBORNE, 1994). Dans les recherches empiriques et plus académiques sur l'économie sociale, la référence aux innovations sociales est assez constante mais les conclusions nous semblent beaucoup plus nuancées.

Pour plusieurs raisons, il faut avouer qu'il est difficile de dégager de ces recherches des conclusions bien fermes quant à la concrétisation du potentiel d'innovation de l'économie sociale. En premier lieu, très peu de ces recherches se sont efforcées de définir au plan conceptuel l'innovation, *a fortiori* l'innovation sociale. En deuxième lieu, les recherches les plus nombreuses sont à dominante qualitative, soit des études de cas (entreprises, associations, secteurs), auxquelles s'ajoutent des recherches sur des thèmes ou des questions reliées à l'émergence de la « nouvelle économie sociale ». Ainsi, une analyse de la documentation de langue française comprenant 811 références bibliographiques permettait de conclure que « la question des acteurs sociaux et des processus institutionnels inhérents à l'émergence de la nouvelle économie sociale ainsi qu'au partage des responsabilités dans le domaine de la santé et du bien-être ont été des thèmes de prédilection » pour la période 1990-2000 (JETTÉ, LEVESQUE, MAGER et VAILLANCOURT, 2000, p. 72). À moins de disposer de moyens importants, il faut admettre qu'il n'est pas possible de rendre compte de manière exhaustive de la production internationale dans ce domaine. Tout au plus, nous pouvons illustrer la pertinence d'une approche en termes d'innovation sociale, à partir de recherches auxquels nous avons été associé de près ou même de loin. Enfin, en plus des différentes composantes de l'économie sociale, il faut également tenir compte de la diversité des rapports que ces entreprises entretiennent avec le marché (entreprises devant relever le défi de la mondialisation, entreprises évoluant dans des niches, etc.) ou encore avec l'État (régulation concurrentielle, régulation tutélaire, régulation partenariale).

Ainsi, les entreprises coopératives évoluant dans des domaines ouverts à la concurrence mondiale comme l'agro-alimentaire et les finances se doivent d'être aussi innovatrices que les entreprises capitalistes sous peine de disparaître. C'est d'ailleurs ce qui est arrivé à de nombreuses coopératives de consommation qui sont disparues et à également de nombreuses mutuelles qui se sont privatisées. Il faut donc tenir compte des orientations stratégiques prises

par les dirigeants et des phases de développement des entreprises pour évaluer la portée des innovations mises de l'avant. Comme l'ont montré Malo et Vézina, ensemble ou séparément (MALO et VÉZINA, 2004; MALO, 2001; VÉZINA, 2003), les entreprises coopératives, comme d'ailleurs bon nombre d'entreprises et d'organisations d'économie sociale, traversent au moins trois phases de développement. Sous l'angle des stratégies de création de valeur et de configurations organisationnelles, les auteurs identifient trois phases: une première phase, celle de la création de l'entreprise, qui constitue une innovation en soi; une seconde phase qui est celle de la diffusion de l'innovation; une troisième phase plus complexe où l'évolution peut se faire selon l'une ou l'autre des trois directions suivantes: celle de la focalisation par spécialisation dans des services peu standardisés pour un segment de ses clients-usagers, ce qui représente un retour à l'innovation; celle de la standardisation qui résulte d'une stratégie d'imitation des entreprises capitalistes et donc peu innovante; celle enfin de l'hybridation où les dirigeants recherchent une sorte d'équilibre entre focalisation et standardisation. Les choix à l'origine de chacune de ces phases représentent des défis importants sous l'angle de l'innovation et de la cohésion association-entreprise. Ainsi, la standardisation peut conduire à la banalisation à travers, entre autres, un isomorphisme institutionnel.

Ce cadre théorique concernant les phases de développement des entreprises ou des organisations d'économie sociale permet de dégager un espace pour des innovations stratégiques et structurelles indispensables à la fois pour la réussite des affaires (la création de valeur économique) et pour le maintien de la spécificité coopérative (la création de valeur coopérative) (VÉZINA, 2003a). Pour les entreprises matures qui désirent miser sur les innovations sociales, le défi est alors de conjuguer positionnement (marché) et perspective (éthique et utopie) : « sans perspective, sans projet de société, sans visée vers le meilleur des mondes, beaucoup de stratégies de positionnement par la différenciation sont en fait des stratégies d'imitation des joueurs dominants » (MALO, 2001, p. 92). Mais, ne retenir que la perspective sans tenir compte des règles du secteur peut conduire sans doute à la banalisation, mais aussi à la privatisation et, dans certains cas, à la faillite comme ce fut le cas des Pêcheurs-Unis au Québec (LAROCQUE, 1988). En somme, « seule une articulation du volontarisme et du déterminisme, de la perspective de transformation sociale et du positionnement économique rend le processus stratégique porteur à la fois d'identité et de viabilité » (MALO, 2001, p. 93). Enfin, comme on peut l'entrevoir, les choix stratégiques peuvent donner lieu non seulement à des innovations organisationnelles mais aussi à des innovations institutionnelles (CÔTÉ, 2001). En effet, pour le meilleur comme le pire, les grandes entreprises coopératives et mutuellistes ont souvent la capacité d'influer sur les pouvoirs publics pour modifier leur cadre institutionnel afin qu'il soit en cohérence avec leurs orientations stratégiques (ZÉVI et MONZON, 1995; LÉVESQUE et CÔTÉ, 1995; LÉVESQUE et MALO, 1995 et 1997).

Dans cette visée, le cas du Mouvement Desjardins au Québec est intéressant puisqu'il a dû procéder à une réingénierie des processus d'affaires de ses caisses, comme toutes les banques l'avaient fait avant lui, de même qu'à une rationalisation de ses activités et une réorganisation de sa structure organisationnelle et institutionnelle (LÉVESQUE et MALO, 1995 et 1997). En dépit des critiques relativement vives formulées à l'époque, Desjardins s'est distingué des banques moins par ses innovations technologiques que par ses innovations sociales, sa façon de réaliser sa modernisation. En effet, les dirigeants ont accepté au départ de prendre beaucoup plus de temps pour réaliser cette opération qu'ils ont planifié sur une période de cinq ans (et qui s'est déroulée même au-delà), de s'engager à protéger les emplois (sans licenciement) et à procéder par étapes, à commencer par une expérimentation dans un nombre restreint de caisses, les caisses vitrines, et en faisant des investissements de près d'un demi milliard de dollars pour la formation et la reconversion d'une partie du personnel (LÉVESQUE, BÉLANGER et MAGER, 1999 et 1997), sans oublier une opération de Renouveau coopératif. Enfin, la mise en place d'une fédération unique entraînant la disparition des fédérations régionales (et de la fédération des caisses d'économie) fut également un processus qui s'est fait en misant sur la participation et le débat, même si cela ne s'est pas fait sans

tensions et parfois conflits. De même, la réduction du nombre des caisses locales, qui sont passées de 1200 à environ 600 en quelques années, a sans doute suscité des débats et des tensions, mais la formule de centres de services et la création de centres financiers aux entreprises (CFE) ont permis de réaliser une reconfiguration majeure de l'offre de service et, dans bien des cas, une amélioration de la qualité. À n'en pas douter, cette modernisation présente des similitudes avec celle réalisée dans les banques mais la grande différence nous semble provenir de la façon de le faire, notamment en mettant à contribution les membres à travers les instances de la démocratie représentative (en somme, en faisant appel à des innovations sociales). Les nombreuses recherches sur le Mouvement Desjardins et les caisses mettent également en lumière des innovations sociales passablement diversifiées, sans oublier des initiatives de partenariat avec des organisations relevant de la « nouvelle économie sociale » et le soutien du Chantier de l'économie sociale (MALO et alii, 2001; IGNATIEFF et MALO, 1997; MALO, 1997; LÉVESQUE et MENDELL, 2004).

Au cours des deux décennies, le secteur financier a été le lieu de nombreuses créations d'entreprises d'économie sociale (LÉVESQUE et MENDELL, 1998), dont certaines sont devenues assez rapidement des entreprises matures. Ainsi, le Fonds de solidarité des travailleurs (FTQ) créé en 1983 a constitué au départ une véritable matrice d'innovations entraînant un renouvellement à la fois du syndicalisme et des pratiques de financement des entreprises (LÉVESQUE, BÉLANGER, BOUCHARD, MENDELL et alii, 2000). D'abord l'idée qu'une grande centrale syndicale mette sur pied un fonds de capital de risque pour investir dans des PME, dans bien des cas non syndiquées, à partir de l'épargne salariale relevait de l'impensable. Ainsi, les premiers travailleurs, qui y contribuèrent, le firent pour la plupart par solidarité avec leur président alors que d'autres n'hésitèrent pas à dénoncer une telle initiative. Cette innovation radicale pour le monde syndical le fut également pour le monde financier. D'abord, la transformation de militants syndicaux en courtiers ouvriers pour recueillir l'épargne au sein même des entreprises de même que la formation économique des travailleurs, dans les entreprises où le Fonds avait investi, contribuèrent effectivement à transformer les pratiques syndicales. Ensuite, l'idée de n'investir dans les entreprises qu'à la suite d'un bilan social – bilan réalisé par des employés proches de la centrale syndicale (voire même y provenant) et jugé indispensable pour que la proposition d'affaires soit retenue – devait apparaître dans le monde du capital de risque non seulement comme nouvelle mais également de nature à réduire le risque financier, notamment les aléas moraux. Enfin, la gouvernance du Fonds de solidarité, qui met en présence à la fois deux mondes, celui des dirigeants de grandes fédérations syndicales (les unions) et celui des financiers, a représenté de l'avis de tous une tension structurelle qui s'est révélée après coup un ingrédient déterminant de la matrice d'innovation. L'expertise syndicale dans la négociation des conflits expliquerait que cette tension structurelle ait pu être génératrice d'innovations plutôt que de luttes sans fin.

À partir des années 1990 le Fonds de solidarité des travailleurs s'est en quelque sorte imposé au Québec comme un acteur financier incontournable tout en demeurant généraliste, ce qui ne l'a pas empêché de créer plus d'une centaine de filiales avec leur propre conseil d'administration pour répondre aux besoins des régions et des collectivités locales, sans négliger pour autant des secteurs plus spécialisés relevant aussi bien de l'économie traditionnelle, tel le récréotouristique, que la nouvelle économie, telle la biotechnologie. Au lieu de répondre simplement aux demandes, il cherchera à partir de la seconde moitié des années 1990 à produire des effets structurants sur certains secteurs prometteurs en termes d'emploi, un peu comme s'il avait tenté de suppléer à l'absence de politiques industrielles ou à les influencer dans le sens de la création d'emploi. Au lieu d'imiter les autres institutions financières, ces dernières ont tenté plus souvent le contraire, soit emprunter les nouveaux sentiers qu'il avait ouverts. Après quelques années difficiles, il connaît à nouveau des rendements positifs, mais le maintien voire le renouvellement des nombreuses innovations semble constituer maintenant son principal défi, d'autant plus que l'environnement s'est modifié considérablement depuis quelques années. Ce cas montre toutefois comment une création, dans un domaine comme le financement des entreprises, peut atteindre en moins

de vingt ans la stature d'une entreprise mature et fortement institutionnalisée. Enfin, à l'échelle du Canada, plus d'une vingtaine de fonds de travailleurs ont été mis sur pied entre 1990 et 1998. Au Québec, le *Fondation pour la coopération et l'emploi* (CSN) créé en 1996 innove à la fois par son insertion dans les outils collectifs de la CSN et par son orientation en faveur de la coopération et du développement durable.

Au « milieu des années 1970 et surtout dans les années 1980, on a assisté à la multiplication de nouvelles coopératives qui, dans un contexte de crise économique, s'attachaient à préserver ou à créer de l'emploi dans le respect d'une certaine démocratie économique » (DEFOURNY, 2001, p. 51).

Ce renouveau coopératif dans le domaine du travail puis des services contribuera au moins en France et en Belgique « à donner une nouvelle jeunesse au concept déjà ancien d'économie sociale » (DEFOURNY, 2001, p. 51). Au Québec, les coopératives de travail représentent exclusivement un secteur émergent puisque la quasi totalité d'entre elles ont été créées à partir de 1975, à l'exception des forestières et des coopératives de taxi (LÉVESQUE, CÔTÉ, CHOUINARD et RUSSELL, 1985, p. 27). La coopération du travail y regroupait également des entreprises dites alternatives (JOYAL, 1989) comme en témoigne le fait que l'ancêtre de la Fédération des coopératives de travail créé en 1986 s'appelait Comité provincial de coopératives production, de travail et de pré-coopératives. Ainsi, Tricofil, une entreprise autogérée créée en 1976 et bien identifiée à la coopération du travail, n'était pas une coopérative³. Avec l'adoption de modifications⁴ à la loi des coopératives en 1984, la mise en place d'un régime d'investissement coopératif (RIC) et la création de groupes conseils (Coopératives de développement régional), le développement des coopératives de travail sera facilité (LÉVESQUE, CÔTÉ, CHOUINARD et RUSSELL, 1985, p. 28). S'il existe peu de recherche sur ces coopératives en termes d'innovation, le terme innovation est par ailleurs presque toujours mentionné, à un moment ou l'autre.

Pour plusieurs analystes, la coopération du travail est la plus complète et la plus exigeante puisqu'elle suppose un engagement continu et intensif des membres à la différence de la plupart des coopératives de consommation (FERRERIA, 2004). Il est par ailleurs plus difficile d'en assurer la diffusion puisqu'elles naissent dans une grande diversité de secteurs de sorte qu'il n'est pas facile de créer des regroupements sectoriels susceptibles de redynamiser l'activité économique des entreprises situées à la base. Ainsi, même si le Québec est considéré comme un chef de file au Canada dans le domaine des coopératives de travail (CRADDOCK et KENNEDY, 2005), la diffusion de ce type de coopératives y demeure modeste⁵ de même que celle des coopératives de travailleurs actionnaires, une innovation québécoise s'approchant de la formule américaine des ESOP, sur lesquelles les prometteurs comptaient faire une percée⁶. Toute proportion gardée, le Royaume-Uni avec un peu plus de 1 000 et la France avec environ 1 550 coopératives de travail ne font pas meilleure figure que le Québec alors que l'Italie et surtout l'Espagne avec 14 000 coopératives de travail révèlent que, moyennant certaines conditions, la formule peut connaître du succès (CRADDOCK et KENNEDY, 2005; CIRIEC Espana, 2002, p. 36).

Par ailleurs, les recherches empiriques sur les coopératives de travail laissent voir que leur potentiel d'innovation est très inégalement actualisé. Dans une recherche à l'échelle de l'Europe, Laville (1993) distingue deux types de coopératives de travail, celui reposant sur des collectifs volontaires (groupes fusionnels), qui ont émergé surtout à partir de la fin des années 1960, et celui donnant lieu à des collectifs contraints (groupes clivés), qui ont été formées principalement à partir des années 1980. Dans le premier cas, la formation du collectif « se caractérise par l'enthousiasme coopératif », un fort engagement des membres, y compris financier, une stratégie de formation professionnelle, la démocratie directe, l'absence de hiérarchie et l'égalitarisme qui peut parfois compenser la fragilité économique. En effet, « l'effet de créativité sur le produit, stimulé par la nature participative des structures d'organisation choisies, rend ces collectifs d'autant plus efficaces qu'ils exercent des activités où les produits sont à haute technicité » (LAVILLE, 1993, p. 10). On passerait ainsi de « l'utopie alternative à l'entreprise innovante ». Dans le deuxième cas, celui des collectifs

contraints, où les membres se mobilisent d'abord pour sauver ou maintenir leur emploi, représente un ensemble plus hétérogène bien que concentré dans des secteurs plutôt traditionnels. Dans ce cas, les succès semblent reposer moins sur l'innovation que sur la réduction des coûts par « le recours à la flexibilisation qualitative » et par une gestion réussissant à concilier « projets économiques et sociaux, urgences à court terme et visées à long terme » (Ibid, p. 20). Enfin, toujours dans ce deuxième cas, la démocratie tend à se limiter à la démocratie représentative voire à une démocratie purement formelle.

Une recherche réalisée sur un échantillon plus restreint de coopératives québécoises met également en relief l'hétérogénéité des coopératives de travail au plan de l'innovation. Ainsi, Comeau (1993) identifie trois types de coopératives de travail: des « coopératives idéologiques » qui valorisent les principes coopératives avant le profit; des coopératives participantes qui maintiennent « les principes démocratiques jusqu'à ce que les conditions économiques se détériorent »; des PME coopératives qui n'encouragent pas la participation et l'engagement des travailleurs, faiblement innovante (COMEAU, 1993, p. 36). Cette recherche et d'autres montrent bien qu'une forme institutionnelle relativement innovante, qui fait des travailleurs les propriétaires collectifs de l'entreprise, n'entraîne pas nécessairement des innovations organisationnelles, notamment au niveau de l'organisation du travail et de la gouvernance de l'entreprise (COMEAU et LÉVESQUE, 1993). Sur le plan de l'organisation du travail et donc des innovations organisationnelles, plusieurs entreprises capitalistes auraient été plus performantes que certaines coopératives de travail, en dépit de la supériorité institutionnelle de ces dernières. Autrement dit, « la conviction d'avoir un processus de décision démocratique » peut empêcher de questionner et par suite s'accompagner « d'inégalités engendrées par l'organisation du travail et de la production » (LAVILLE, 1998, p. 333)

Pour la « nouvelle économie sociale », le domaine de l'insertion serait l'un des plus innovateurs des trente dernières années (DEMOUSTIER, 2000, p. 40) et l'un des plus représentatifs de l'économie sociale, au point où, certaines régions, telle la Flandre (en Belgique), considèrent l'économie sociale comme synonyme d'insertion (DEFOURNY, NYSSSENS, SIMON, 1998). Même si les organisations et les entreprises s'y rattachant ne sont pas les plus nombreuses, ni les moins problématiques, elles constitueraient une sorte de « laboratoire d'innovations sociales », une matrice d'innovations mettant en relations plusieurs éléments qui ne le sont généralement pas, ce qui aurait pour effet de produire de l'inédit. À l'origine, l'insertion concernait des publics cibles, telles les personnes handicapées physiques et mentales, mais avec la crise économique elle « va peu à peu concerner toutes les catégories de population rendues vulnérables à la fois au niveau du travail et au niveau des liens sociaux, par le chômage et ses effets en termes d'exclusion sociale » (FECHER et alii, 2002, p. 17). Aux entreprises alternatives et aux coopératives de travail, qui tentaient de dépasser le salariat, s'ajouteront « des initiatives associatives modelées sur l'entreprise coopérative sans toutefois en adopter le statut » (FAVREAU, p. 167), qui passeront à « l'insertion dans le salariat » par l'amélioration des compétences et de la formation, par la formation et le soutien « aux chômeurs à la gestion à la gestion d'activités occupationnelles puis directement productives » (DEFOURNY, FAVREAU et LAVILLE, 1998, p. 48). Dans le cadre d'une entreprise soumise aux contraintes du marché, les entreprises d'insertion chercheront donc à « procurer pour une durée limitée des opportunités de travail et de formation » ou encore à offrir « une mise en situation de travail formatrice et socialisatrice » (Ibid, p. 340). Pour ces entreprises, qui doivent relever le défi du marché, une des difficultés sera d'assumer le surcoût que représente l'embauche de manière prioritaire de personnes exclues du marché du travail, ce qui entraîne une improductivité chronique, une rotation des travailleurs en insertion, sans oublier les coûts de formation et d'entraînement au travail. Dès lors, lorsque ces entreprises ont des activités à dominante marchande, elles devront faire appel à des ressources non marchandes, se mettre en relation avec les pouvoirs publics dont les programmes pertinents relèvent aussi bien des politiques d'emplois et de formation que des politiques sociales.

La recherche réalisée auprès de neuf pays par un groupe du CIRIEC international coordonné par Defourny, Favreau et Laville (1998) révèle l'importance, la diversité et

l'hétérogénéité d'initiatives à dominante associative (mais non exclusivement puisqu'on y retrouve notamment des coopératives sociales) qui se sont développées surtout à partir du début des années 1980. Cette recherche, qui a mobilisé dix-sept chercheurs, permet d'identifier les principales innovations sociales de ce type d'entreprises et d'organisations. En premier lieu, ces initiatives associatives, qui ne recherchent pas le profit comme finalité, auraient permis une affectation plus efficace des ressources humaines en réduisant les coûts de sélection et de formation des personnes tout en révélant aux entreprises, futurs employeurs, les capacités productives de ce segment délicat du marché du travail, contribuant ainsi à améliorer le fonctionnement de ce dernier (BORZAGA, GUI, POVINELLI, 1998, p. 265). En deuxième lieu, l'économie sociale d'insertion innove dans son mode d'« intervention » auprès des personnes exclues en misant sur leur participation active et en les reconnaissant comme membres à part entière d'une communauté de citoyens. De plus, dans le meilleur des cas, le choix de la participation active permet de déboucher sur la « co-production des actions entre professionnels et usagers », ce qui est à la base de l'auto-insertion (FECHER et alii, 2002, p. 290 ; EME, 1998; EME et LAVILLE, 1988). En troisième lieu, ces initiatives innovent non seulement en remettant en question le cloisonnement des politiques sociales et des politiques de l'emploi et de la formation, mais en créant un « espace inédit de traitement social du chômage » qui tente une articulation de l'ensemble de ces politiques avec une participation à la sphère économique. Ce faisant, elles révèlent que l'exclusion n'est pas exclusivement un problème social puisque les solutions doivent venir aussi bien de l'économique que du politique. Dans le cadre d'un État social actif, les pouvoirs publics, y compris à l'échelle de l'Union européenne, comprendront sans doute inégalement qu'il dispose « d'un véritable instrument novateur dans le domaine des politiques actives du travail » (EME, 1998, p. 287). En quatrième lieu, l'insertion par l'économie sociale, qui ne constitue pas comme tel un secteur d'activité et qui ne fait pas appel à un seul statut juridique, innove en donnant lieu à une pluralité d'activités, constituant ainsi une sorte de « laboratoire d'émergence de nouvelles activités » (DEMOUSTIER, 1998, p. 68). Ainsi, les premières coopératives sociales en Italie étaient des entreprises d'insertion qui ne servaient « pas les intérêts des seuls membres mais l'intérêt général de la collectivité à travers la promotion humaine et l'insertion sociale des citoyens » (BORZAGA, 1998, p. 104). En cinquième lieu, les initiatives d'insertion en économie sociale innovent également en faisant le lien avec le territoire de sorte qu'elles identifieront une forme d'exclusion géographique, des « territoires orphelins », dans les zones rurales comme dans les zones urbaines (FONTAN, KLEIN et LÉVESQUE, 2003), ce qui donnera lieu non seulement à des entreprises territorialisées, mais aussi à des gouvernances locales et des outils de développement local ouverts sur le partenariat, comme on a pu l'observer au Québec, notamment avec les CDÉC, les SADC et les CLD (FAVREAU, 1998; LÉVESQUE, MENDELL, M'ZALI, MARTEL et DESROCHERS, 2003; COMEAU, FAVREAU, LÉVESQUE et MENDELL, 2001). Enfin, les initiatives d'insertion, comme d'ailleurs celles dans les services sociaux et de santé, innovent au plan institutionnel en donnant naissance à des entreprises sociales et à des hybridations des formes institutionnelles coopératives et associatives dans plusieurs pays (Belgique, Italie, France, Espagne, Portugal et Québec), soit des coopératives sociales qui s'ouvrent aux services à autrui et des entreprises sociales souvent constituées d'associations qui fonctionnent comme des coopératives mais sans le statut (BORZAGA et SPEAR, 2004; MUNKNER, 2004, GIRARD, 2004; MAC PHERSO, 2004; SPEAR, 2004).

Si les entreprises d'insertion dans le domaine de l'économie sociale représentent une sorte de « laboratoire d'innovations sociales » de par leur création, leur institutionnalisation relative forcément ce potentiel, d'autant plus que, même dans la période d'expérimentation, plusieurs limites ont été mises à jour, à commencer par une instrumentalisation par les pouvoirs publics ou encore une intégration à l'économie de marché au détriment de leur mission principale. De même, la multiplication de ces entreprises, qui se voulaient comme des cas favorisant l'entrée sur le véritable marché du travail, aurait eu comme conséquence de créer une nasse qui enferme ces « travailleurs » dans un second marché du travail pour précaires (DEMOUSTIER, 1998). De plus, lorsque l'entreprise d'insertion offre des services de proximité,

il existe une tension entre les travailleurs en situation d'insertion et les usagers ou clients qui veulent des services de qualité et une relation plus continue comme cela est manifeste dans le cas des services sociaux. Plus subtilement, les objectifs d'intégration que portent ces initiatives peuvent souvent masquer de nouvelles formes de domination dont les exclus sont l'objet de même que des dynamiques de fragmentation à l'oeuvre (EME, 1998). Enfin, il faut aussi reconnaître que plusieurs de ses entreprises sont d'une grande fragilité, en dépit de leur grand potentiel.

Enfin, « le secteur sanitaire et social est le secteur où l'Économie sociale est la mieux représentée » (DESMOUSTIER, 2000, p. 38), celui qui dans la plupart des pays regroupe le plus d'associations et de coopératives sociales (ENJOLRAS, 1995). Les recherches empiriques montrent bien le potentiel d'innovation de ces services d'économie sociale, potentiel souvent faiblement actualisé, mais accordent généralement plus d'attention à leur potentiel de transformation de l'État-providence qui leur semble plus facile à circonscrire. À cette fin, les recherches adoptent souvent une perspective historique et comparative (EVERS et LAVILLE, 2004). Ainsi, dans la plupart des pays, les associations ont fait preuve d'innovation en défrichant les demandes sociales porteuses d'enjeux collectifs avant même que l'État social ne prenne forme. Par la suite, les associations seront relayées par l'État selon des modalités diverses. Si l'État-providence de type universaliste comme dans les pays scandinaves a eu tendance à laisser peu de place aux associations, l'État-providence corporatiste comme en Allemagne et en France les subventionne pour la prestation de services dans le cadre d'une régulation tutélaire qui réduit leur autonomie alors que l'État-providence dual comme l'Espagne et le Portugal se préoccupe moins des services publics, ne finançant les associations que sur des bases clientélistes, laissant souvent les services de soin aux familles (ENJOLRAS, 1995, p. 239; LAVILLE et NYSENS, 2001, p. 235). Ces arrangements institutionnels seront remis en cause par la crise de l'État-providence, qui a suscité de nombreuses analyses, et le fait que, pour la prestation de services, les structures bureaucratiques et centralisées sont moins appropriées pour répondre à des besoins passablement différenciés comme c'est le cas des services sociaux et à fortiori des services d'aide à domicile. De plus, des facteurs sociaux tels le vieillissement de la population, l'entrée massive des femmes dans le salariat et la quasi généralisation de deux apporteurs de revenus par ménage contribueront à la multiplication d'initiatives de la société civile, soit d'associations pour répondre aux nouvelles demandes sociales dont celles des services à domicile.

La nouvelle vague des associations et des coopératives dans le domaine des services sociaux, à commencer par les services et l'aide à domicile, apporterait des innovations sociales d'un autre type que celles qui ont précédé l'État-providence (EVERS et LAVILLE, 2004). En premier lieu, les nouvelles associations répondraient non seulement aux échecs de l'État devant des demandes hétérogènes et aux échecs du marché devant l'asymétrie d'information dont les usagers sont l'objet avec l'offre marchande, mais aussi aux échecs des associations fondées sur la philanthropie et la charité dont les limites (insuffisance des ressources volontaires, particularisme, paternalisme et amateurisme) avaient justifié en partie la prise en charge par l'État (ENJOLRAS, 1995, p. 237). En deuxième lieu, les nouvelles associations sans but lucratif et les coopératives sociales, notamment à partir des années 1980, seraient le plus souvent des initiatives de la société civile ou l'on retrouverait une multiplicité de parties prenantes (VAILLANCOURT, AUBRY, JETTÉ, 2003, p. 161 et 296), soit, entre autres, des usagers-clients, des travailleurs, des membres de la communauté et des acteurs du secteur public, d'où d'ailleurs de nouvelles formes institutionnelles telle la coopérative sociale et les entreprises sociales formées d'associations (SPEAR et BORZAGA, 2004; MUNKER, 2004; GIRARD, 2004; MACPHERSON, 2004). En troisième lieu, en introduisant une hétérogénéité des parties prenantes, ces nouvelles formes institutionnelles supposent également des innovations sociales pour dégager un intérêt général qui ne saurait résulter de la simple addition d'intérêts collectifs voire corporatistes. À partir de mini-espaces publics donnant la parole aux diverses parties prenantes pour un empowerment individuel et collectif, il devient possible de coconstruire une offre et une demande des services (innovation institutionnelle), qui constitue un préalable

pour une coproduction nécessaire pour une prestation de services sociaux dont l'efficacité suppose des usagers actifs (innovation organisationnelle). En quatrième lieu, ces associations et coopératives permettent plus facilement que les autres formes d'entreprise ou d'organisation de mobiliser une grande diversité de ressources (non marchandes et non monétaires) qui s'ajoutent aux ressources provenant de l'État (EVERS et LAVILLE, 2004; LAVILLE, 1994). Cette mobilisation de diverses ressources est favorisée sans doute par les formes institutionnelles que représentent les associations sans but lucratif et les coopératives sociales, mais aussi par le fait que les services d'aide à domicile sont des quasi biens collectifs. Si ces services sont destinés principalement à des individus en situation de dépendance, ils ont également des retombées sociales, notamment sur la cohésion sociale, les collectivités locales et l'ensemble des parties prenantes (LAVILLE et NYSENS, 2001, p. 16 et 218).

Les études empiriques sur les services sociaux, qui ont été initiées par CIRIEC international en 1998 sous la coordination de Jacques Defourny et poursuivies par EMES, ont porté sur neuf pays avec dix-sept chercheurs, dans un premier temps (LAVILLE et NYSENS, 2001), et sur six pays avec une douzaine de chercheurs, dans un deuxième temps (EVERS et LAVILLE, 2004). D'autres recherches empiriques méritent d'être signalées dont celle d'Enjolras (1995) portant sur quatre pays (France, Norvège, Royaume-Uni et États-Unis) et celle sous la direction de Vaillancourt, Aubry et Jetté (2003) qui porte exclusivement sur le Québec mais qui s'avère exemplaire en termes de dimensions d'analyse (rapports de consommation, rapport de travail, rapport de genre et rapport de territoire) et de mise en rapport avec les politiques publiques québécoises dans le domaine. Ces recherches mettent en lumière autant (sinon plus) le potentiel de transformation que le potentiel d'innovation des associations et coopératives dans le domaine de l'aide à domicile. En premier lieu, les associations, qui avaient joué un rôle de revendication sous l'État-providence, se transforment de plus en plus en prestataires de services, modifiant par le fait même les rapports entre l'État, le marché, la société civile et le monde domestique (la famille). En deuxième lieu, les transformations de la régulation de ces rapports, qui sont sans doute tributaires des héritages et du chemin parcouru (*path dependency*) (ESPING-ANDERSEN, 2002 et 1999), laissent voir au moins trois formes de régimes en formation (idéel-types) mais souvent hybridées dans la réalité, soit un régime libéral ou néo-libéral d'État-providence qui s'en remet au marché en conjonction ou en concurrence avec les associations sans but lucratif, un régime social-étatiste ou néoprovidentialiste où les associations et les coopératives sociales sont invitées à compléter l'offre étatique de services publics sans grande rupture avec la tradition tutélaire, un régime partenarial ou solidaire qui considérerait les associations et coopératives sociales comme des partenaires respectant ainsi leur autonomie et leur spécificité (VAILLANCOURT, AUBRY et JETTÉ, 2003, p. 289; ENJOLRAS, 1995, p. 238; EVERS et LAVILLE, 2004).

Le potentiel d'innovation des associations et coopératives dans le domaine de services sociaux serait variable selon que ces dernières participent à un régime d'État providence plus respectueux de leur autonomie et de leur spécificité (EVERS et LAVILLE, 2004). En revanche, l'étude de cas québécois a l'avantage de montrer que, pour un même régime, les associations et les entreprises peuvent elles-mêmes adopter une logique d'action qui les positionne dans une trajectoire d'innovation s'inscrivant dans l'un ou l'autre des trois régimes identifiés précédemment (VAILLANCOURT, AUBRY et JETTÉ, 2003). Autrement dit, dans un même cadre institutionnel, les initiatives relevant de l'économie sociale peuvent se donner un espace d'innovation plus ou moins restreint selon les choix stratégiques qu'ils adoptent à l'égard de l'État et du marché et selon l'importance qu'ils accordent à la démocratie participative, à la multiplicité des parties prenantes, les rapports aux usagers, aux travailleurs, aux femmes, aux territoires. Il apparaît également que les statuts juridiques adoptés par ces organisations (associations sans but lucratif, coopératives d'usagers, coopératives de travail et coopératives de solidarité) traduisent déjà des choix d'autant plus déterminants qu'ils sont plus rigides encore que les seuls choix stratégiques adoptés par la suite. Enfin, une conclusion qui résulte de cette recherche serait que « la mise en place du réseau des EESAD (entreprises d'économie sociale dans l'aide à domiciles) représentait une innovation sociale importante au moment

de son institutionnalisation mais, contrairement à ce que nous pouvions espérer, les résultats au chapitre des rapports de consommation et des rapports de travail au sein de ces entreprises apparaissent bien en deçà des possibilités novatrices qu'offre théoriquement le type d'organisation de ces entreprises » (AUBRY, JETTÉ et VAILLANCOURT, 2004, p. 5). Si le financement insuffisant de la part des pouvoirs publics semble en grande partie responsable de ce résultat, il n'en demeure pas moins que d'autres études réalisées ailleurs arrivent à des conclusions similaires.

Suite aux recherches empiriques que nous avons examinées, il apparaît clairement qu'il serait hasardeux de vouloir rendre compte du potentiel d'innovation de l'économie sociale sans tenir compte du cadre institutionnel (micro et macro), des secteurs d'activités et des générations d'associations et de coopératives. Sous cet angle, nous devons prendre avec circonspection des recherches quantitatives comme celle réalisée par Osborne (1994) sur les organisations volontaires et non orientées vers le profit (VNPO) dans le domaine de la santé et des services sociaux en Angleterre. À partir d'une typologie des innovations qui tient compte du domaine particulier des services, l'auteur identifie trois types d'innovation, soit celles qui permettent : 1) d'atteindre de nouvelles clientèles (*expansionary*) ; 2) de proposer de nouveaux services (*evolutionary*) et 3) de faire les deux en même temps : nouvelles clientèles et nouveaux services (*total*). Comme sa définition des innovations met l'accent sur les discontinuités, il exclut les innovations incrémentielles, qui sont classées sous le registre du changement organisationnel (*developmental*). Cette exclusion se justifie selon lui par le fait que les « innovations incrémentielles » n'entraînent ni de nouveaux services, ni de nouvelles clientèles, mais que des améliorations sans grande rupture ou discontinuité. Au terme de son analyse, Osborne conclut sans doute avec trop de confiance que les VNPO sont faiblement innovatrices voire pas du tout :

Overall, this show innovative activity being reported by about a third of the respondents (37,9 %), and with almost half of them (48,2 %) reporting traditional activity alone. [...] On the basis of this initial evidence, it is therefore no longer possible to assert that VNPOs are innovative. As a whole, they are not. (OSBORNE, 1994, p. 1149).

Sans remettre en cause la méthodologie de cette recherche qui se considère comme la plus complète jamais réalisée sur les innovations dans les associations, nous devons reconnaître que la conceptualisation des innovations de l'auteur n'est pas complètement convaincante. Au départ, il avoue lui-même que sa typologie, y compris le terme d'« *incremental development* », est une adaptation au domaine des services de la typologie utilisée par Abertnathy, Clarke et Kantrow (1983) pour l'étude de la production industrielle. En deuxième lieu, il considère les associations dans la perspective d'un quasi marché où les innovations se limitent aux nouveaux services (services et processus tendant à se confondre) et aux nouvelles clientèles. Dès lors, les innovations sociales, que constituent les innovations organisationnelles et institutionnelles, sont considérées comme relevant du développement organisationnel, soit des améliorations incrémentielles qui n'entraînent pas de rupture ou de discontinuité dans les services et les clientèles. À notre avis, Osborne sous-estime grandement les innovations incrémentielles, mais sa recherche nous apprend tout de même quelque chose d'important, à savoir que l'économie sociale pourrait être plus particulièrement fertile en innovations incrémentielles en raison de la coopération entre les parties prenantes. Enfin, cette recherche néglige grandement le rapport des associations au régime d'État-providence du Royaume-Uni et plus largement aux transformations sociales.

Conclusion

Si l'économie sociale peut être considérée comme innovatrice, c'est parce qu'elle met en interaction, dès sa création, un regroupement de personnes et une entreprise ou une organisation capable de mobiliser des ressources financières et humaines pour produire des biens ou des services. Cette matrice d'innovation fait en sorte qu'elle pourra multiplier les innovations marginales ou incrémentielles qui reposent sur la coopération des parties

prenantes. Dans certains domaines, comme celui de l'insertion ou de l'entrée des syndicats dans le capital de risque, on y retrouvera également des innovations radicales. Par ailleurs, les recherches empiriques révèlent aussi que le potentiel d'innovation des entreprises d'économie sociale n'est pas pleinement actualisé pour diverses raisons, dont celles provenant de l'environnement, à commencer par le mode de régulation et le financement accordé par l'État.

Par ailleurs, même si le terme « d'innovation » est souvent utilisé dans les recherches portant sur l'économie sociale, les chercheurs ont très peu systématisé et spécifié cette notion. De plus, ils semblent avoir ignoré complètement les apports théoriques réalisés principalement par les économistes hétérodoxes, à partir principalement des innovations technologiques et scientifiques, surtout dans le développement économique (LÉVESQUE, 2005). Cette littérature pourrait permettre de mieux comprendre non seulement la complexité et la diversité des innovations, mais également leur rapport aux transformations sociales. En ce qui concerne les innovations comme telles, nous avons déjà mentionné la distinction entre innovations radicales et innovations incrémentielles, ces dernières étant apparemment plus fréquentes dans les pays et les entreprises ouvertes à la coopération (HALL et SOSKICE, 2001). De même, le fait que les innovations résultent de processus sociaux nous invite à tenir compte de la durée alors que le fait qu'elles soient favorisées ou non par l'environnement social et institutionnel suggère la pertinence de la notion de système social d'innovation pour rendre compte entre autres de la spécificité de certains secteurs et de certaines régions. Ainsi, les trois dernières décennies ont révélé l'émergence de nouveaux systèmes d'innovation en économie sociale, où l'on a vu apparaître des ressources techniques et professionnelles (ex. GRT, CDR, CDÉC) de même que des fonds dédiés à l'économie sociale, sans oublier des réseaux de recherche plus spécialisés. Plusieurs de ces nouveaux éléments relèvent eux-mêmes de l'économie sociale, même si leur émergence ne fut possible qu'avec le soutien des pouvoirs publics. Parmi les autres notions, qui pourraient enrichir les analyses des innovations, nous avons identifié celles de paradigme social, celle de sentier ou de trajectoire d'innovation et plus largement de modèle de développement et de régime de gouvernance.

Les trois dernières décennies (milieu des années 1970 à nos jours) ont vu naître une nouvelle génération d'associations et de coopératives dans le développement économique et dans le développement social, mais souvent à la frontière des deux. Comme les générations précédentes (DEMOUSTIER, 2001, p. 20-50), cette nouvelle génération a donné lieu à plusieurs grappes d'innovations sociales, sans doute de nouveaux services et de nouvelles clientèles mais aussi des innovations institutionnelles et organisationnelles. Ces innovations prennent toute leur signification non seulement au regard de la crise économique et sociale mais aussi des transformations sociales en cours (socio-économiques et sociopolitiques). Dans un premier temps, les nouvelles initiatives de la société civile ont pu être interprétées comme de simples réponses à des urgences devant une nouvelle question sociale, celle de l'exclusion et d'une nouvelle pauvreté résultant d'une société et d'une économie transition. De même, la préoccupation voire l'attention pour les innovations fut parfois interprétée comme un repli au regard des perspectives apparemment plus larges qu'offraient les entreprises alternatives de la fin des années 1960. Dans un deuxième temps, soit notamment à partir des années 1990, ces initiatives relevant de l'économie sociale sont de plus en plus analysées comme participant à des transformations sociales touchant la régulation, la reconfiguration de l'État-providence et plus largement le « modèle de développement », soit les rapports entre le développement économique et le développement social (ce qui implique une redéfinition de ce qu'il faut entendre par économie et social), sans oublier la ré-articulation entre le national, le mondial et le local (LÉVESQUE, BOURQUE et FORGUE, 2001).

Sous l'angle des transformations de l'État et de la régulation, il semble bien que l'économie sociale a contribué à l'émergence d'un nouveau paradigme social, une nouvelle vision des problèmes sociaux et des solutions à y apporter, de nouveaux principes tels ceux de la solidarité et de l'équité plutôt que de l'égalité, du ciblage des interventions plutôt que de l'universalité et du « mur à mur », le développement de ressources humaines, la responsabilisation et des

mesures actives d'emploi, plutôt que l'assistance et des mesures passives, des investissements sociaux, plutôt que des dépenses sociales orientées vers la seule réparation (LÉVESQUE, 2003; NOËL, 1996).

Elle a également contribué à des expérimentations et à la mise au point de mécanismes et de façons de faire qui se sont maintenant imposés, comme c'est le cas avec l'insertion. Plus largement, l'économie sociale a probablement joué un rôle déterminant dans la redistribution de la place respective de l'État, du marché et de la société civile dans le domaine des services sociaux, notamment au niveau des prestations. Comme on a pu le voir avec les recherches examinées, les nouveaux arrangements institutionnels sont par ailleurs contrastés selon justement la reconnaissance et l'autonomie qu'ils accordent à l'économie sociale ou aux associations. Les formes qui apparaissent à première vue les plus ouvertes à la participation et à une certaine démocratisation, seraient celles qui font de l'économie sociale un partenaire à part entière et non pas un sous-traitant. Les générations précédentes de l'économie sociale sont également parties prenantes de ces transformations, mais elles se doivent d'opérer des choix stratégiques conséquents pour jouer un rôle comparable à celui de la nouvelle génération, soit des choix stratégique allant dans le sens de la focalisation, soit d'un revitalisation de l'association alors que s'opèrent des repositionnements sur le marché (MALO et VÉZINA, 2004), ce qui ne va pas de soi puisque la tendance « naturelle » des entreprises matures serait de concurrencer l'entreprise capitaliste sur son propre terrain (tendance également présente pour les associations des générations précédentes qui se sont souvent rapprochées des formes étatiques, à travers l'isomorphisme institutionnel).

À coup sûr, les trois dernières décennies ont été particulièrement fertiles en innovations de toutes sortes, mais également d'innovations sociales. Cette période tire-t-elle à sa fin? Il est plus que probable qu'à la suite de son institutionnalisation la dernière génération d'économie sociale entrera dans une nouvelle phase de développement où son potentiel d'innovation sociale risque d'être plus réduit. Dans ce cas, les innovations mises de l'avant par l'économie sociale cessent d'être un « fait social nouveau » puisqu'elles participent « dorénavant à ce qui fonde l'activité sociale d'une collectivité donnée » (NOREAU, 2003, p. 102). Toutefois, cette institutionnalisation lorsqu'elle se produit, révèle que les innovations sociales ont par ailleurs participé à des transformations sociales significatives. De plus, lorsque cette transformation atteint une forme relativement stabilisée, on peut supposer que les chercheurs intéressés jusque-là par ces entreprises ou organisations se désintéresseront d'autant plus qu'elles se seront banalisées voire standardisées. C'est ce que suggérait Perri 6 en 1994 (PERRI 6, 1994, p. 406) lorsqu'il écrivait que les chercheurs se désintéresseront de ce domaine de recherche, dans une décennie ou plus. Pour notre part, nous aurions tendance à questionner cette hypothèse, non pas à partir des effets de la standardisation que produit trop souvent l'institutionnalisation, mais sur la base des caractéristiques du nouveau modèle de développement et de son besoin d'innovation continue.

En effet, plusieurs études réalisées à partir de bases théoriques passablement différentes et parfois même contradictoires mettent de l'avant une économie et une société reposant sur l'innovation continue. Sans entrer dans les controverses, relevons que les innovations continues et quasi permanentes résulteraient entre autres

- *D'une économie de service, une économie relationnelle, une économie anthropogénétique* (une économie de production de personnes par d'autres hommes comme en témoigne l'importance croissante de la santé et de l'éducation). Selon une étude de l'OCDE (2000), qui laisse bien voir le poids de cette nouvelle économie, « les Américains dépensent plus pour leur santé qu'ils n'achètent de biens durables » (OCDE, 2000) 1960: biens durables (14 %), santé (5 %) 2000: biens durables (12 %), santé (15,7%) » (BOYER, 2002, p. 184).
- *D'une économie devenue « économie cognitive »* où l'information, le savoir et la connaissance occupent de plus en plus d'espace, une économie qui prend sa source dans

l'organisation elle-même et « dans le processus cognitifs interactifs de codification à travers la numérisation des savoirs jusque-là tacite et leur captation aussi bien par l'entreprise que par le marché et la puissance publique » (MOULIER BOUTANG, 2003, p. 307).

- D'une économie qui reposerait de plus en plus sur une croissance endogène échappant ainsi à la logique des rendements décroissants, au moins partiellement ou pour un temps (même si la théorie de la croissance endogène est controversée, elle attire tout de même l'attention sur des nouveaux facteurs de production que sont les connaissances, des facteurs non marchands et extra-économiques).
- De la mondialisation et des nouvelles technologies de communication qui font que les meilleurs sont en concurrence directe avec les meilleurs à l'échelle du monde et que ce sont généralement ceux qui sont les plus innovateurs qui s'imposent.

En somme, le très grand intérêt suscité par les innovations au cours des dernières décennies résulterait non seulement du fait que nous sommes progressivement passés d'un modèle de développement à dominante manufacturière à un autre modèle, mais aussi du fait que cet autre modèle de développement serait basé sur la connaissance et les services relationnels, rendant ainsi possible l'innovation continue et quasi-permanente, tendance soutenues par les nouvelles technologie et exacerbée par la mondialisation. Si cette hypothèse de l'innovation continue devait se vérifier, il faudrait ajouter que les innovations sociales occuperont un espace de plus en plus grand en raison non seulement des perturbations engendrées par les innovations continues mais aussi de la mobilisation plus intensive et plus large de ressources en grande partie non marchandes qu'elles exigent. Ce que Chambon, Alix et Devevey (1982, p. 5) avançaient au début des années 1980 nous semble encore plus vrai aujourd'hui qu'il y a plus de vingt ans : « on a affaire, écrivaient-ils, à des civilisations où les problèmes de sociétés civiles se résolvent naturellement par des pratiques du type innovations sociales».

Notas

¹ 1 Comme la plupart des recherches tendent à le montrer (DEFOURNY et MONZON, 1992; DESROCHE, 1983; DRAPERI, 2000; DEMOUSTIER, 2001; GUESLIN, 1998; LAVILLE, 1994; VIENNEY, 1994), la résurgence de l'économie sociale comme référence explicite traduit quelque chose de nouveau, soit la redécouverte d'une parenté, qui existait sans doute auparavant, mais qui était occultée par un repli sur sa propre composante ou famille, en l'occurrence coopérative, mutualiste ou associative. Cette redécouverte ne saurait s'accompagner de la perte des identités propres à chacune des composantes, mais elle prend une portée nouvelle donnant lieu à de nouvelles collaborations et coopérations. Autrement dit, l'idée de l'économie sociale permettrait non seulement d'établir des passerelles entre les diverses familles mais aussi de découvrir des raisons nouvelles de le faire. Dans le cas contraire, il faudrait conclure que cette notion est utile aux chercheurs pour mettre en lumière la parenté entre les composantes, mais n'ajoute rien de nouveau à ce que les diverses familles ainsi réunies apportent déjà et depuis longtemps.

² Nous avons défini ailleurs les innovations organisationnelles comme celles que l'on retrouve au niveau « des formes de la division et de la coordination du travail, des modes de gestion, des modalités de coordinations et des interactions sociales », soit « le lieu également des apprentissages collectifs et des formes de gouvernance ». Par la même occasion, nous avons défini les innovations institutionnelles comme celles que l'on retrouve au niveau « des systèmes de règles, de partage des droits et responsabilités, des systèmes de gestion des conflits, du système politique sans lequel aucune organisation et association ne fonctionneraient » (LÉVESQUE, 2004, p. 55-6).

³ Elle ne l'est devenue que quelques mois avant sa disparition en 1982 pour avoir accès à un financement de la Société de développement coopératif. À l'occasion de cette demande appuyée par la SDC, le CCQ s'était montré neutre, ne formulant ni un avis positif, ni un avis négatif de sorte que la décision d'octroyer le statut coopératif à Tricofil fut prise par le Ministère en charge des coopératives et non par le CCQ (BOUCHER, 1982, p. 121 et 306).

⁴ La loi des coopératives adoptées en 1984 permettra la formation de coopératives de travail dans des secteurs d'activités interdits jusqu'à comme le commerce. Elle permettra également de former des coopératives de travail avec trois membres.

⁵ Ainsi, en dépit d'un soutien significatif de la part des pouvoirs publics québécois, le nombre de coopératives de travail y est passé de 141 à 191 sur une période de dix ans, soit de 1993 à 2003, alors que le nombre de constitutions (créations) de nouvelles coopératives de travail aurait été de 449 coopératives de travail pour une période comparable, celle de 1995 à 2004 (MDEIE, 2004). Enfin, de 1999 à 2003, le nombre total d'emplois, l'actif et le chiffre d'affaires de l'ensemble des coopératives de travail ont légèrement reculé.

⁶ Les coopératives de travailleurs actionnaires (CTA) qui constituent une innovation spécifique au Québec, présentent quelques ressemblances avec les ESOP dans la mesure où elles réunissent les travailleurs qui investissent dans l'entreprise qui les emploie. Cependant, les investissements sont faits par le collectif de travailleurs, soit la CTA,

de sorte que ces derniers ne sont pas dans un rapport individualisé avec l'entreprise mais dans un rapport collectif (LÉVESQUE, 1994). Entre 1993 et 2003, le nombre de CTA est passé de 24 à 61 (MDEIE, 2004, p. 44) alors que le nombre de constitutions (créations) a été de 186 (MDEIE, 2004, p. 16).

Références

- ABERNATHY, W.; CLARKE, K.; KANTROW, A. *Industrial Renaissance*. New York: Basic Books, 1983.
- AMABLE, Bruno; BARRÉ, Rémi; BOYER, Robert. *Les systèmes d'innovation à l'ère de la globalisation*. Paris: Économica, 1997, 402 p.
- AUBRY, François; JETTÉ, Christian; VAILLANCOURT, Yves. *L'économie sociale dans les services à domicile: une source d'innovation sociale?*. Montréal: Cahier du LAREPPS (no 04-31), 2004, 24 p.
- AUCLAIR, René; Christiane LAMPRON. Approche intégrée: une innovation sociale dans la dispensation des services sociaux. *Service Social*, v. 36, n. 2/3, p. 315-41, 1987
- BÉLANGER, Paul R.; LÉVESQUE, Benoît. La théorie de la régulation, du rapport salarial au rapport de consommation. Un point de vue sociologique. *Cahiers de recherche sociologique*, n. 17, p. 19-61, 1991.
- BÉLANGER, Paul R.; GRANT Michel; LÉVESQUE, Benoît (sous la dir.). *Modernisation des entreprises et relations de travail*. Montréal: PUM, 1994, 320 p.
- BÉLANGER, Paul R.; LAPOINTE, Paul-André; LÉVESQUE, Benoît. Les innovations organisationnelles et les blocages dans les entreprises. In: MURRAY, G.; BÉLANGER J. ; GILES, A.; LAPOINTE, P.-A. (sous la dir.). *L'organisation de la production et du travail : vers un nouveau modèle?*. Québec: Presses de l'Université Laval, 2004, p. 155-90.
- BJÖRKMAN, Hans. Service Innovation. A Collaborative Approach, 2001. In: ADLER, Niclas; BORZAGA, Carlo; DEFOURNY, Jacques (sous la dir.). *The Emergence of Social Enterprise*. London et New York: Routledge, 2004, 382 p.
- BORZAGA, Carlo; SPEAR, Roger (sous la dir.). *Trends and Challenges for Co-operatives and Social Enterprises in developed and transition countries*. Trento: Edizioni, 2004, 280 p.
- BORZAGA, Carlo; GUI, Benedetto; POVINELLI, Fabrizio. 1998. Le rôle des entreprises d'insertion sur le marché du travail. L'éclairage d'une analyse économique. In: DEFOURNY, Jacques; FAVREAU, Louis; LAVILLE, Jean-Louis (sous la dir.). *Insertion et nouvelle économie sociale*. Paris: Desclée de Brouwer, p. 267-92.
- BORZAGA, Carlo. Italie. L'impressionnant développement des coopératives sociales. 1998. In: DEFOURNY, Jacques; FAVREAU, Louis; LAVILLE, Jean-Louis (sous la dir.). *Insertion et nouvelle économie sociale*. Paris: Desclée de Brouwer, p.99-126.
- BOUCHARD, Camil. *Recherche en sciences humaines et sociales et innovations sociales*. Contribution à une politique de l'immatériel. Québec: Groupe de travail sur l'innovation sociale, 1999, 26 p.
- BOUCHER, Paul-André; MARTEL, Jean-Louis. *Tricofil tel que vécu!*. Montréal: Éditions des H.É.C., 1982, 380 p.
- BOYER, Robert. Histoire des techniques et sciences sociales. *Cahier de recherche sociologie*, n. 17, p. 53-80, 1991.
- _____. *La croissance, début du siècle*. De l'octet au gène. Paris: Albin Michel, 2002, 234 p.
- BRACZYK, Hans-Joachim; COOKE, Philip; HEIDENREICH, Martin (dir.). *Regional Innovation Systems*. The role of governance in a globalized World. London et New York: Routledge, 1998, 499 p.
- CALLON, Michel; LARÉDO Philippe; RABEHARISOA, Vololona. Que signifie innover dans les services. Une triple rupture avec le modèle de l'innovation industrielle. *La Recherche*, n. 295, février 1997, p. 34-6.
- CALLON, Michel. *La science et ses réseaux*. Genèse et circulation des faits scientifiques. Paris: Éditions La Découverte, 1989.
- CASSON, Mark. *L'entrepreneur*. Paris: Economica, 1982, 388 p.
- CHAMBON, Jean-Louis; DAVID, Alix; DEVEVEY, Jean-Marie. *Les innovations sociales*. Paris: PUF, Collection Que sais-je?, 1982.
- CHANTIER DE L'ÉCONOMIE SOCIALE. *Pour un renforcement du partenariat au services des personnes éloignées ou exclues du marché du travail*. Rapport synthèse du comité de travail initié par le Chantier de l'économie sociale, en collaboration avec la Coalition des organismes communautaires pour le développement de la main-d'œuvre. Montréal, 2005, 59 p.
- CIREC Espana. *Rapport de synthèse sur l'Économie sociale en Espagne en 2000*. Valence: Universitat de Valencia, 2002, 154 p. (Rapport commandité par le Ministerio de Trabajo y asuntos sociales et Direccion General de Fomento de la Economia social y des Fondo social Europeo).
- CNLAMCA; CIRIEC. *Économie sociale*. Débat européen. Mutualité, coopération, association. Actes du pré-colloque de Bruxelles. Paris: CIEM, 1979, 94 p.
- COLEMAN, James S. Social Invention. *Social Forces*, v. 42, n. 2, p. 163-73, 1970.
- COMEAU, Yvan; LÉVESQUE, Benoît. Workers' Financial Participation in the Property of Enterprises in Québec. *Economic and Industrial Democracy*, v. 14, n. 2, p. 233-50, 1993.

COMEAU, Yvan; FAVREAU, Louis; LÉVESQUE, Benoît; MENDELL, Marguerite. *Emploi, économie sociale, développement local: les nouvelles filières*, Sainte-Foy, Presses de l'Université du Québec, 2001, 302 p.

COMEAU, Yvan. Les coopératives de travail au Québec : un bilan de la situation. *Coopératives et Développement*, v. 23, n. 3, p. 59-76, 1992.

_____. Les éléments de satisfaction et d'insatisfaction dans les coopératives de travail au Québec. *Coopératives et Développement*, v. 25, n. 1, p.31-46, 1993.

_____. *Grille de collecte et de caractérisation des données pour l'étude d'activités de l'économie sociale*. Montréal: Cahier du CRISES, Collection Études théoriques, n. ET9605, 1996, 19 p.

CORIAT, Benjamin et Olivier WEINSTEIN. *Les nouvelles théories de l'entreprise*. Paris: Librairie générale française (Livre de poche), 1995, 220 p.

CÔTÉ, Daniel (sous la dir.). *Les holdings coopératifs: évolution ou transformation définitive?*. Bruxelles: De Boeck Université, 2000, 413 p.

CÔTÉ, Daniel. Cohésion coopérative et fonctionnement démocratique : clé de la gestion d'une grande entreprise. *Économie et solidarités*, v. 34, n. 2, 2003, p. 47-65.

CRADDOCK, Trent; KENNEDY, Sarah. *Analyse des tendances internationales dans le domaine des coopératives de travail*. Ottawa, Secrétariat des coopératives. Disponible en: <http://www.agr.gc.ca/policy/coop/analysis_f.phtml>. 2005

CST (Conseil de la science et de la technologie). *L'innovation dans les services*. Pour une stratégie de l'immatériel. Avis, Québec: CST, 2003, 118 p.

DACHEUX, Éric et Jean-Louis LAVILLE (dir.). Économie solidaire et démocratie. *Hermès*, n. 36, 250 p., 2004.

DEFOURNY, Jacques; FAVREAU, Louis; LAVILLE, Jean-Louis (sous la dir.). *Insertion et nouvelle économie sociale*, Paris: Desclée de Brouwer, 369 p., 1998.

DEFOURNY, Jacques; NYSENS, Marthe; SIMON, Michel. Belgique. De l'association sans but lucratif à la société à finalité sociale. In: DEFOURNY, Jacques, FAVREAU Louis; LAVILLE Jean-Louis (sous la dir.), *Insertion et nouvelle économie sociale*, Paris, Desclée de Brouwer, 1998, p. 73-98.

DEFOURNY, Jacques, Michel SIMON et Sophie ADAM. 2002. *Les coopératives en Belgique : un mouvement d'avenir?*, Bruxelles, Éditions Luc Pire, 118 p.

_____. *Démocratie coopérative et efficacité économique: l'efficacité comparée des scop françaises*. Bruxelles: De Boeck Université, 1990, 234 p.

_____. Le secteur de l'économie sociale en Belgique. In: DEFOURNY, J.; MONZON CAMPOS, J.-L. (dir.). *Économie sociale, entre économie capitaliste et économie publique*. Bruxelles: CIRIEC et de Boeck Université, 1992, p. 225-56.

_____. Coopérative de travail : une recherche foisonnante et novatrice. Une interview de Jacques Defourny. Propos recueillis par Éric Bidet. *Revue des études coopératives, mutualistes et associatives*, n. 253-54, p. 23-35, 1994.

_____. Resocialiser l'économie ?. *Revue internationale de l'économie sociale*, n. 275-6, p. 184-192, 2000.

DELORS, Jacques. The European Union and the Third Sector. In: EVERS, Adalbert; LAVILLE, Jean-Louis (sous la dir.). 2004. EVERS, Adalbert; LAVILLE, Jean-Louis (dir). 2004. *The Third Sector in Europe*. Globalisation and Welfare. Cheltenham: Edward Elgar, 2004, p. 206-15.

DEMOUSTIER, Danièle. Analyse de l'emploi. 2000. In: CIRIEC. *Les entreprises et organisations du troisième secteur*. Un enjeu stratégique pour l'emploi. Liège: CIRIEC, 2000, p. 33-50.

_____. Les organisations d'économie sociale, acteur de la régulation socio-économique. *Revue internationale de l'économie sociale*. Paris, n. 275-6, p. 137-48, 2000.

_____. Analyse de l'emploi. In: CIRIEC. 2000. *Les entreprises et organisations du troisième secteur*. Un enjeu stratégique pour l'emploi, Liège, CIRIEC, 2000a, p. 33 50.

_____. 2001. *L'économie sociale et solidaire*. S'associer pour entreprendre autrement. Paris: Syros, 208 p.

DESROCHE, Henri. *Pour un traité d'économie sociale*, Paris, Coopérative d'édition et d'information mutualiste, 1983, 254 p.

_____. *Histoires d'économies sociales*. D'un tiers état aux tiers secteurs, 1791-1991. Paris: Syros, 1991, 262 p.

EME, Bernard; LAVILLE, Jean-Louis. *Les petits boulots en question*. Paris: Syros, 1988, 232 p.

EME, Bernard. Participation sociale et formes plurielles d'insertion. In: DEFOURNY, Jacques; FAVREAU, Louis; LAVILLE, Jean-Louis (sous la dir.). *Insertion et nouvelle économie sociale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998, p. 293-320.

ENJOLRAS, Bernard. Vers une théorie socio-économique de l'association: l'apport de la théorie des conventions. In: *Revue des études coopératives, associatives et mutualistes*, n. 48, 1994, p. 93-106.

_____. *Le marché providence*. Aide à domicile, politique sociale et création d'emploi. Paris: Desclée de Brouwer, 1995, 254 p.

ESPING-ANDERSEN, Goasta (dir.). *Why We Need a New Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

- ESPING-ANDERSEN, Goasta. *Les trois mondes de l'État-providence*. Essai sur le capitalisme moderne. Paris, PUF, 1999.
- EVERS, Adalbert et Jean-Louis LAVILLE (dir). *The Third Sector in Europe*. Globalisation and Welfare. Cheltenham: Edward Elgar, 2004, 266 p.
- EVERS, Adalbert. Part of the Welfare Mix : The Third Sector as an intermediate area. *Voluntas*, v. 6, n. 2, p. 119-39, 1995.
- FAGERBERG, Jan. *Innovation: A Guide to Litterature*, Oslo, Centre for Technology Innovation and Culture (University of Oslo) (Article présenté à l'atelier, The Many Guides of Innovation: What we have learnt and where we are heading, Ottawa, 23-24 octobre 2002, Statistiques Canada. Également publié dans *Handbook of Innovation*, Oxford), 2003.
- FAVREAU, Louis; LAROSE, Gérald; FALL, Abdou Salam. (dir.), *Altermondialisation, économie et coopération internationale*. Québec et Paris: Presses de l'Université du Québec et Karthala, 2004, 386 p.
- FAVREAU, Louis. Québec. L'insertion conjugée avec le développement économique communautaire. In: DEFOURNY, Jacques; FAVREAU, Louis; LAVILLE, Jean-Louis (sous la dir.). *Insertion et nouvelle économie sociale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998, p. 159-82.
- FECHER, Fabienne; LÉVESQUE, Benoît. Avec la collaboration de Philippe GROSJEAN, François-Louis THOREAU et Christine DUSSART. *Cadrage de l'économie sociale en Région wallonne*. Rapport Final. Liège: CIRIEC, 2005, 119 p.
- FECHER, Fabienne et al. *L'économie sociale d'insertion*. Analyse des complémentarités et de l'efficacité des outils d'économie sociale. Gent: Academia Press, 2002, 306 p.
- FERREIRA, Nathalie. *Économie sociale et autogestion: entre utopie et réalité*. Paris: L'Harmattan, 2004, 240 p.
- FONTAN, Jean-Marc; KLEIN, Juan-Luis; LÉVESQUE Benoît (dir). *Reconversion économique et développement territorial*. Le rôle de la société civile. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2003, 340 p.
- FRASER, Mario. *Les organisations oeuvrant dans le domaine de l'innovation sociale: résultat d'une recherche dans l'Internet*. Québec: CST, 2003, 39 p.
- FREEMAN, Christopher. *The Economics of Industrial Innovation*. 2nd édition. 1986. Francis Pinter, London, 1982, 256 p.
- FREEMAN, Christopher. Innovation, Change of Techno-Economic Paradigm and Biological Analogies in Economics. *Revue Économique*, n. 2, p. 211-31, 1991.
- GABORD, Dennis. *Innovations: scientific, technological and social*. London: Oxford University Press, 1970, 109 p.
- GIRARD, Jean-Pierre. Solidarity Co-operatives fin Quebec (Canada): overview, 2004. In: BORZAGA, Carlo; SPEAR, Roger (sous la dir.). *Trends and challenges for co-operatives and social enterprises in developed and transition countries*. Trento: Edizioni, 2004, p. 165-82.
- GOMEZ, Pierre-Yves. *Le gouvernement de l'entreprise: modèles économiques et pratiques de gestion*. Paris: InterÉditions, 1996, 271 p.
- GOVERNEMENT DU QUÉBEC. *Politique québécoise de la science et de l'innovation*. Savoir changer le monde. Québec: Ministère de la science et de la technologie, 2001, 170 p.
- GUESLIN, André. *L'invention de l'économie sociale*. Paris: Economica, 1998, 430 p.
- HALL, David J. *Social relations and innovation*. London: Routledge and Kegan Paul Ltd, 1977.
- HALL, Peter et David SOSKICE. *Varieties of Capitalism: the Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford: Oxford University Press, 2001. Traduction du texte de Hall et Soskice. Les variétés du capitalisme. *L'année de la régulation*. v. 6. Paris: Presses de Sciences-Po, p. 47-123, 2002.
- IGNATIEFF, Nicolas A.; MALO, Marie-Claire . Caisses Desjardins et cercles d'emprunt à Montréal: quelle configuration partenariale?. *Économie et Solidarités*, v. 29, n. 1, p. 81-90, 1997.
- JEANTET, Thierry; VERDIER, Roger . *L'économie sociale*. Paris: CIEM, 1982, 578 p.
- JETTÉ, Christian; LÉVESQUE, Benoît; MAGER, Lucie; VAILLANCOURT, Yves. *Économie sociale et transformation de l'État-providence dans le domaine de la santé et du bien-être*. Une recension des écrits. 1990-2000. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2000, 202 p.
- JOYAL, André. Les entreprises alternatives au Québec. In: LÉVESQUE, B.; CHOUINARD, O.; JOYAL, A. (sous la dir.). *L'autre économie, une économie alternative?*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1989, p. 165-84.
- LAROCQUE, Paul. Un mouvement centrifuge: la récente transition des pêcheries maritimes au Québec. In: *Coopératives et Développement*, v. 19, n. 2, 1988, p. 15-27.
- LATOUR, Bruno. lère édition: 1989, *La science en action*. Paris: Gallimard, 1995, 663 p. (une préface a été ajoutée à l'édition de 1995).
- LAVILLE, J.-L. et al. Tiers système : une définition européenne. In: CIRIEC. 2000. *Les entreprises et Organisations du troisième secteur*. Un enjeu stratégique pour l'emploi. Liège: CIRIEC, 2000, p. 107-29.
- LAVILLE, Jean-Louis; NYSSSENS, Marthe (sous la dir.). *Les services sociaux entre association, État et marché*. L'aide aux personnes âgées. Paris: La Découverte/Mauss/CRIDA, 2001, 286 p.

LAVILLE, Jean-Louis; LÉVESQUE, Benoît; MENDELL, Marguerite. The Social Economy. Diverse approaches and practices in Europe and in Canada, OCDE/LEED. 2005. *The Social Economy as a Tool of Social Innovation and Local Development*, Paris, OCDE/LEED, 2005, p. 125-73.

LAVILLE, Jean-Louis. Les coopératives de travail en Europe pour un bilan 1970-1980. *Coopératives et Développement*, v. 25, n. 1, p. 5-29, 1993.

_____. *L'économie solidaire. Une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994, 334 p.

_____. L'économie sociale revisitée à la lumière de l'insertion. In: DEFOURNY, Jacques; FAVREAU, Louis; LAVILLE, Jean-Louis (sous la dir.). *Insertion et nouvelle économie sociale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998, p. 321-36.

_____. *Sociologie des services. Entre marché et solidarité*. Ramonville Saint-Agne: Érès, 2005, 177 p.

LEPAGE, Henri. *L'autogestion*. Dossier préparatoire mis à l'étude par l'Institut de l'entreprise. Paris: Institut de l'entreprise, 1976, 59 p. Disponible à: <<http://www.institut-entreprise.fr/index.php?id=534>>.

_____. *Autogestion et capitalisme*. Paris: Institut de l'Entreprise-Masson, 1978, 450 p.

LÉVESQUE, Benoît; CÔTÉ, Daniel. Le changement des principes coopératifs à l'heure de la mondialisation: à la recherche d'une méthodologie. In: Alberto ZEVI; CAMPOS, José Luis Monxon (sous la dir.). *Coopératives, marchés, principes coopératifs*. Bruxelles: CIRIEC et De Boeck Université, 1995, p. 1-16.

LÉVESQUE, Benoît; MENDELL, Margie. *L'économie sociale: diversité des approches et des pratiques*. Conseil de recherches en sciences humaines du Canada, 2 juillet 2004. Disponible à: <http://www.sshrc.ca/web/apply/background/social_economy_f.pdf> (publié avec de légères modifications sous le titre: The Social Economy: Diverse Approaches and Practices. *Journal of Rural Cooperation*, v. 33 n. 1, 2004).

LÉVESQUE, Benoît; MENDELL, Marguerite. Les fonds régionaux et locaux de développement au Québec: des institutions financières relevant principalement de l'économie sociale. In: Marc-Urbain PROULX (dir.), *Territoire et développement économique*. Paris et Montréal: L'Harmattan, 1998, p. 220-70.

LÉVESQUE, Benoît; MALO, Marie-Claire. Les études sur les coopératives: base de données bibliographiques, centres de recherche universitaires. In: SÉGUIN, Marie-Thérèse (sous la dir.). *Pratiques coopératives et mutations sociales*. Paris: L'Harmattan, 1995, p. 247-67.

_____. Un nouveau Desjardins à l'ère de la globalisation: législation et pratiques coopératives dans les caisses d'épargne et de crédit. In: ZEVI, Alberto; MONZON, José Luis (sous la dir.). *Coopératives, marchés, principes coopératifs*. Bruxelles: De Boeck, 1995a, p. 243-77.

LÉVESQUE, Benoît; CÔTÉ, Alain; CHOUINARD, Omer; RUSSELL, Jean-Louis. *Profil socio-économique des coopératives de travail au Québec*. Montréal: UQAM et Comité provincial de coopératives production, de travail et de pré-coopératives, 1985, 180 p.

LÉVESQUE, Benoît; BOURQUE, Gilles; FORGUES, Éric. *La nouvelle sociologie économique*. Originalité et tendances nouvelles. Paris: Desclées de Brouwer, 2001, 268 p.

LÉVESQUE, Benoît; BÉLANGER, Paul R.; BOUCHARD, Marie; MENDELL, Marguerite; LAVOIE, André; GENDRON, Corinne; ROUZIER, Ralph. *Le Fonds de solidarité (FTQ). Un cas exemplaire de nouvelle gouvernance*. Montréal: Fonds de solidarité, 2000, 108 p.

LÉVESQUE, Benoît; BÉLANGER, Paul R.; MAGER, Lucie avec la coll. de D. MARTEL, Y. COMEAU, M.-C. MALO et alii. *La réingénierie des caisses populaires et d'économie Desjardins*. Contexte et études de cas, Montréal, CRISES/SAC/FC-CSN, 1997, 298 p.

LÉVESQUE, Benoît; BÉLANGER, Paul R.; MAGER, Lucie. La réingénierie des services financiers: un secteur exemplaire de l'économie des services. Le cas des Caisses populaires et d'économie Desjardins. In: *Lien social et Politiques - RIAC*, n. 40, p. 89-103, 1999.

LÉVESQUE, Benoît. Une forme originale d'association capital-travail, les coopératives de travailleurs au Québec. In: *Revue des études coopératives, mutualistes et associatives* (Paris), n. 251, p. 49-60, 1994.

_____. *Entrepreneurship collectif et économie sociale: entreprendre autrement*, Montréal. Montréal: Cahier de l'ARUC-ÉS (I-02-2002), 2002, 35 p.

_____. Fonction de base et nouveau rôle des pouvoirs publics: vers un nouveau paradigme de l'État. *Annals of Public and Cooperative Economics*. Oxford (Blackwell), v. 74, n. 4, p. 489-513, 2003.

_____. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociale que les autres?. In: *Le développement social au rythme de l'innovation*. Québec: Presses de l'Université du Québec et Fonds de recherche sur la société et la culture, 2004, p. 51-72.

_____. *Innovations et transformations sociales dans le développement économique et le développement social: approches théoriques et politiques publiques*. Montréal: Cahiers du CRISES; Collection Études théoriques, n. ET0507, 80 p., 2005.

LIPIETZ, Alain. *Choisir l'audace*. Une alternative pour le XXIe siècle. Paris: La Découverte, 1989, 156 p.

LUNDEVALL, Bengt-Ake (dir.). *National System of Innovation*. Toward a Theory of Innovation and Interactive Learning.

London et New York, 1992, 342 p.

MAC PHERSON, Ian. Remembering the Big Picture: the Co-operative Movement and Contemporary Communities, 2004. In: BORZAGA, Carlo et Roger SPEAR (sous la dir.). *Trends and challenges for co-operatives and social enterprises in developed and transition countries*. Trento: Edizioni, 2004, p. 39-48.

MALO, Marie-Claire; VÉZINA, Martine. Gouvernance et gestion de l'entreprise collective d'usagers: stratégie de création de valeur et configuration organisationnelle. *Économie et Solidarités*, v. 35, n. 1, p. 100-20, 2004.

MALO, Marie-Claire; LÉVESQUE, B.; CHOUINARD, O.; DESJARDINS, P.-M.; FORGUES, E. *Coopératives financières, cohésions sociale et nouveau territoire local à l'ère de la mondialisation*. Montréal: Cahiers du CRISES, 2001, 65 p.

MALO, Marie-Claire. Le Mouvement Desjardins: modèle d'une économie solidaire?. *Économie et Solidarités*, v. 29, n. 1, p. 29-48, 1997.

_____. La gestion stratégique de la coopérative et de l'association d'économie sociale. 2e partie : L'entreprise et ses orientations. *Revue internationale de l'économie sociale (RECMA)*, n. 282, p.84-94, 2001.

_____. La gestion stratégique de la coopérative et de l'association d'économie sociale. 1e partie: L'entrepreneur et son environnement. *Revue internationale de l'économie sociale (RECMA)*, n. 281, p.84-96, 2001a.

MINISTÈRE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE, INNOVATION ET EXPORTATION (MDEIE). *Coopératives du Québec données statistiques* (édition 2005). Québec: MDEIE, 2005, 60 p.

MOSS, Thomas H. Social Invention and Innovation as partners in technological progress. In: LUNDSTEDT, Sven B.; COLGLAZIER, E. William (dir.). *Managing Innovation: the social dimension of creativity, invention and technology*. New York: Pergamon Press, 1982.

MOULIER BOUTANG, Yann. Capitalisme cognitif et nouvelles formes de codification du rapport salarial. In: VERCELLONE, Carlo (dir.). *Sommes-nous sortis du capitalisme industriel ?*. Paris: La Dispute, 2003, p. 305-20.

MUNKNER, Hans. Multi-stakeholder Co-operatives and their Legal Framework, 2004. In: BORZAGA, Carlo; SPEAR, Roger (sous la dir.). *Trends and challenges for co-operatives and social enterprises in developed and transition countries*. Trento: Edizioni, 2004, p. 49-82.

NELSON, R.R.; WINTER, S.G. *National Systems of Innovation: A Comparative Study*. Oxford: University Press, 1982.

NOËL, A. Vers un nouvel État-providence? Enjeux démocratiques. *Politique et Sociétés*, v. 15, n. 30, p.1-28, 1996.

NOREAU, Pierre. L'innovation sociale et le droit. Est-ce bien compatible?. In: *Le développement social au rythme de l'innovation*. Québec: Presses de l'Université du Québec et Fonds de recherche sur la société et la culture, 2003, p. 73-108.

OECD. *Oslo Manual. Guidelines for Collecting and Interpreting Innovation Data*. Paris: Third Edition, 2005, 162 p.

OSBORNE, Stephen. Naming the Beast: Defining and Clarifying Service Innovations in Social Policy. *Human Relations* 9, v. 51, p. 1133-54, 1994.

_____. *Voluntary organization in the management of voluntary and non-profit organization*. London and New York, Routledge, 1994a.

PERRI 6; VIDAL, Isabel (sous la dir.). *Delivering Welfare, repositioning non-profit and co-operative action in western European Welfare States*. Barcelone: Centre d'initiatives de l'Economia Social, 1994, 410 p.

PERRI, 6. Innovation by non-profit organizations: Policy and research issues. In: *Non-Profit Management and Leadership*, v. 3, n. 4, p. 397-414, 1993.

PESTOFF, Victor. 1995. *Between Markets and Politics. Co-operatives in Sweden*, Frankfurt AM Main. New York and Boulder: Campus Verlag and Westview Press, 1993.

PETIT, Pascal; SOËTE, Luc. Progrès technique et nouveaux dualismes. In: Carlo Vercellone (dir.), *Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?*. Paris: La Dispute, 2003, p. 91-120.

ROCARD, Michel. L'économie sociale et solidaire: une perspective Nord-Sud, discours de clôture. *Revue internationale de l'économie sociale*, n. 282, p. 6-16, 2001.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. *The Emerging Sector: An Overview*. Baltimore: The Johns Hopkins University Institute for Policy Studies, 1994.

SCHUMPETER, Joseph A. *Business Cycles: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of Capitalist Process*. New York and London: Mc Graw-Hill, 2 v., 1939.

SHANI, A.B. Rami; STYHRE, Alexander (dir.), *Collaborative Research in Organization*. Foundations for Learning Change, and Theoretical Development. Sage Publications, p. 265-84.

SPEAR, Roger. From co-opertive to social enterprise: trends in European experience, 2004. In: BORZAGA, Carlo; SPEAR, Roger (sous la dir.). *Trends and Challenges for Co-operatives and Social Enterprises in developed and transition countries*. Trento: Edizioni, 2004, p. 99-116.

TAYLOR, James B. Improducting Social Innovation, *Journal of Applied Behavioral Science*, v. 6, n. 1, 1970, p. 69-77.

THÉRËT, Bruno. Institution et institutionnalisme, vers une convergence des conceptions de l'institution?, 2000. In:

- TALLARD, Michèle; THÉRÊT, Bruno; URI, Didier. *Innovations institutionnelles et territoire*. Paris: L'Harmattan, 2000, p. 25-68.
- TOURAINÉ, Alain. *Un nouveau paradigme*. Pour comprendre le monde d'aujourd'hui. Paris: Fayard, 2005, 366 p.
- TREMBLAY, Benoît et Daniel Côté. Cooperative Banks and Mobilization of Capital: To what End, with which Partners and with which consequences for Members? *International Co-operative Banking Association Journal*, n. 13, p. 5-23, 2001.
- VÉZINA, Martine (sous la dir.). Grands groupes coopératifs dans le monde, in *Économie et Solidarités*, v. 34, n. 2, 2003a.
- VÉZINA, Martine. Les grandes coopératives et leur institutionnalisation. *Économie et Solidarités*, v. 34, n. 2, p. 20-26, 2003.
- VIENNEY, Claude. *Les activités, les acteurs et les règles des organisations de l'économie sociale*, DESup. Économie sociale, Octobre 1986. Université de Paris I. Centre d'éducation permanente. U.E.R. Travail et Études Sociales, 1986.
- _____. *L'économie sociale*. Paris: La Découverte, 1994, 125 p.
- WEBER, Max. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Plon, 1964, 342 p.
- WHYTE, William Foote. Social invention for solving human problems. *American Sociological Review*, v. 47, p. 1-13, 1982.
- ZEVI, Alberto et José Luis MONZON CAMPOS (sous la dir.). *Coopératives, marchés, principes coopératifs*. Bruxelles: CIRIEC et De Boeck Université, 1996, 344 p.
- ZIMMERMANN, Horst. Innovation in Non Profit Organizations. *Annals of Public and Cooperative Economics (Oxford)*, v. 70, n. 4, p. 589-619, 1999.

El Estado del Desarrollo Local en América Latina: obstáculos, facilitadores y liderazgos

Fernando Pintos*

1 Introducción

Desde una perspectiva de desarrollo territorial, la actuación en las sociedades locales supone reflexionar críticamente sobre las acciones llevadas a cabo para producirlas como tales. Las sociedades locales son producciones fajinosas que implican un cierto tipo de socialidad, determinadas formas de agencia y un sistema de representaciones. Lo local constituye una realidad fenomenológica compleja, entramado de relaciones de inmediatez, construcciones simbólicas y sentimientos de pertenencia a través de los cuales se construye la identidad (y la diferencia) de una comunidad. En fin, lo local es una construcción **para sí** antes que una cualidad **en sí**.

Pensar lo local como una producción es el supuesto de cualquier intervención que se base en la comprensión y en la introducción de cambios en las prácticas sociales. Es suponerlo como realidad estructurante de la acción y estructurada a partir de ella.

Estas definiciones teóricas y estratégicas tienen consecuencias metodológicas, y suponen ciertos postulados epistemológicos de base no siempre discutidos pero que merecen explicitarse.

Investigar y actuar al mismo tiempo es un desafío, pues supone un continuo flujo de intervenciones en el mundo, no siempre articulables: las del actor con intereses pragmáticos y la del observador con intereses cognoscitivos. Estos roles están dominados por lógicas bien diferentes y deben suponer una ruptura a partir de que los intereses de la acción en ambos casos son diferentes.

Esta presentación expone una serie de conclusiones sobre las diferentes dimensiones de los procesos de desarrollo local, (en adelante, DL) a partir de la reflexión sobre las propias experiencias en las que CLAEH ha participado como impulsor en los últimos veinte años, como agente y como observador atento de sus propias prácticas.

En particular, algunas de las mismas están vinculadas a la investigación sobre obstáculos y facilitadores del DL llevado a cabo con otras organizaciones de América Latina en trece países de nuestro subcontinente, en el marco del "Ciclo de fortalecimiento de las capacidades de ALOP-NOVIB para intervenir en Desarrollo Local en América Latina"¹.

La experiencia en procesos de DL nos permite acumular evidencia empírica en el sentido de que aquéllos que han tenido un grado importante de consolidación han alcanzado a articular la multidimensionalidad (política, cultural, económica, social) como eje de la actuación, la incorporación de sus contenidos a las políticas públicas y, por lo general, la estrecha conexión con otros procesos territoriales en marcha.

La puesta en marcha y el funcionamiento de los procesos de DL está por tanto asociada a las conexiones existentes en los diferentes territorios entre instituciones políticas, sociedad local, empresas y cultura comunitaria.

a. Un factor reiteradamente encontrado como disparador de iniciativas de DL fueron los cambios de los '90, que sentaron condiciones para una fuerte heterogeneización de la sociedad civil, expresión de una fuerte fragmentación social.

En algunos casos este factor ha operado como impulsor de la pluralidad de iniciativas, pero paradójicamente, ha terminado siendo su propio limitante, pues ha dificultado llegar a arreglos que satisfagan a la variedad de intereses y de actores. Al tiempo que ha erosionado la posibilidad de generar comunicación, cuando los universos simbólicos y las referencias identitarias tienden a volverse fragmentarias y fuertemente autorreferidas.

* Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH). E-mail: fpintos@claeht.org.uy

b. En la generación de articulación, la construcción de liderazgos territoriales es otro de los factores identificados como fundamentales. En nuestras actuales sociedades sometidas a la emergencia de continuas alteraciones de sus patrones de normalidad, ello implica desprenderse de viejos modos de comportamiento y de pensamiento. El gran desafío para los líderes locales actuales es alcanzar niveles de consenso para unir acuerdo territorial y cambio social. Cómo hacer de sociedades fragmentadas, proyectos colectivos que no eternicen empates que benefician a los que siempre ganan cuando ellos se producen, aparece como unos de los principales desafíos de los líderes locales.

El nivel local el liderazgo no se concentra necesariamente en el sistema estatal y, específicamente, no se confunde con el poder municipal. El liderazgo vinculado a procesos de transformación no es una función exclusiva de las autoridades públicas, sino que puede generarse en otros sistemas sociales, y a veces es deseable para el éxito de los procesos que ello suceda.

Ser líder depende de la decisión de asumir la función de ponerse al frente, tener visión de futuro, comunicar y construir confianza, tanto o más que de la posición que se ocupe formalmente. Pero es un rol al que los gobiernos municipales no deben renunciar, siempre y cuando estén dispuestos a compartirlo y a consolidar modalidades de cooperación persistentes.

El liderazgo para impulsar procesos de desarrollo local exige:

- Tener una visión hacia dónde se va;
- Incluir los intereses de una multiplicidad de actores en el corto y el largo plazo;
- Buscar equilibrios que compensen los conflictos inevitables y hasta deseables;
- Sopesar a la hora de tomar decisiones las expectativas y los objetivos con las consecuencias no buscadas o no deseadas que el proceso pueda tener.

Estas competencias asociadas al liderazgo no se vinculan solamente con capacidades gerenciales y de management, sino que plantean desafíos que hacen a la posibilidad de la gobernanza local; son políticos, implican producir y gestionar poder.

c. En tercer lugar, podemos señalar como variable asociada al DL, el rol que los gobiernos locales y nacionales desempeñan. No necesariamente la legitimidad democrática es la que les otorga a los mismos credenciales para liderar procesos de desarrollo local, pues no es condición suficiente para que los mismos se generen. El sistema político no es naturalmente el "locus" del cambio y de la generación de proyectos territoriales. Sí es cierto, que en cada experiencia sustentable de desarrollo local en AL, en algún momento se da la deliberación sobre el poder y el Estado y la interpelación a sus actores constituyentes. En función de ello, la inclusión de los mismos a los procesos de desarrollo local es imprescindible para asegurar la multidimensionalidad e integralidad referida.

En algún punto los procesos de desarrollo local demandan la generación de cierta institucionalidad que le asegure la permanencia en el tiempo. Pero la institucionalidad debe ser parte del proceso y no un a priori del mismo. Cuando la misma contribuye a procesos exitosos de DL, facilita la implementación de proyectos de gestión asociada, pero estos últimos son el indicador de gobernanza local y no la normatividad per se.

La gestión asociada de planes-proyectos es un componente que le da contenido a la participación en el nivel local. Sin embargo la misma tiende a generar en los niveles políticos desconfianza hacia liderazgos comunitarios, que son interpretados como desafíos a su legitimidad democrática. Cuando tal desafío tiene lugar, en realidad no es esta legitimidad la cuestionada por los actores sociales, sino ciertos mecanismos tradicionales de legitimación, como el clientelismo.

Los procesos de desarrollo local que han alcanzado niveles de sostenibilidad han logrado generar confianza entre los diversos tipos de liderazgos, mediante el establecimiento de mecanismos de negociación que especifican y reasignan roles entre los diferentes actores.

d. Finalmente, ha sido una constante en las experiencias analizadas el vínculo entre dinámica económica y nuevas formas de producción con cambios en las estructuras de socialización y en los valores compartidos.

Algunos emprendimientos económicos que logran trascender la cultura reactiva de los localismos han podido sostenerse divorciados del territorio. El desafío de los procesos de DL en el plano económico es reapropiarse de emprendimientos exitosos que, por los imperativos de la lógica empresarial, el manejo de los tiempos o la incompatibilidad de los modos de actuación con los predominantes en el territorio, han preferido externalizarse antes que acordar con el sistema local².

A continuación presentaré lo que, a partir de la reflexión teórica y práctica generada por la participación en procesos de desarrollo local, entiendo como los principales obstáculos y facilitadores de los mismos. Más adelante, expondré una tipología de liderazgos y los analizaré en función de sus capacidades y limitaciones para remover esos bloqueos y potenciar los factores que coadyuvan a expandir los procesos referidos.

2 Facilitadores y obstaculizadores del desarrollo local

Hemos clasificado a los factores que operan en favoreciendo o desestimulando los procesos de DL en siete tipos: cognitivos, organizacionales, relacionales, culturales, normativos, económico-financieros y de infraestructura. A partir de esta tipología, hemos identificado en el conjunto de casos factores que operan como obstáculos o como facilitadores de esos procesos. A continuación expondremos las principales conclusiones a las que arribamos en ese sentido.

2.1 Los factores que favorecen los procesos

2.1.1 Cognitivos

O sea, los saberes necesarios para intervenir y generar vectores de cambio en el territorio. En primer lugar, el conjunto de los saberes pragmáticos de los propios actores que, si bien tienen las implicancias propias del "nativo" (que ve el territorio desde el ángulo particular del agente interesado) puede aportar elementos claves para el desenvolvimiento de los procesos de DL. Por su parte, los conocimientos técnicos aportan algo diferente que el sistema local no posee, como el pensar globalmente y la capacidad de planificación, así como potencial movilizador. Pero pueden llegar a debilitar el tejido local si se presentan como sustitutos de los saberes endógenos. Cuando la centralidad de los saberes exógenos al territorio está sobredimensionada, éstos pueden devenir en contraproducentes para movilizar a los actores locales

2.1.2 Organizacionales

Es decir, las formas establecidas de participación y acción colectiva. La existencia de antecedentes organizativos en un territorio (para otros tipos de iniciativas incluso, no necesariamente de DL) operan como facilitadores de emprendimientos locales. A veces esos antecedentes operan retrasando procesos si los vínculos entre actores son de tipo clientelar, pero por lo general son preferibles territorios con experiencias de articulación entre actores que sin ellas.

Los actores independientes (endógenos o exógenos) pueden aportar su poca sospechabilidad de estar "contaminados" políticamente para facilitar el encuentro de propósitos comunes y su materialización en proyectos viables. Estos actores, o el Estado en sus diversos niveles, cuando predomina en él una intención legítima, pueden reunir iniciativas sueltas y potenciarlas al vincularlas entre sí. Los procesos de DL pueden iniciarse o potenciarse si se identifica una necesidad sentida que no logra articularse como demanda organizada en el espacio público, y se la toma como punto de apoyo para impulsarlos. Ejemplo de ello son las iniciativas de incorporar nuevas perspectivas - como la de género -, o sectores sociales (cómo los jóvenes) que corrientemente tienen niveles bajos de participación en espacios colectivos, para que operen como innovadores en espacios de participación local agotados

(como pueden llegar a ser los presupuestos participativos).

2.1.3 *Relacionales*

Con ello queremos decir las formas de vínculo entre los diferentes actores, particularmente las relaciones de poder. Los facilitadores más destacados a este nivel están asociados a las formas de vincularse el Estado central o los municipios con sus ciudadanos y con sus formas organizativas. La existencia de voluntad política de impulsar experiencias permanentes de incidencia social en la política pública juega un rol preponderante en el impulso al DL. La planificación participativa con visión regional le da a esas experiencias una perspectiva global, que suele aportar el actor político de gobierno (superando las meras reivindicaciones sectoriales o localistas.) Ese aporte puede hacerlo en la medida que se piense a sí mismo como líder, lo que implica cumplir un rol algo más complejo que el de articulador solamente.

2.1.4 *Culturales*

O sea, la solidez de las prácticas sociales, devenidas en significados compartidos. En particular las prácticas democráticas en un país constituyen un fuerte pilar para sostener experiencias de descentralización, participación y desarrollo económico (empresarios populares, intercambio de experiencias, aprovechamiento de iniciativas sueltas, voluntad política). El manejo de las decisiones y de las voluntades en forma arbitraria, instaurado como pauta socialmente legitimada, opera como un serio obstáculo a cualquier experiencia participacionista. Por ello las políticas nacionales de fortalecimiento democrático constituyen un fuerte aliado de los procesos locales.

2.1.5 *Normativos*

Ello significa, los marcos jurídicos o reglamentos de funcionamiento aceptados, que operan como delimitador de las reglas de juego establecidas. Procesos de descentralización en marcha, institucionalización de espacios de concertación local, normativas que obliguen a los gobiernos a consultar a sus sociedades, pueden verse como facilitadores de DL. Sin embargo, no operan como tales por el mero hecho de su existencia. Para que sean factores realmente operativos, los actores deben verlos más como marco y como resultado de los procesos, que como una meta de los mismos. De lo contrario, tienden a convertirse en estructuras vacías o en domesticadores de la participación ciudadana. Por ello es positivo que existan iniciativas que no transcurran por los ámbitos oficiales y que no intenten cruzarse con ellos. Rehuir a la institucionalización puede constituir una estrategia eficiente para fortalecer incluso a la misma institucionalidad establecida.

2.1.6 *Económicos y financieros*

El conjunto de recursos y de riqueza generada activados en procesos de DL. La cercanía a fuentes estables de financiamiento, a mercados regionales sustentables y capacidad financiera de los agentes interventores para sostener los proyectos, facilitan aunque no garantizan el éxito en los procesos de DL. Más que dinero, lo que los mismos precisan son posibilidades de generar producción colocable extra localmente. Cuando fallan, o no existen canales de comercialización de los emprendimientos locales, devienen los bloqueos que debilitan todo el esfuerzo por generar estructuras organizativas multiactorales. La integración de los emprendimientos económicos a conglomerados que tienen como referencia la región o el país aportan mercados y know how inexistente localmente.

2.1.7 *Infraestructura*

Vale decir, las instalaciones y vías de comunicación y transporte que potencien el capital territorial. Sin caminos, puentes, vías y medios de comunicación el desarrollo local no puede salir de una "fase primitiva", lindante con el "folklorismo". Las políticas estatales nacionales y provinciales (o estadales) pueden ser facilitadores en la medida que enganchen con necesidades territoriales. De la misma manera, más a escala local, las obras en los municipios son condición necesaria para la mejora de la calidad de vida de sectores excluidos del acceso a servicios básicos, pero el "obrismo" no constituye de por sí desarrollo local. Asociar desarrollo a "más cosas en un territorio" es confundirlo con acumulación de riqueza. Pero la acumulación de riqueza se transforma en palanca de desarrollo si deviene en capital territorial, puesto en marcha junto a procesos participativos para generar política pública, excedente económico y fortalecimiento del capital social.

2.2 Los factores que dificultan el desarrollo local

2.2.1 *Organizativos*

Uno de los obstáculos principales al DL es la debilidad institucional de los Estados, particularmente a nivel municipal. Ello se expresa a tres niveles:

- A nivel macro, los Estados Centrales carecen normalmente de estrategias nacionales coherentes de desarrollo local. O si existen, están teñidas de sectorialismo y son materias intra-ministeriales.
- A nivel meso, cuando las políticas diseñadas centralmente se transfieren a los territorios a sus unidades ejecutivas, la débil conexión de las mismas con el tejido local hace poco fecundas las iniciativas de DL.
- A nivel micro, sea derivado de políticas municipales, provinciales o nacionales, la instrumentación de estrategias de desarrollo local tiene serias dificultades de producir sinergias entre los actores por las carencias de recursos humanos y de know how local.

Las debilidades organizativas se extienden por todo el tejido local y no quedan concentradas en el Estado. El desprendimiento de funciones estatales y su transferencia en los '90 a la sociedad civil no tuvo contrapartida en la generación de capacidades para hacer sostenibles proyectos a largo plazo y procesos sociales duraderos. Hecho éste potenciado por el actuar descoordinado de muchas organizaciones exógenas que "aterrizan" en una comarca, intervienen en sus procesos mientras tienen financiamiento y se retiran irresponsablemente cuando se les acaba. El desarrollo local así queda dejado a la sumatoria de proyectos, cuya articulación queda librada a la obra de una entidad metafísica o de una mano invisible.

2.2.2 *Cognitivos*

Con relación a los conocimientos pragmáticos puestos en práctica por los distintos actores en el territorio, existen obstáculos de diferente naturaleza. Por un lado, la brecha educativa existente en nuestras sociedades dificulta la adquisición de herramientas mínimas para conocer, interpretar y proyectar las acciones más allá de la cotidianidad por parte de muchos sectores sociales. Sin esa base, el trabajo de capacitación se vuelve aún más difícil, porque faltan ciertas habilidades cognitivas mínimas. En cuanto a saberes más sociales, constituye un obstáculo importante la debilidad de conocimientos frecuentemente percibida en las comunidades locales para el ejercicio de la cooperación. Prima el cortoplacismo, el individualismo y la rentabilidad inmediata de las acciones. Finalmente, ya en un nivel más pragmático, sea entre los actores sociales como los de gobierno, las capacitaciones para gestionar procesos de desarrollo, no suelen tener continuidad y están dominadas por la lógica del management, que se centra en lo administrativo más que en las competencias de tipo social. Es posible encontrar expertice en la formulación de políticas, pero en la etapa de implementación los resultados son disímiles, pues la gestión del conflicto, la negociación, no son los fuertes de la misma. Este aspecto se relaciona con las características de la formación

universitaria en nuestros países, fuertemente academicista y a veces prejuiciosa respecto a formar en competencias sociales.

2.2.3 *Relacionales*

Buena parte de las debilidades de los procesos de desarrollo local están asociadas a las consecuencias de la fragmentación social, el desempleo, la exclusión. Estos fenómenos impactan fortaleciendo el auto interés, la inmediatez de las demandas, el cortoplacismo, de actores sociales y políticos (que se ven urgidos de dar respuestas inmediatas a sus ciudadanos). En un contexto histórico-cultural de clientelismo y patrimonialismo, uno de los resultados de estos procesos es el reforzamiento de la dependencia del Estado, de las elites políticas o de los agentes sociales que ofician de intermediadores ante el municipio, el gobierno provincial o el Estado central. Aunque desde los ámbitos municipales o locales haya un esfuerzo por generar espacios de encuentro con la sociedad civil, la desconfianza hacia el sistema político que prevalece en América Latina impacta en el sentido opuesto.

Por otro lado, la institucionalización en esferas estatales de espacios de participación es un arma de doble filo: al tiempo que facilita su estabilización más allá de los avatares políticos, le pone un corsé a la participación y la hace discurrir dentro de la lógica del sistema político. Existe un tipo particular de conflicto de “baja intensidad” que algunas veces sube a la superficie, pero que dificulta que los municipios puedan devenir en líderes territoriales: la baja predisposición al cambio de las burocracias y de las tecnocracias, que suelen poner trabas a todo proceso que amenace su estabilidad. Corporativismo mediante, esta actitud encuentra en los sindicatos la forma organizativa bajo la cual presentar sus intereses particulares como legítimos.

Otra fuente de conflictos que puede ser identificada obstáculo para el desarrollo local, es el tipo de relacionamiento entre los actores políticos centrado en el boicot de las iniciativas del adversario. Ello hace casi imposible las políticas a largo plazo, pues cualquier propuesta de articulación multiactoral desde el gobierno local es sospechada de espureidad y atacada por la oposición.

En cuanto a los obstáculos generados en el relacionamiento entre los actores económicos y entre ellos y otros actores locales, se detectan trabas relacionadas con la viabilidad de los proyectos de desarrollo económico y con la dependencia creciente de conglomerados transnacionales a territoriales cuyos referentes de negociación trascienden al propio estado nación.

2.2.4 *Jurídicos*

En relación con las competencias y atribuciones de los estados y municipios la normativa per se no resuelve las carencias en los otros planos referidos anteriormente. Incluso algunas legislaciones nacionales, diciendo impulsar procesos de descentralización, han homogeneizado a los territorios por medio de una legislación que les impone plataformas parejas para gestionar la relación entre Estado y sociedad civil. También debe destacarse como obstáculo el anacronismo de muchas normas jurídicas reguladoras de las organizaciones de la sociedad civil y de la vida económica, que no se ajustan a los cambios en las formas de asociatividad producto de los procesos de globalización y de la propia desregulación de las relaciones entre los agentes económicos.

2.2.5 *Culturales*

A las prácticas prebendarias y al clientelismo, así como al centralismo como componente de hábitos de nuestras sociedades, debemos agregar el personalismo y el verticalismo con que los dirigentes locales, sean sociales o políticos, tienden a gestionar su liderazgo. La contra cara de ello es la falta de autonomía de las formas colectivas comunitarias y la escasa renovación de las elites locales, (sean elites empresariales, partidarias o barriales), que bloquean

la emergencia de agentes dinámicos (mujeres, jóvenes, etc.).

Los particularismos y el vivir al día también se suman a este mapeo de obstáculos culturales que configuran modos de actuación contrarios a una visión integral y territorial del desarrollo. Así, éste se percibe como resultado natural de intervenciones parciales; antes que proceso es una sumatoria de momentos.

2.2.6 Problemas de financiamiento

La fuerte dependencia de los gobiernos municipales con relación a las instancias de gobierno nacional, provincial o estadual impacta negativamente con mayor fuerza cuando, existe una fuerte contradicción entre las atribuciones que establecen las distintas normativas y los recursos financieros con que cuentan efectivamente los gobiernos municipales. Ejemplo de ello, es la Ley del Fondo de Desarrollo Económico y Social de El Salvador, que transfiere el 7% del presupuesto nacional para los Gobiernos Municipales, cuando éstos tienen que cumplir con 28 atribuciones que se les asignan. Allí es necesaria una redistribución de competencias entre ámbitos nacionales y locales en el marco de un proceso de descentralización del Estado, incluido su sistema tributario y fiscal, que esté guiada por la solidaridad territorial.

En relación con el sistema económico, los obstáculos se concentran en la carencia de inversiones, la competencia de la economía ilegal, la disparidad en el acceso a servicios, las condiciones actuales de las tendencias de la macroeconomía y la dificultad para integrar a conglomerados territoriales a emprendedores que están en el sector.

2.2.7 Déficit de Infraestructura

La debilidad de las políticas nacionales de desarrollo local impacta negativamente en la forma en que se definen a nivel de los Estados centrales las inversiones en infraestructura. En tanto esas inversiones trascienden las capacidades de los municipios urge construir una nueva lógica de relacionamiento local-nacional, que articule papeles diferentes a instancias locales y centrales de gobierno. Para reformular el papel local, se debe repensar al Estado central, ambos al mismo tiempo.

Pero las carencias de infraestructura no se reducen a las obras de tipo vial, de riego o canalización, o vinculadas a la economía regional. También son obstáculos al desarrollo las dificultades en el acceso a las tecnologías y al software necesario para una mejora de la gestión. En general, existe la tendencia, tanto en el ámbito de gobierno como de sociedad civil, a identificar los recursos para la realización de obras de infraestructura con un uso improvisado de los mismos y a la escasa planificación por parte de los equipos técnicos y políticos de los municipios.

3 Los actores de los procesos de desarrollo local

Como fue mencionado en el capítulo anterior hay que diferenciar participación de liderazgo. Los actores de los procesos de Desarrollo Local tienen grados variados de compromiso con los mismos. Ser agente de desarrollo pone al actor en capacidad para innovar e impulsar cambios en sus respectivas esferas de actuación. Como también fue señalado, liderar procesos implica articular iniciativas de los agentes locales con una visión integral y sistémica de los mismos.

Para comprender los factores que inciden en la generación de liderazgos debemos elaborar una tipología de líderes de procesos locales en que existe una apelación territorial. La utilización de esta expresión permite:

- identificar en una gama variada de experiencias las formas en que esa referencia es expresada discursivamente, aunque sus trasfondos semánticos seguramente no sean coincidentes.
- no forzar a priori una diferenciación doctrinaria entre procesos “falsos” y “verdaderos”

de DL, construida por un iluminado agente externo, sino recoger las representaciones que los actores se hacen de sus prácticas, para identificar obstáculos y facilitadores de la integralidad mencionada anteriormente.

En un ida y vuelta entre análisis empírico y elaboración conceptual hemos generados estos tipos ideales de liderazgos con “referencia territorial” que apelan en sus discursos a paradigmas de actuación referidos por ellos como relacionados al desarrollo local.

a. Los estrategas de la planeación

Estos actores suelen presentarse en el territorio desde la plataforma de las “planificaciones estratégicas”, pudiendo ser actores políticos, consultores, académicos. Logran reunir voluntades en procesos que presentan al territorio como el referente de actuación y califican a la planeación como el punto de arranque del desarrollo local. Según sea su naturaleza, su intervención suele estar marcada por los ciclos electorales, académicos o de la financiación externa. Son potentes en generar movilización en el corto plazo y débiles en la traducción de la misma en cambios efectivos en las condiciones de vida de la población.

b. Los portadores de políticas contra la pobreza

En buena medida reactiva a los primeros, pretenden generar impactos rápidos en mejoramiento de la calidad de vida de la población local, o de al menos algunos sectores. Logran reunir voluntades para impulsar acciones, pero el territorio resulta un mero receptáculo de decisiones tomadas en espacios a-territoriales. Pueden ser agentes estatales que siempre han sospechado de los liderazgos locales, o fundaciones nacionales o internacionales. El rasgo común es el asistencialismo de sus prácticas y el desconocimiento del territorio. Tienen como potencialidad el acceso a fuentes de financiamiento nacional e internacional, por la urgencia de atacar situaciones de pobreza y marginalidad derivadas de las políticas económicas de los '90, y como debilidad una visión centralista que constituye la principal amenaza a la sostenibilidad de los efectos de sus intervenciones.

c. Los líderes participacionistas

Son los convocadores por excelencia a la movilización de actores locales. Pueden hacerlo desde plataformas diferentes (el municipio, las ONG's, los partidos políticos, las fundaciones internacionales o las agencias de cooperación) y a través de apelaciones de la más variada naturaleza (el presupuesto participativo, el poder local, la autoayuda, el voluntariado o el cooperativismo). Su capacidad de reunir actores tras una meta inmediata puede ser su principal fortaleza, pero tienen serias dificultades para sostener los procesos y generar proyectos a largo plazo. Oscilan entre la apelación a la resistencia política, el sectorialismo cooperativo, la desconfianza de los actores de gobierno y el mutuo socorro.

d. Los potenciadores de cadenas de valor

Por lo general, son agentes económicos con iniciativa y empuje para liderar procesos novedosos. Suelen aportar lo que los anteriores no están en condiciones de generar, pero sus iniciativas tienden a ser sectoriales, pues encuentran sus interlocutores entre actores económicos parecidos a ellos. Su principal debilidad es congeniar lógicas con actores con otros tiempos y otros intereses.

e. Los aportantes de infraestructura

Gobiernos municipales, agencias estatales centrales, donantes extranjeros que entienden que la primera (y casi única) dimensión del desarrollo de un territorio es la generación de infraestructura, sea ésta de servicios o productiva. En este caso se espera que por derrame el territorio produzca bienestar entre sus habitantes. No necesariamente se oponen a la participación social, pero ven en el “tipo c” un liderazgo competidor, pues se lo representa como generador de demandas que pueden atender directamente, sin intermediarios. Aportan una visión pragmática muchas veces, pero no se proyectan más allá de ese nivel.

f. Los articuladores

Son los formados en las diferentes versiones del DL, que redefinen el vínculo con las sociedades locales a partir de sus aprendizajes académicos. Integran gobiernos locales, ONG's,

oficinas de los gobiernos centrales o instituciones educativas. Si tienen alguna capacidad de decisión y están legitimados socialmente, logran generar espacios multiactorales, pero su escaso poder político y económico hace que sus iniciativas se debiliten rápidamente. Se relacionan bien con el tipo "a" y con el "c", pero van perdiendo credibilidad en la medida que su liderazgo no se traduce en "hechos concretos". A veces mezclan sus roles de profesional y de político, pues deben responder a dos lógicas de actuación que tienen como destinatarios actores diferentes.

Estos tipos deben entenderse como categorías puras; frecuentemente en los actores concretos puede convivir la lógica de más de uno de ellos. Como tipos ideales tienen algún punto de contacto con la realidad empírica, pero no se identifican plenamente con ella; por tanto su utilidad es analítica. Cada uno representa una forma de relacionarse con el territorio que no son mutuamente excluyentes y que un agente de desarrollo local debería tener presente si pretende convocar a otros y liderar procesos sostenibles en el tiempo: la planificación, la participación, las políticas sociales de impacto inmediato, la generación de infraestructura, el reforzamiento de los niveles de relacionamiento y de confianza entre actores locales y la generación de riqueza.

Si cruzamos esta tipología con una distinción de los mismos en base a su rol en la estructura social desde sus potencialidades y limitaciones para liderar procesos de desarrollo local nos encontraríamos con el siguiente paisaje.

Estas son hipotéticas combinaciones de tipos de liderazgo y de actor, con impactos bien distintos en el territorio. No agotan todas las posibilidades pero puede servir para ordenar el mapa de factores y actores que inciden positivamente o negativamente en los procesos de DL en América Latina.

TIPO DE ACTOR								
POLÍTICO DE GOBIERNO		SOCIOTERRITORIAL		EXOGENO		ECONOMICO		
potencialidades	limitaciones	potencialidades	limitaciones	potencialidades	limitaciones	potencialidades	limitaciones	
Tipo a	la legitimidad que le otorga el voto democrático y popular para impulsar la planificación	La perentoriedad de los tiempos políticos	Conocimiento del territorio desde la perspectiva de actor	Debilidad capital social para ejecutar planificaciones	Conocimiento técnicos para trascender el aquí y ahora locales	Desconocimiento del territorio (o "aplicando la rabi olerá" planes idénticos con algún "aire local")	Iniciativa propia del ámbito empresarial	Dificultad para "esperar" a los otros
Tipo b	La ejecutividad para instrumentarla	El centralismo en el diseño e implementación	Cercanía a las necesidades	Dificultades para superar el nivel de autoayuda	Posibilidad de trascender los conflictos locales para identificar grupos objetivo	Asistencialismo y generación de dependencia	Concepción de la responsabilidad empresarial	Dificultad para ser más que "donador de cosas a los pobres"
Tipo c	La capacidad negociadora	La dificultad para canalizar demandas y conflictos de larga data	Facilidad para comunicar con los iguales	Tendencia al basismo	Capacidad de intermediación entre intereses	Los tiempos acotados de su intervención	Logística y know how para ovilizar	Incorporación de los otros como receptores de iniciativas
Tipo d	El acceso a recursos, contactos e información	La tendencia a la sectorialidad	Cercanía de los mercados	Dificultad para trascender fuera de los mercados locales	Acceso a recursos e información	Sectorialidad de la intervención	Acceso a mercados externos, know how	"desconexión del territorio"
Tipo e	El acceso a recursos y la cercanía a las demandas	El "cordón cunetismo" que busca el redito político inmediato	Facilidad para canalizar demandas locales	Imposibilidad de trascender la reivindicación barrial	Acceso a recursos externos al territorio	Desresponsabilización pos intervención por los impactos no buscados	Ejecutividad y recursos	Imagen de donador
Tipo f	Legitimidad para convocar	Pocos recursos humanos y materiales para traducir los consensos en hechos	Cercanía a los actores locales	Sospechabilidad de intereses particularistas	Know how localmente escaso	Dificultades para generar estructuras exógeno independientes	Iniciativa y responsabilidad empresarial	Avasallamiento de los tiempos de los otros actores

Si cruzamos los estilos de liderazgo con sus respectivas capacidades para facilitar procesos de desarrollo local o para obstruirlos con sus prácticas y nos concentramos en los extremos (allí donde impactan más positivamente o más negativamente a la sostenibilidad de los mismos) nos encontraremos con este panorama:

Tipo de líderes	Obstáculos							Facilitadores						
	Org.	Cog.	Rel.	Jur.	Inf.	Ecofin.	Cul.	Org.	Cog.	Rel.	Jur.	Inf.	Ecofin.	Cul.
A estrategias de la planeación					■				■					
B portadores de pol.pobreza			■										■	
C líderes participacionistas						■				■				
D potenciadores de cadenas valor			■										■	
E aportantes de infraestructura							■					■		
F articuladores	■									■				

- El tipo a) es bueno para aportar conocimientos extraterritoriales necesarios para el DL, pero su accionar tiene casi nulo impacto al nivel de la generación de infraestructura, al límite de ser visualizado como un obstaculizador de su concreción;
- El tipo b) facilita el desenvolvimiento de iniciativas de impacto inmediato por los recursos que suele volcar al territorio, pero debilita el tejido local con sus prácticas centralistas;
- El tipo c) es un buen articulador pero se transforma en un obstáculo muchas veces a la hora de atraer recursos económicos por su tendencia deliberacionista;
- El tipo d) favorece el desarrollo local por su capacidad de agregar valor a la economía territorial, pero puede afectar negativamente la confianza interactoral por la dificultad de armonizar sus tiempos y sus intereses con otros de naturaleza social o cultural;
- El tipo e) como su nombre lo indica, es un facilitador de recursos para infraestructura, pero sus prácticas son un gran obstáculo para el cambio cultural;
- El tipo f) es un buen generador de sinergias a corto plazo, pero sus débiles capacidades para concretar iniciativas los llevan muchas veces a debilitar organizativamente a los actores locales, al imponerles institucionalidades no necesarias o al ver éstos frustradas sus expectativas.

4 Conclusiones: algunas pocas pistas para fortalecer los procesos de desarrollo local

La experiencia en procesos de desarrollo local en los que CLAEH ha participado con mayor o menos grado de compromiso, y la investigación referida inicialmente nos permiten hablar de algunas líneas de intervención desde las que se puede impactar significativamente: descentralización, educación, fortalecimiento del capital social y participación.

a. descentralización

Sea por la falta de expertise de los gobiernos locales, por la ausencia de políticas nacionales al respecto o por las debilidades de procesos desarrollados en los últimos años, la descentralización sigue siendo tema de primer orden de la agenda latinoamericana. El centralismo culturalmente arraigado, junto a las prácticas patrimonialistas, hace que las iniciativas desconcentradoras de poder terminen en generación de institucionalidad normativa que no logra superar ni los obstáculos financieros, ni la carencia de capacidades de gestión al nivel de los gobiernos locales.

Cuando pensamos en qué actores deberíamos fortalecer para potenciar la descentralización, se hace necesario operar en tres direcciones: los gobiernos locales (tanto en sus capacidades de gestión como en la fortaleza de sus instituciones); los estados centrales, sin el concurso de los cuales no pueden diseñarse estrategias nacionales de desarrollo local; y la sociedad civil, cuyas organizaciones se caracterizan por la renuencia a la integración en estrategias planificadas de actuación a nivel local y por la baja capacidad de incidencia sobre las políticas públicas.

En relación con este último tipo de actor, las estrategias de fortalecimiento de los procesos de DL deben apuntar a generar cambios actitudinales (reconocimiento del propio espacio, valor y poder de cambio); procedimentales (apropiación de pasos concretos y eficaces de actuación para incidir en el cambio deseado) y de conocimientos (conceptos y relaciones de causalidad,

entre teoría y práctica, y teorías que posibilitan interpretar la realidad y construir los sentidos).

La forma de relacionamiento entre estos tres tipos de actores en el plano local y nacional marca el tipo de descentralización en el cual estemos pensando: una que pone particular énfasis a la apropiación por las sociedades locales de competencias para auto producirse y de recursos para hacerlo posible y otra más vinculada a la construcción de poder adentro y entre los niveles estatales que enfatiza la transferencia de recursos y potestades a instancias subnacionales. Son dos formas no contradictorias de pensar la descentralización, pero sí diferentes. En cualquier de ellas deben incluirse, de alguna manera la diversidad de actores presentes en el territorio, incluyendo gobiernos locales y sociedad civil.

Ello significa sostener formas de participación ciudadana e incidencia en las políticas públicas, como medio para la inclusión social. Las mismas parecen ser condiciones necesarias para articular la descentralización con proyectos territoriales y sistemas sociales. Incluso la participación ciudadana puede operar de despertador del actor político de gobierno, tradicionalmente ensimismado, auto referente y poco proclive a compartir poder.

b. educación

Con este significante en realidad se engloban una multiplicidad de significados que podrían encontrar su rasgo común en la expresión de “formación para la vida”. El fortalecimiento de los sistemas educativos, formales y no formales, no es una cuestión asociada a la tradicional demanda de mayores recursos financieros para extender los servicios. Cuando se piensa en DL, se está pensando en expandir la educación en número de personas, en tiempo vital y en transformarla, para que su lógica de reproducción auto referida e iluminista deje lugar a expresiones mucho más vinculadas a las necesidades de los territorios, que potencien las capacidades de acción de las colectividades locales en el desarrollo social, económico y cultural a través de la formación para la vida y del desenvolvimiento de novedosas formas de participación social.

Los actores a potenciar acá son múltiples, pero más que “capacitarlos” de los que se trata es de generar agentes de desarrollo local en todos aquellos ámbitos donde existan procesos de generación y reformulación de aprendizajes, sea en el ámbito formal como en el no formal. Además urge transformar a los sistemas educativos institucionalizados en sistemas abiertos que perciban que en el desarrollo del territorio se juega su propia existencia, y que sean productores de conocimiento y no solo reproductores de saberes generados por otros y apropiados tardíamente.

c. capital social

Las estrategias de fortalecimiento de la educación, de las sinergias entre actores sociales y económicos y de la descentralización política se potencian si producen mejoras sustantivas en las habilidades sociales para “actuar juntos”. El asociativismo local es uno de los componentes necesarios, aunque no suficiente, para generar gobernanza local. Por ello cada uno de los três temas anteriores debe ser pensado en relación con el otro, para que la participación no devenga en demandas de ciudadanos atomizados, sino en ciudadanía, en acción colectiva.

Es relevante rescatar para ello la idea de la ciudadanía como un espacio de disputa de sentido. Ello significa que su representación como proceso de descubrimiento y construcción de derechos, compite con visiones del mismo en tanto acceso al consumo, como ejercicio de facultades jurídicas o de desarrollo de las potencialidades individuales. Sin embargo, cuando pensamos la ciudadanía desde la perspectiva de la acción colectiva, su desarrollo demanda hoy de visiones integrales que asocien la con la educación, la organización, la identificación de necesidades y las reformas institucionales.

El fortalecimiento de la ciudadanía está asociado por ende a la generación de institucionalidad (en el sentido de nuevas formas de ser, actuar y pensar), al diálogo intercultural, a la construcción de sujetos colectivos, al estímulo a espacios de encuentro, a la potenciación de los vínculos entre lo local y lo nacional y a la reintroducción de lo político.

d. desarrollo económico local:

Bajo este rótulo incorporamos una serie de preocupaciones recurrentes en expertos y agentes de desarrollo local, que plantean la necesidad de dar sustento a la participación, fortaleciendo la capacidad del sistema local de generar excedente económico.

En ese sentido, una de las líneas de trabajo de mayor impacto es el fortalecimiento de las capacidades existentes de las experiencias de producción en pequeña escala (mypes, cooperativas) que tienen serias dificultades para ampliar su mercado, como en incorporar a los empresarios y a las inversiones de origen exógeno a la lógica del desarrollo territorial. En parte derivado de la fortaleza y de la autosuficiencia de estos agentes para auto producirse al margen de las preocupaciones de los actores locales; y en otra medida, de la reticencia de los primeros a incorporar la lógica empresarial al sistema social.

Estas líneas de intervención tienen fuerte capacidad para enganchar procesos y de alguna medida todas las demás variables quedan asociadas a factores a ellas asociados: construcción de poder, acción colectiva organizada, cambio cultural y generación de riqueza, componentes centrales de cualquier proceso social integral. Desde estos cuatro “temas de conversación” tenemos plataformas amplias para potenciar nuestros impactos como agentes de desarrollo local y por ende de cambio social, en los próximos años.

Notas

¹ Este ciclo se realizó entre marzo de 2005 y febrero de 2006 y uno de sus componentes fue un mapeo de limitaciones y potencialidades del desarrollo local en 13 países latinoamericanos, para el cual se llevaron a cabo más de 60 entrevistas a expertos y actores del desarrollo local. El trabajo fue coordinado por CLAEH, con participación de organizaciones que integran la Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (ALOP) y contó con financiación de la Agencia Holandesa de Cooperación (NOVIB).

² Las iniciativas de cambio económico pueden ser impulsoras de procesos de DL, en la medida en que su aspecto más desintegrador sea neutralizado. Los complejos sistemas sociales actuales se caracterizan por contener la paradoja como rasgo constituyente. Así, el proceso de globalización (con todas sus facetas) que a primera vista, genera tendencias homogeneizadoras, también da lugar a reacciones de tipo inverso y a nuevos procesos en que la dimensión local y el rescate de la especificidad cultural ocupan un lugar central.

Referencias

- APPADURAI, Arjun. *La modernidad desbordada*. Dimensiones culturales de la globalización. Montevideo: Trilce-FCE, 2001.
- AROCENA, José. *El Desarrollo Local: un desafío contemporáneo*. Montevideo: CLAEH-Nueva Sociedad, 1995.
- BECK, Ulrich. *¿Qué es la globalización?*. Barcelona: Paidós, 2000.
- BERVEJILLO, Federico. *La reinvencción del territorio*. En *Desarrollo Local en la Globalización*. Montevideo: CLAEH, 1999.
- ENRÍQUEZ, Alberto y GALLICCHIO, Enrique. *Gobernanza y desarrollo local*. Documento pre-sentado en la Escuela de Verano MOST-UNESCO. Organizada por el Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH) en Punta del Este (Uruguay). Octubre, 2003. Disponible en: <http://www.claeh.org.uy/archivos/Documento_MOST_Gobernanza_Enriquez_Gallichchio.pdf>.
- FINOT, Iván. *Descentralización en América Latina: teoría y práctica*. Santiago de Chile. Serie Gestión Pública de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) - Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES). Mayo, 2001. Disponible en: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/Ilpes/1/LCL1521P/lcl1521e.pdf>>.
- GALLICCHIO, Enrique. El desarrollo local, sus retos y desafíos. Sistematización de experiencias de desarrollo local en Chile y Uruguay. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE “DESCENTRALIZACIÓN, DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL Y PARTICIPACIÓN”, 17 al 20 de junio de 2002, Arequipa. *Anais...* Perú, 2002.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Globalizarnos o defender la identidad. ¿Cómo salir de esta opción?. *Revista Nueva Sociedad*, n.163, Caracas, Septiembre-octubre, 2000.
- GALLICCHIO, Enrique y CAMEJO, Alejandra. *Desarrollo local y descentralización en América Latina*. Montevideo: CLAEH - DIBA, 2005.
- MASSOLO, Alejandra. *Participación de las mujeres en los gobiernos locales de América Latina*. Instituto Nacional de las Mujeres. México, 2003. Disponible en: <<http://www.rimisp.org/boletines/bol52/doc3.zip>>.
- QUINTERO LÓPEZ, Rafael. *El asociativismo municipal en América Latina*. Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipalidades y Asociaciones (FLACMA) (2005). <http://www.rimisp.org/boletines/bol52/doc1.zip>.

Civil Society and Local Development

Henry Veltmeyer*

Introduction

The idea of *civil society* has achieved prominence in political and development discourse over the past two decades, particularly in connection with successive waves of democratization, beginning in Latin America and Eastern Europe, and spreading across the developing world. In normative terms, civil society has been widely seen as a crucial agent for limiting authoritarian government, empowering a popular movement, reducing the socially atomizing and unsettling effects of market forces, enforcing political accountability, and improving the quality and inclusiveness of *governance*, a term that denotes a particular set of interactions between civil society and governments¹.

Reconsideration of the limits of government intervention in economic affairs, and a related neoconservative attack on the welfare-and developmental-*state*, have also led to an increased awareness of the potential role of civic organisations in the provision of public goods and social services, either separately or in some kind of 'synergistic' relationship with state institutions. Indeed it is possible to view the turn towards civil society in the provision of hitherto public goods and services as a form of *privatization*: turning over the economy to the 'private sector' (profit-oriented or capitalist enterprises) and responsibility for economic and political development to 'civil society' (an amalgam of social organisations found between the family and the state)².

Recourse to the notion of civil society, and the construction of a civil society *discourse*, take different forms. In fact there are three different traditions in the use of the term, each associated with a particular conception of civil society (in regard to which organisations are included and excluded), a particular analytical use and a particular *ideology*.

One of these traditions can be labelled *liberal*³, associated with a mainstream form of political science and economics in which the spheres of politics and economics are treated as analytically distinct systems, is fundamentally concerned with and focuses on what we might term 'political development' - establishing a participatory form of politics and 'good' i.e. 'democratic' governance. Here civil society is conceived of in essentially political terms, rooted in the Anglo-American tradition of liberal-democratic theory that identifies civic institutions and political activity as an essential component of political society based on the principles of citizenship, rights, democratic representation and the rule of law. On the ideological spectrum (left, centre, right) liberals see civil society as a countervailing force against an unresponsive, corrupt state and exploitative corporations that disregard environmental issues and human rights abuses (KAMAT, 2003).

The second tradition, rooted in a more sociological view of the state-society relation and the ideas of *Antonio Gramsci*, is similarly concerned with the form of politics but sees civil society as a repository of diverse forms of popular resistance to government policies, and the basis of a 'counter-hegemonic' bloc of social forces engaged in a process of contesting state and other forms of class power. It is based on what might be termed a radical ideology—a shared belief in the need for radical change, civil society is seen as a repository of the forces of resistance and opposition, forces that can be mobilized into a counter-hegemonic bloc (MORTON, 2004).

The third tradition is associated with the project of international cooperation for development; In this tradition civil society is viewed as an array of social organisations representing 'stakeholders' in a process of economic development, a strategic partner in the

* St. Mary's University - Canadá.

war against global poverty waged by the World Bank and other international development associations and agencies. In this context, civil society is viewed as an agency for bringing about a *participatory* and *empowering* form of *development*—an organisational means of transforming the new *development paradigm* into practice. Proponents of this conception of civil society generally share a liberal ideology in terms seeing in civil society the beneficial effects of globalization for the development of democracy and economic progress (CHAN, 2001). Conservatives in this context tend to view NGOs as ‘false saviours of international development’ (KAMAT, 2003).

The purpose of this paper is to deconstruct elements of this civil society discourse, disclosing the associated or underlying dynamics. The point is that each form of civil society discourse can be understood, and analysed, at the level of theory, ideology and politics. To deconstruct civil society discourse in these terms we will, first of all, review the origins and contemporary uses of the concept ‘civil society’. We then turn towards the development dynamics associated with the contemporary discourse on civil society.

This discourse is of two types, one associated with the dynamics of political development and the search for forms of ‘democratic governance’, the other with the dynamics of economic and social development—the search for alternative forms of development based on a new paradigm that are initiated from below and within civil society’, that is socially inclusive, equitable, participatory and empowering. The chapter ends with a brief review of the role of different types of civil society organisations in the development process. The central focus of this review is on nongovernmental organisations and social movements, elements of civil society conceptualised as agencies of antiglobalization—repositories of the forces of opposition and resistance against the system of global capitalism in its dominant neoliberal form.

Civil Society: The itinerary of a concept

Definitions of ‘civil society’ are bewilderingly diverse, rooted in alternative social and political philosophies that are hard to reconcile. However, for our purpose it is advisable to come to some general agreement about what is meant by it, what it means in the particular discourse in which it might be embedded.

One definition is that of an intermediate realm situated between state and household, populated by organized groups or associations which are separate from the state, enjoy some autonomy in relations with the state, and are formed voluntarily by members of society to protect or extend their interests, values or identities⁴.

This definition excludes most highly informal associations of the personal network kind, as well as families or households—since these operate in the private sphere. Civil society, by contrast, operates in the public, albeit non-state, sphere. But some kinship organisations above the level of the nuclear or extended family (such as lineages and clans) in some contexts may constitute elements of civil society, and should be analyzed as such. The definition also generally excludes profit-oriented or capitalist corporations, although several comments are in order here. Certain types of firms, such as the media and non-profit enterprises, are often important elements of civil society. And where corporations and their CEOs combine in the form of business associations, these are normally regarded as a part of civil society.

More generally, civil society includes all manner of social organisations found between the household and the state, an apparatus composed of a complex of institutions such as governments, the judiciary, the legislature, the armed forces and any other institution used to project the power to determine who gets what in society (‘the authoritative allocation of society’s productive resources’). Thus, the United Nations Development Programme (UNDP), the World Bank and other such agencies of international development adopted the term ‘civil society’ in its discourse precisely because it was so inclusive, including within its scope the ‘private sector’ (basically capitalist or multinational corporations governed by the logic of capital accumulation or profit-making). The incorporation of the ‘private sector’ into the development process was a fundamental aim of the UNDP, the World Bank, the International

Monetary Fund and other such/international financial institutions' that dominate the development process and lead the fight against world poverty (MITLIN, 1998)⁵.

It could be argued that clandestine organisations or paramilitary organisations such as... in Colombia should be excluded because they do not operate in full public view. However, given that (i) in some contexts (for example, Colombia) they are important in state-society relations; (ii) clandestine groups can be transformed into associations that operate in the open; (iii) that some of them are forced to operate clandestinely by government bans; and (iv) in some discourses they are alluded to if not defined, they should probably be included.

Political parties present some conceptual difficulty. They are sometimes seen, at least in the 'liberal' tradition, as part of civil society. But there are several problems here. First, parties usually serve as bridges between civil society and government. They straddle the division between the two in ways that may undermine their loyalty and responsiveness to civil society. And since they often exercise state power and act on the imperatives of government, many of them are not strictly speaking representative of civil society. They can also be part of or become involved in government efforts to control, repress, intimidate, marginalize, or co-opt civil society in ways that damage it. Second, some parties are so entirely the creations (and/or the creators) of governments or states (or they are so dependent upon governments) that they scarcely qualify as elements or representatives of civil society.

Finally, civil society or *nongovernmental organisations* (NGOs) are generally issue-oriented in their actions rather than class-based, raising questions about whether or not to include social movements. *Social movements* are generally concerned with disputing state Power—with bringing about a change in government policies or, like political parties, in governments themselves (albeit in a different way—mobilizing the forces of opposition and resistance rather than participating in elections). In contrast to social movements (see discussion below), civil society in the form of NGOs (or in the voluntary sector) are generally concerned with more specific interest groups and issues such as the environment, the discrimination or empowerment of women, human rights, development education, disaster or other forms of relief or emergency aid, or poverty alleviation. Some analysts see in NGOs a very different form of organisation from classbased organisations such as social movements whose *raison d'être* and objectives are much moiré 'diffuse'—not issue-oriented as much as concerned to bring about a change in government policy or in the class system behind it.

The type of organisation encompassed by the term 'civil society' is not the only issue. Social organisations generally take four fundamental forms: (i) *associations* or *associational* (sharing an organisational objective); (ii) *communities* or *community-based* (held together by social bonds and a culture of solidarity, a shared sense of belonging); (iii) *class-based organisations* (defined by a pursuit of class interest or political power); and (iv) *networks* (informal or formal, social relations horizontal in form). For convenience, civil society analysis normally or often focuses on the first two types, treating the third as 'economic' (for example, multinational corporate forms of capitalist enterprise) or 'political' (for example, political parties) rather than 'social' forms of organisation. As for social networks they can lead to or be combined with both associational or community-type social relationships among the units, but what characterises them is horizontality and, in a community context, opportunities for building 'social capital' based on shared norms of reciprocity and a culture of solidarity. In this typological context, social organisations can be numerous and diverse, with overlapping memberships, referring to one of four ways of achieving shared purposes and common objectives.

The size and strength of 'civil society' in this organisational context is normally measured in terms of the number of 'active' formally constituted social organisations, the density of the resulting social fabric, and the networks that bring people together to act collectively to achieve or in pursuit of their shared goals and common objectives. A major factor here is the degree to which people rely on governments or the state, as opposed to their own social organisations and networks, to achieve these goals and objectives. Thus, from the 1950s to the 1950s, with the growth of the welfare and development state (in which governments assumed primary

responsibility for both welfare and development) many societies increased their reliance on the government, with a corresponding weakening or aborted development of 'civil society'. In the 1980s, in a new context defined by the insertion of many countries into the system of global capitalism, there was a general retreat of the state, resulting in a corresponding growth and strengthening of civil society in societies that participated in this process⁶.

The emergence, strengthening and role of civil society organisations in this new context—and of course the process has been variable, advancing in some places more than others—is discussed below.

Civil society in historic and the current context: Setting the Stage

Social change can be analysed in terms of three dynamic factors; *agency* (the strategies pursued and actions taken by diverse organisations and individuals), *structure* (the institutionalized practices that shape or limit action) and *context* (the specific 'situation' or historic conjuncture of objectively given and subjectively experienced 'conditions' of social or political action). In regard to the emergence, growth and strengthening of civil society in the 1980s there are at least five contextual elements. Each of these elements takes the form of a variable but persistent trend, which can be analysed in terms of three critical dimensions: (i) the actions or policies that provide the driving forces of the social change process; (ii) the social, economic and political impacts of these actions and policies; and (iii) the strategic and political responses to these impacts by different social groups and classes, according to their location in the social structure and the broader system of global capitalism.

- *Globalization*⁷: The process of globalization—the integration of countries across the world into a new world order in which the forces of economic and political 'freedom' (free trade, the market, the private sector, democracy, etc. are able and allowed to flourish—has had an ambiguous impact on civil society organisations. On the one hand, like other domestic agencies such as the state and private business, the invasive pressures of global markets often compromise their autonomy or sovereignty. On the other hand, globalization—particularly in terms of freer flows of information and communication across national boundaries—has fostered the spread of 'transnational communities' and an incipient *global civil society* (see discussion below).
- *Democratization/political liberalization*: The spread of democratization in recent years has changed the political and institutional environment in which civil society organisations operate. In some cases civil society has been the locus of active opposition to authoritarian governments, providing a breeding ground for alternative, participatory or 'democratic' forms of political organisation—and governance. In other cases civil society is marginalized or weakened through state repression or withdrawal from active engagement in politics. Civil society in this context may constitute the locus in which civic values and norms of democratic engagement are nurtured, although greater political freedom can be exploited by self-interested groups to advance narrow, self-interested agendas that can so exacerbate political conflict as to undermine 'good', that is, 'democratic' governance.
- *Reform of political structures/political liberalization*: Democratization has often entailed the reform of existing political structures (democratizing the relation between the state and society) or the creation of new, more democratic structures. This can involve constitutional redesign, the devolution of power to local governments (*decentralization*), and formal arrangements to widen public access to policy-making and/or ensuring greater accountability and transparency. These political developments can provide space for civil society organisations to engage in new activities, strengthen their interaction with politicians and public officials, and involve larger number of people in active politics and government affairs.
- *Institutional rebalancing in the interest of 'good governance'*: Challenges to the fiscal capacity of states⁸, and doubts about their institutional efficacy and political character, have led to efforts to 'rebalance' systems of social welfare provision in favour of the market (the 'private

sector') and civil society organisations. This has sometimes meant that civic organisations have taken on responsibilities for providing social goods and public services to their own constituencies and wider communities, requiring a rethink of their organisational structures, financial base and relations with government. More generally it has meant a reduced role of governments in maintaining political order and an enlarged role of civil society in this regard⁹.

- *Privatization*¹⁰: The rapid economic growth experienced by many developing countries in the 1950s, the 1960s and 1970s in large measure was fuelled by growth of the public sector and a policy of nationalization—taking over from the 'private sector' (the multinational corporations, that is), and buying out firms, in the strategic sectors of the economy (oil production, for example). In the 1980s this policy was reversed in a new policy of privatization: turning over state enterprises to private enterprise under the guise of a presumed 'efficiency'. This new policy allowed capitalist corporations—often multinational in form and foreign-owned—to acquire these enterprises at bargain-basement prices, often greatly enriching their new owners¹¹.
- *Decentralization*¹²: Until 1980 or so political scientists (and economists, for that matter) in both liberal and conservative traditions generally subscribed to the notion that democracy was not necessarily conducive to economic development—that authoritarian regimes provided a better agency. In the 1980s, however, there was a sea-change in this idea, leading to the contrary notion that economic liberalisation would lead to political liberalisation or vice versa. This idea, together with the ideology of a minimalist state, led to widespread calls for 'democracy' and 'good governance' in the form of a more participatory form of politics and development. To establish the required institutional framework for these developments (and, at the same time, to reduce fiscal pressures on governments) the World Bank, on the basis of lessons drawn from Chile, argued the need for a policy of administrative decentralization, with a partnership approach to both local governments and civil society (BLAIR, 1995; RONDINELLI, McCULLOUGH and JOHNSON, 1989), UNDP, 1996; WORLD BANK, 1994).
- *Economic liberalization*: The major improvement in socioeconomic conditions characteristic of the 1950s and 1960s was based on the active agency of governments in redistributing for the common benefit market-generated wealth and incomes. In the developing countries of the global south, it was also based on protectionism, a policy designed to protect the fledgling industry from the forces of the world market, to give domestic companies a chance to grow by placing restrictions on foreign investment and the operations of the multinational corporations in their countries. Under the 'new economic model' of free-market capitalism and neoliberal globalization this policy was reversed.

Economic liberalization has had a number of contradictory consequences for civil society. In some contexts it weakened predatory state structures and limit the scope for 'rent-seeking behaviour'¹³ by political and bureaucratic elites. It is clear that some groups are better placed than others to exploit the opportunities created by liberalization for advancing their own economic agendas, and organisations representing their interests can wield considerable influence over decision-making. The removal of price controls and other restrictions on economic activity are often accompanied by the growth of the informal economy, and the emergence of a dense network of groups and associations geared toward the advancement of collective economic interests. The removal of safety-nets and reduction in government welfare spending gives rise to a proliferation of self-help groups and development associations whose mandate is to provide relief and services to people marginalized or impoverished by market reforms.

- *Deregulation*. State-led development is predicated on government regulation of private economic activity and markets in the public interest. However, from the perspective of firms concerned with maximising their profit-making opportunities this policy is viewed as an intolerable attack on freedom that inevitably results in 'inefficiency' and a distortion of market forces which, if unhindered, produces an optimal distribution of society's productive resources and incomes. In the 1980s, the perceived 'failure' of the state in the

form of a widespread fiscal crisis (an inability to finance from government revenues costly social and development programs) created political conditions for a reversal of this regulatory approach and the implementation of a deregulation policy.

The economic and political dynamics of development and civil society

Development is understood as a combination of improvements in the quality of people's lives—marked by a reduction or alleviation of poverty, an increased capacity to meet the basic needs of society's members and the sustainability of livelihoods and the empowerment—and the changes in institutionalised practices or 'structures' needed to bring about these improvements, the idea of development can be traced back to an 18th century project based on the idea of progress—of the possibility of and necessity for a better form of society characterised by freedom from tyranny, superstition and poverty, and social equality. However, it was reinvented, as it were, in 1948, in the context of [i] a post war world order based on the IMF, the World Bank and GATT, a free trade negotiating forum; [ii] an emerging east-west conflict and cold war; and [iii] a national independence struggle by countries seeking to escape the yoke of European colonialism... and imperial power—Pax Britannica in the pre-war and Pax Americana in the new post war context.

In this context, international cooperation for development—foreign aid in the official parlance—nation-building and capitalist industrialization and modernisation was designed as a means of ensuring that those countries emerging from colonialism would not fall prey to the lure of communism. The active agent of this process was the state in the form of policies and programs designed to (i) increase the rate of savings and productive investment [capital accumulation] [ii] invest these savings in new technology and industrial expansion] modernisation and industrialization] [iii] the social redistribution of some market-generated incomes, by means of progressive taxation, to social and development programs; and [iv] [technical and financial assistance to emerging developing countries in the south.

From 1948, at the outset of his development process signalled by Harry Truman's 4-Point Program (of development assistance), to the early 1970s, when the world capitalist system ran out of steam and entered a period of prolonged crisis, these policies and this state-led form of development generated an unprecedented period of economic growth and societal transformation [industrialization and modernisation]. Growth rates in this period, fuelled by rising wages and a rapid growth of the domestic market as well as international trade, exceeded by a factor of two the economic growth rates of previous decades, resulting in an incremental but steady improvement in the physical quality of life and the social conditions of health, education and welfare. Historians have dubbed these advances as the 'golden age of capitalism' (MARGLIN and SCHOR, 1990).

In 1973, at the height of an apparent crisis of overproduction, characterised by cutthroat competition, saturated markets and stagnation, inflation, sluggish productivity and falling profits, the capitalist class in the rich countries in the OECD, the CEOs of its enterprises, and governments in their employ or service, abandoned the system that had served them so well. Or, to be more precise, they sought to renovate this system, to resolve the crisis of capitalist production by (i) changing the relationship of capital to labour, advancing the former and weakening the latter¹⁴; (ii) the incorporation of new production technologies and a new regime of accumulation and labour regulation [postfordism]; the relocation overseas of labour-intensive lines of industrial production, creating hereby, unwittingly it might be added, a new international division of labour; and, above all [iv] a process of structural adjustment in macroeconomic policy and globalization, generating in the process, intentionally, a 'new world order' The policies that facilitated this process generated epoch-defining changes, a seismic shift in international relations—a new world order in which the forces of freedom and democracy can prevail.

By the end of the 1980s, most countries had been brought into line with the 'new world order' of neoliberal globalization and free market capitalism. In the 1970s, in the first phase

of neoliberal experiments the implementing agency was a series of military regimes in the southern cone of south America—in Chile, Argentina and Uruguay (Veltmeyer and Petras, 1997, 2000). When these experiments with neoliberal policies crashed and burned in the early 1980s, a new crop of liberal democratic regimes, forced into line by the realities of a regionwide debt crisis of historic proportions, initiated a second round of neoliberal policy reforms. They did so with the assistance of an emerging civil society in the so-called third sector of non-profit, voluntary associations and nongovernmental organisations. These organisations, formed in response to a generalised retreat of many governments from their erstwhile primary responsibility for economic development and social welfare, were enlisted by International Financial Institutions (IFIs) such as the World Bank and the international community of development associations and aid donors to mediate with the poor, to assist them in their self-development efforts in return for an acceptance of their policy advice (CARROLL, 1992).

The scholarly literature on these issues is divided. Some see the development NGOs as 'saviours', rescuing the capitalism system from itself (CARROTHERS, 1999; HAYDEN 2002; KAMAT, 2003). These authors emphasise the role of NGOs not so much in delivering economic assistance (micro-development projects or poverty alleviation funds) but in democracy promotion, which, Ottaway (2003: vi) notes, is a 'new activity in which the aid agencies and NGOs [originally] embarked [upon] with some trepidation and misgivings' but that in the early 1990s '[came] of age.' Others, however, see them as stalking horses for global capitalism and neoliberalism, Trojan horses to facilitate the entry of foreign investment and the domestic operations of multinational corporations—and, in the process, to help them realise the imperial dream of some for world domination (PETRAS and VELTMEYER, 2001, 2005, 2007).

NGOs: catalysts of development, saviours or agents of outside interests?

The major expression of civil society in the 1980s was the 'voluntary private association' or 'nongovernmental organisation', formed in what at the time was defined as the 'third sector' (vs. the 'private sector', composed of profit-making economic enterprises, and the 'public sector', referring here to organisations and enterprises set up by the government).

At the beginning of the decade there were relatively few such organisations, most of them organised as voluntary associations to provide poverty relief or to assist communities in their adaptation to the forces of change. By the end of the decade, however, these nongovernmental third sector organisations had mushroomed, responding as they did to the vacuum left by the retreating, assuming responsibilities hitherto given to governments. It is estimated that by 1990s there were literally tens of thousands of developmental NGOs, organised to assist poor communities in the quest for selfdevelopment, as well as NGOs formed in the struggle against the violation of human rights, environmental protection and other such issues of concern to the urban middle class. Political sociologists, armed with a postmodern political imagination, saw this development as the emergence of 'new social movements', concerned with an array of diverse issues (ESCOBAR and ALVAREZ, 1992) rather than state power and transformative social change. Traditional social movements by contrast were viewed as class-based and concerned with transformative social change.

NGOs were enlisted by the international financial institutions such as the World Bank and the governmental and intergovernmental organisation as strategic partners in the war against poverty, to act as intermediaries between the providers of financial and technical assistance and the poor communities ravaged by the forces of modernization and change, and abandoned by their governments (at the behest of these 'overseas development associations'). 'Development' here was conceived within the optics of a new paradigm that valorised 'popular participation' and grassroots self-development that is initiated 'from below'—from within civil society.

To create an appropriate institutional framework for such an 'alternative' form of development, the IFIs and the development associations engaged in 'international cooperation' promoted a policy of administrative decentralization, which in short order was incorporated

into the NEM, together with the structural reforms mandated by this model as the cost of admission into the new world order: privatization of public enterprises, financial and trade liberalization, deregulation of markets and private economic activity, and democratization—of both the state-civil society relation and the political regime, replacing authoritarian rule with liberal democracy and the rule of law.

The NGOs in this context were recruited not only to mediate between the aid donors and the poor communities but to carry into the localities and communities of the poor the gospel of capitalism and democracy, the virtues of private enterprise and reform. By the end of the decade and into the 1990s, the marriage between economic and political liberalization had been consummated in many countries with the NGOs acting as midwife. In the process the NGOs helped dampen the fires of revolutionary ferment among the rural poor, who were encouraged to turn away from the confrontational politics of class-based organisations and the anti-systemic social movements.

There are at least two fundamental theoretical perspectives on these NGOs in this development context. One group of scholars view them essentially as saviours, catalysts of a grassroots virtuous form of development that is initiated from within civil society, and is participatory, empowering of women and the poor, equitable and socially inclusive, human in form and scale, and sustainable in terms of both the environment and livelihoods.

Other scholars, however, take a less sanguine and very different view of these development NGOs, viewing many of them not as catalysts of development but as the stalking horse of neoliberal globalization, a Trojan Horse for global capitalism—the paid, if often unwitting, agents of US imperialism (WALLACE, 2003). Proponents of this view argue in effect that NGOs do not serve the interests of the rural poor as much as the interests of their masters, the new ‘rulers of the world’, a *transnational capitalist class* composed of corporate CEOs, financiers and major investors—and the guardians of the new world order and its billionaire beneficiaries.

The argument of these scholars is that NGOs are enlisted as front-line soldiers in the war on poverty, in the localities and communities of the poor, to provide what assistance (poverty alleviation funds) might be available and, in the process, instill respect for the virtues of capitalism and democracy. The war on poverty, it is argued, is simply a charade to mask the real agenda: to create a world safe for capital—to facilitate the entry of foreign investment and the multinational corporations. The implicit mandate of these NGO, it is also argued, is to help turn the rural poor away from joining the social movements and a confrontational politics of direct action against government policy; to seek change and improvements in their lives not by challenging the structure of economic and political power but rather to turn inwards—to change not the system but themselves (empowering them to act on their own behalf); to seek improvements and change in the local spaces of the power structure rather than challenging this power. That is, NGOs are seen as unwitting agents of outside forces and interests, helping to depoliticise the poor in their struggle for change.

The emergence of a global civil society: The political dynamics of antiglobalization

“Globalization policies have... increased inequality between and within nations” (IFG website).

“Globalization raises incomes, and the poor participate fully” (*The Economist*).

“It is evident that globalization produces a few winners and makes most of us losers” (PETER MARTIN, former Prime Minister Canada).

“Globalisation is not politically, environmentally or morally sustainable. It is civilizationally unacceptable” (KARI LEVITT, CASID Address, 2001).

The measures associated with neoliberal policies in the 1990s led to a dramatic increase in social inequalities—disparities in the global and intra-regional social distribution of wealth and poverty, marked by an extension and deepening of existing poverty, and a social polarization between the rich and the poor. In the 1990s this ‘inequality predicament’ (as the

United Nations, in a 2005 study, defines this 'development') assumed grotesque proportions. In a world of spreading poverty neoliberal policies sprouted a new class of multi-billionaires, the clear 'winners' of globalization. In 1996, according to *Forbes* magazine, there were 793 of them but within a year the number of multi-billionaires had grown to 946. In the US there were just 13 billionaires in 1985. Today, according to *Forbes* magazine, there are 415, representing the top. 01% of the population who have managed to appropriate 25% of all the wealth produced in the US over the past two decades. In 2005, neoliberal policies created 227,000 millionaires. The wealth of these millionaires was \$30 trillion, more than the combined GDP of China, Brazil, Russia and the EU (HARRIS, 2007)¹⁵.

The UNDP (1996, 2001) estimates that a roomful of these superrich, fewer than 300, roomful of just 358 individuals, dispose of the equivalent income of 45% of the world's poorest (3.5 billion), who have to subsist on less than \$2 a day, a statistic that the UNDP understandably finds 'grotesque'. The total wealth of the world's richest individuals (*Forbes* list of billionaires), representing a one hundred millionth of the population, increased their wealth this year by 35% to 3.5\$ trillion—more than the total wealth of the world's poor. In other words, poverty is the product of the same policies and the same system that generated a very unevenly distributed wealth: wealth for the few, the 'winners' of globalization, and poverty and immiseration for the many, the 'losers'.

Neoliberal policies that the World Bank describes as 'pro-growth' and 'pro-poor' has produced not only mass poverty but also made some individuals incredibly rich—the *Forbes* magazine's list of billionaires—up from 793 in 2006 to 946 this year. However, the 'losers' in the global competition for wealth—or the victims, to be more precise—have not been passive in their response to neoliberal globalization. They have responded by forming and joining a social movement of opposition to these policies., resistance against the dynamics of globalizing capital. This movement has taken diverse forms both in the north and the south. In the global south (societies in the developing world) the movement is based on, and by and large has been led by, the indigenous communities and peasant farmers whose physical quality of life, livelihoods and communities have been the major targets and victims of 'globalization'. The working class, in both its waged/formal and unwaged/informal forms are also victims. But the capacity of the workers to wage a defensive or offensive struggle has been dramatically diminished over the past two decades, turning over leadership of the popular movement to the landless rural workers, peasant farmers and indigenous communities.

As for the north (the rich industrial societies in the OECD—mostly in Europe, North America), the antiglobalization movement is centred in the urban centres, based on the middle class in these centres, and has taken the form of antiglobalization—opposition to the agenda of corporate capital. Unlike the situation in the south, where antiglobalization is directed against governments and government policies, the antiglobalization movement in the north (see Insert D) has taken and takes the form of counter-summits to the G8 summits, protests organised at the periodic gatherings of the WTO and other such organisations of global capital, and, perhaps more importantly, in the form of a World Social forum, which brings together annually thousands of antiglobalization activists, representing hundreds of civil society organisations, to discuss problems and debate strategy. This antiglobalization movement is not against globalization as such but against its neoliberal form. In this context, antiglobalization is a movement formed in the search for 'another world', a more ethical form of globalization, a more equitable and socially inclusive and participatory form of development—an alternative to neoliberal globalization, capitalism and imperialism.

In the Spring of 2007, the UK Ministry of Defence published a report (*Global Strategic Trends 2007-2036*) warning that the whole system of global capitalism, and with it the new world order, could well be brought down by the mounting forces of opposition and resistance. The Report argues that the excessive inequalities (widening divide), will likely lead to a 'resurgence of not only anti-capitalist ideologies... but also to populism and the revival of Marxism' (2007, p. 3). The Ministry is particularly concerned that the widening global divide in wealth and income—what the UN has termed 'the inequality predicament'—has spawned a

mass global justice movement, a broad movement that threaten to unite the most diverse forces of resistance and opposition to neoliberal globalization.

The meaning of this antiglobalization movement, and the growth of a transnational civil society committed to the search for 'another world', is subject to continuing debate. Some see it as a palliative. Others see it as the salvation of humanity on a fast road to self-destruction. But there is no question that it might very well scuttle the best-laid plans of the new world order architects for imperial rule.

Civil society and local development

The search for a new development paradigm can be traced back to the 1970s but it acquired a particular vigour and a very broad scope in the 1980s with the turn towards a 'new economic model' prioritizing the free market. The proponents of a new paradigm visualized development as community-based and/or localized, reaching beyond both the state and the market into the localities and communities of the rural poor. The aim of theorists and practitioners in this context was to advance development that was human in form and scale, sustainable in terms of the environment and livelihoods, socially inclusive and equitable and participatory-initiated 'from below' and 'from within' civil society as opposed to 'from above' (government) and 'the outside' (international assistance).

To some extent this paradigm shift has to do with a longstanding concern to give development a more distinct *social* dimension. From the beginnings the study of development was dominated by economics and economists. In this study, the 'social' and the 'political' were usually abstracted from analysis, treated as 'externalities' in a process conceived of in strictly economic terms. But within the framework of the 'new paradigm' the 'social' was given more weight, even in the analysis of 'capital', the sum total of society's wealth-begetting wealth. Economists had formulated the theory that economic development was based on capital accumulation, and that it was advanced by means of an induced increase in the rate of national savings and productive investment of these savings.

However, 'capital' in this theory was defined purely in economic terms—basically money invested in the design of new technology and the purchase of labourpower, and the transformation of natural resources into commodities or tradeable goods. Within the framework of the new paradigm, however, society's productive assets ('capital') was also conceived of in social terms, that is, as 'the norms, institutions and organisations that promote trust and cooperation among persons in communities and in the wider society'. Initially advanced by several sociologists (notably James Coleman and Pierre Bourdieu) this notion of 'social capital' was elaborated by leading development economists such as Robert Chambers (1983) and Robert Putnam (1993, 2000, 2002).

This was in the 1980s. In the 1990s this concept of 'social capital' took on a new life, supported and advanced by all manner of scholars, international organisations and policy-makers in their development discourse. At issue in this discourse was an alternative way of conceiving, thinking about 'development' and fighting the war against world poverty (DURSTAN, 1999, p. 104)¹⁶. More specifically, the proponents of this new approach claimed that the accumulation of social capital based on norms of trust and reciprocal exchange, and a culture of social solidarity, can reduce 'transaction costs' (IFAD)¹⁷, produce public goods (North, 1990), facilitate the 'constitution (or strengthening) of sound civil societies' (Putnam, 2000), constitute the poor as 'social actors' and empower them to act on their own behalf. Above all, it was argued, as an asset that the poor have in abundance (their only asset, one could add), social capital promotes self-development of the poor in their localities and communities, alleviating the socioeconomic (and psychological) conditions of poverty.

The book by Robert Putnam, *Making Democracy Work* (1993), by some accounts, served as the catalyst for generating this interest in social capital as a research and policy tool (). But the rapid spread and ubiquity of this notion of social capital in academe, and its wide-ranging applications in research, policy-formulation and practice, has given rise to serious questioning

and several concerns.

First, what is striking about social capital is not only the extent of its influence but also its ready and enthusiastic acceptance by both scholars and policy-makers. These features are aptly captured by the World Bank's notion of social capital as 'the glue that holds society together', as the 'missing link' in an analysis of the development process (de la ROCHA, 1994; HARRIS and de RENZIO, 1997; SOLOW, 2000).

Secondly, despite the plethora of survey articles that litters the intellectual landscape, the concept is notoriously difficult to define. Most recent contributions to the literature acknowledge this before adding a definition of their own to suit their own purpose (see discussion on this in Fine, 2001). The elusiveness and ambiguity of 'social capital' is reflected in the suggestion that it is merely a metaphor or a heuristic device, and that, in regard to the World Bank's not atypical formulation, based on 'a vicious circle of tautological reasoning and without any basis in empirical fact (PORTES, 1998)¹⁸.

Thirdly, the concept of social capital is used to describe and explain virtually anything and everything from the networks formed by the poor, the sick, the criminal, and the corrupt to the social dynamics of the (dys)functional family, schooling, community development, work and organisation, democracy and governance, collective action, the intangible assets of the social economy, 'the analysis and promotion of peasant-level development', or, indeed, any aspect of social, cultural and economic activity across time and place—everything, it would seem, except the norms, institutions and social networks formed by those that constitute what John Pilger (2003), the Australian writer, documentary filmmaker and award-winning journalist, terms 'the new rulers of the world', the class that runs the global economy and makes up its rules.

The final concern about social capital is in regard to ideology and politics. In this connection, what appears to be missing in the analysis informed by the notion of social capital is any concern with economic and political power. The concept of social capital appears to serve analysts and policy-makers in the same way that post-modern social theory serves analysis: as a means of eluding in thought what for most people is all too real—the dynamic workings of the world capitalist system. The dynamic power relations that determine life for most people are inverted: what is essentially a class struggle over the allocation of society's productive resources, a matter of state and economic power, is transmuted into 'empowerment'—a sense of capacitation, a feeling of power gained by individuals through participating in decisions (such as how to spend the poverty alleviation funds that come their way) that affect their livelihood and an improvement in the physical quality of their life. The point is that this empowerment means changing oneself (how one feels about one's self) rather than the system and its structure of power relations.

Another form of this criticism is that the concept of social capital, in its use as a research and policy tool, is ideologically all too convenient for the powerful as well as politically demobilising. Harriss's (2001) argument and that of others in this connection makes three points.

One is that in making people responsible for their own development falsely implies that they are responsible for their problems, such as poverty, drawing attention away from the operating structures of the economic and social system. In its broad focus on the dynamics of 'civil society', social capital ignores (abstracts from analysis) the dynamics associated with the formal structures and institutions of society's political economy, particularly that of state power.

A second criticism is that in the way that it is used the concept of social capital has a demobilising effect regarding social transformation or radical change. Local development built on the basis of social capital entails limited improvements with even more limited or no changes in the existing distribution of (or access to) 'capital' in the form of land and related resources, or money in the form of investment capital or credit. Access to and control over these 'resources'—arguably the major factors of economic development—remain in the hands (and institutions) of the rich and powerful while the poor and powerless are encouraged to

exploit their own rather limited resources and to do so without challenging the structure of economic (and political) power. Some critics in this context regard social capital and empowerment as illusory, implying not so much false assumptions or 'unrealistic expectations' – the most common criticism – as a trick used by the rich and powerful to keep the have-nots at bay.

Notas

- ¹ 'Good governance' (see the multiple bibliographic reference to various World Bank and UNDP reports) is generally understood to mean a broad array of practices which maximize the common/public good. More specifically, the term denotes to a relation between social organisations and government that conforms to the following 'democratic' principles: transparency, effectiveness, openness, responsiveness, and accountability; the rule of law, acceptance of diversity and pluralism, and social inclusiveness.
- ² The term 'civil society' dates back to the 18th Century French and Scottish enlightenment, when 'philosophers' and like. Ferguson invented the term to distinguish more clearly between 'society' and 'government' in their writings about 'progress'. The idea of 'progress' (the possibility of creating a better alternative form of society), and the notion of 'civil society' was also used in the early nineteenth centuries by philosophers such as Hegel and his nemesis (and later social scientist), Karl Marx. However, the term 'civil society' virtually disappeared from social scientific discourse; it was resurrected in the 1980s by a generation of social scientists concerned once again with creating a new and better form of society – liberated from soviet authoritarianism this time as opposed to the class-based and elitist monarchy of the *ancien regime*).
- ³ 'Liberal' in academic discourse has both an ideological and theoretical centre of reference. As 'ideology' (belief in ideas used to promote action) liberalism is defined by the notion, and associated values, of the free individual, and the belief in the need for economic and social progress (slow incremental change or reform) in the direction of individual freedom. As 'theory' it is associated with the notion of *homo economicus* – that economic interactions among individuals in the marketplace is based on the rational calculus, by each individual, of self-interest. This notion is central to both classical and neoclassical economic theory – and to the policies derived from this theory.
- ⁴ For a more detailed discussion of these definitional issues, see Gordon White, "Civil Society, Democratization and Development: Clearing the Analytical Ground," *Democratization* (AUTUMN, 1994), p. 375-90.
- ⁵ According to Mitlin (1998), the 'community' of international development associations' (ODAs) shifted from a 'third sector' discourse to a discourse on 'civil society' in the early 1990s as part of an agenda, orchestrated by the UNDP, to incorporate the 'private sector' into the development process. On this agenda see///. The problem with the notion of a 'third sector' was that because 'private sector organisations such as multinational corporations pursued a logic of capital accumulation (profit-making) they were a large part of 'the problem' (underdevelopment and poverty) and could not be part of 'the solution' (development). The advantages of 'civil society' as a concept is that it is more organisationally inclusive, allowing the UNDP and other ODAs and the IFIs to seek to incorporate the private sector in to the development process.
- ⁶ The early history of the community development movement in the 1950s and the 1960s signified the emergence of a 'pluralist democratic culture' in many developing countries as well as a concern for local development within the framework of liberal reforms of national policy. But the dominant trend was for economic and political development based on the agency of the central government and the state. However, in the new policy environment of 'structural' free market reform this incipient democratic culture was cultivated by the return of civilian constitutional rule, and, at another level, by widespread policies of privatization and decentralization. With the retreat of the state from the economy and its social (and developmental) responsibilities it was left to 'civil society' to pick up the slack – in the form of emergent self-help organisations of the urban poor and a myriad of community-based and nongovernmental organisations to deal with issues of social and economic development such as health, housing, food kitchens (comedores or communal dining halls), capacity building and self-employment. The emergence of a 'civil society' was a predominant feature of the 1980s.
- ⁷ Globalization, presented as a particular form of international economic integration into the global economy, the NWO, is used to justify and legitimate policies [free trade, the free circulation of capital and the freedom of investment...] that have in fact been imposed by force on the colonies since the late 18th century; policies that in the contemporary context, given a neoliberal twist – downsizing of the state, privatisation, deregulation, liberalisation, etc.
- ⁸ In fact, the retreat of the state from the economy, and from its primary responsibility for both welfare and development, was made possible politically by the 'fiscal crisis' experienced by many governments (incapacity to finance its costly social and development programs) and an associated perceived (by neoconservative politicians and policy makers) 'state failure'.
- ⁹ The institution of 'good governance' implies a democratic regime in which the responsibility for human security and political order is not restricted to the government and other institutions of the state but is widely shared by different civil society organisations (BID, 1996, 2000; OECD, 1997; UNDP, 1996; World Bank, 1994).
- ¹⁰ The conjunction of a retreating minimalist state and the exponential increase in community-based NGOs led to the conclusion that the phenomenon was analogous to 'the franchising of the state' (Kamat, 2003: 66). In this context both the donor agencies and the IFIs recommended the privatization of both economic activity and social services – a trend that in any case was already underway – and the allocation of ODA to community-based NGOs

for the same programs. Under these conditions the community-based 'grassroots' NGOs proliferated as did the Northern NGOs anxious to occupy the spaces left by a retreating state.

¹¹ For example, Carlos Slim, a billionaire business magnate in Mexico, and now, according to Forbes, the richest man in the world, even more so than Bill Gates, 'purchased' Telecom, the country's lucrative state enterprise in the telecommunications sector.

¹² The early history of the community development movement in the 1950s and the 1960s entailed the emergence of a 'pluralist democratic culture' in many developing countries as well as a concern for local development within the framework of liberal reforms of national policy. But the dominant trend was for economic and political development based on the agency of the central government and the state. However, in the new policy environment of 'structural' free market reform this incipient democratic culture was cultivated by the return of civilian constitutional rule, and, at another level, by widespread policies of privatization and decentralization. With the retreat of the state from the economy and its social (and developmental) responsibilities it was left to 'civil society' to pick up the slack—in the form of emergent self-help organisations of the urban poor and a myriad of community-based and nongovernmental organisations to deal with issues of social and economic development such as health, housing, food kitchens (comedores or communal dining halls), capacity building and self-employment. The formation of this 'civil society' was a predominant feature of the 1980s.

¹³ 'Rent-seeking' refers to use of the state by members of the political class as a means of self-enrichment, exacting a 'rent' payment from the public (taxpayers) by means of their control of the means of public administration. This notion of 'rent-seeking' has been elaborated by proponents of the 'new political economy', a school of thought committed to a neoclassical theory of the free market (as opposed to the state) as the most efficient means of allocating society's productive resources. In terms of policy and ideology this approach is defined and understood as 'neoliberalism'.

¹⁴ Capital is advanced by increasing the rate of savings and investment—increasing the share of national income available for investment relative to household consumption; reducing the share of wages in national income by compressing the value of these wages and weakening the capacity of workers to negotiate collective agreements for higher wages and working conditions. The 1960s and 1970s witnessed a general increase in the power of organised labour, reflected in steady increases in the value of the wage, which was pegged to productivity gains. 1968 represented a highpoint in the power of organised labour in the struggle against capital—the last great post-war labour offensive in the struggle for higher wages and better working conditions (DAVIS, 1984). In 1973, in the midst of a system-wide production crisis, capital initiated a counteroffensive, which, by and large was successful, as indicated by a subsequent relative decline in the share of wages in national income and a decline in the value of the average wage. On this historic struggle see Davis (1984).

¹⁵ Petras (2007) argues that Bill Gates and others who made their fortunes via technical innovations or wealth/job-generating industries or services, were in a distinct minority. The vast majority of these billionaires used the money of others, and speculation to build their fortunes. Many of them, as in Russia, built their personal fortunes by looting public assets, pillaging the state's accumulated assets, stealing and speculative investment in real estate and commodity trading—in construction, telecommunications, chemicals, real estate, agriculture, vodka, foods, land, media, automobiles, airlines.

¹⁶ For a review of the dynamics of this shift towards 'another development' see, inter alia, Schuurman (1993 and PARPART and VELTMEYER (2004). The contribution made by the school of institutional economics (NORTH, 1990; PUTNAM, 1993) to this approach consists precisely in the concept of social capital as the source of a culture of cooperativism, solidarity and civicism, and the theory that this culture, embodied in the interpersonal links that make up the informal institutions within social organisations, has economic payoffs in the form of 'public goods'.

¹⁷ IFAD (2002) has learned that 'strengthening local social capital ensures the sustainability of rural development initiatives by reducing transaction costs in the factor and product markets.' The development of social capital, notes IFAD, 'is particularly important for unemployed landless farmers and rural workers'.

¹⁸ The World Bank's economic logic flows from institutional economics and its concept of social capital, articulated by Putnam (1993) and North (1990), as the source of a culture of cooperation and civicism. As Porter (1998) points out the idea that social capital, embodied in norms of reciprocity and relations of solidarity, give rise to cooperation and civicism so that if there is civicism there will be social capital, is tautological to the extreme. Not only is the World Bank's reasoning hopelessly circular it is predicated on the unquestioned assumption that lies at the root of neoclassical economics, namely that allowing individuals in their economic exchanges and transactions to pursue their self-interest will somehow contribute to the common good. Thus the World Bank continues to persistently argue, against all sorts of empirical evidence, that a system of free market capitalism based on economic freedom and geared to private profit, like the policies that result in this system, is good for the poor.

References

- ANNAN, Kofi. *The Quiet Revolution*. *Global Governance*, 4 (2), p. 123-38, 1998.
- ATAL, Yogesh & YEN, Else (eds.). *Poverty and Participation in Civil Society*. Proceedings of A UNESCO/CROP Round Table, World Summit for Social Development. Copenhagen: Denmark, March, 1995.
- ATRIA, R.; SILES, M.; Arriagada, M.; ROBISON, L. & WHITEFORD, S. (eds.). *Social capital and poverty reduction in Latin America and the Caribbean: towards a new paradigm*. Santiago: ECLAC, 2004.
- BEBBINGTON, A., et al. *The search for empowerment: social capital as Idea and practice at the World Bank*. Kumarian Press, 2006.

- BLAIR, H. *Assessing Democratic Decentralization*. A CDIE Concept Paper. Washington DC: USAID, 1995.
- CAROTHERS, T. *Aiding democracy abroad*. Washington DC: Carnegie Endowment for International peace, 1999.
- CARROLL, T. *Intermediary NGOs*. The supporting link in grassroots development. Kumarian Press, 1992.
- CHAMBERS, R. *Whose reality counts?* London: IT Publications, 1997.
- CHHOTRAY, V. The Negation of Politics in Participatory Development Projects, Kurnool, Andhra Pradesh. *Development and Change*, 36 (2), 2004.
- COURT, J.; HYDEN, G. & MEESE, K. Governance Performance: the Aggregate Picture. *World Survey Discussion Paper*. Tokyo: UNU, 2002.
- DAVIS, M. The Political Economy of late-Imperial America. *New Left Review*. 143, Jan.-Feb., 1984.
- DOMINGUEZ, J. & LOWENTHAL, A. (eds.). *Constructing Democratic Governance*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1996.
- EDWARDS, M. (u.d.). *Enthusiasts, tacticians and sceptics: the World Bank, civil Society and social capital*. World Bank Social Capital website, 1984.
- ESCOBAR, A. & ALVAREZ, S. (eds.). *The Making of social movements in Latin America: identity, strategy, and democracy*. Boulder, CO: Westview Press, 1992.
- FINE, Ben. *Social Capital versus Social Theory: Political Economy and Social Science at the Turn of the Millennium*. London and New York: Routledge, 2001.
- FOLEY, M. W. & EDWARDS, B. Is it time to Disinvest in Social Capital?. *Journal of Public Policy*, 19 (2), p. 141-73, 1999.
- FOX, J. How does Civil Society Thicken? The political construction of social capital in rural México. *World Development*, 24 (6), 1996.
- GROOTAERT, C. Social Capital: The Missing Link? *Social Capital Initiative Working Paper*, n. 3. Washington DC: The World Bank Social Development Family Environmentally and Socially Sustainable Development Network, 1998.
- HARRISS, J. *Depoliticising Development*. The World Bank and Social Capital. New Delhi: Left Word Books, 2001.
- HAYDEN, Robert. Dictatorships of Virtue. *Harvard International Review*, Summer, 2002.
- HOLLOWAY, John. *Change the world without taking power: The meaning of revolution today*. London: Pluto Press, 2002.
- HOOGHE, Marc & STOLLE, Ditlein (eds.). *Generating Social Capital: civil society and institutions in comparative perspective*. NY: Palgrave, 2003.
- HYDEN, G.; COURT, J. and MEESE, K. (2-3). Making Sense of Governance: the Need for involving Local Stakeholders. *Development Dialogue*. London: IDI.
- JOSEPH, J. Democracy's social capital: civil society in a new era. Pretoria, South Africa. Available at: <<http://www.worldbank.org/poverty/acapital/index.htm>>. Access at: 15 Jan. 1998.
- KAMAT, S. NGOs and the New Democracy: The False Saviours of International Development. *Harvard International Review*. Spring, 2003.
- LEVITT, K. Development in Question. Keynote Address. Canadian Association for International Development Studies, Toronto, May 31, 2001.
- MITLIN, D. The NGO Sector and its Role in Strengthening Civil Society and Securing Good Governance. In: Armanda Bernard, Henry Helmich and Percy, 1998.
- LEHNING (eds.). *Civil Society and International Development*. Paris: OECD Development Centre.
- MORTON, A. La Resurrección del Maíz: Some Aspects of Globalisation, Resistance and the Zapatista Question. Paper presented at the 42nd Annual Convention of the International Studies Association. Chicago, February 20-24, 2001.
- NARAYAN, Deepa. *Empowerment and Poverty Reduction: A Sourcebook*. World Bank, Washington DC, 2002.
- NASH, R., A. Hydson & C. Luttrell. *Mapping Political Context: A Toolkit for Civil Society Organisations*. London: ODI, 2006.
- OTTAWAY, M. *Democracy Challenged: The Rise of Semi-Authoritarianism*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2003.
- PATOMÄKI, H. & T. Teivainen. *A Possible World. Democratic Transformation of Global Institutions*. London: Zed Books, 2004.
- PILGER, J. *The New Rulers of the World*. London: Verso, 2003.
- PORTES, A. Social Capital: its Origins and Applications in Modern Sociology. *Annual Review of Sociology*, 24, p. 1-24, 1998.
- PUTNAM, R. D. *Making Democracy Work*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- RAO, V. *Community Driven Development: A Brief Review of the Research*. World Bank, Washington DC for Environment and Development, 2002.

- RICE, J. & PRINCE, M. Civil Society and Community Capacity: Links Between Social Policy and Social Capital, 2000, p. 207-231. In: *Changing Politics of Canadian Social Policy*. Toronto: University of Toronto Press Inc.
- RONDINELLI, D.; MCCULLOUGH, J. & JOHNSON, W. Analyzing Decentralization Policies in Developing Countries: A Political Economy Framework. *Development and Change*, 20 (1), p. 57-87, 1989.
- SOLOW, R. Notes on Social Capital and Economic Performance. In: Partha Dasgupta and Ismail Serageldin (eds.). *Social Capital: A Multi-Faceted Perspective*. Washington DC: World Bank, 2000.
- SCHULLER, T. et al. eds. *Social Capital: Critical Perspectives*. Oxford University Press, 2000.
- UNDP. *Good Governance and Sustainable Human Development*. Governance Policy Paper, 1996. Disponível em: <<http://magnet.undp.org/policy>>.
- UNDP. *The Shrinking State: Governance and Sustainable Human Development*. *Policy Document*. New York: UNDP, 1997f.
- UNDP. *The UNDP Role in Decentralisation and Local Governance*. UNDP Evaluation Office, February, 2000.
- UPHOF, N. Social Capital and Poverty Reduction, 1994 p. 105-132. in: R. et al. Atria, (Eds). *Social Capital and Poverty Reduction in Latin America and the Caribbean: Towards a New Paradigm*. Santiago: ECLAC, 2004.
- WALLACE, T. NGO Dilemmas: Trojan Horses for Global Neoliberalism? *Socialist Register 2004*. London: Merlin Press, 2003.
- WOOLCOCK M. & D. Narayan, Social Capital: Implications for Development Theory, Research and Policy," *The World Bank Research Observer*, 15 (2), August, 2000.
- WORLD BANK. *Governance and Development*. Washington, DC: World Bank, 1992.
- WORLD BANK. *Governance*. The World Bank Experience. Washington DC: World Bank, 1994.
- WORLD BANK. *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty*. New York: Oxford University Press, 2000.
- WORLD BANK. *Partnerships in Development: Progress in the Fight Against Poverty*. Washington DC: World Bank, 2004.

Enfrentar el sufrimiento social y la tarea de la sociología: Las paradojas del desarrollo local sustentable

María Emilia Tijoux*

¿Qué es lo que sostiene a la vida social? ¿Cómo consigue la gente mantenerse en pie ante las actuales condiciones que el capitalismo neoliberal le pone a la vida? ¿Lo hace al "interior" mismo de la sociedad "normal", conformada por mujeres y hombres integrados o a lo menos insertos en los actuales procesos de intercambios económicos y culturales? ¿O hay individuos que se sustentan también pero sobreviviendo al margen de procesos "autorizados", remando a contracorriente, resistiendo? Algunas de estas preguntas las hacían ya los sociólogos clásicos en el siglo XIX ante el crecimiento económico, el caos que llegaba del desarrollo, el aumento de la densidad moral y las modernizaciones¹.

Hoy, estos problemas se han agudizado. Ya no parece posible pensar la sustentabilidad de un desarrollo que tan desigualmente se da. El "desarrollo local sustentable" se deshace en ambigüedades que lo vuelven confuso y su referencia ya no apela al carácter crítico que antes solía concitar.

He querido para esta intervención reflexionar sobre la sustentabilidad a partir de lo que experimentamos en el vivir chileno; los conceptos, no solo son sociales, tienen vida social y se muevan al ritmo de singularidades, los "vemos" en situaciones y hablas concretas, en lugares específicos. Pueden ser paradójicos y engañosos.

I

El *desarrollo* refiere cuantitativamente al crecimiento como continuidad de la evolución de situaciones económicas y cualitativamente al mejoramiento del bienestar del conjunto de una población y al progreso de su estado social. Su aspecto puramente cuantitativo – lleno de significaciones – implica que previa y simultáneamente han aumentado los flujos de materias primas, de bienes y servicios en el proceso productivo. Pero ese crecimiento es también extensión de flujos mercantiles, de una mayor extracción de recursos naturales y de la rápida transformación de valores de uso en valores de cambio. La consecuencia de este crecimiento es una mayor y mejor utilización de "los recursos naturales y culturales" con fines económicos: se van a invertir, a explotar y a "rentabilizar" conjuntamente los patrimonios naturales y culturales. Los valores de uso colectivo se traspasan al mercado que los somete a su lógica, mostrando que el imperio de lo económico en nada asegura la reproducción del medio natural.

Desde la Revolución Industrial, el crecimiento – regular o no –, ha sido un fenómeno de tendencia constante, que puede interpretarse globalmente como la extensión del mercantilismo que periódicamente integra elementos exteriores a la economía, cuestión que se amplifica con la manera de consumir que transforma las relaciones entre los individuos y las cosas, entre los individuos y los individuos, entre los individuos y la sociedad y entre las cosas mismas. Las cosas ahora hablan, se multiplican, se banalizan, compiten entre sí.

La diferenciación social forzosamente se dará en la lucha entre los individuos por poseer las cosas que simbolizan el éxito. El crecimiento entonces, tiene un carácter espacial, es estructuralmente expansionista y el desarrollo podrá claramente caracterizarse por la adopción de una manera de consumir y de un tipo de relaciones sociales inspiradas de países dominantes. El resultado es la tendencia inevitable a la homogenización pronunciada de estos modos de consumo específico, en desmedro de todas las culturas locales.

En cuanto a su dimensión cualitativa, el desarrollo corresponde a un crecimiento desigual del bienestar de la población que modifica las situaciones y las vivencias de los individuos,

* Professora da Universidade Bolivariana do Chile

la estructura social y la estructura mental. La situación objetiva de "mayor bienestar" embrolla la existencia para "ser-más", como deseo problema que transforma. "Sentirse mejor² y distinto(a)" involucra capitales culturales, sociales, simbólicos, además de los económicos, que deben *saberse* usar para disputar los múltiples campos de posicionamientos donde se pretende permanecer. Las teorías económicas entonces pueden ser vistas como casos particulares de una teoría más general de la economía de las prácticas³ que permiten comprender mejor las posiciones en los mercados que se abren y cierran⁴.

Lo *local* tiene connotaciones opuestas. Invoca territorios, espacios de vida, lugares de características particulares, calificados por su emplazamiento, disposición, singularidad. Afecta a grupos circunscritos, a conocedores de sus historias, SUS secretos, sus envolturas específicas. No es generalizable. Se caracteriza por su unicidad, por su especificidad estructural y espacial que encuentra coherencia en el territorio y, su lógica no reside en la antinomia de una reproducción. Lo *local* no induce al crecimiento porque su riqueza es la combinación de factores de origen natural o cultural, como la preservación (aun con explotación) y la patrimonialización. "Reproducir lo local" es el sueño de conservación o de reproducción de patrimonios específicos del esfuerzo colectivo por la singularidad y la voluntad de heterogenización.

Las lógicas del desarrollo y de lo local surgen como lógicas antagónicas y su cercanía puede entenderse como una paradoja, cuando el desarrollo supone que la racionalidad es la condición necesaria para reproducirse por extensión y lo local involucra más bien un "sentimiento" que invita al refugio, a la identidad Del territorio, a la conservación de historias particulares, a las redes de defensa. Su cercanía podría entenderse o ser de otro modo solo con la invención de un enfoque donde lo que se haga para ganar no conduzca a perder lo ganado. Solo quienes poseen ese saber específico podrían dar las pautas.

Desarrollo loca, es un concepto que durante un tiempo se legitimó por haberse presentado como alternativa a las políticas de desarrollo de las autoridades centrales en períodos de crisis. Hace algunos años inspiró numerosas iniciativas de asociaciones y grupos sociales. Actualmente se ha cubierto de significaciones y contradicciones a causa de un uso diversificado y conveniente.

El *desarrollo sustentable* en su actual acepción viene del debate internacional iniciado del año 1972 en Estocolmo y consolidado veinte años después en Río de Janeiro. Muchas interpretaciones han hecho las ciencias sociales, pero casi todas son únicamente variaciones de la definición sugerida por la Comisión Mundial sobre Medio Ambiente y Desarrollo de 1987: "El desarrollo sustentable es aquel que satisface las necesidades de las generaciones presentes, sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades". La importancia de esta definición es considerar a los seres humanos como principal eje del proceso de desarrollo, sin embargo a causa de sus contradicciones, habría que buscar un nuevo estilo, ambientalmente sustentable, para que la sociedad acceda y haga uso de los recursos naturales al mismo tiempo que preserva la biodiversidad.

La historia del concepto de desarrollo sustentable tuvo una dudosa evolución y un uso múltiple que se explica por los distintos intereses puestos en el juego. Los conceptos al comienzo atraen por su novedad y después de hacerse famosos se allegan al lenguaje cotidiano de las instituciones y el mercado. Destacamos la propuesta de A. Elizalde⁵ de introducir un criterio crítico en el abordaje de la sustentabilidad, que transite hacia una cosmovisión distinta del concepto: "el cambio fundamental de realizar no está en el plano de la tecnología, ni de la política o de la economía, sino que está radicado en el plano de nuestras creencias, son ellas las que determinarán el mundo que habitemos". Las naciones industrializadas consumen utensilios domésticos, energía y materiales cada vez más sofisticados que suelen destruir el medioambiente y las bases de recursos naturales. Inversamente, miles de personas de regiones marginadas luchan para comer, habitar y abrigarse, exponiéndose a graves problemas de salud, a la ignorancia y con ella, a la imposibilidad de comprender lo que les ocurre. Si bien se advierten esfuerzos destinados a propuestas tecnológicas que reduzcan el daño al medioambiente y que aumenten la eficiencia del uso de materiales y energía, no son suficientes.

Transitar hacia la sustentabilidad implica la comprensión integral y diferenciada Del funcionamiento de los sistemas de producción/consumo y simultáneamente una preocupación particular por sectores mayoritarios que quedan al margen de las decisiones. No es “el mercado”, como algo intangible y lejano el responsable del sufrimiento social, es demasiado fácil que cualquiera lo nombre para culparlo. El mercado es resultado de “algo”, es una producción de “alguien” que contiene mecanismos, dispositivos, creencias, cosas... Y busca un efecto sobre muchos “alguienes”. En este contexto, las ciencias sociales pueden comenzar por identificar los medios que consiguen construir aspiraciones, deseos individuales e ilusiones colectivas: los medios de comunicación, las instituciones sociales, los grupos de poder entre otros.

¿Cómo y quienes crean las “necesidades” materiales? ¿Cuáles son los elementos que construyen el comportamiento de sobre-consumo? ¿Qué políticas ayudan a separar la mejoría en el bienestar del aumento del consumo de energía y materiales? ¿Qué herramientas, qué metodologías fortalecen los estudios comparativos de producción/consumo?

La metodología de la Huella Ecológica en Chile⁶ y el Programa de Economía Ecológica del Instituto de Ecología Política, calculó que los habitantes de la comuna de Vitacura usan 22,4 hectáreas por habitante año, mientras que en la comuna de Cerro Navia los habitantes necesitan anualmente 1,3 hectáreas, es decir 17 veces menos. La diferencia mayor, está dada entre otros factores, por el alto consumo de energía y combustibles de Vitacura. Entonces, si la defensa del privilegio de una minoría posterga las soluciones reales, no habrá paz ni oportunidad real para que avancen los países menos desarrollados y los privilegios se mantendrán a costa de la fuerza y la violencia. Por otra parte, la biodiversidad como la base sobre la que se constituye la estabilidad de los ecosistemas planetarios seguirá deteriorándose, aumentando peligrosamente la estabilidad del hábitat de todas las especies⁷.

II

Las condiciones de vida, – favorecidas o inducidas por la creatividad del mercado y los deseos individuales de ingresar en distintos campos de la competencia o dominación –, muestran un modo de consumir forjado en la fragmentación y en la individualización. La promesa “global” ha abierto la sociedad chilena al mundo y há producido/potenciado en las personas la ilusión de integración y movilidad social (bienestar social). El mercado con su creatividad infinita, condiciona las opciones individuales y colectivas, generando un sistema de construcción de identidades para diversos grupos etarios, de género, de ingreso, etc., aglutinados en campos específicos que él domina.

Trabajadores clasificados por sus salarios, sus condiciones socioeconómicas, sus territorios, sus escuelas, sus tiempos de entretención y sus propias historias, organizan sus existencias a partir de los ingresos. El trabajo, implica “estar en el mundo” y cuando no hay bienes, vincula con la existencia, es la acción y el reconocimiento que permite vivir y participar en las redes de sociabilidad, tal como lo afirma R. Castel. Pero cuando se hace inconstante y no se avizora en el porvenir como seguridad que permita enfrentar la vida, dejamos de formar parte de una colectividad que nos reconozca y considere. Nos adviene el golpe de la doble inseguridad de no poder enfrentar, ni la existencia, ni la mirada reprobadora de los demás. Cuando el trabajo es precario vivimos la vida en plazos cortos, de a pedazos, el futuro se resquebraja y el tiempo se vuelve loco.

De-conversión, individualismo negativo, vulnerabilidad, desafiliación, precarización son características de la sociedad de hoy. El riesgo ya “está” en la vida. Hemos pasado de un individualismo colectivo a uno negativo, sacudiéndonos del primero para cubrirnos con la *des-individualización* cuyo resultado es la inseguridad y la desprotección. En este mismo punto, claramente, un modo de participar en la vida social es la posesión de cosas, que terminan por hipotecar la vida misma⁸.

No hay misterio en que la “globalización” se expanda, al punto que parece impensable observar y comprender los hechos y las relaciones sociales fuera de su prisma. En Chile no es

algo nuevo, ha madurado y se ha solidificado después de pasar por un proceso que construyó cuidadosamente las herramientas para favorecer al poder político-económico. Preocupa ver a nuestra sociedad en un estado adormecido, sintiendo y viviéndola como la panacea que abre al mundo. Lo que ha sucedido no se dio, ni de la noche a la mañana, ni bajo condiciones de un consentimiento aceptable. El *laboratorio neoliberal* que somos, emplazado sobre la base de la catástrofe individual y colectiva de muchos chilenos, sí se dio las condiciones para las fases que precisaba con el fin de privatizar al país y construir subjetividades que sostenían dicho fin, procurándose una racionalidad organizada cívico-militarmente que reprimió masivamente a los movimientos sociales, prohibió los partidos políticos y practicó el exterminio selectivo contra toda una generación. La “revolución neoliberal chilena” logró madurar primero, a diferencia de los neoliberalismos tardíos como ocurrió en Argentina, Ecuador y Perú.

Hoy, la fuerza del capitalismo neoliberal, maduro y seguro, ha conseguido clausurar la sociedad hasta hacerle tragar su patología temerosa y conformista como algo normal. Las reacciones más “sentidas” se dan frente a problemas que el capitalismo mismo pone en un lugar de importancia: la seguridad ciudadana y el reflejo de protegerse de las “clases peligrosas”, resurge. El capitalismo y sus defensores modifican convenientemente las políticas estatales y el rostro de la sociedad, para a partir de las “violencias urbanas” o “violencias sociales” se ponga a funcionar un control que moviliza a policías y civiles a una intensa vigilancia de los sectores pobres, reprimiendo sus prácticas de resistencia económica y los desórdenes con características políticas. La causa del temor está en la presencia de individuos precarizados, o sea, en la *figura* de la pobreza.

Chile crece, tiene un desempleo relativamente bajo y éxitos macro-económicos que demuestran el triunfo de un proyecto. Los costos de esa ganancia se ven en los niveles de desigualdad que aumentan con ese crecimiento. Sin embargo, aún en su diferencia con los movimientos sociales de antaño, hay múltiples grupos que luchan de modo fragmentario: jóvenes, estudiantes deudores de sus universidades, deudores habitacionales, trabajadores precarizados, trabajadores sin empleo, mujeres solas que bogan por sobrevivir, minorías sexuales, minorías étnicas defensores del medio ambiente, niños trabajadores, jubilados empobrecidos, inmigrantes, entre tantos otros.

III

Las ciencias sociales pueden ser subversivas. Y si aún no lo son, se puede inventar un pensamiento social que reconozca la fragmentación y la tradición de un universo donde hay acuerdo entre las actitudes subjetivas y las estructuras sociales, pero un pensamiento que busque, con una voluntad más férrea, superar las dicotomías objetivismo-subjetivismo, (la *más funesta*⁹); material-simbólico; teoría-empiría; holismo-individualismo. Más que pensar la sociedad desde la “globalización” hay que hacerlo desde el prisma de la dominación observada en las prácticas sociales más cotidianas. De este modo podemos objetivar las relaciones de dominación, develando sus mecanismos y entregando herramientas intelectuales y prácticas para cuestionar aquella (su) legitimidad que nos supera¹⁰.

Es necesaria la reserva de un “saber” que atraviese los obstáculos que le impiden crecer y comprender al mundo. Quienes buscamos lo que *allí* ocurre tenemos que darnos por tarea mostrar un saber que existe en la gente, para desarmar lo que ha sido armado velando sus realidades cotidianas. Los investigadores laboramos en el espacio del conocimiento para dar cuenta lo que se oculta tras las miserias expuestas como “dadas”, ejecutando así un acto político verdadero que enfrente a quienes construyen la discriminación y la criminalización. Si logramos objetivar un acto político con esta decisión, habremos vinculado lo político con el enfoque científico que implementamos al “hacer investigación”. Así conseguiremos que la “gran teoría” tenga sentido cuando se enfrenta con objetos de estudio empírico¹¹.

El trabajo analítico, al *deshacer las representaciones de estos “malestares” y reconstruirlos como problemas específicos*, se erige contra la visión mediática y contra la visión política. La primera está siempre predispuesta a fabricar acontecimientos y estigmas para preparar a la

segunda a propuestas que la atrapan, como ocurre con las políticas públicas hechas desde los informes de expertos. Ambas visiones ocultan y contribuyen a la producción del sufrimiento social y ambas producen palabras *sobre* el sufrimiento privando al sufrimiento de palabra. Las Ciencias sociales tienen mucho por hacer y la sociología, por su propia constitución, debe cumplir un rol crítico que enfrente a los paradigmas dominantes. De esta manera podremos asegurar que la sustentabilidad solo está en manos de la sociedad. Nos corresponde hacer todo lo posible para que pueda pensarse a sí misma y construir desde ese pensar el saber que necesita.

Notas

¹ Ver Durkheim; Emilio en *La División del trabajo social*.

² En sentido amplio, como la salud física que objetiva al sentimiento en el sentir real de un cuerpo que sufre dolor por ejemplo. Luego sentirse mal por el hecho de sentirse mal de salud, se vuelva pan de todos los días.

³ "Espace social et g n se de "classes", citado por Bonnewitz, en: *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 52-53, 1984, p. 3 y 9, (Trad. por Tijoux, M.E.).

⁴ A este respecto vale considerar en Chile lo ocurrido a partir de las privatizaciones con el mercado de la educación y el de la salud.

⁵ Elizalde, Antonio (1992) "Desarrollo y Sustentabilidad: límites y potencialidades. (Una mirada desde la perspectiva del Sur)" en *Documentación Social. Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*. n. 89, Octubre - Diciembre de 1992, Madrid.

⁶ El cálculo de la Huella Ecológica es un instrumento utilizado para la planificación territorial y para buscar solución a los problemas de sobreconsumo, pero además se usa como indicador biofísico para generar un nivel de consciencia real y al mismo tiempo para estimular respuestas que consideren la crisis que se genera al vivir fuera de los límites establecidos por los ecosistemas.

⁷ Wackernagel, M y Rees, W., *Nuestra huella ecológica*, Editorial LOM, Santiago, 2001.

⁸ A este respecto es interesante relatar lo que ocurre en Chile con un hecho muy particular en la educación y que se denomina "congelar los estudios", situación que experimentan miles de jóvenes que ingresan a la universidad y que no pueden en un momento del proceso, continuar cancelando las mensualidades.

⁹ Bourdieu, P: *Choses dites*, Minuit, París, 1987, p. 149.

¹⁰ Bonnewitz, P: *Premières le ons sur, La sociologie de Pierre Bourdieu*, PUF, París, 1998.

¹¹ *Comprender* es crear las condiciones para neutralizar la violencia simbólica ya contenida en la relación de comunicación. Cada discurso es particular, por eso entrega los elementos que necesita su propia explicación, pero ella no puede solo darse desde y con la palabra. Hay que construir y/o poner en práctica herramientas que entreguen las condiciones de inteligibilidad. Un solo ejemplo: reconstruyendo las condiciones de producción de las entrevistas, o la producción de la palabra, se remedian los polémicos efectos de objetivaciones parciales y se restituye su parte de verdad, para escapar a las trampas del relativismo. Trabajar para la comprensión implica una suerte de composición de todo un trabajo (obra) que participa del método.

Refer ncias

BONNEWITZ, Patrice. *Actes de la recherche en sciences sociales*. [s.l.], n. 52-53, 1984, p. 3 y 9. (Trad. por Tijoux, M.E.).

_____. *Premières le ons sur. La sociologie de Pierre Bourdieu*. París: PUF, 1998.

BOURDIEU, P. *Choses dites*. Minuit. París, 1987, p. 149.

DURKHEIM, Emile. *La División del trabajo social*. 2.ed. Buenos Aires: Schapire, 1967.

ELIZALDE, Antonio. Desarrollo y Sustentabilidad: límites y potencialidades. In: *Documentación Social. Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*. n. 89, Octubre - Diciembre de 1992, Madrid.

WACKERNAGEL, M y Rees, W., *Nuestra huella ecológica*, Editorial LOM, Santiago, 2001.

WACKERNAGEL, Mathis; REES, William . *Nuestra huella ecológica: Reduciendo el impacto humano sobre la Tierra*. Santiago: IEP/LOM Ediciones, 2001.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.

Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4º - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

§ 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

§ 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.

§ 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.

§ 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.

Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.

Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:

- a) título em português, inglês, espanhol e francês;
- b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
- c) resumo em português, inglês, espanhol e francês com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
- d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
- f) referências bibliográficas.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:

- a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
- b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação, impressa e on-line, devidamente assinada pelo(s) autor(es);
- c) O texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
- d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
- f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua e encaminhados em três vias, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.

IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no site do periódico).

Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 10 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p.35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p.14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

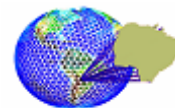
CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3594

e-mails: interacoes@ucdb.br / maugusta@ucdb.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

ASSINATURA ANUAL

NOME COMPLETO _____

CPF _____

ENDEREÇO _____ N. _____

BAIRRO _____ CEP _____

CIDADE _____

TELEFONE _____ CELULAR _____

E-MAIL _____

DATA DA ASSINATURA ____/____/____

VALOR ANUAL VÁLIDO PARA 2008: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS).

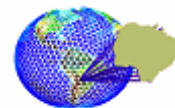
OBS.: PERIODICIDADE SEMESTRAL (MARÇO E SETEMBRO).

Assinatura

Procedimentos:

Fazer depósito bancário em favor da **Fundação Tuiuiú**, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), em uma das seguintes contas: **Banco do Brasil**, agência **2609-3**, conta corrente **5902-1**; ou **HSBC**, agência **0842**, conta corrente **11822-40**. Enviar comprovante do depósito com a ficha de assinatura via fax ou para Editora UCDB: Av. Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, CEP 79117 900 - Campo Grande-MS.

Para qualquer dúvida, entrar em contato pelo fone/fax: (67) 3312-3373; ou e-mail: editora@ucdb.br.



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo, intitulado _____

bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar o
meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração.

